

A M O R E
V I O L Ê N C I A

UM PARADOXO DAS RELAÇÕES DE NAMORO E
DO 'FICAR' ENTRE JOVENS BRASILEIROS

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ

Presidente

Paulo Ernani Gadelha Vieira

Vice-Presidente de Ensino,
Informação e Comunicação

Nísia Trindade Lima

EDITORA FIOCRUZ

Diretora

Nísia Trindade Lima

Editor Executivo

João Carlos Canossa Mendes

Editores Científicos

Gilberto Hochman

Ricardo Ventura Santos

Conselho Editorial

Ana Lúcia Teles Rabello

Armando de Oliveira Schubach

Carlos E. A. Coimbra Jr.

Gerson Oliveira Penna

Joseli Lannes Vieira

Lígia Vieira da Silva

Maria Cecília de Souza Minayo



**UM PARADOXO DAS RELAÇÕES DE NAMORO E
DO 'FICAR' ENTRE JOVENS BRASILEIROS**

Maria Cecília de Souza Minayo
Simone Gonçalves de Assis
Kathie Njaine
organizadoras

Copyright © 2011 dos autores
Todos os direitos desta edição reservados à
FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ / EDITORA

Capa, projeto gráfico e editoração
Carlota Rios

Supervisão Editorial
Janaina de Souza Silva

Revisão e Copidesque
Jorge Moutinho

Catálogo na fonte
Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde
Biblioteca de Saúde Pública

M663 Minayo, Maria Cecília de Souza (Org.)
Amor e violência: um paradoxo das relações de namoro
e do 'ficar' entre jovens brasileiros. / organizado por Maria
Cecília de Souza Minayo, Simone Gonçalves de Assis e
Kathie Njaine. – Rio de Janeiro, Editora FIOCRUZ, 2011.
236 p.
ISBN: 978-85-7541-212-1

1. Adolescente. 2. Violência – prevenção & controle.
3. Maus-Tratos Conjugais. 4. Fatores Socioeconômicos.
5. Saúde Pública. 6. Comportamento do Adolescente.
7. Promoção da Saúde. I. Assis, Simone Gonçalves de
(Org.). II. Njaine, Kathie (Org.). III. Título.

CDD - 22.ed. – 303.6

2011
EDITORA FIOCRUZ
Av. Brasil, 4036 – Térreo – sala 112 – Manguinhos
21040-361 – Rio de Janeiro – RJ
Tels: (21) 3882-9039 / 3882-9041
Telefax: (21) 3882-9006
e-mail: editora@fiocruz.br
www.fiocruz.br

AUTORES

Fernanda Mendes Lages Ribeiro

Psicóloga, mestra em Políticas Públicas e Formação Humana pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), doutoranda em Saúde Pública pela Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca da Fundação Oswaldo Cruz (Ensp/Fiocruz); pesquisadora-colaboradora do Centro Latino-Americano de Estudos de Violência e Saúde Jorge Careli (Claves/Ensp/Fiocruz).

Joviana Quintes Avanci

Psicóloga, doutora em Saúde da Criança e da Mulher pelo Instituto Fernandes Figueira da Fundação Oswaldo Cruz (IFF/Fiocruz); pesquisadora-colaboradora do Centro Latino-Americano de Estudos de Violência e Saúde Jorge Careli da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (Claves/Ensp/Fiocruz) na área de violência contra a criança e o adolescente.

Kathie Njaine (organizadora)

Comunicóloga, doutora em Ciências pela Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca da Fundação Oswaldo Cruz (Ensp/Fiocruz); professora adjunta do Departamento de Saúde Pública da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e pesquisadora-colaboradora do Centro Latino-Americano de Estudos sobre Violência e Saúde Jorge Careli (Claves/Ensp/Fiocruz).

Lusanir Carvalho

Psicóloga, mestra em Psicologia Social e da Personalidade pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), doutoranda em Saúde Pública pela Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca da Fundação Oswaldo Cruz (Ensp/Fiocruz); professora assistente do Centro Universitário da Cidade (UniverCidade) e psicóloga do Hospital Geral de Nova Iguaçu/RJ (HGNI-RJ).

Maria Cecília de Souza Minayo (organizadora)

Socióloga, antropóloga, doutora em Ciências pela Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca da Fundação Oswaldo Cruz (Ensp/Fiocruz); pesquisadora titular da Fiocruz e coordenadora científica do Centro Latino-Americano de Estudos de Violência e Saúde Jorge Careli (Claves/Ensp/Fiocruz).

Queiti Batista Moreira Oliveira

Psicóloga, mestra em Políticas Públicas e Formação Humana pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), doutoranda em Saúde Pública pela Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca da Fundação Oswaldo Cruz (Ensp/Fiocruz); pesquisadora-colaboradora do Centro Latino-Americano de Estudos de Violência e Saúde Jorge Careli (Claves/Ensp/Fiocruz).

Raquel Vasconcellos Carvalhaes de Oliveira

Estatística, mestra em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais pela Escola Nacional de Ciências Estatísticas (Ence), doutoranda em Epidemiologia em Saúde Pública pela Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca da Fundação Oswaldo Cruz (Ensp/Fiocruz); pesquisadora do Instituto de Pesquisa Evandro Chagas (Ipec/Fiocruz).

Regina Bodstein

Socióloga, pós-doutora em Avaliação de Programas Comunitários de Promoção da Saúde pela Universidade de Montreal (Canadá), doutora em Saúde Pública pela Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca da Fundação Oswaldo Cruz (Ensp/Fiocruz) e mestra em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF); pesquisadora titular do Departamento de Ciências Sociais da Ensp/Fiocruz.

Renata Pires Pesce

Psicóloga, doutora em Ciências pela Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca da Fundação Oswaldo Cruz (Ensp/Fiocruz); colaboradora do Centro Latino-Americano de Estudos de Violência e Saúde Jorge Careli (Claves/Ensp/Fiocruz) e especialista na área de violência contra a criança e o adolescente.

Romeu Gomes

Pedagogo, doutor em Saúde Pública pela Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca da Fundação Oswaldo Cruz (Ensp/Fiocruz), livre-docente em Psicologia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ); professor de Sociologia e Psicologia licenciado pelo Ministério da Educação (MEC), pesquisador titular do Instituto Fernandes Figueira (IFF/Fiocruz) e pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), com experiência em pesquisa sobre os temas violência, sexualidade e antropologia da saúde.

Simone Gonçalves de Assis (organizadora)

Médica, pós-doutorada pela Cornell University (EUA), doutora em ciências pela Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca da Fundação Oswaldo Cruz (Ensp/Fiocruz); pesquisadora do Centro Latino-Americano de Estudos de Violência e Saúde Jorge Careli (Claves/Ensp/Fiocruz), atuando na área de violência e saúde, em especial no que se refere a crianças, adolescentes e jovens em situação de violência.

Thiago de Oliveira Pires

Estatístico, mestre em Epidemiologia em Saúde Pública pela Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca da Fundação Oswaldo Cruz (Ensp/Fiocruz); pesquisador-colaborador do Centro Latino-Americano de Estudos de Violência e Saúde Jorge Careli (Claves/Ensp/Fiocruz).

Cuide bem do seu amor
A vida sem freio me leva, me arrasta, me cega
No momento em que eu queria ver
O segundo que antecede o beijo
A palavra que destrói o amor
Quando tudo ainda estava inteiro
No instante em que desmoronou
Palavras duras em voz de veludo
E tudo muda, adeus velbo mundo
Há um segundo tudo estava em paz
Cuide bem do seu amor
Seja quem for

Herbert Vianna – Os Paralamas do Sucesso

Equipe de Pesquisa nos Estados

Equipe de Pesquisa da Universidade Federal do Amazonas (Ufam):
Claudia Brandão Sampaio Fernandes da Costa
Larissa dos Santos Baptista
Wollace Scantbelruy da Rocha
Raquel Floriano

Equipe de Pesquisa da Universidade Federal de Rondônia (Unir):
Maria Inês Ferreira de Miranda
Marcuce Antônio Miranda dos Santos
Grícia Aparecida Rodrigues de Souza
Viviane Teixeira Rodrigues
Rosilaine Keffer Delfino

Equipe de Pesquisa da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG):
Elza Machado de Melo
Stela Deusa Araújo Pegado
Lilian Nobre de Moura
Ângela Cunha Castello Branco
Lauriza Maria Nunes Pinto
Maria Aparecida Machado de Melo

Equipe de Pesquisa da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS):
Marta Júlia Marques Lopes
Marta Cocco da Costa
Sandra Maria Cezar Leal
Lorena Fleury
Elisiane Gomes Bonfim

Equipe de Pesquisa da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC):
Karen Glazer Peres
Juliana Regina Destro

Equipe de Pesquisa da Universidade de Brasília (UnB):
Ximena Pamela Claudia Diaz Bermudez
Mirian Benites Falkenberg
Edgar Hamann
Daniel Sad Costa Pereira
Gabriel Lacerda Esteves
Igor D'Ávila Baseggio
João Ubiratan Veríssimo Nascimento

Equipe de Pesquisa da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT):
Neuci Cunha dos Santos
Isabelle Torquato Mozer
Gisiane Nobre Bandeira

Equipe de Pesquisa da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE):
Maria Luiza Carvalho de Lima
Ricardo Castro
Alice Kelly Barreira
Andrea Lages

Equipe de Pesquisa da Universidade Federal do Piauí (UFPI):
Claudete Ferreira de Souza Monteiro
Telma Maria Evangelista de Araújo
Sheila Coelho Ramalho Vasconcelos Moraes
Rosilane de Lima Brito Magalhães

UMÁRIO

PREFÁCIO	11
APRESENTAÇÃO	13
1. A Condição Juvenil no Século XXI	17
<i>Maria Cecília de Souza Minayo</i>	
2. A Pesquisa e os Jovens que dela Participaram	45
<i>Raquel Vasconcellos Carvalhaes de Oliveira, Simone Gonçalves de Assis, Kathie Njaine, Maria Cecília de Souza Minayo, Queiti Batista Moreira Oliveira, Fernanda Mendes Lages Ribeiro, Joviana Quintes Avanci, Thiago de Oliveira Pires</i>	
3. Entre o ‘Ficar’ e o Namorar: relações afetivo-sexuais	55
<i>Fernanda Mendes Lages Ribeiro, Joviana Quintes Avanci, Lusanir Carvalho, Romeu Gomes, Thiago de Oliveira Pires</i>	
4. Violências nas Relações Afetivo-Sexuais	87
<i>Queiti Batista Moreira de Oliveira, Simone Gonçalves de Assis, Kathie Njaine, Raquel Vasconcellos Carvalhaes de Oliveira</i>	
5. Invisibilidade da Violência nas Relações Afetivo-Sexuais	141
<i>Romeu Gomes</i>	
6. Violência na Família, na Escola e na Comunidade e Relações Afetivo-Sexuais	153
<i>Simone Gonçalves de Assis, Renata Pires Pesce, Maria Cecília de Souza Minayo, Thiago de Oliveira Pires, Raquel Vasconcellos Carvalhaes de Oliveira</i>	
7. Prevenção da Violência nas Relações Afetivo-Sexuais	183
<i>Kathie Njaine, Queiti Batista Moreira de Oliveira, Fernanda Mendes Lages Ribeiro, Maria Cecília de Souza Minayo, Regina Bodstein</i>	
É POSSÍVEL CONSTRUIR RELAÇÕES AMOROSAS SEM VIOLÊNCIA?	207
<i>Maria Cecília de Souza Minayo, Simone Gonçalves de Assis, Kathie Njaine</i>	
REFERÊNCIAS	213
ANEXO	229

REFÁCIO

Hoje, a violência eclode em níveis alarmantes e se apresenta como um dos mais importantes desafios para a saúde pública do século XXI. Muitas de suas formas e tipologias têm sido documentadas, incluindo a violência no contexto de relações amorosas e sexuais, tema deste livro.

Ao longo das últimas décadas, surgiram sólidos trabalhos de pesquisa ligando a violência nas relações de intimidade a resultados negativos de saúde, como o aparecimento de gravidezes indesejadas, o aumento dos casos de Aids, entre outros. *Amor e Violência* traz uma contribuição única a esse debate, ao aprofundar, por meio de pesquisa, a literatura já existente sobre o assunto, e ao oferecer possibilidades concretas e construtivas para lidar com a questão da violência nas relações afetivo-sexuais entre jovens.

Também no Brasil, alguns estudos anteriores examinaram a questão da violência no namoro. No entanto, nenhum até agora fez isso de forma tão abrangente e holística como nesta obra. Vários elementos-chave fazem de *Amor e Violência* um livro singular, incluindo o seu abrangente mapeamento geográfico, demográfico e social e sua ênfase na contextualização. Em primeiro lugar, abrange dez diferentes cenários urbanos em todo o Brasil. Em segundo, examina a questão da violência no namoro entre jovens em determinado ponto de suas vidas, quando eles estão abertos e maleáveis à mudança e à aquisição de novas ideias. Em terceiro lugar, a pesquisa analisa os jovens de diversas configurações socioeconômicas, quando faz uma clivagem entre os que estudam em escolas públicas e os que estudam em escolas privadas nas dez localidades. O livro ainda tem o mérito de ser baseado em abordagens de métodos mistos, integrando tanto a pesquisa quantitativa quanto a qualitativa. Finalmente, e talvez a maior contribuição deste trabalho, é sua clara ênfase no contexto social da violência no namoro entre os participantes. Nesse sentido, as recomendações para as ações resultantes da pesquisa se baseiam em experiências vividas pelos próprios jovens.

O livro deixa claro que, comumente, há uma cultura de violência nas relações de namoro. Esse argumento se baseia em trabalhos anteriores de pioneiros, como Johan

Galtung e Paul Farmer, que aprofundaram o conceito de violência estrutural. Esse conceito acena para a necessidade de melhor compreensão das dinâmicas relacionais e das estruturas de desigualdade tanto no contexto de gênero como no social. Dizendo de outra forma, determinadas populações ou subgrupos de determinada sociedade estão expostos a riscos mais elevados do que outros, o que lhes traz como consequências resultados negativos e vulnerabilidades quanto à saúde em geral e quanto aos aspectos sexuais e reprodutivos. Diante de tal quadro, a redução das agressões entre namorados deve ser proposta levando-se em conta a dinâmica e as estruturas sociais que permitem a violência interpessoal tornar-se normativa, aceitável ou naturalizada. *Amor e Violência* aponta nessa direção. Espera-se que sua leitura e abordagem incentivem um diálogo nacional sobre o contexto social no qual a juventude decide seus futuros relacionamentos amorosos e sexuais.

Quando vim para a Fundação Ford, em 2007, tinha esperanças de apoiar, no meu papel de gestora do Programa de Saúde Reprodutiva, Sexualidade e Direitos, pesquisas que buscassem compreender as interseções entre condições socioeconômicas, violência e saúde sexual e reprodutiva entre os jovens. Foi minha grande sorte ter à minha espera, quando cheguei ao Brasil, a proposta de investigação sobre a qual este livro versa, escrita pela equipe de pesquisadores do Centro Latino-Americano de Estudos de Violência e Saúde Jorge Careli da Fundação Oswaldo Cruz (Claves/Fiocruz). O estudo que deu origem a este livro foi a primeira doação que fiz como diretora de programa e é sem dúvida um dos prêmios que recebi vê-lo chegar a bom termo e apresentar resultados tão importantes. Orgulho-me de ter contribuído não só com o financiamento mas também com a discussão que ocorreu e da qual participei durante todo o processo, um trabalho duro e dedicado dos investigadores principais, dos coordenadores, dos participantes locais e dos jovens.

Em resumo, gostaria de dizer, com base no conhecimento da realidade social brasileira, que este trabalho ilumina o caminho de uma cultura de paz, de respeito e de igualdade nos relacionamentos íntimos. Em última análise, ele subsidia a promoção e a realização desses valores que devem sempre vir junto com as intervenções tecnológicas da área de saúde pública.

Deanna Kerrigan

PhD, MPH Department of Health, Behavior and Society, Johns Hopkins, MD
Gestora do Programa Saúde Reprodutiva, Sexualidade e Direitos da Fundação Ford,
durante a realização da pesquisa que deu origem a este livro.

APRESENTAÇÃO

A pesquisa que ora apresentamos, iniciada em 2007, teve como principal objetivo gerar conhecimento estratégico sobre o tema da violência no namoro e no ‘ficar’ dos adolescentes brasileiros, visando à democratização das relações de gênero. Buscamos suprir uma lacuna de conhecimento na literatura nacional sobre a violência nessas relações, motivo pelo qual este estudo é um dos pioneiros no Brasil a investigar essa temática em âmbito nacional.

Este é um tema hoje considerado de grande importância nos estudos internacionais por dois motivos principais: para melhorar as vivências afetivo-sexuais entre os jovens e para prevenir a violência conjugal. Os estudos já existentes – e este livro mostra isso – ressaltam que as várias formas de violência nas relações afetivo-sexuais entre jovens costumam ter origem nas experiências agressivas entre os pais e presenciadas pelos adolescentes, em um tipo de comunicação desrespeitosa recorrente, naturalizada, que afeta toda a constelação familiar e se reflete na sociedade em geral. Tais comportamentos e atitudes, quando não orientados para o respeito à subjetividade do outro, tendem a se reproduzir nas vivências de namoro e nas futuras relações conjugais. Mas é possível atuar para mudar os comportamentos relacionais violentos. Várias experiências em curso em países como Estados Unidos e Canadá mostram êxito em atuações específicas para quebrar o ciclo e a lógica da violência, com benefícios para os rapazes e as moças em suas relações afetivo-sexuais no presente e no futuro.

O estudo foi realizado com estudantes de escolas públicas e privadas de dez cidades brasileiras – Rio de Janeiro (RJ), Belo Horizonte (MG), Recife (PE), Teresina (PI), Brasília (DF), Cuiabá (MT), Porto Velho (RO), Florianópolis (SC) e Porto Alegre (RS) –, tendo como ‘semente’ uma investigação realizada na cidade de Manaus (AM). A escolha dessas dez cidades se fundamentou nos seguintes critérios: 1) representatividade de todas as cinco regiões brasileiras, tendo em vista a diversidade dos contextos socioculturais; 2) tentativa de compreender a multiculturalidade existente em cidades das diferentes regiões brasileiras quanto a gênero, faixa etária e *status* escolar público e privado; 3) elevados índices de morbimortalidade por causas externas entre jovens nessas localidades, tendo

como hipótese a significância da violência entre parceiros íntimos como integrante das múltiplas causalidades desse fenômeno.

A pesquisa foi concluída em 2010, dando origem a este livro, cujo título – *Amor e Violência: um paradoxo das relações de namoro e do ‘ficar’ entre jovens brasileiros* – constitui a síntese de nossos achados e interrogações. O que cotidianamente vemos na televisão, lemos nos jornais e ouvimos em conversas entre amigos sobre fatos concretos de mortes, agressões e lesões entre jovens nas relações afetivo-sexuais aqui se revela com dados e informações colhidos em um processo de intersubjetividade com estudantes de norte a sul do país.

Para realizar este trabalho, contamos com a parceria de pesquisadores de nove universidades públicas brasileiras que atuam na área de saúde pública das cidades estudadas, além da equipe de investigadores do Centro Latino-Americano de Estudos sobre Violência e Saúde Jorge Careli, da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, da Fundação Oswaldo Cruz (Claves/Ensp/Fiocruz). A constituição dessas parcerias, além de facilitar o processo de atuação no campo e de análise de dados, afigurou-se como um marco importante para o trabalho multicêntrico, possibilitando ampliar uma rede de reflexão e de publicações sobre a temática.

A seguir, nomeamos as instituições parceiras: Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Amazonas (Ufam); Departamento de Enfermagem da Fundação Universidade Federal de Rondônia (Unir); Departamento de Enfermagem da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT); Departamento de Saúde Coletiva da Universidade de Brasília (UnB); Centro de Ciências da Saúde-Enfermagem da Universidade Federal do Piauí (UFPI); Departamento de Estudos em Saúde Coletiva da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); Núcleo de Promoção de Saúde e Paz do Departamento de Medicina Preventiva e Social da Universidade de Minas Gerais (UFMG); Departamento de Saúde Pública da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); Departamento de Saúde Coletiva da Escola de Enfermagem da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Todos os trâmites para a realização da pesquisa nas escolas foram realizados pelos nossos parceiros locais, que obtiveram as autorizações das secretarias de educação e de cada educandário e os documentos relativos às questões éticas, assim como também conduziram a logística do trabalho de campo. A todas as instituições e pessoas que colaboraram na investigação, nossos mais sinceros agradecimentos. Destacamos ainda que, em algumas unidades acadêmicas que participaram da pesquisa, estudos para teses de mestrado e doutorado e artigos tratando das especificidades locais já se iniciaram. No Claves, também, dissertações de mestrado e teses de doutorado estão em curso, aprofundando as principais relevâncias apontadas na investigação.

Destacamos ainda que nosso intento não foi apenas criar um conhecimento novo; ele vai muito além da publicação do livro. Envidaremos todos os esforços possíveis para que as descobertas aqui apresentadas possam subsidiar políticas, programas e planos de ação nos campos social, educacional e de saúde.

Para orientação do leitor, apresentamos um pequeno resumo do que está descrito e analisado em cada capítulo.

No primeiro, fazemos uma introdução ao tema da condição juvenil no mundo ocidental e no Brasil neste início do século XXI, mostrando as profundas mudanças demográficas, econômicas e socioculturais que afetam esse grupo etário de duração cada vez mais longa. O capítulo contextualiza o que há de novo, o que se transforma, o que permanece e o que se apresenta profundamente contraditório nessa etapa da vida hoje.

O segundo capítulo trata da metodologia de construção do trabalho, no que diz respeito tanto às informações gerais quanto à coleta, produção e análise dos dados quantitativos e qualitativos, que nesta obra são apresentados de forma triangulada e interativa. Esta parte, na qual tentamos ser pouco exaustivos quanto aos procedimentos técnicos para não cansar o leitor, remete a um Anexo que descreve em detalhes os bastidores da construção do trabalho, o qual poderá ser apropriado pelos pesquisadores que o quiserem replicar.

O terceiro capítulo apresenta informações sobre as várias modalidades de relacionamento afetivo-sexual que encontramos nas dez localidades, sob o viés de gênero. Fazemos uma categorização das principais tendências que configuram um comportamento próprio do conjunto dos jovens do país na atualidade, mas que também têm um colorido típico nas distintas regiões.

No quarto capítulo, apresentamos a prevalência dos vários tipos de violência nas relações afetivo-sexuais. Buscamos compreender os valores que circulam nas interações entre os jovens e ressaltamos a imbricada sobreposição de formas com que esse fenômeno se apresenta, se potencializa, se reproduz e pode ser superado.

O quinto capítulo discute a violência simbólica nas relações do ‘ficar’ e do namoro. Apresentamos, analisamos e discutimos a invisibilidade de comportamentos que fogem ao padrão heterossexual hegemônico e a banalização de certas representações e atos que, incorporados pela cultura, são reproduzidos pelos jovens. Ressaltamos a permanência de formas de discriminação que facilitam ou mesmo promovem comportamentos e atos agressivos nas relações afetivo-sexuais. Evidenciamos ainda o quanto a violência simbólica contribui para reproduzir o patriarcalismo e o machismo em nossa cultura.

O sexto capítulo aborda o contexto de socialização dos jovens na família, na escola e na comunidade. Discutimos de que maneira se articulam os tipos de relacionamentos nessas esferas, sobretudo na produção da violência que vitimiza os jovens e nos comportamentos, atitudes e práticas que ocorrem no namoro e no ‘ficar’. Apresentamos também uma reflexão com base em vários trabalhos que indicam os fatores protetivos.

O sétimo capítulo aponta como os jovens se sentem em suas iniciativas afetivo-sexuais em relação às famílias, à escola e à comunidade. Ressaltamos uma ausência quase total de apoio por parte das instituições e dos contextos familiares e sociais. E apresentamos a necessidade de serem criadas estratégias de abordagem que abranjam a área da saúde, da educação e as famílias, e tenham como foco esse momento crucial

da vida dos jovens. Deixados a seu bel-prazer, a solidão, os amigos e os colegas são os confidentes e conselheiros preferenciais, o que muitas vezes dá certo, mas também promove desfechos tristes e indesejados.

Nas conclusões, fazemos uma síntese das principais descobertas da pesquisa e apresentamos alguns encaminhamentos que julgamos importantes para dar foco aos relacionamentos afetivo-sexuais do jovem nos programas de prevenção da violência e de promoção da vida.

Finalmente, apresentamos nossos agradecimentos às várias instituições que contribuíram para o financiamento desta pesquisa. Em primeiro lugar, destacamos o eficaz apoio da Fundação Ford, que já tem sido nossa parceira em outros projetos. Gostaríamos de ressaltar não apenas a destinação da verba, mas, principalmente, a interlocução que nos foi propiciada pela agência durante toda a realização do estudo.

Agradecemos também o apoio do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), da Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj) e da Fiocruz, instituições que nos estão permitindo aprofundar questões relevantes para os desdobramentos deste estudo.

Em especial, queremos nos dirigir aos jovens que nos receberam com grande surpresa e alegria por trazer à tona o tema do namoro e do ‘ficar’, tão contemporâneo em suas vidas e tão cercado de muros, tabus, reticências e referências negativas por parte dos adultos que os cercam. A convivência com eles nos proporcionou momentos inesquecíveis de emoção, carinho e diálogos sinceros.

O amor, como diz Jurandir Freire Costa, deve ser valorizado como um bem que se deseja, e para isso não podemos duvidar de sua capacidade de reinvenção. No entanto, viver a experiência amorosa nos leva também, em alguns momentos, à “escuridão de nossas almas”, como desvela Roland Barthes em *Fragments do Discurso Amoroso*. Descobrimos com os jovens que essa escuridão pode levar à busca da luz, mas também pode chegar ao desejo de morte.

Esperamos que este trabalho possa subsidiar estratégias que diminuam a violência nos relacionamentos afetivo-sexuais entre os jovens brasileiros, dando lugar à reinvenção do amor que viceja nos momentos felizes e se consolida na dor, no sofrimento e nas dificuldades compartilhadas.

As Organizadoras



A CONDIÇÃO JUVENIL NO SÉCULO XXI

Maria Cecília de Souza Minayo

Este texto introdutório se divide em duas partes. Na primeira apresentamos a discussão dos conceitos de juventude, de condição juvenil e de moratória social no século XXI. Na segunda, oferecemos algumas informações sobre a condição juvenil no contexto brasileiro atual no que concerne ao processo educacional, condições de vida, trabalho, sexualidade, cidadania e violência.

Falar da ‘juventude’ no mundo de hoje pode parecer um tema óbvio, uma vez que todos compartilhamos uma noção social sobre ela, e todos nós convivemos com jovens e temos opiniões a respeito de suas características, problemas e virtudes. Afinal, são eles que conformam a pauta constante na mídia, na publicidade e nos produtos da indústria cultural, havendo uma construção incessante de imagens a seu respeito. Embora se costume atribuir à explosão demográfica e à cultura de massa uma associação direta com a ideia de juventude tal qual a conhecemos, Savage (2009a), em *A Criação da Juventude: como o conceito de teenage revolucionou o século XX*, pesquisou suas origens e as encontrou na segunda metade do século XIX. Este autor considera que a visão contemporânea de juventude tem raízes nas máximas rousseaunianas, com base nas quais ela foi concebida como um momento crítico entre a infância e a fase adulta.

A tese de Savage (2009a) é de que a cultura jovem transformou-se na pedra angular do capitalismo. Mas o mesmo autor ressalta que essa noção, academicamente, foi desenvolvida primeiramente pela criminologia, que identificou a juventude como uma fase conturbada da vida, marcada pela rebeldia, pela capacidade de afrontar a ordem vigente, pela extrapolação dos limites e das tradições. Portanto, para esse estágio específico do desenvolvimento humano diferenciado, estabeleceram-se salvaguardas e foi aumentada a vigilância. Savage (2009a) diz que o lançamento da primeira ‘bíblia’ adolescente, a revista *Seventeen*, em 1944, e uma reportagem da *New York Times Magazine*, que publicou a “Carta de Direito dos *Teenagers*” em 1945, cunhando o termo *teen*, são destaques na propagação da cultura jovem para a grande mídia e, em consequência, para sua expansão na sociedade contemporânea.

Comenta Savage (2009b):

o sistema é que quer fazer parte da cultura adolescente. Ela já foi marginal, excluída, mas hoje virou a pedra angular da sociedade e da economia ocidental. Revistas, filmes, discos, livros, produtos que antes eram unicamente para os jovens hoje são de todos. Então a cultura jovem hoje permeia todos os aspectos da cultura adulta.

No mundo ocidental, os adultos se preocupam com os jovens, basicamente, por três razões: em primeiro lugar, porque eles quebram as regras vigentes; em segundo, porque para o bem ou para o mal, eles serão o futuro do mundo; em terceiro, porque eles também refletem os valores da sociedade.

A tarefa deste texto é enfrentar mitos e aprofundar os dados de realidade sobre a juventude brasileira. Só assim será possível perceber em que medida as mudanças que ela encarna significam um passo a mais no progresso do desenvolvimento humano e de que forma suas ações de rebeldia e capacidade de perturbar estão eivadas de conservadorismo e, mesmo, de regressão civilizatória.

Desde que publicamos o livro *Fala, Galera*, em 1999 (Minayo *et al.*, 1999), pelo menos três grandes pesquisas de cunho nacional trouxeram para o debate público informações importantes sobre as características da juventude de nosso país. A primeira está descrita e debatida no livro *Retratos da Juventude Brasileira: análises de uma pesquisa nacional*, organizado por Abramo e Branco (2005). Essa investigação foi desenvolvida por uma parceria entre o Instituto Cidadania, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e o Instituto de Hospitalidade de São Paulo. As informações empíricas coletadas entre novembro e dezembro de 2003, por meio de questionários aplicados a 3.501 jovens de 15 a 24 anos de idade, em seus domicílios, abrangeram 198 municípios de 25 estados brasileiros. A segunda, do mesmo ano, foi produzida pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase) e pelo Instituto Polis (Ribeiro, Lânes & Carrano, 2005), denominada *Juventude Brasileira e Democracia: participação, esferas e políticas públicas*, tendo sido realizada com uma amostra de oito mil jovens de todo o país. A terceira, mais recente, foi uma investigação do Instituto Datafolha (2008) sobre o jovem brasileiro com abrangência nacional, realizada com amostra de 1.541 jovens, em 168 municípios de 24 unidades da federação e no Distrito Federal, em abril de 2008. Todas as três pesquisas apresentaram as variáveis sexo, cor, idade e estratificação social.

Há algumas questões centrais e comuns em todas essas pesquisas: a juventude constitui a etapa da vida sobre a qual existe maior expectativa social; é um estágio do desenvolvimento que não é apenas uma ocorrência natural, e sim uma construção social que se acopla às transformações biológicas, indo da pré-adolescência até a fase adulta. Historicamente, esse período da vida está sendo cada vez mais ampliado, e há uma tendência universal de se caracterizar como população jovem a que compõe a larga faixa etária que vai dos 15 aos 30 anos (Denstad, 2008).

Tais pesquisas registram também certa constância nas características dos jovens desde o final do século XX até a primeira década do século XXI. Todas elas aprofundam determinadas perspectivas teóricas que vêm marcando os mais importantes estudos sobre a juventude no mundo atual. Neste texto, antes de tratar propriamente do jovem brasileiro do século XXI, dedicaremos nossa atenção a pelo menos dois conceitos sociológicos centrais dessa literatura: o de condição juvenil e o de moratória social.

CONDIÇÃO JUVENIL E MORATÓRIA SOCIAL

Ao longo deste livro, apresentaremos informações sobre jovens na faixa dos 15 aos 19 anos de idade, portanto no início da juventude. Os ‘jovens’ nesta faixa etária também são reconhecidos como adolescentes. A Organização Mundial da Saúde (OMS) define a adolescência como um período compreendido dos 10 aos 19 anos de idade. Para o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), ela está concebida entre 12 e 18 anos. Tanto a OMS quanto o ECA baseiam-se no fato de que nessa fase da vida: há o aparecimento inicial dos caracteres sexuais secundários para a maturidade sexual; é quando os processos psicológicos do indivíduo e as formas de identificação evoluem da fase infantil para a adulta; e inicia-se a transição do estado de dependência econômica total para o de relativa independência. De forma geral, os termos ‘jovem’ e ‘adolescente’ são utilizados como sinônimos. Porém, são objetos de estudos de diferentes disciplinas: a sociologia detém-se mais no conceito de juventude, e a psicologia e a medicina no de adolescência. Neste livro, usaremos os dois termos como sinônimos, mas demarcando o período de vida do grupo entrevistado.

Condição juvenil

Muitos autores têm utilizado o termo ‘condição juvenil’ para expressar o que vem ocorrendo com o grupo etário que vai da pré-adolescência até a juventude propriamente dita, nesse momento histórico de transição econômica, social e cultural por muitos denominado ‘globalização’.

O conceito de ‘condição juvenil’ tem muitas acepções. Uma delas é a que acentua os traços comuns, não obstante as dimensões de espaço, tempo e a pluralidade de condições dos que nasceram em um mesmo período histórico; uma segunda dá ênfase às desigualdades de classe, de gênero e de cor; e outra ainda ressalta as características e os padrões culturais. Poderíamos dizer que todas essas perspectivas enriquecem o conceito, ainda que de forma diferente.

Na primeira acepção, a condição juvenil é definida pelo fato de os indivíduos estarem vivendo um período específico do ciclo de vida, em um determinado momento histórico e em um peculiar cenário cultural. Por isso, os autores que enfatizam os traços comuns ressaltam que, nas sociedades modernas, a juventude é a etapa em que o ser humano completa sua formação física, intelectual, psíquica, social e cultural, vivenciando

a passagem da condição de dependência para a de autonomia em relação à família de origem. Já em 1976, Eisenstadt dizia que, sociologicamente, a juventude pode ser conceituada como uma categoria social que diz respeito ao momento do curso da vida em que ocorre a socialização secundária – ou seja, em que acontece a preparação do indivíduo em relação a esferas sociais que vão além do núcleo familiar, da vida íntima e da esfera privada e privilegiam o trabalho, o mercado, a política, a cultura e as artes (Eisenstadt, 1976). Muitos outros autores enfatizam como sendo distintivo dessa etapa o fato de a pessoa se tornar capaz de produzir (trabalhar), reproduzir (ter filhos e criá-los), manter-se, prover a outros e participar plenamente da vida social com todos os direitos e responsabilidades. Para Groppo (2000, 2006), por exemplo, condição juvenil é um conceito que relativiza a dimensão biológica e enfatiza os aspectos sociais e históricos abarcados pela faixa etária citada.

Portanto, nessa primeira concepção, a juventude é considerada uma fase da vida marcada principalmente por processos de definição e de inserção social. Para isso, as sociedades modernas, além de uma retórica política sobre os jovens (Savage, 2009a), têm criado instituições e construído movimentos sociais encarregados de guiar a socialização fora de casa, como é o caso das escolas, das universidades, dos grupos juvenis controlados por igrejas, Estado, partidos, indústria cultural e mídia eletrônica.

A ideia de tratar e de contextualizar as diferenciações internas do conceito de condição juvenil também está em vários autores. Abramo e Branco (2005) chamam a atenção para a indeterminação do conceito, apesar de sua forte presença nos debates midiáticos e políticos. Sobretudo porque, como ressaltam os autores, há vários sentidos (no plural) implicados na definição da atual ‘condição juvenil’, levando-se em conta as diferenças e as desigualdades entre os jovens na vida real.

Historicamente, a socialização não é a mesma para todas as classes, camadas sociais, países, regiões e estágios de desenvolvimento, gêneros e etnias. Tanto a socialização primária – ou seja, a que é vivenciada pelas crianças no seio das famílias – é marcada por especificidades de gênero e desigualdades e diferenças sociais como a socialização secundária – incluindo o acesso à educação fundamental, de nível médio e superior – é um poderoso instrumento de reprodução da estrutura socioeconômica, das desigualdades de gênero e étnicas. A socialização desigual orienta, de forma sutil, cada indivíduo para um destino social que, de antemão, já lhe havia sido reservado pela estrutura de classes, conforme a teoria da reprodução de Bourdieu e Passeron (1975). Por isso, sempre será diferente a condição juvenil de quem nasce em uma família abastada com acesso a todos os benefícios da globalização econômica, social, educacional e cultural, e a de um jovem pobre de periferia cujos resultantes da globalização são, quase sempre, maiores dificuldades de inserção na sociedade no âmbito tanto dos direitos fundamentais como no de consumo.

O reconhecimento das diferentes formas de desigualdade, condição imprescindível para qualquer análise acurada sobre os jovens, não exclui o fato de que muitos deles atravessem as cancelas da dependência e da pobreza por mérito próprio ou com auxílio

de políticas de investimento na construção da igualdade de oportunidades. Sem dúvida, políticas específicas e bem delineadas para a juventude são propostas que permitem respeitar a diversidade e diminuir fronteiras e barreiras sociais.

Concordamos com as reflexões de Groppo (2006) quando o autor afirma que o que define a ‘condição juvenil’ é a sua dialética, marcada pela contradição entre a tendência poderosa de institucionalização e de massificação da passagem da infância à maturidade e a expressão como realidade ou como desejo de autonomia quanto aos modelos vigentes. Obviamente, com as diferenciações típicas de classe, cultura e gênero.

Nesse sentido, de um lado a condição juvenil se caracteriza por uma vinculação experimental à realidade e aos valores sociais vigentes (Foracchi, 1972), o que a torna reprodutora de padrões e normas culturais, inclusive de forma muito semelhante no tempo e no espaço. Essa condição permite ao jovem, individual ou coletivamente, se deparar com o mundo social – suas realidades e valorações dominantes – sem que este tenha ainda se sedimentado em sua consciência, personalidade e caráter. De outro lado, muitos estudiosos ressaltam que, na sua apresentação ao mundo, há sempre o risco de os jovens rejeitarem e renegarem os valores tradicionais sem mesmo compreendê-los suficientemente, o que explica o fato de assumirem atitudes e práticas nem sempre transformadoras e libertadoras.

No texto “A juventude como coorte: uma geração em tempos de crise social”, Singer (2005) apresenta um ponto de vista bastante otimista e inusitado sobre a ‘participação política’ diferenciada da juventude atual, quando, ao contrário, a maioria das pesquisas atuais a considera conservadora e politicamente à direita. O autor aponta sua mirada crítica para as gerações adultas sucessivas (pais, avós, patrões e governantes) que foram as construtoras históricas do atual cenário social de crise, de insustentabilidade ambiental, de desemprego e de violência urbana. Singer resalta que, ao contrário do que muitas vezes é apontado, a juventude contemporânea é vítima dessa situação, pois tem de se submeter a ela, contestá-la ou, no desespero, tomar o caminho da delinquência. Mas o autor considera que, como já o havíamos feito em *Fala, Galera* (Minayo *et al.*, 1999), ao recusar o mundo político que recebeu dos adultos, os jovens marcam sua posição de negação das atuais formas de manifestação. No entanto, muitos deles apresentam uma inserção social forte em outros planos que também são políticos e importantes. É o caso, por exemplo, do engajamento em atividades de voluntariado, de atuação em movimentos individuais e coletivos de sustentabilidade ambiental, de atitudes e manifestos de aceitação da pluralidade e do respeito às diferenças, e mesmo de um tipo de participação inédita em razão das múltiplas e inovadoras possibilidades criadas pela Internet. Em *Juventude, Juventudes: o que une e o que separa*, Abramovay e colaboradores (2006) encontraram pelo menos 13 milhões de jovens engajados em algum movimento coletivo, em uma população total de 33 milhões.

Há ainda outra abordagem do conceito de condição juvenil que não é inédita, mas vem ganhando força paulatinamente e de forma concomitante ao avanço da chamada

sociedade do consumo. Em *Imagens em Espelho: uma discussão sobre consumo, juventude e socialização*, José de Lira Santana (2008) ressalta que o processo cultural de construção do comportamento juvenil moderno gerou, em uma direção, uma imagem apropriada como signo publicitário pelos meios de comunicação de massa. Ela põe em foco uma juventude portadora da alegria de viver fundada no consumismo. O autor discute os padrões e os estereótipos de juventude com base na concepção de estilo de vida definida por Pierre Bourdieu (1979).¹ Segundo Santana (2008), na contemporaneidade as novas configurações socioantropológicas emergentes mostram uma identidade juvenil aplanada e trivializada pelo estilo, pela aparência e pelo consumo que passa a definir os comportamentos individuais.

Os autores que privilegiam a associação da condição juvenil a estilo de vida consideram-na como um estado de espírito, um modo de ser, uma disposição de viver. Essa visão corresponde a um tipo de pensamento que ressalta a desinstitucionalização da sociedade pós-moderna e valoriza ou critica o advento de uma era de abertura às diferenças, à livre composição do mundo ao bel-prazer dos indivíduos.

Nessa linha, parte da bibliografia socioantropológica atual tem ressaltado que a juventude pós-moderna apresenta um estilo de vida identificado com o consumo e o bem viver, estilo que se tornou típico entre os jovens das sociedades ocidentais e passou a ser apropriado por outras faixas de idade e por outras fases de vida (Groppo, 2000; Heilborn *et al.*, 2002; Debert, 1999; Savage, 2009a). Essa valorização de um estilo jovem, segundo Debert (1999), tem uma importância contemporânea muito forte, pois influencia a “descronologização” das fases de vida por parte de todas as outras faixas etárias, ou seja, por parte das crianças, dos adultos e dos idosos, tendência fortemente vinculada às mudanças demográficas a favor do aumento da expectativa de vida. Atualmente, muitos autores falam do poder desvinculador da ideia de juventude e adolescência como etapas de rebeldia e de contestação social quando ela vem associada ao consumismo. Sobre o assunto, diz Savage:

Eles venceram. O padrão de consumo adolescente virou o centro do capitalismo ocidental. Se no século XIX, a indústria era a das locomotivas, das máquinas, no século XX foi a cultural. E, no século XXI, a mola propulsora será a indústria da adolescência, da juventude. (Savage, 2009a: 6)

A crítica mais acentuada sobre a juventude atual é o fato de ela não cumprir a função sociológica que as sociedades modernas lhe atribuíram de ser agente de renovação e de revitalização da vida social, atuando como uma força oculta pronta para ser utilizada nos processos de mudança, como dizia Mannheim (1968). Em grande medida, as genera-

¹ Para Bourdieu (1979), estilo de vida é a forma pela qual uma pessoa ou um grupo de pessoas vivenciam o mundo e, em consequência, se comportam e fazem escolhas. O que define os elementos que compõem o conjunto simbólico a que se chama estilo de vida é, basicamente, sua distância (dos elementos) em relação às necessidades básicas dos indivíduos ou grupos. Falar de estilo de vida é falar de uma lógica particular de organizar os espaços simbólicos em todos os sentidos: mobília, vestimenta, linguagem, apresentação corporal, dentre outros. O estilo de vida, quando observado em um indivíduo, é denominado estilo pessoal. No entanto, ainda que pessoal, é produto de uma época, de uma classe ou de um grupo social. Cada dimensão do estilo de vida simboliza e sinaliza todas as outras dimensões.

lizações sobre a apatia juvenil vêm junto com a denúncia de consumismo, evidenciando a dificuldade que temos de compreender e de interpretar corretamente as situações dos jovens e de valorizar suas formas de participação e de solidariedade, em diferentes contextos e condições econômicas e sociais.

É importante ressaltar que a visão contemporânea da juventude que focaliza o consumismo cai no relativismo absoluto, desconsiderando as necessidades e dificuldades inerentes a cada faixa etária, deixando implícita a ideia de regressão dos direitos sociais relativos aos cuidados com certas categorias etárias mais frágeis.

Longe de nós a ideia de pensar a juventude atual segundo o arcaico paradigma sociológico que considera o desenvolvimento e o progresso como inevitáveis, em uma visão teleológica em relação ao futuro. Nessa visão, os jovens sempre seriam portadores de mudanças positivas e renovadoras. Mas também queremos distância do conservadorismo ideológico ou do saudosismo ingênuo fincado nos anos 60 – considerados nossos românticos anos dourados! – que atribuem à juventude toda a alienação do mundo contemporâneo, conferindo-lhe responsabilidade, e por vezes culpa, pelos males da atualidade.

Nessa dialética social, gostaríamos de lembrar que, na realidade, grande parte da socialização de crianças e jovens continua a se dar por meio de canais e instituições tradicionais que vêm sofrendo, gradativamente, um processo de precarização. Uma dessas instituições fundamentais que hoje é questionada e criticada em todos os ângulos é a escola pública.

Queremos ressaltar alguns exemplos da permanência da potencial rebeldia da condição juvenil, ao contrário de todos os dados que revelam sua guinada para a direita (Datafolha, 2008), mostrando que novos movimentos políticos e socioculturais contam com inegável participação de jovens. Vejamos algumas de suas manifestações: protestos contra a globalização neoliberal, como aconteceu em Seattle em 1999 (Grosso, 2006); contra a Guerra do Iraque em 2003 em Washington; manifestações de grupos de ativistas sociais como os *anarcopunks* (Sousa, 1999) e o movimento britânico Reclaim the Streets (Smith, 2004; Jordan, 2002; Klein, 2001); rebeliões nos subúrbios franceses em 2005 (Grosso, 2006); participação sustentada pela Internet, sobretudo por jovens que pediam mudanças no *status quo* americano, na campanha presidencial de Barack Obama nos Estados Unidos; atuais manifestações de rua no Irã, processo capitaneado pelos jovens contra o jugo ditatorial e a farsa eleitoral nas eleições presidenciais de 2009. Os jovens partiram tanto para rebeliões de rua como para o uso dos meios eletrônicos que os ajudaram a driblar a censura. É importante assinalar que nas ruas de Teerã havia muitas jovens mulheres que protestavam, e uma delas se tornou símbolo e mártir contra os desmandos do poder.

Em resumo, consideramos que, sendo a condição juvenil uma relação experimental com valores e instituições sociais, ela inclui aceitação e absorção da cultura vigente, mas também incorpora manifestações conturbadas, revoltas e rebeliões quando não ocorre

uma transmissão respeitável, tranquila e imediata dos valores hegemônicos, ou quando existe uma crise da própria sociedade no que se refere aos valores que professa. Os jovens sabem que herdarão o mundo, sabem o que está errado e são impacientes em relação àquilo de que discordam.

Moratória social

A expressão ‘moratória social’ pode ser definida como um prazo concedido pela sociedade aos jovens, prazo este que lhes permite gozar de menor exigência de obrigações adultas, enquanto completam sua instrução e alcançam a maturidade social. A moratória social em relação aos jovens sempre fez parte da cultura ocidental, significando certa tolerância com costumes, comportamentos e práticas juvenis, sobretudo quanto a sua rebeldia. Os adultos quase sempre desculparam ou justificam o gosto do jovem pelo perigo e pelo desafio, sua audácia para tomar determinadas atitudes e praticar determinados atos (muitas vezes confundida com a irresponsabilidade), sua capacidade de brincar com riscos e com a vida e de cometer excessos. Essa permissividade que configura um tipo de moratória social varia segundo as sociedades, de acordo com as imagens, representações, percepções e preconceitos em relação ao que é ser jovem (Gonçalves & Knauth, 2006). O comportamento condescendente dos adultos frequentemente está inscrito em expressões de uso popular: “os jovens têm a vida pela frente”, “devem aproveitá-la”, “são novos e por isso tudo se desculpa”, “há tempo para mudar e para aprender a ter limites”, “deixem que eles aproveitem a vida!”.

No entanto, o sentido do termo ‘moratória social’ que discutimos neste texto é uma reinterpretação do que falamos no parágrafo anterior. Ela diz respeito ao longo período em que se transformou o tempo de juventude estendido pelo menos até os 30 anos, na sociedade pós-industrial, segundo proposta oficial da União Europeia (Denstad, 2008).

A moratória social, nessa segunda acepção, geralmente vem associada à maior complexidade e ressignificação desse tempo no ciclo da vida. A nova condição juvenil, nos marcos da ‘moratória social’, ensejaria o aparecimento de jovens com forte autonomia pessoal para o uso do tempo livre e para a busca de experiências vitais intensas. Porém, sobretudo criaria um indivíduo muito mais preparado para o mercado de trabalho, muito mais flexível, muito mais arrojado e muito mais competitivo que no passado.

Nesse sentido, a expressão está vinculada ao processo de globalização capitalista que, de um lado, tem sua face sedutora, flexível, comunicativa e facilitadora da existência social e promove novas dimensões e vivências do espaço e do tempo; e de outro é responsável pela destruição de milhões de empregos formais, pela redução drástica dos salários e pela proliferação de um amplo mercado informal em quase todos os países do mundo. Nesse contexto de profundas mudanças no âmbito da economia, dos sistemas financeiros, das relações produtivas e das relações sociais, também novos hábitos, costumes e institucionalidades vão sendo criados, modificando, de roldão, valores que estruturaram o mundo moderno calcado na lógica da sociedade industrial.

Em todas as sociedades atuais, os jovens são os que mais sofrem com a transição. Primeiramente, têm dificuldade de encontrar modelos de vida nas instituições socializadoras que também estão passando pela mesma crise. Seus pais e mestres estão assistindo, junto com eles, ao fim da ética do trabalho como organizadora da identidade e como fonte de realização e de gratificação pessoal. Essa mudança estrutural revolve as entranhas da socialização juvenil, até então delimitada pelo circuito tradicional da família, da escola e do emprego. A passagem do adolescente para a vida adulta na era industrial era regida pelo emprego, que lhe oferecia identidade própria e autonomia ante a proteção e as amarras do contexto familiar.

Pelos motivos aludidos, a expansão do tempo de juventude aqui tratada segundo a noção de ‘moratória social’ tem um sentido político e econômico muito claro, pois de um lado ela responde à necessidade de estender os anos de formação, de escolaridade e de capacitação profissional dos jovens, mas de outro ressalta as dificuldades de inserção desse grupo no mundo produtivo e no universo dos adultos.

Os estudos sobre moratória social procuram destacar a ausência de respostas positivas do mercado e do Estado para a juventude nesse contexto de transição, marcado pela chamada terceira revolução – aquela que foi produzida pela ciência e tecnologia, transformou os meios de produção, de informação e de comunicação e aumentou a expectativa de vida em um espectro nunca antes visto na história, mas gerou, em contrapartida, as maiores massas de desempregados e subempregados do mundo.

É preciso ressaltar que a expressão ‘moratória social’ tem significados diferentes segundo classes e estratos sociais: há a que atinge os jovens ricos e uma parte da classe média, e há a que se refere aos jovens das classes populares que muito cedo tentam entrar no mercado de trabalho e constituir família. No primeiro caso, a moratória social diz respeito à condescendência das famílias, assegurando os estudos, a ampliação do tempo em que permanecem na casa, e assumindo os custos sociais de sua preparação para os postos mais competitivos no mercado de trabalho globalizado. Nessas circunstâncias, o tempo estendido costuma significar garantia de acesso privilegiado a bens culturais e educacionais.

No segundo sentido, os jovens também permanecem em casa e na dependência das famílias. Os pais ou avós mantêm o jovem por mais tempo e, muitas vezes, acolhem sua nova família – frequentemente assumida precocemente –, garantindo seu sustento e prestando-lhe auxílio financeiro. Assim, para os mais pobres, a chamada moratória social costuma ser um tempo de parada forçada, constituído de culpa, frustração, impotência e sofrimento. Nesse contexto, a ampliação da faixa etária jovem não significa distribuição igualitária de crédito social para uma sociedade competitiva. A condenação ao subemprego é um dos resultados dessa equação, e o empobrecimento da experiência de escolarização costuma ser outro. Estudos de Sposito, já em 1994, mostravam que a população jovem pobre é a parcela mais rapidamente atingida pela recessão e pela ausência de desenvolvimento social.

Em resumo, ‘moratória social’ diz respeito à ideia de prolongamento da juventude até os 30 anos ou depois, seja porque é preciso que os jovens se preparem mais e melhor para atender às mudanças tecnológicas no modo de produção, seja porque o mercado de trabalho já não tem disponibilidade de empregos para integrá-los; seja porque os empregos existentes não mais, necessariamente, os gratificam nem produzem identidades positivas. Concomitantemente, há mais pessoas acima de 60 anos – criando uma coorte jovem de idosos – que continua a ocupar os postos de trabalho por mais tempo. Essa nova condição juvenil, marcada pela ideologia da autonomia, do empreendedorismo e da criatividade, contrapõe-se (fracamente) ao fenômeno global de mudanças de dimensões astronômicas no modelo produtivo, enfatizando a responsabilidade pessoal dos jovens na sua integração no mundo do trabalho.

SOBRE A CONDIÇÃO JUVENIL E A MORATÓRIA SOCIAL NO BRASIL

No Brasil, os jovens ocupam, em muitos sentidos, o centro de questões que comovem o país. As lentes ampliadas dos significados do futuro os focalizam, ao mesmo tempo que os problemas gerados pelo agravamento das crises econômicas, da reestruturação produtiva e do desemprego estrutural são fantasmas que rondam suas vidas. Nunca houve um tempo em que tantos termos, como espírito flexível, empreendedorismo e capacidade criativa, tivessem sido utilizados para se falar aos jovens de como deveriam enfrentar o mundo do trabalho e das oportunidades. Nunca houve tantos programas governamentais, fosse para integrá-los, fosse para contê-los. Por sua vez, eles têm consciência de que o mercado laboral nunca será o mesmo como o do tempo de seus avós e pais, quando a estabilidade e o emprego fixo constituíam o ideal do trabalhador.

Daremos ênfase a alguns aspectos da realidade desses novos tempos: 1) a participação do jovem no mercado de trabalho; 2) sua situação educacional; 3) as concepções, mudanças e experiências na esfera da sexualidade; 4) a cidadania e a participação social; 5) a violência que os acultura, a que sofrem e a que promovem.

Queda na participação do mercado de trabalho e elevadas taxas de desemprego

Os dois pontos assinalados são faces do mesmo fenômeno denominado reestruturação produtiva (Harvey, 2001). Se olharmos para a situação dos jovens brasileiros de forma pessimista, podemos dizer que, no país, são eles as principais vítimas do tipo de desenvolvimento econômico e social globalizado. Segundo documento divulgado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2009), entre 1992 e 2006 a participação dos jovens no total de ocupados no Brasil apresentou queda de 21,8%. Como resultado desse processo, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostra que eles respondiam por 25% da população economicamente ativa e constituíam 47% do total de desempregados no país em 2006 (IBGE, 2007). Em análise da situação, a OIT ressalta que a queda na participação dos jovens no total de ocupados não é, necessariamente,

um indício de piora da inserção juvenil, já que esse cenário reflete o processo de envelhecimento da população, além de evidenciar evoluções positivas no aumento da taxa de escolaridade juvenil e de redução do trabalho infantil. Contudo, adverte a mesma OIT, a queda da participação dos jovens na ocupação total foi muito mais severa do que poderia ser atribuído a esse aumento da taxa de escolaridade e à redução do trabalho infantil.

Na maioria dos países, como informa o estudo da OIT (2009), os jovens apresentam uma taxa de desemprego muito elevada e superior à de adultos, o que também é uma realidade no mercado de trabalho brasileiro. Nesse momento de crise, cerca de 20% dos que têm entre 15 e 24 anos estão desempregados, quando no mercado de trabalho brasileiro a taxa é de 8,5% (IBGE, 2007). Enquanto em 2006 a taxa geral de desemprego era de 8,4% e a dos adultos de 5,6%, para os jovens essa cifra se elevava para 17,8%, sendo, aproximadamente, 3,2 vezes superior à de adultos e 2,1 vezes acima da taxa geral de desemprego.

A diferença de remuneração pelo trabalho entre homens e mulheres também se faz sentir na juventude: 83% das jovens trabalhadoras recebiam até dois salários mínimos contra 72% dos rapazes inseridos no mercado de trabalho. Enquanto 27% deles recebiam mais do que dois salários, havia nessa posição apenas 14% delas. Proporcionalmente, também ganham menos os jovens que têm apenas a escolaridade fundamental (87%), os pertencentes às classes D e E (93%) e os que moram no Nordeste (86%) (Datafolha, 2008).

Escolaridade em idade inadequada e problemas sociais

Esse fenômeno está profundamente associado às desigualdades. A educação formal constitui, na vida contemporânea, o indicador mais forte das possibilidades de inclusão social. O Brasil ainda apresenta uma taxa de 11,1% de analfabetismo, sendo que, do total, 5,8% se referem a jovens na faixa de 15 a 24 anos e 19,0% à faixa de 25 a 29, segundo o IBGE (2007). A cifra menor de analfabetos no grupo de 15 a 24 anos demonstra que o fenômeno do analfabetismo está sendo vencido, mas muito lentamente.

O acesso ao ensino fundamental na faixa etária de 7 a 14 anos, também de acordo com o IBGE (2007), está hoje praticamente universalizado, sem discriminação de cor, gênero ou condição social, e na maioria dos municípios esse nível de ensino é ofertado pelo poder público (88,3%). No entanto, o mesmo não ocorre com o ensino médio e com o ensino superior, direcionados aos grupos de 15 a 17 e de 18 a 24 anos. O percentual de jovens de 15 a 17 anos estudando passou de 69,5% para 82,5% entre 1996 e 2006 (IBGE, 2007), o que é uma notícia alvissareira. No entanto, apenas 47,1% dos jovens estão cursando o nível médio. A maioria ainda frequenta o ensino fundamental. O mesmo ocorre com estudantes de 18 a 24 anos: 12,7% estão no ensino fundamental; 43,8% no ensino médio; e somente 40,1% no nível superior, nível este que seria adequado para essa faixa etária.

Além de essa proporção ser muito baixa, nela se inclui o forte desequilíbrio regional com prejuízo para o Norte e o Nordeste, onde, em alguns estados, os jovens que estão cursando o ensino médio não ultrapassam 29% do total. Enquanto no Sudeste eles são

57,7%, no Sul são 54,8% e, no Centro-Oeste, 48%. Há também desequilíbrios entre as regiões metropolitanas (55,2%), as urbanas não metropolitanas (49,9%) e as zonas rurais (26,9%) (OIT, 2009).

Portanto, conforme assinala o recente relatório da OIT, embora o nível de escolaridade dos jovens seja superior ao dos adultos no Brasil, a frequência ao ensino médio, considerando-se a idade adequada, abrange atualmente menos da metade dos jovens brasileiros de 15 a 17 anos.

A defasagem entre idade e nível escolar e o desinteresse pelos estudos têm várias causas: escassez de vagas e de professores, repetências e ensino repetitivo, inadequado e desinteressante, por exemplo. Mas diz respeito, principalmente, à baixa qualidade do ensino nas escolas públicas ou privadas frequentadas pelas crianças e pelos jovens de baixa renda, fato comprovado pela divulgação dos resultados do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) relativos aos anos de 2008 e 2009 (Weber, 2009). Ora, as dificuldades para se alcançar uma educação de qualidade têm um peso enorme na exclusão da maioria dos jovens brasileiros do mundo econômico, social e cultural, e isso é sentido e denunciado por eles próprios em estudos como o *Fala, Galera* (Minayo *et al.*, 1999).

Além das desigualdades e das defasagens da educação formal, os jovens têm muito pouca opção de realizar sua formação de ensino médio em escolas profissionalizantes. Em um país continental como o nosso, em 2003 havia 140 escolas técnicas federais. Hoje há, por parte do governo, uma corrida contra o tempo no sentido de formar mão de obra qualificada e apropriada para o desenvolvimento do país. São justamente os jovens com insuficiente formação os que estão desempregados ou que são aliciados para o mercado de trabalho das drogas e do crime.

Segundo constatações das quatro pesquisas citadas no início deste texto (Datafolha, 2008; Abramo & Branco, 2005; Ribeiro, Lânes & Carrano, 2005; Minayo *et al.*, 1999), a maioria dos jovens tem aguda consciência das exigências cada vez maiores da sociedade contemporânea quanto a competências e habilidades educacionais, tanto para conseguir emprego como para abrir seu próprio negócio ou para conseguir ascender socialmente.

No entanto, essa consciência encontra pouca resposta de ação propositiva por parte da sociedade adulta na qual eles estão inseridos. Segundo dados do IBGE (2007), em 2006 os mais pobres atingiram, em média, apenas 3,9 anos de escolaridade. Já entre os mais ricos, o número de anos de estudos é em média de 10,2. Esbarramos mais uma vez no fato de que as desigualdades de oportunidade evidenciam a ausência de políticas educacionais efetivas que levem em conta as classes sociais e as situações regionais: no Nordeste, a média de anos de estudos entre os mais pobres hoje é só de 2,9, enquanto no Sudeste é de 5,0 (IBGE, 2007).

Na contagem de 2006, o IBGE (2007) encontrou 1,1 milhão de jovens de 16 a 24 anos que não trabalhavam e não estudavam. E dos que trabalhavam, 54,5% recebiam até um salário mínimo. Da população total de dois milhões de jovens desempregados, cerca de 70% não tinham formação profissional (IBGE, 2007).

Quando falha a educação, a exclusão que se inicia antes do nascimento, pela escassez ou ausência de recursos econômicos e sociais para crescer e se desenvolver, se aprofunda, diminuindo as expectativas rumo ao futuro. E por mais que haja programas públicos e de organizações não governamentais (ONGs) voltados para recuperar o tempo perdido na fase escolar, todas as iniciativas atingem apenas parte dos jovens e nunca conseguem substituir o projeto pedagógico da educação formal.

Dessa maneira, observamos uma espécie de círculo vicioso em que condições de vida muito precárias da família não propiciam ambiente adequado de desenvolvimento; a instituição escolar não consegue dar conta de superar as deficiências instaladas no processo de crescimento e desenvolvimento desde os primeiros anos de vida; a falta de equipamentos de lazer, de cultura e de projetos sociais propicia a ociosidade; os jovens não encontram vagas ou não conseguem disputar um lugar no mercado de trabalho; os níveis de escolaridade e de formação profissional alcançados por eles cada vez os tornam mais defasados da realidade do mercado de trabalho.

Consideramos o fenômeno das desigualdades marcantes da vida social brasileira que afeta principalmente a população jovem, e se expressa na economia, na educação, na cultura e na cidadania, um tipo de violência estrutural (Minayo, 1994). Ela advém de configurações histórico-econômicas e culturais que se reproduzem por muitos meios, tornando vulneráveis suas condições de crescimento e desenvolvimento. Por ter um caráter de perenidade e se apresentar sem a intervenção imediata dos indivíduos, essa forma de violência aparece naturalizada, mas foi construída nas gerações passadas e retrata a distribuição do poder e da riqueza.

Ao finalizar este item, é preciso ressaltar que quem estuda as oportunidades de trabalho dos jovens de hoje apresenta também alguns dados positivos, quando estes dão ênfase à sua capacidade de produzir mudanças no cenário nacional das relações sociais de produção e no âmbito dos processos culturais inovadores. Jovens brasileiros têm se interessado cada vez mais em abrir seu próprio negócio, segundo revela o estudo “Global Entrepreneurship Monitor” (GEM), divulgado pelo Sebrae (2009) em 17 de maio de 2009. Quinze por cento dos brasileiros entre 18 e 24 anos são empresários – aproximadamente quatro milhões de pessoas. Do total de empreendedores do país, 25% têm até 24 anos, o que faz de nosso país o terceiro colocado no *ranking* mundial de empreendedorismo juvenil. A pesquisa constatou também que tem ocorrido uma crescente qualificação dos jovens que decidem montar uma empresa. De acordo com o GEM, 68% deles optam por abrir seu negócio por oportunidade, ou seja, acreditam que o empreendimento pode prosperar, e apenas 32% deles o fazem por necessidade e por não terem outro meio de sobrevivência.

Sexualidade: concepções, mudanças e experiências

Os estudos sobre sexualidade dos jovens dão ênfase a como eles consideram os papéis de homens e mulheres nas relações, a como se posicionam sobre a diversidade

de parceiros, às singularidades da vida amorosa e sexual e a como se comportam em relação à virgindade, ao aborto, à gravidez e às relações sexuais antes do casamento e a como valorizam esses temas.

Observamos que nos últimos trinta anos os filhos dos pais que conformaram a geração dos anos 60 – geração que, dentre as inovações que introduziu na realidade sociocultural, protagonizou a liberação sexual – refletem as mudanças na estrutura e na dinâmica das famílias, da moralidade e da autoridade da religião sobre o cotidiano das pessoas, no mundo ocidental como um todo e também no Brasil. Por exemplo: vale a pena lembrar que em muitos lares de nosso país não existe mais a família tradicional composta por pai, mãe e filhos, embora o modelo de família nuclear continue como ideal. E que a fase do namoro, antecedida pela fase do ‘ficar’ – etapa de menor compromisso e maior quantidade de relacionamentos, como será longamente tratado neste livro –, ocorre comumente tendo como ambiente a casa dos pais. Os parceiros, em vez de buscarem outros locais para seus relacionamentos amorosos, acabam se refugiando na casa de suas famílias, dividindo o quarto e a cama dos parceiros ou parceiras. Os motivos mais usados para justificar tal comportamento são a busca de maior segurança e o fato de o sexo passar a ser encarado com mais naturalidade. No entanto, se por um lado os pais de todas as classes sociais estão mais permissivos – embora os segmentos populares sejam mais conservadores do que a classe média, como vários estudos atestam –, por outro continua a existir dificuldade por parte de muitas famílias em aceitar que seus filhos transem sob o mesmo teto que eles. A principal causa dessa interdição são valores negativos quanto ao sexo fora do casamento, razões religiosas e medo de estarem acobertando promiscuidade, pois muitos acreditam que seus filhos trocam constantemente de parceiros.

A pesquisa sobre juventude e sexualidade levada a cabo por Abramovay, Castro e Silva (2004), a do Datafolha (2008) e a do Instituto de Cidadania (Abramo & Branco, 2005), assim como a que apresentamos ao leitor neste livro, ressaltam sinais claros das várias transformações e dos múltiplos sinais contraditórios que se apresentam sobre o assunto: existe muito mais liberdade de ação nesse campo, e ao mesmo tempo persistem travas patriarcalistas que atravessam toda a vida privada e social dos jovens brasileiros. É importante ressaltar que essas travas fazem parte do processo de formação cultural e são acionadas, sobretudo, pelos mecanismos de educação das crianças e dos adolescentes. Ressaltamos também que existe, na atualidade, uma reflexão mais amadurecida sobre o tema da sexualidade por parte dos próprios jovens, pois, na medida em que gozam de maior liberdade de comportamento, sentem-se também mais responsáveis por seus atos.

Por ser um tema muito extenso e pelo fato de este livro se dedicar em profundidade ao assunto, damos ênfase apenas a três tópicos: as questões do aborto, da virgindade e da gravidez.

Segundo a pesquisa Datafolha (2008), 87% dos jovens consideram o aborto moralmente errado. Essa questão é tratada de forma bastante controversa, apontando o forte constrangimento social e religioso que a cerca. Encontramos em todas as três pesquisas

citadas uma relativa heterogeneidade nos posicionamentos dos jovens sobre o assunto. Mas os índices de concordância apresentam-se maiores nas situações amparadas pela lei: os casos de estupro, os casos em que a mãe corre risco de vida e os casos em que são detectados, do ponto de vista médico, defeitos ou doenças muito graves. A pesquisa Datafolha (2008) indica que 33% das jovens brasileiras de 15 a 24 anos conheciam alguém que fez aborto, mas só 4% admitiram ter recorrido ao procedimento. Em nosso estudo, encontramos 9,2% das jovens (de 15 a 19 anos) que fizeram aborto uma vez na vida, e 1,2% mais de uma vez. Continua bastante vigente a ideia de que somente às mulheres cabe a responsabilidade pela fecundação. A negociação do uso do preservativo masculino, por exemplo, costuma esbarrar em padrões sociais pautados no machismo que muitas vezes têm a cumplicidade das meninas, sobretudo quando há insegurança afetiva e forte componente de amor romântico. Muitas delas, segundo nossa pesquisa, declaram que não pedem aos meninos que o usem por ter vergonha de fazê-lo, para não quebrar o clima de romantismo e por entender que a iniciativa deveria partir deles.

Abramovay, Castro e Silva (2004) encontraram 14,7% das jovens entrevistadas que já haviam engravidado de 10 a 14 anos. A pesquisa do Instituto de Cidadania (Abramo & Branco, 2005) encontrou 7% das adolescentes abaixo de 17 anos que haviam engravidado, percentual que sobe para 22% na ampla faixa etária de 15 a 24 anos. Essa mesma pesquisa indicou que 41% dos jovens – dos quais 52% eram meninos e 30% meninas – haviam tido sua primeira relação sexual entre 15 e 17 anos e 52% ainda eram virgens (40% dos rapazes e 64% das moças). Esse percentual cai para 25% na ampla faixa de 15 a 24 anos. Em nosso estudo, encontramos a idade média da primeira relação sexual aos 14,8 anos; e 0,4% das meninas e 2,1% dos meninos de 15 a 19 anos que já são pais. Embora não possamos simplificar as razões de cada indivíduo nos seus depoimentos, as meninas que iniciaram sua vida sexual precocemente costumam dizer que quando se entregaram acreditavam ter encontrado o amor de sua vida. E os meninos afirmam que essa busca prematura teve por mote provar sua masculinidade. Todas as investigações aqui citadas indicam que a idade média da primeira relação sexual é mais baixa entre os jovens do sexo masculino e que existe uma forte pressão entre eles para que sua vida sexual se inicie mais cedo.

É importante ressaltar, porém, que iniciação sexual precoce não significa a mesma coisa que promiscuidade, tema frequentemente alimentado pelo medo e pelo desconhecimento dos pais, educadores e grupos religiosos. Na verdade, existe entre os jovens uma moral de convivência e de limites nas relações que permeiam o ‘ficar’, o namoro e o casamento. A pesquisa de Abramovay, Castro e Silva (2004) mostrou, por exemplo, que 70% dos jovens entrevistados tiveram relações sexuais apenas com um parceiro. Em nosso estudo, encontramos 72,3% dos estudantes com um parceiro fixo, 17,2% com parceiros não fixos e 10,5% com ambos. Assim, é preciso separar o tempo do ‘ficar’, quando a experimentação se multiplica, e o tempo que eles consideram ‘namoro sério’, em que as relações se estreitam e se solidificam.

No que concerne ao machismo que tem lugar privilegiado nas relações sexuais e afetivas, a pesquisa Datafolha (2008) encontrou 33% dos rapazes entrevistados que são contra a mulher trabalhar fora de casa, evidenciando que seu papel é cuidar do lar e dos filhos, a não ser que existam sérias necessidades financeiras para que entrem no mercado de trabalho. Vale a pena lembrar que, no Brasil, 29,2% dos lares são chefiados por mulheres que estão no mercado de trabalho e criam seus filhos.

Em resumo, podemos dizer que os jovens hoje tendem a iniciar a vida sexual precocemente, a dar menor valor à virgindade e a considerar o sexo importante tanto para homens como para mulheres. Há mais pluralismo nas vivências sexuais e inovações nas paqueras e nas transas, ainda que exista um bom número de jovens que continue a valorizar a prática sexual apenas depois do casamento consumado. Apesar de todo o intenso movimento cultural de liberação sexual, é preocupante que pouco mais da metade dos jovens se proteja devidamente contra doenças sexualmente transmissíveis (DST), que mais meninas enfrentem gravidez precoce e que continue a persistir forte discriminação, por parte deles mesmos, a respeito de seus colegas e de suas colegas homossexuais.

Concluimos este item afirmando que o tema da sexualidade desperta curiosidade, sentimentos de prazer e de amorosidade, mas também provoca medos e dúvidas não só entre os jovens, mas principalmente entre pais e professores. Fica evidente, em todos três estudos já citados, que lhes falta uma orientação sexual adequada e sincera por parte dos adultos. A maioria se aconselha com os amigos. Abramovay, Castro e Silva (2004) informaram que um terço dos pais ouvidos na sua investigação não dialogavam com os filhos sobre o tema; 40% não tinham conhecimento sobre DST; e 27% dos professores não dispunham de informações suficientes sobre o assunto. E nas escolas, as conversas sobre sexo costumam ficar restritas às aulas de ciências e biologia.

Novas formas de viver a cidadania, a comunicação e a democracia

Quando consideramos a visão política dos jovens, os dados das quatro pesquisas citadas (Datafolha, 2008; Abramo & Branco, 2005; Ribeiro, Lânes & Carrano, 2005; Minayo *et al.*, 1999) mostram que parte significativa deles não participa nem tem interesse em participar de organizações ou movimentos sociais tradicionais. Todas essas pesquisas ressaltam que jovens e adolescentes, nascidos depois dos anos de ditadura, sentem pouco ou quase nenhum benefício de uma democracia que não lhes proporciona oportunidades. Os pesquisadores do Datafolha (2008) chegaram a dizer que existe na juventude brasileira atual uma opção pela direita, que é predominante entre os que têm escolaridade fundamental (41%) e entre os que têm renda familiar mensal de até dois salários mínimos (40%). Entre os que têm escolaridade superior, a pesquisa revelou que 35% se classificaram como de direita e 30% de posição política de centro. Essas posturas que observamos também na pesquisa *Fala, Galera* (Minayo *et al.*, 1999), se repetem com algumas nuances e diferenças nos estudos realizados em 2005 e 2008.

Sobre essa certa apatia para a política, consideramos que não é possível tirar conclusões precipitadas. Temos pouca clareza do que significa para a sociedade atual – muito mais pluralista – o que é ser de direita ou de esquerda. Talvez nossas indagações estejam equivocadas em relação a um mundo multipolarizado em que perguntas unívocas ou biunívocas são muito pouco esclarecedoras – e em que a tradicional forma classificatória das posições políticas está decadente no mundo inteiro, como já anunciara Hobsbawm (1995). Este autor mostra que isso é verdade tanto a respeito dos partidos tradicionais como de todas as outras formas organizadas de poder que marcaram a sociedade industrial (sindicatos, fábricas, escolas, universidades, por exemplo).

Ficher (2005), em pesquisa que trabalha com análise do discurso sobre programas de TV, mostra algumas questões curiosas em relação ao pensamento dos jovens quanto a sua participação no mundo, sobretudo no mundo midiático. A autora ressalta que existe um aprendizado diário, vivido por eles, em relação a uma espécie de estado de perdição, de vazio, de confusão generalizada, em relação ao que entendem e experimentam como vida pública e vida privada.

As análises dos programas e os debates realizados pelos próprios jovens mostram que uma grande parte da produção da mídia funciona para eles como se fosse uma espécie de cobertura plena desses vazios. Ela atua com aquilo que poderia ser simbolizado, no sentido psicanalítico (Foucault, 2004). Ou seja, jornais, programas de TV e revistas vão conferindo incansáveis sentidos para acontecimentos, objetos, grupos sociais, pessoas, atos políticos, desejos, em todas as dimensões da vida. O sentimento de confusão e medo se revela muito forte diante de um mundo violento, diante da perspectiva do desemprego e da exclusão e mediante a falta de outras referências.

Quando perguntados de que têm medo, a pesquisa Datafolha (2008) revela que 23% dos jovens citam, espontaneamente, a morte. A morte de pessoas próximas é mencionada por 17% deles, sendo que 10% referiram-se à dos pais. Vem a seguir: o medo do desemprego (7%), de ter problemas de saúde, de doenças (4%), da solidão (3%), da falta de dinheiro e de não alcançar as metas que traçaram para suas vidas (2%). Entre os homens que têm 16 ou 17 anos, o medo da morte chega a 29%. Esse temor se alia a uma espécie de imobilidade diante das distâncias entre ricos e pobres, negros e brancos, heterossexuais e homossexuais.

O caminho de mudança dessas percepções perturbadoras deve ser trilhado coletivamente, tirando a juventude do lugar de bode expiatório da negação da política e da responsabilidade exclusiva por transformá-la por meio da sua participação. O desafio que se apresenta para os adultos, para os pesquisadores e para as instituições, bem como para a própria democracia, é, antes de tudo, o reconhecimento da variedade de formas de atuação dos jovens, para que suas vozes sejam ouvidas, para que se criem mecanismos de apoio e espaços abertos para sua efetiva participação. As lutas políticas da juventude hoje são diversificadas e acompanham as demandas percebidas pelos segmentos representativos: ambientalistas, jovens portadores de necessidades especiais, lésbicas, *gays*,

bissexuais, transexuais, por exemplo. Há grandes demandas em áreas como educação, acesso a ensino médio e superior, erradicação do analfabetismo, passe livre, meio passe, direito de transitar pela cidade e conhecer o que ela tem a oferecer, trabalho, primeiro emprego, dentre outras. Os grupos culturais demandam muito o reconhecimento como profissão e, com isso, a obtenção de renda e a legitimação social. A promoção de igualdade racial e de gênero e o direito à livre orientação sexual também figuram entre as principais bandeiras da juventude contemporânea.

Ficher (2005) ressalta que nos relatos em grupo focais sobre a vida de cada um, sobre o que fazem nas horas livres, que vídeos escolhem, que filmes veem, que tempo dedicam a ler, a ouvir música, a dançar e namorar e a que ‘tribos’ pertencem, os jovens destacam questões cruciais, como o sonho de liberdade e, por oposição, a certeza de que todos nós (especialmente eles) somos sempre fortemente controlados socialmente. No debate sobre as dificuldades vividas quanto às suas experiências com os ‘outros’, os ‘diferentes’, eles, em geral, mostram-se abertos a compreender, a respeitar ou a tolerar as diferenças de opção sexual, étnica, a condição econômica e o pertencimento a outras tribos. Porém, da mesma forma que ocorre com os adultos, expressaram também suas contradições, seus medos, em um movimento oscilante entre a abertura a novos modos de ver o mundo e a repetição das lições conservadoras aprendidas tanto na mídia como nos demais âmbitos da vida social.

Em revisão temática sobre ‘juventude e participação’, Boghossian e Minayo (2009) concluem que houve um avanço significativo nas formas como a juventude é pensada nos estudos do século XXI, em relação à literatura produzida até o final dos anos 90. Tais mudanças tendem a influenciar as análises e as reações da sociedade ante o comportamento atual dos jovens. No entanto, a categoria ‘participação’, que também tem sido repensada, vem se desenvolvendo mais no plano teórico do que no prático, tendo em vista o quadro crescente de exclusão social, pobreza, desigualdades e segregação política que permeia a vivência da maioria dos jovens.

Vários estudos, já em uma perspectiva mais aberta e atual, mostram que são patentes novas formas de atuação e mobilização que as instituições formais raramente identificam. Boghossian e Minayo (2009) entendem que há necessidade de chamar os jovens para as instâncias de decisão. Mas é preciso também investir para que os adultos que as dirigem possam reconhecer e valorizar os temas trazidos por eles e que os mobilizem, assim como é necessário dar força aos numerosos mecanismos de participação que vêm sendo inventados por eles e atualizados de forma criativa, mobilizadora e, muitas vezes, transgressora.

No âmbito das políticas públicas, têm sido criados novos espaços de interlocução e de representação – como os conselhos de juventude, redes e fóruns – que precisam ser ainda mais ocupados e legitimados por gestores, por educadores, por movimentos e organizações sociais e pelos próprios jovens. As barreiras maiores continuam sendo as do preconceito, em relação às quais jovens do mundo inteiro têm atuado por meio de

expressões e conexões múltiplas, como a arte, o pensamento ecológico, a espiritualidade e a valorização da diversidade. Fala-se muito sobre a necessidade de se criar pontes, de traduzir as demandas juvenis como questões para o espaço público, de fortalecer os jovens como atores políticos. Boghossian e Minayo (2009) consideram que existe certo abuso nesse discurso, o qual acaba por descaracterizar as demandas dos jovens e reproduzir formas viciadas de participar, afastando-os da arena política.

É evidente que as representações negativas da política e a baixa participação nos seus espaços institucionais atingem a sociedade como um todo. Vários autores têm apontado o quanto a globalização da economia vem afetando as políticas sociais, na medida em que interferem frontalmente no papel desempenhado pelo Estado-Nação. Tal mudança obriga a repensar as perspectivas e as possibilidades da democracia e da cidadania. Observamos um novo borbulhar da ‘participação’ nos fóruns sociais mundiais, na pulverização e na universalização das associações da sociedade civil e nas redes, em que existem formas de atuação efetiva.

Esse movimento de integração a partir de outras formas participativas deve ser visto como parte da globalização social e cultural dos jovens, o que, por sua vez, se relaciona com o reconhecimento de diferentes modos de mobilização da sociedade como um todo. Nesse mesmo processo, existe uma ressignificação de antigos conceitos, tais como o de cidadania e o de democracia.

Gostaríamos de ressaltar ainda que os jovens brasileiros, graças à elevação dos seus níveis educacionais (já constatados e apesar de todas as desigualdades), e dotados que são de predisposição a mudanças, mostram-se capazes de aproveitar as transformações trazidas pelas revolucionárias tecnologias de comunicação e de produção, inclusive para o exercício de sua cidadania. Eles têm, por isso, potencial para se tornarem atores estratégicos do desenvolvimento nacional em uma nova fase do desenvolvimento do país e de sua inserção no mundo. Na pesquisa Datafolha (2008), 74% declararam ter o hábito de acessar a Internet. Entre os que têm 16 e 17 anos, o percentual chega a 83%. Entre os que têm nível superior de escolaridade, sobe para 98%.

Vivências de violências como características contemporâneas

Segundo a pesquisa Datafolha (2008), na opinião de 22% dos jovens entrevistados a violência é o principal problema do mundo hoje. Esse tema fica nove pontos à frente da fome, da pobreza e da miséria, citadas espontaneamente por 13% deles. As questões ambientais vêm logo a seguir, com 9% de menções, das quais 5% se referem especificamente ao aquecimento global. São citados ainda como grandes problemas do mundo contemporâneo, entre outros: corrupção, desemprego (8% cada), tráfico e consumo de drogas, desigualdade social (7%), poluição do ar e da água, guerras (4% cada), saúde (3%), sistemas políticos e sistema educacional (2%).

A violência também aparece no topo da lista como principal problema do Brasil, com 17% das menções, mas em situação de empate com a corrupção, citada por 16%

deles. Desemprego, fome, pobreza e miséria são questões mencionadas por 13%. Vêm, a seguir, agravos à saúde (9%, dos quais 3% se referem especificamente à epidemia de dengue que assola o país), desigualdade social (6%), a política e os governantes (5%), falhas na educação (5%), drogas (4%), problemas econômicos (3%), ambientais (2%) e discriminação (1%).

Buscaremos aprofundar um pouco mais o tema da violência, tão citado pelos jovens, com base em três focos: a violência familiar com suas diversas expressões, a violência social tão temida e a infração juvenil. Observaremos os jovens como vítimas, aprendizes e autores de violência, em contraste com sua perspectiva que enxerga esse fenômeno como uma externalidade, um mal que os atormenta e que eles temem.

• Violência familiar

A família e a saúde são os principais valores na vida dos jovens brasileiros de 16 a 25 anos de idade: praticamente a totalidade (99%) as julga importantes ou muito importantes. A família é considerada o valor mais importante da existência (Datafolha, 2008). No entanto, como veremos a seguir, essa instituição tão fundamental não só é um foco de violência como também socializa a beligerância dos jovens.

Hoje, a violência na família constitui um dos grandes problemas para crianças e jovens. Trata-se de um problema novo? Não, pelo contrário. As crianças e os adolescentes do século XXI continuam vulneráveis e, muitas vezes, serão os reprodutores dessa situação. A violência que ocorre no seio da família, sobretudo a violência conjugal, é um problema universal, um (anti)valor de longa duração, como diria o historiador Fernand Braudel (2005), e de difícil solução. Sua base é o patriarcalismo, um sistema cultural segundo o qual o homem adulto é o chefe da casa, e todos – mulher, filhos e agregados – devem estar sob suas ordens. O patriarcalismo considera também que o masculino é o sujeito da sexualidade, e o feminino, seu objeto. Nessa ótica, o masculino é ritualizado como o lugar da ação, da decisão, da chefia da rede de relações familiares e da paternidade como sinônimo de provimento material. Da mesma forma, e em consequência, o masculino é investido significativamente com a posição social (naturalizada) de agente do poder e da violência, havendo, historicamente, uma relação direta entre as concepções vigentes de masculinidade e o exercício do domínio das pessoas, das guerras e das conquistas (Minayo, 2005a).

No caso das relações conjugais, segundo a prática cultural do ‘normal masculino’, a predominância da cultura da violência ocorre contra a mulher e é exercida pelo homem como ato corretivo. Por isso, em geral, quando acusados, os agressores reconhecem apenas seus excessos e não a função disciplinar da qual se investem em nome de um poder e de uma lei que julgam encarnar. Geralmente, quando narram seus comportamentos violentos, maridos e namorados costumam dizer que primeiro buscaram avisar, conversar, e depois, se não são obedecidos, batem. Consideram que as atitudes e ações de suas mulheres, namoradas e filhas estão sempre distantes do comportamento ideal

do qual se julgam guardiões e, portanto, precisam garantir e controlar. A associação da mentalidade patriarcal e a rivalidade presumida entre homens por sua posse e seu controle estão sempre presentes nas agressões por ciúme (medo da perda do objeto sexual e social), cujo ponto culminante são os homicídios pelas chamadas ‘razões de honra’. No entanto, a mulher também é autora de agressão, e como observaremos no decorrer deste livro, em termos quantitativos cometem mais atos de agressão psicológica e física do que os homens nas relações de namoro e conjugais.

Os estudos e as pesquisas mostram que existe uma tendência de reprodução da violência familiar por meio da socialização dos jovens. Os fatores desencadeantes ou de risco ocorrem dentro de um terreno de permissibilidade cultural. Os pais que se agridem mutuamente tendem a responder ao estresse (problemas de desemprego, no trabalho, doenças, dívidas e outros) com violência. E famílias que adotam a violência como forma de comunicação costumam entrar em um círculo vicioso de repetição do que ocorreu com seus antepassados, legando aos filhos tal padrão, a não ser que haja algum nível de intervenção benéfica que possa quebrar a cadeia reprodutiva.

Em resumo, há vários paradoxos quando analisamos a situação familiar dos jovens: a família é o *locus* onde o ser humano encontra amor, apoio e gentileza e, ao mesmo tempo, vivencia a violência como forma de socialização; é o lugar onde a pessoa pode relaxar e descansar das tensões do mundo externo, e também é o espaço em que ela costuma passar por elevados e variados graus de conflitos, destacando-se os que se referem a relações conjugais, deveres parentais e comunicação intergeracional. Há uma expectativa muito grande de provisão das necessidades básicas e das condições necessárias ao crescimento e desenvolvimento das crianças e dos jovens pela família, ao mesmo tempo que existem frustrações permanentes quanto à realização dessas demandas.

• O jovem como vítima

Tanto a violência familiar quanto a violência social contra os jovens ocorrem de várias maneiras. E nas tipologias que apresentaremos a seguir, as duas se cruzam. A punição física é a forma mais comum de violência familiar que afeta os jovens depois das agressões verbais. Ela provê um treinamento básico para a violência social, o que geralmente começa na infância. Quando a punição física é utilizada, várias reações se instauram: a criança ou o jovem aprende a fazer ou a não fazer o que o castigo ensina; associa amor com a violência; cria-se no âmbito do lar, da escola ou de outras instituições uma espécie de moral social segundo a qual seus membros podem se bater e justifica-se a punição como pedagogia. E nos lares, costuma-se legitimar a violência quando os pais estão cansados, frustrados e com raiva.

Existe uma relação entre infração juvenil e punição física, rejeição familiar, violência psicológica, por causa de sentimentos ambíguos, confusos e vingativos, angústia, raiva, ansiedade, medo, terror, ódio e hostilidade que esses fenômenos geram. Existe também uma sutil associação entre maus-tratos, baixa autoestima, baixa escolaridade e violência social.

Flores (2002) encontrou alguns fatores que predispõem os jovens a cometerem infrações, como é o caso dos maus-tratos na infância, que aumentam 1,7% vez a chance de desenvolver doenças mentais em um ambiente hostil. Esse autor fala de uma combinação explosiva entre ambiente familiar hostil e fragilidades biológicas, neurológicas, atraso no desenvolvimento psicomotor, complicações no parto e no primeiro ano de vida. O documento oficial da OMS (2002) sobre violência e saúde no mundo também ressalta fortemente a relação entre complicações no parto e violência. Apoiando estudos de Kandel e Mednick (1991), segundo os quais 80% de jovens presos estudados por eles na Dinamarca tiveram complicações no parto. Os estudos de Kandel e Mednick alertam, no entanto, que essas complicações têm peso maior em relação à predisposição para cometer infrações quando associadas a um histórico de doenças psiquiátricas dos pais. Essa dinâmica, que inclui características individuais, ambiente familiar e ambiente social adverso, costuma eclodir na adolescência. No caso dos mais pobres e com poucas opções no mercado de trabalho, muitos encontram nas gangues uma forma de sobrevivência econômica e de realização cultural. Nesses grupos, a atração vem da combinação entre o ambiente de ousadia, a audácia de atuar no limite do proibido e do ilegal e a vontade de experimentação, própria dessa etapa da vida.

A violência sexual é outro tipo de abuso comum contra crianças e jovens e ocorre principalmente no ambiente familiar, embora aconteça também no âmbito comunitário e social. O Relatório do Fundo das Nações Unidas para a Infância para 2005 (Unicef, 2005) estimou que 20% das crianças e dos adolescentes brasileiros passam ou passaram por esse sofrimento. As principais vítimas são meninas. E os agressores são: o pai, o padrasto ou pessoas conhecidas e de relacionamento próximo à vítima. Essa forma de abuso costuma ter como consequência: gravidez precoce e abortos clandestinos; abandono do lar pelas meninas e pelos meninos e fuga de crianças e jovens para as ruas. A violência sexual também tem impacto sobre o adoecimento das vítimas, tanto do ponto de vista físico como do mental, o que se exterioriza a curto, médio e longo prazos. Pesquisa de Lippi (2003) sobre a demanda de serviços de emergência em casos de tentativas de suicídio revelou que 53% das pessoas que procuravam o hospital por esse motivo haviam sofrido ou estavam sofrendo abuso sexual na infância e na juventude. Esse autor observou também uma verdadeira sinergia de várias formas de abuso (físico, psicológico, negligências) com as violações sexuais e com os motivos apresentados pelas pessoas para o desencadeamento das tentativas de suicídio.

Há uma variedade de sintomas associados, dependendo da idade, das condições psicológicas das vítimas, da sua história anterior, do grau de parentesco com o abusador e da frequência e repetição do ato. A violência sexual se expande para além do âmbito doméstico na forma de exploração e turismo sexual, cujas estatísticas mundiais situam o Brasil entre os países com elevado número de crianças e adolescentes exercendo a prostituição, muitas vezes com a anuência dos próprios pais.

A violência psicológica é uma forma sutil de abuso que acontece principalmente no seio das famílias e nas escolas. Ela ocorre quando os adultos sistematicamente depreciam os jovens, bloqueiam seus esforços de autoestima e os ameaçam de abandono e crueldade. Essa forma de relacionamento, também difícil de ser quantificada, provoca grandes prejuízos à formação da identidade e da subjetividade, gerando jovens medrosos ou agressivos que dificilmente aportarão na sociedade todo o potencial que poderiam desenvolver. Geralmente, os problemas que redundam em baixa autoestima se acentuam na adolescência, quando a crise de autonomia e os arroubos de rebeldia aumentam. Esse tipo de abuso passa pela forma com que pais e adultos concebem a ideia de que a melhor forma de educá-los é humilhá-los. O abuso psicológico frequentemente está associado a distúrbios do crescimento e do desenvolvimento psicomotor, intelectual e social.

As negligências também representam violência pela omissão em relação à proteção integral. Para os jovens, podem significar a falta de provimento de alimentos, roupas, cuidados escolares e médicos e de outros elementos que são necessários ao desenvolvimento e ao crescimento. Culminam na ausência de limites, no abandono da família e em uma vida social deficiente. A negligência costuma se apresentar em situações limítrofes entre pobreza e maus-tratos. No entanto, nas classes mais abastadas, a ausência real e moral dos pais em relação ao diálogo, ao afeto e à atenção aos filhos é muito frequente, tendo fortes repercussões no comportamento juvenil, inclusive nas experiências de delinquência.

Quando os jovens, respondendo à pesquisa Datafolha (2008), falaram de seu medo da violência, dificilmente estariam se referindo à tipologia que traçamos aqui. Seus temores se referiam à violência social dos assaltos, dos sequestros, das balas que os dizimam e dos acidentes de trânsito. A maioria deles vê a violência como uma externalidade que os afeta. Entre os que têm muito medo, destacam-se as meninas (33%, ante 18% dos meninos), os de renda familiar até dois salários mínimos (31%), os pertencentes aos estratos D e E (33%), os que não trabalham atualmente (31%), os casados ou que moram com seus companheiros (média de 34%), os que têm filhos (33%) e os jovens do Nordeste (37%) (Datafolha, 2008).

Em relação à violência social difusa que tanto temem, os jovens também têm razão. Um em cada três deles (29%) disse que já foi assaltado alguma vez, principalmente os do sexo masculino (34%), os que têm entre 22 e 25 anos (36%), os que cursaram nível superior (45%), os que ganham mais de cinco salários mínimos (47% em média), os pertencentes às classes A e B (39%). Quando se considera a natureza dos municípios, os jovens das capitais foram muito mais vítimas de assaltos do que os que residem no interior: 50% contra 20%, respectivamente (Datafolha, 2008).

Mas a situação também é de risco em relação à morte por violência. Em uma análise que focaliza a mortalidade no grupo dos 15 aos 29 anos, no período de 1980 a 2005, Souza e Minayo (2009a, 2009b) mostram que os acidentes e violências que já constituíam a primeira causa de morte dos jovens brasileiros na década de 1980 passaram a ter ainda

maior importância, quando comparamos o início e o final do período em questão: entre os homens, esses percentuais subiram de 61% para 77% em relação a qualquer outra causa de morte; entre as mulheres, os eventos fatais cresceram de 25% para 35% dos óbitos por todas as causas.

A mortalidade provocada pelos acidentes e violências que incidem principalmente nos jovens do sexo masculino tem repercussões na expectativa de vida de todos os brasileiros. Dados do IBGE (2007) indicam que o brasileiro, em 2006, tinha a esperança de vida, ao nascer, de 72,4 anos, sendo que os homens, de 68,7; e as mulheres, de 76,2. As diferenças da expectativa entre os sexos, com vantagem para o grupo feminino, em grande parte se devem às mortes precoces dos jovens – o que ocorre em todas as regiões, embora de forma diferenciada: o Nordeste tem a menor esperança de vida para ambos os sexos (65,8 para o masculino e 73,3 para o feminino). A região Sul apresenta os melhores dados, com expectativa de 71,1 para os homens e de 78,0 para as mulheres. Na região Sudeste, onde as taxas de mortes violentas dos jovens do sexo masculino são as mais elevadas do país, a diferença da esperança de vida entre homens e mulheres chega a ser de oito anos.

- **O jovem como infrator**

Embora o temor da violência seja a maior apreensão da juventude brasileira atual, os jovens também constituem um grupo social que comete violência, segundo as estatísticas em segurança pública.

A violência praticada por jovens, que se expressa na infração juvenil, no passado era relegada à área de segurança pública. Hoje ela invade também o lar das famílias brasileiras através da mídia e está associada ao aprisionamento domiciliar que a população vem vivenciando em resposta à insegurança no espaço comunitário. Isso ocorre principalmente nos grandes centros urbanos e alcançou os profissionais de saúde diretamente, ao fragilizar ainda mais os serviços públicos de atendimento e ao tornar muito mais complexo o ato cirúrgico. Aos médicos, a situação de exacerbação dos conflitos sociais e, em particular, da infração juvenil trouxe à baila a noção de que seus pacientes não são apenas vítimas frágeis, mas às vezes cometem violências e brincam com poderosas armas de destruição. Assim, novas fontes de informação e de reflexão se tornaram necessárias para o enfrentamento desse problema.

A infração juvenil está relacionada a vários fatores que vão desde o nível subjetivo, com problemas de socialização familiar e escolar, até a influência do ambiente comunitário e social violento ou de aprovação do crime. No caso brasileiro, o peso da mortalidade dos jovens por homicídio vem associado ao uso de armas de fogo, conforme já relatado nos dados apresentados e em estudo específico de Peres (2004).

Mais do que as precárias condições socioeconômicas, a falta de interação entre pais e filhos ou a ausência do pai, a existência de parentes com problemas psicopatológicos e problemas escolares são fatores que contribuem fortemente para a inserção dos

jovens no mundo do crime (Assis, 1999). Há ainda outros elementos predisponentes: 1) famílias monoparentais, sobretudo as chefiadas por mulheres, cuja administração lhes gera sobrecarga de atividades e atribuição precoce de responsabilidades para o adolescente; 2) famílias em que há pouco diálogo e os jovens não encontram ambiente para expressão de seus conflitos; 3) pais distanciados da vida cotidiana de seus filhos e que se alienam em relação aos amigos deles, seus lugares de lazer, seus medos, seus sonhos e expectativas de futuro; 4) familiares comprometidos com problemas de alcoolismo ou uso de drogas; 5) familiares participantes de grupos criminosos; 6) uso abusivo de drogas pelos próprios adolescentes. É preciso ressaltar também que a defasagem nos níveis de ensino, a baixa escolaridade e a pouca adaptação à vida escolar estão presentes na vida da maioria dos jovens infratores (Assis, 1999; Assis & Avanci, 2004; Assis & Constantino, 2005).

As conclusões de Assis (1999), Assis e Avanci (2004) e Assis e Constantino (2005) confluem com a pesquisa de Dowdney (2005) sobre fatores de risco familiares, escolares e comunitários para o cometimento de infrações por jovens, em uma perspectiva comparativa em 11 países: pertinência a famílias uniparentais; história geracional de violência no lar; vivência em casas superlotadas; histórico escolar fraco; educação formal vista como algo que não vale a pena; mau comportamento no âmbito escolar; expulsão da escola e aversão aos estudos e à instituição; e, de forma indireta, o fato de os pais terem baixa escolaridade.

Sobre a influência do contexto ambiental, a Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (Febem) de São Paulo divulgou um estudo a respeito dos bairros de origem dos internos das instituições que abrigam jovens em cumprimento de medida socioeducativa. Não por acaso, existe uma elevada correlação entre bairros mais violentos de São Paulo e maior número absoluto de homicídios entre 1996 e 1999. Cerca de um quarto dos internos da Febem paulista residia nesses locais, o que significa que tais jovens cresceram em contextos violentos, na periferia de uma das cidades mais violentas do mundo (Khan, 2007).

O relatório de 2005 do Fundo das Nações Unidas para a Infância e Adolescência (Unicef, 2005) destaca a questão da disputa de territórios por parte de grupos criminosos como uma das principais causas de morte entre os jovens nos grandes centros urbanos. Por exemplo: no Rio de Janeiro, a dominação de algumas áreas por diferentes facções criminosas ligadas ao tráfico de drogas afeta, inclusive, jovens que não têm envolvimento direto com essas atividades. A demarcação real e simbólica transforma qualquer pessoa que não seja de uma determinada área em inimigo ou “alemão” (denominação dada pelos jovens do tráfico ao outro não pertencente a sua localidade ou a sua facção). O envolvimento dos adolescentes e jovens em gangues e grupos criminosos, portanto, aumenta os índices de violência sofrida e praticada. Os estudos comparativos de Dowdney (2003, 2005) apontam a idade média de 13 anos para entrada nos grupos de criminalidade e também uma tendência à diminuição da idade para o envolvimento.

Dowdney (2003, 2005) apresenta similaridades e especificidades nas formas como ocorre o envolvimento de jovens com a criminalidade em vários lugares do mundo. Esse autor indica alguns fatores de risco social, ampliando a reflexão já assinalada sobre o universo familiar, escolar e comunitário: concentração de pobreza urbana; alta porcentagem de jovens desempregados e com baixo nível de escolaridade; presença limitada ou desigual do Estado; corrupção do Estado; aparato violento do Estado; acesso a economias ilícitas; e acesso a armas de pequeno porte. É claro que a violência estrutural vem combinada e ao encontro de motivos subjetivos e dificuldades sociais: desejo de possuir alguns bens de consumo próprios das classes abastadas; poucas alternativas de inserção social e no mercado de trabalho; acesso facilitado a armas; busca de prestígio e de relacionamento facilitado com o sexo oposto; relações duradouras de amizade com indivíduos delinquentes; o fato de viver na rua; sentimento de vingança por parentes mortos.

Segundo Dowdney (2005), é preciso levar em conta a ideia de que os grupos de jovens infratores, embora perigosos, preenchem certas funções sociais, políticas e econômicas nas comunidades que dominam: oferecem aos jovens excluídos um caminho rápido para alguma forma de pertencimento ou inclusão social, política ou econômica, mesmo que limitada; oferecem estímulo e diversão em locais onde não há muito o que fazer. São, contudo, estruturas violentas promovendo o uso de armas de fogo entre crianças e adolescentes como forma de progredir e de inseri-los em confrontos armados.

Por sua vez, esse mesmo autor assinala algumas tendências de comportamento da sociedade atual para lidar com os jovens em situação de violência armada – legislação repressiva; policiamento repressivo e reativo; detenção e confinamento; mortes e execuções sumárias –, o que aumenta sua vulnerabilidade.

Dowdney (2005) afirma ainda que, geralmente, os programas de prevenção e de reabilitação são limitados e subfinanciados, revelando a ausência de políticas eficazes para prevenir ou eliminar as causas principais que levam crianças e jovens a se envolverem com situações graves de violência, sobretudo a que diz respeito ao uso de armas de fogo.

O conteúdo abordado neste capítulo introduz o tema das questões de gênero nas relações de namoro entre jovens, contextualizando essa etapa da vida com as peculiaridades do século XXI. Entendemos com Groppo (2005) que a condição juvenil, em qualquer época histórica, é portadora de força e de fraqueza: se existe sempre a possibilidade de negar aquilo que é dado como eterno e de buscar mudanças qualitativas para melhor, o jovem também corre o risco de rejeitar ingenuamente saberes comprovados racionalmente ou por meio da sabedoria acumulada e assumir propostas que, no limite, provoquem regressão em relação às conquistas sociais e de cidadania.

Dividido em duas seções, este capítulo discute a situação da juventude atual no mundo e no Brasil e dá ênfase aos temas mais cruciais que afetam esse grupo social

quanto a suas condições de vida, formação educacional, trabalho, cidadania e violência. Propositamente não foi tratado o tema da sexualidade e das relações de gênero, porque esses assuntos fazem parte do objeto específico da pesquisa que dá origem ao livro – e, por isso mesmo, serão discutidos com detalhe no decorrer da obra.

Na parte que diz respeito à discussão geral sobre a juventude, foram explicitados os conceitos de condição juvenil e de moratória social. Na parte específica sobre os jovens brasileiros, esses conceitos foram apropriados para aproximar as lentes sobre a realidade do país.

Gostaríamos de ressaltar nossa posição quanto à questão da participação social e política dos jovens. Não é incomum que dados de pesquisas de opinião pública e a própria mídia os apresentem como conservadores e sem perspectivas, como uma geração politicamente mais velha do que a de seus pais, que teriam contestado o ‘sistema’ e empreendido a ‘boa luta’ contra valores adultos dominantes. Tais comentários, dizem os autores mais importantes que estudam a juventude e com os quais concordo, deixam de reconhecer que, no mundo contemporâneo, inexitem valores pertencentes a apenas uma geração. E a desconfiança quanto à política tradicional tal como é praticada é geral na população. Em todos os lugares e idades há dificuldades para se encontrar, na contemporaneidade, meios de ação para solução dos problemas coletivos.

Reafirmamos nossas boas expectativas em relação à juventude brasileira, que saberá encontrar os caminhos para levar nosso país ao desenvolvimento sustentável do ponto de vista econômico, social, ambiental e institucional. Para isso, poderá contar com o apoio de grande parte da população adulta e idosa consciente.



A PESQUISA E OS JOVENS QUE DELA PARTICIPARAM

Raquel Vasconcellos Carvalhaes de Oliveira

Simone Gonçalves de Assis

Kathie Njaine

Maria Cecília de Souza Minayo

Queiti Batista Moreira Oliveira

Fernanda Mendes Lages Ribeiro

Joviana Quintes Avanci

Thiago de Oliveira Pires

Neste capítulo, apresentamos os pressupostos e as orientações metodológicas adotadas ao longo da pesquisa que originou esta obra. Fundamentadas em abordagens quantitativas e qualitativas, as metodologias utilizadas visaram a apreender as dimensões exteriores, os significados mais profundos e as relações sociais que os propiciam, na perspectiva da triangulação metodológica (Minayo, Assis & Souza, 2005) que trabalha com a abordagem de métodos mistos convergentes (Creswell & Clark, 2007). A coleta dos dados quantitativos e qualitativos foi concorrente, e sua integração se deu na fase de interpretação e análise dos dados.

Destacamos no final deste capítulo algumas informações sociodemográficas dos jovens que participaram da pesquisa, visando a facilitar que o leitor conheça melhor os jovens sobre os quais discorreremos ao longo deste livro.

OBJETIVO

O objetivo desta publicação é investigar a violência nas relações afetivo-sexuais de ‘ficar’ ou de namorar entre jovens de 15 a 19 anos de idade, estudantes de escolas públicas e particulares que residem em dez capitais brasileiras: Manaus (AM) e Porto Velho (RO) – região Norte; Recife (PE) e Teresina (PI) – região Nordeste; Brasília (DF) e Cuiabá (MT) – região Centro-Oeste; Rio de Janeiro (RJ) e Belo Horizonte (MG) – região Sudeste; Florianópolis (SC) e Porto Alegre (RS) – região Sul.

O interesse por esse tema baseia-se, sobretudo, no fato de que na juventude se constroem e se fortalecem fundamentos éticos que se consolidam ao longo da vida e que estimulam a igualdade e a tolerância nas questões de sexualidade e gênero, proporcionando o exercício dos mais fundamentais direitos humanos. Como perspectiva, esperamos que o conhecimento oriundo deste livro contribua para a formulação de políticas públicas

que conduzam à transformação das tradicionais relações de gênero e à superação da violência entre parceiros íntimos tanto na juventude quanto na vida adulta.

ABORDAGEM QUANTITATIVA

Foi realizado um inquérito epidemiológico para conhecer as vivências de afeto e violência presentes nas relações afetivo-sexuais referidas pelos jovens. Esse tipo de estudo reúne informações em momento específico do tempo (não permitindo inferir causalidades) e é capaz de evidenciar associações entre as temáticas estudadas.

A população de jovens sobre a qual buscamos conhecer as relações afetivo-sexuais associadas à presença de violência é a de estudantes do 2º ano do ensino médio das escolas públicas estaduais e particulares das capitais de dez estados brasileiros, entrevistados nos anos de 2007 e 2008.

As duas cidades de cada região foram escolhidas por conveniência, considerando os elevados índices de morbimortalidade por violência na faixa etária de 15-19 anos.

A opção por pesquisar alunos do 2º ano ocorreu pelas seguintes razões: maior facilidade que esse grupo hipoteticamente apresenta, em razão de sua idade, para responder a temas delicados, como o da sexualidade; maior envolvimento em encontros afetivo-sexuais; e por seus integrantes não estarem ainda no último ano do ensino médio, etapa em que as escolas têm mais dificuldade em permitir a liberação dos estudantes para participarem de pesquisas.

Na Tabela 1 se encontra a distribuição dos alunos cujas informações são analisadas neste livro, segundo capitais e rede de ensino. São todos estudantes na faixa dos 15 aos 19 anos de idade e que já vivenciaram algum tipo de relacionamento afetivo-sexual (namorar ou ‘ficar’); pertencem a 61 escolas públicas e 43 particulares espalhadas nas seguintes dez capitais brasileiras.

Tabela 1 – Amostra de alunos segundo redes de ensino e capitais brasileiras

Capitais	Amostra analisada		
	Público	Privado	TOTAL
Manaus	170	59	229
Porto Velho	143	139	282
Recife	169	133	302
Teresina	245	208	453
Brasília	155	168	323
Cuiabá	156	205	361
Rio de Janeiro	169	146	315
Belo Horizonte	157	184	341
Florianópolis	131	185	316
Porto Alegre	157	126	283
TOTAL	1.652	1.553	3.205

Informações detalhadas sobre a amostragem conglomerada multiestágio realizada para seleção dos jovens podem ser visualizadas no Anexo deste livro.

Dentre as temáticas investigadas no questionário aplicado aos alunos em sala de aula, de forma anônima e autopreenchível, temos: perfil sociodemográfico, aspectos individuais, como autoestima, autodeterminação, apoio social, uso de substâncias, relacionamentos na família, escola e comunidade, desempenho escolar, experiências no namoro e no ‘ficar’, sexualidade, violências vivenciadas, testemunhadas e praticadas e procura de ajuda profissional para as dificuldades encontradas nas relações de namoro. Citamos a seguir apenas a principal escala que afere a violência existente nas relações afetivo-sexuais entre adolescentes – Conflict in Adolescent Dating Relationships Inventory (CADRI). Outras escalas, indicadores e questões utilizados na pesquisa serão apresentados no decorrer dos capítulos e no Anexo, que traz mais informações sobre o instrumento quantitativo.

A CADRI é uma escala com setenta itens (Wolfe *et al.*, 2001), dos quais 25 aferem violência sofrida, 25 referem-se à violência perpetrada e vinte são itens que distraem o jovem da ênfase no tema da violência, não fazendo parte da análise da escala.

A escala afere três formas de violência presentes no relacionamento amoroso entre adolescentes: 1) física; 2) sexual; 3) psicológica – sendo que esta última é desdobrada em três subtipos: ameaças, violência verbal/emocional e violência relacional.

No presente estudo, foi realizada a adaptação transcultural dessa escala para a língua portuguesa (detalhes no Anexo deste livro). Na versão brasileira, optamos por denominar os tipos de violência aferidos pela CADRI tal qual assumido na versão espanhola (Fernández-Fuertes, Fuertes & Pulido, 2006): violência física, violência sexual, violência verbal/emocional, violência relacional e ameaças.

Cada pergunta da escala é duplicada, indagando sobre o comportamento do jovem como perpetrador da ação e como vítima dela. As opções de resposta são: 0- nunca, 1- raramente, 2- algumas vezes e 3- frequentemente. Neste livro, a variável violência foi constituída pela soma dos escores dos itens para cada tipo. Posteriormente foi categorizada de acordo com a presença de pelo menos um item (indicando sua presença), e quando o escore da soma dos itens for zero, sinaliza-se que a violência nunca ocorreu. O Capítulo 3 apresenta todos os itens da escala, segundo o tipo de violência sofrida ou perpetrada.

A validade e a confiabilidade da CADRI foi estabelecida em uma série de estudos nos Estados Unidos da América e no Canadá, com bons índices de confiabilidade e validade, tanto para as subescalas quanto para a escala global. A estrutura fatorial confirmou a existência de um grupo central de itens característicos de abuso, segundo sexo e diferentes faixas etárias de adolescentes (Wolfe *et al.*, 2001, 2004). A escala foi adaptada para o espanhol (Fernández-Fuertes, Fuertes & Pulido, 2006) e para o hebraico (Schiff & Zeira, 2005).

Os dados quantitativos apresentados no livro foram inicialmente analisados por meio de descrição da frequência absoluta e relativa segundo os diferentes estratos (cidade ou

rede de ensino).² Adicionalmente, foram descritos os intervalos de confiança (IC 95%) para proporções e médias.

A análise de associação entre as diversas variáveis categóricas e sexo foi realizada pelo teste de Rao-Scott de segunda ordem (p -valores $< 0,05$) e indicaram associações estatisticamente significativas. O mesmo nível de significância foi utilizado para todos os demais cruzamentos realizados. Para facilitar a fluidez da leitura, omitiu-se muitas vezes o p -valor, já que só há descrição de diferenças quando elas são estatisticamente significativas.

Todas as análises estatísticas apresentadas incorporaram o ‘peso amostral’, a fim de que fossem corrigidas as estimativas pontuais (por exemplo, os percentuais), e o ‘plano amostral’, visando a corrigir as estimativas de variância.³

ABORDAGEM QUALITATIVA

Para buscar compreender e interpretar as experiências dos adolescentes com base em suas falas no contexto da cultura, foi utilizado o referencial metodológico da hermenêutica em profundidade na perspectiva de Thompson (1995). Segundo este autor, a análise da cultura pode ser realizada como “o estudo das formas simbólicas em relação aos contextos e processos historicamente específicos e socialmente estruturados dentro dos quais e através dos quais essas formas simbólicas são produzidas, transmitidas e recebidas” (Thompson, 1995: 363). O referencial metodológico proposto por Thompson pode ser descrito em três fases: análise sócio-histórica, análise formal ou discursiva e interpretação.

O objetivo da análise sócio-histórica é a reconstrução das condições de produção, circulação e recepção das formas simbólicas, tendo em conta a situação espaço-temporal, os campos de interação, as instituições sociais, a estrutura social e os meios técnicos de transmissão. A análise formal ou discursiva busca investigar a organização interna das formas simbólicas, com suas características estruturais, seus padrões e relações. Esse aprofundamento pode ser realizado mediante uma análise semiótica, de conversação, sintática, narrativa e argumentativa. A fase de interpretação ou de reinterpretação, segundo Thompson (1995), projeta um significado possível a respeito dos significados construídos pelos participantes da pesquisa.

Optamos por trabalhar com a técnica de grupo focal por reconhecer que seu bom emprego viabiliza o acesso, por meio da interação entre os participantes, às visões socialmente compartilhadas sobre o tema em pauta, o que dificilmente se conseguiria sem a situação peculiar de troca e de debate (Morgan, 1988). Ao utilizar-se essa técnica, é possível trazer à tona tanto os aspectos cognitivos (opiniões, influências, ideias) e

² A abordagem descritiva das frequências segundo cidade e rede de ensino (sem apresentação do resultado de testes de associação) foi empregada ao longo do livro, já que os estratos fazem parte do próprio plano amostral.

³ Essa opção deveu-se à menor estimativa de variância, característica dos desenhos amostrais conglomerados, em comparação com os testes estatísticos normalmente utilizados em amostra aleatória simples.

interacionais (conflitos, lideranças, alianças) como as vivências singulares dos indivíduos e do grupo de referência. Desde sua origem, nos anos 30, a técnica busca incorporar o processo de influência mútua das opiniões e atitudes entre membros de grupos, estabelecendo uma diferença, nesse aspecto, em relação à entrevista individual.

Para o grupo focal atingir seus objetivos, alguns requisitos são importantes: um roteiro temático aberto (só o tema é proposto ao debate livre) ou estruturado (orientado por uma sequência de perguntas); seleção de indivíduos que apresentem características que os façam ser reconhecidos, pelo menos potencialmente, como ‘grupo’ para o problema que se deseja analisar; poucos participantes (de seis a dez no máximo), para que as pessoas todas possam dar e trocar opiniões; boa coordenação que convide à participação de cada um e faça intervenções que orientem para clarificar o foco do tema em discussão (Minayo, 2008).

Além dos grupos focais foram realizadas entrevistas individuais e observação de campo. Tanto para as entrevistas individuais como para os grupos focais e para a observação de campo, preparamos roteiros semiestruturados que permitem certa padronização das ações dos entrevistadores e, no momento da análise, uma triangulação adequada das distintas opiniões sobre as mesmas indagações básicas. As questões norteadoras para esses três instrumentos foram organizadas em cinco blocos: 1) tipos de relações amorosas, opiniões e sentimentos dos jovens sobre as relações de namoro e do ‘ficar’ e o que eles entendem por ‘violência no namoro’ ou no ‘ficar’; 2) o que os jovens consideram agressão psicológica no namoro e no ‘ficar’; 3) o que consideram ‘violência física’; 4) o que consideram ‘violência sexual’; 5) como se sentem após o término de um namoro com uma pessoa de quem gostavam muito e como acham que deve ser abordado o tema das relações afetivo-sexuais.

Os grupos focais tiveram a duração média de sessenta minutos, e as entrevistas, de vinte a trinta minutos. O mínimo de atividades qualitativas definido para cada cidade que participou da pesquisa foi: duas entrevistas individuais com meninas e duas com meninos, em escolas públicas e privadas; e seis grupos focais (dois femininos, dois masculinos e dois mistos) em escolas públicas e privadas. Como se pode ver na Tabela 2, em alguns locais essa previsão foi ultrapassada.

Na Tabela 2, encontram-se discriminados pelos atributos que constituíram os critérios de seleção os 519 adolescentes que participaram de encontros individuais ou grupais, sendo 262 mulheres e 257 homens, com idade média de 16 anos (o mais jovem entrevistado tinha 14 anos e o mais velho, 22). Em relação à inserção na rede de ensino, participaram 273 jovens de escolas particulares e 246 de escolas públicas. As falas apresentadas no livro distinguem o sexo do aluno, o pertencimento ao ensino particular ou público e sua cidade de origem.

Tabela 2 – Número de jovens participantes da abordagem qualitativa segundo cidades, tipo de escola e sexo

Cidades	Grupo focal						Entrevistas				TOTAL
	Escolas particulares			Escolas públicas			Escolas particulares		Escolas públicas		
	Masc.	Fem.	Misto	Masc.	Fem.	Misto	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	
Porto Alegre (RS)	8	10	1 masc. 5 fem.	10	7	5 masc. 4 fem.	1	1	1	1	54
Florianópolis (SC)	6	7	4 masc. 4 fem.	10	9	4 masc. 5 fem.	1	1	1	1	53
Rio de Janeiro (RJ)	10	8	3 masc. 3 fem.	7	8	4 masc. 3 fem.	1	1	1	1	50
Belo Horizonte (MG)	7	5	5 masc. 3 fem.	8	12	3 masc. 7 fem.	1	1	1	1	54
Manaus (AM)	7	6	5 masc. 6 fem.	5	4	8 masc. 5 fem.	2	2	1	1	52
Porto Velho (RO)	6	6	3 masc. 3 fem.	6	6	3 masc. 4 fem.	1	1	1	1	41
Recife (PE)	8	7	3 masc. 5 fem.	8	7	3 masc. 7 fem.	1	1	1	1	52
Teresina (PI)	8	8	6 masc. 4 fem.	6	8	4 masc. 4 fem.	1	1	1	1	52

Todas as sessões foram monitoradas por duplas de pesquisadores que se revezaram na dinâmica como animador e relator das discussões, conforme recomenda Patton (1990). As sessões foram gravadas com o consentimento de todos os participantes, e o compromisso com o anonimato dos depoimentos foi estabelecido e respeitado.

Utilizamos o método de análise de conteúdo para compreensão e interpretação dos dados, segundo Bardin (1977). Dentre as várias técnicas de análise de conteúdo apresentadas pela autora, escolhemos a modalidade temática, que trabalha com categorização por unidades de sentido.

DE QUE JOVENS FALAMOS NESTE LIVRO? UM BREVE PERFIL

Um total de 3.205 jovens, entre 15 e 19 anos, participou da pesquisa nas dez capitais brasileiras, sendo a maioria: meninas (62,6%), na faixa etária de 16-17 anos (77,2%), de cor da pele branca (45,6%) e parda (35,0%). Há mais jovens pertencentes aos estratos sociais mais elevados (A+B = 56,4%) e com pais com escolaridade nos ensinos médio e superior (Tabela 3).

Tabela 3 – Dados socioeconômicos dos jovens entrevistados

Variável		% (IC 95%)
Sexo N=3.202	Feminino	62,6 (58,2-66,8)
	Masculino	37,4 (33,2-41,8)
Idade N=3.205	15	10,8 (8,9-13,0)
	16	54,1 (45,2-62,8)
	17	23,1 (20,6-25,7)
	18	10,3 (5,5-18,5)
	19	1,8 (1,1-2,7)
Cor da pele N=3.160	Branca	45,6 (42,2-49,1)
	Preta/parda	48,9 (45,0-52,7)
	Amarela/indígena	5,5 (4,1-7,5)
Escolaridade do pai N=2.918	Não sabe ler/escrever	1,0 (0,5-1,8)
	Ensino fundamental completo/incompleto	28,7 (25,0-32,7)
	Ensino médio completo/incompleto	42,7 (38,4-47,2)
	Ensino superior completo/ incompleto	27,6 (24,7-30,8)
Escolaridade da mãe N=3.047	Não sabe ler/escrever	1,7 (0,8-3,4)
	Ensino fundamental completo/incompleto	30,1 (26,1-34,3)
	Ensino médio completo/incompleto	43,7 (37,1-50,5)
	Ensino superior completo/incompleto	24,6 (21,5-27,9)
Estrato social N=2.717	A+B	56,4 (51,9-60,7)
	C+D+E	43,6 (39,3-48,1)

A ‘escolaridade paterna e materna’ é mais elevada (chegando ao ensino superior) em Brasília e Florianópolis (em torno de 50% e 40%, respectivamente), em contraposição a Manaus e Teresina, com mais baixo nível escolar da figura paterna (36% a 38%), e Manaus e Porto Velho (34% a 37%) da materna, com ensino fundamental completo ou não. Brasília, Florianópolis e Porto Alegre são as capitais em que encontramos, na amostra estudada, maior percentual de jovens pertencentes ao estrato social mais alto (75% a 86% das famílias); os estratos mais pobres sobressaem na amostra de Porto Velho e Teresina (56% a 64%).

Quanto à ‘estrutura familiar’, a maior parte dos jovens (61,1%) afirma ter uma família de composição tradicional, com pai e mãe juntos, com destaque para os que estão na rede privada de ensino. Em seguida, aparecem os que vivem em famílias chefiadas apenas pelas mães (20,8%) e com padrastos e madrastas (12,0%). Dentre as capitais, em Belo Horizonte, Florianópolis e Porto Alegre a configuração nuclear prevalece na amostra estudada (65% a 68% das famílias), enquanto 20% a 22% dos jovens de Brasília, Manaus, Recife, Rio de Janeiro e Belo Horizonte destacam-se, na amostra, por viverem em famílias chefiadas por mulheres. A estrutura de família da mãe vivendo com o padrasto é mais presente na configuração dos jovens do Rio de Janeiro e de Manaus (10% a 12%).

No entanto, chama a atenção o expressivo percentual (4,1%) de adolescentes de todas as capitais que vivem sem o pai e sem a mãe, especialmente em Porto Velho e em Teresina (12% a 15%). É nas duas capitais da região Norte que existe maior presença de filhos de diferentes uniões vivendo na mesma família (40% a 45%).

Grande parte dos jovens (75,5%) afirma ter uma ‘religião’, em especial as meninas. Em Teresina, Florianópolis e Porto Alegre, o catolicismo foi mais mencionado pelos entrevistados (68,8% a 81,5%). Também em Manaus, Porto Velho, Brasília, Cuiabá, Belo Horizonte e Rio de Janeiro, há mais jovens que se autodenominam católicos (47,6% a 64,7%), vindo a seguir os que se referem como protestantes, pentecostais ou evangélicos (25% a 40,5%). É importante considerar que, na composição da amostra, várias escolas católicas tradicionais participaram. As religiões espíritas e outras especificações foram mencionadas por 11,1% dos jovens entrevistados em todo o país.

Quanto ao ‘trabalho juvenil’, 17,2% dos adolescentes responderam afirmativamente: 10,8% recebem remuneração por esse trabalho e 6,4%, não. Os rapazes são os que mais trabalham (23,4%), se comparados às moças (13,4%). Em especial, destacamos o trabalho dos meninos que estudam em escolas públicas. Cuiabá é a capital onde o trabalho juvenil é mais mencionado (23,6%), vindo a seguir Belo Horizonte, Florianópolis e Porto Alegre (20% a 21,7%). Recife e Teresina são as cidades onde menos adolescentes (13% a 11,4%) disseram que trabalham.

A seguir, apresentamos alguns dados sobre o perfil dos jovens inseridos no ‘ensino público’ (54,6%) e no ‘ensino particular’ (45,4%), com algumas diferenças observadas.

Primeiramente, é importante ressaltar que a natureza do sistema de ensino reflete a inserção social do jovem e sua família. Na rede pública, a maior parte dos jovens pertence aos estratos sociais C-D-E, mais pobres (56,2%), enquanto na particular estão, em maiores proporções, os classificados nos estratos A-B (88,2%). Essa diferente inserção social interfere significativamente no perfil do jovem e de sua família segundo as distintas redes de ensino.

Há significativa predominância de meninas na rede pública (64,3%), na qual entrevistamos quase o dobro delas em relação aos rapazes. Desses últimos, provavelmente muitos abandonam cedo os estudos para dar apoio financeiro às suas famílias. Tal informação repercute nos dados sobre trabalho juvenil apresentados anteriormente. Na rede particular, embora as meninas também prevaleçam, o equilíbrio entre os sexos é maior (57,5% de meninas e 42,5% de meninos).

Na rede pública há também mais defasagem série-idade, o que está relacionado ao maior percentual de alunos mais velhos. Para termos ideia do tamanho desse problema, 14,5% dos alunos da rede pública têm entre 18 e 19 anos e estão no segundo ano do ensino médio, ao passo que na rede particular esse mesmo grupo corresponde a 4,8%. O inverso é encontrado quando verificamos que mais alunos na faixa de 15-16 anos estudam em escolas particulares na respectiva série pesquisada (76,1%) em comparação aos que estão nas escolas públicas (61,2% nas mesmas idades). Esse fenômeno

já foi mencionado no capítulo inicial, como referência de outras pesquisas, dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

A desigualdade visualizada pela cor da pele também é visível quando verificamos que há muito mais jovens que se dizem brancos na rede particular (63,2%) do que nas escolas públicas (39,7%). Nessas últimas, a maior parte dos estudantes se autodenomina negro e pardo (55,1% *versus* 30,1% dos que frequentam escolas particulares). Similarmente, os pais dos alunos do ensino particular apresentam nível de escolaridade mais elevado: 63,8% têm curso superior, contrapostos a 14,2% dos pais de jovens que frequentam a rede pública. A mesma tendência ocorre em relação à escolaridade materna.

Quanto à estrutura familiar, filhos únicos são mais presentes na rede privada de ensino (11,5% contra 8,5% da pública), e filhos de diferentes relacionamentos dos pais são mais frequentes na rede pública (36,8% contra 29,5% da rede particular).

Pertencer à religião católica foi mais relatado pelos que estão nas escolas particulares (66,7%) do que pelos que estão na rede pública (50%). Dentre os alunos das escolas públicas predominam os que frequentam igrejas protestantes, pentecostais ou evangélicas.

Quanto ao ‘desempenho dos jovens na escola’, constatamos que, em geral, há uma avaliação positiva: as notas que obtêm nas disciplinas; a participação que têm em sala de aula; o relacionamento que estabelecem com professores. As moças referem maior participação em sala de aula e melhor relacionamento com professores do que os rapazes (Tabela 4).

Tabela 4 – Percepção do jovem sobre notas obtidas, participação em sala de aula e relacionamento estabelecido com professor, segundo o sexo

Variáveis escolares		% Sexo feminino	% Sexo masculino	% TOTAL
Percepção das notas N=3.195	Ótimo/Bom	69,2	61,7	66,4
	Regular	28,2	34,0	30,4
	Fraco	2,6	4,3	3,2
Participação na escola* N=3.193	Ótimo/Bom	68,4	58,7	64,8
	Regular	25,8	31,8	28,0
	Fraco	5,8	9,5	7,2
Relacionamento com o professor* N=3.188	Bom	83,0	70,5	78,3
	Regular	16,7	28,4	21,1
	Ruim	0,3	1,2	0,6

*p < 0,001.

Alunos das escolas particulares mostram mais capacidade de autocrítica: dizem mais que têm notas fracas (4,3%) do que os que estudam em escolas públicas (2,9%). Igual resultado ocorreu em relação à avaliação da fraca participação em sala de aula, mais comum na rede privada de ensino (10,1% contra 6,2% dos alunos da rede pública), e ao pior relacionamento com os professores (1,7% e 0,3%, respectivamente).

Observando os adolescentes pelas capitais, os manauenses, cariocas e belo-horizontinos têm uma visão de si mais positiva na escola. Já os de Teresina consideram que têm pior desempenho, pior relacionamento com professor e fraca participação na escola. Já os estudantes de Brasília, segundo sua própria percepção, se destacam pelo ruim relacionamento com o professor.

Ressaltamos que os resultados apresentados no decorrer deste livro procuram destacar as especificidades relacionadas a: 1) gênero, em face da fundamental importância das normas culturais associadas ao exercício da sexualidade e às práticas de violência; 2) inserção social, que se reflete no pertencimento à rede de ensino pública ou privada (perfil socioeconômico das famílias e jovens mais vulneráveis na escola pública); 3) diferenças entre cidades pertencentes às cinco regiões do país, também fruto de distinções econômicas, demográficas e culturais existentes no país continental que é o Brasil.



ENTRE O 'FICAR' E O NAMORAR: RELAÇÕES AFETIVO-SEXUAIS

Fernanda Mendes Lages Ribeiro

Joviana Quintes Avanci

Lusanir Carvalho

Romeu Gomes

Thiago de Oliveira Pires

Neste capítulo, buscamos entender como os jovens se relacionam afetiva e sexualmente, os sentidos atribuídos por eles a esses encontros e as peculiaridades dessas experiências segundo o viés de gênero. Tais discussões procuram pensar ainda as distintas localidades brasileiras estudadas e já citadas neste livro e a inserção social dos jovens. Nossa intenção é abordar o tema em uma perspectiva de problematização dos comportamentos afetivo-sexuais, juntamente com reflexões sobre alguns aspectos socioculturais a respeito do tema.

Ao longo da história, observamos que as formas de se relacionar amorosamente e que envolvem aspectos como sexualidade, amor, casamento e castidade sempre foram peculiares às especificidades do tempo e das sociedades. Na Antiguidade, por exemplo, o sexo era visto como algo bom e desejado pelos deuses, mas desvinculado do casamento. Os matrimônios se arranjavam visando à procriação de herdeiros (Socci *apud* Matos, Féres-Carneiro & Jablonski, 2005). Com o advento do Cristianismo, a virgindade passa a ter um valor fundamental e a sexualidade é aceita apenas dentro do casamento. A partir da Reforma Protestante, no século XVI, a ideia de castidade como desejo divino é rejeitada e o sexo passa a ser mais aceito, apesar de o 'prazer' permanecer como algo errado (Matos, Féres-Carneiro & Jablonski, 2005).

No fim do século XVII, surge no campo das ideias o chamado 'amor romântico', que tanto se diferencia como se apropria de elementos do amor paixão, este mais conectado à vinculação sexual. A liberdade, elemento presente nos dois tipos de amor, ganha outro sentido em relação ao 'amor romântico', uma vez que o ideal de um amor sublime passa a ter ascensão sobre o ardor sexual. No final do século XVIII e no início do XIX, a arte, a pintura e os modos de vida passam a dar ênfase a este tipo de amor, em cujas expressões a compatibilidade e a complementaridade entre o homem e a mulher passam a ser extremamente valorizadas.

O século XX também apresenta marcos significativos quanto à história das relações afetivo-sexuais. A Primeira Guerra Mundial colaborou para a emergência de maior

liberdade sexual, sobretudo por causa do medo da proximidade da morte, o que ensejou o desejo pelo prazer imediato e pela maior atuação feminina na esfera social e na do trabalho. O advento da psicanálise trouxe a discussão da sexualidade na infância como prazer necessário e saudável. O desenvolvimento dos meios de comunicação tornou possível a circulação de ideias e valores, inclusive no campo das relações íntimas (Matos, Féres-Carneiro & Jablonski, 2005). Além disso, o surgimento do HIV/Aids também interferiu muito na forma de se relacionar afetiva e sexualmente em todas as faixas etárias.

O período após a Segunda Guerra Mundial foi o que mais trouxe mudanças no âmbito das relações de gênero. O movimento feminista teve seu ápice na segunda metade do século, quebrando tabus e propugnando um lugar de protagonismo para a mulher, para sua liberdade de escolha, inclusive as afetivo-sexuais, e para sua entrada competitiva no mercado de trabalho e na vida pública. A chegada da pílula anticonceptiva, dentre outros métodos de controle da natalidade, e o desenvolvimento de novas tecnologias e equipamentos que facilitaram a vida doméstica colocaram em xeque padrões tradicionais e institucionalizados de comportamento entre os sexos e de gênero (Babo & Jablonski, 2002).

Do ponto de vista ideológico, ganharam força na sociedade ocidental os valores do liberalismo e do individualismo propostos e consagrados na Carta Universal dos Direitos Humanos. As grandes transformações econômicas, sociais e culturais do século XX tiveram efeitos peculiares na vida privada, redimensionando as formas das relações interpessoais e afetivas e tornando as opções e escolhas de arranjos entre homens e mulheres mais diversas e flexíveis.

Nesse período, alguns ideais do ‘amor romântico’ começaram a se fragmentar ante as pressões das reivindicações de emancipação e autonomia sexual feminina, dando espaço para o surgimento do amor confluyente, baseado nas relações emocionais equânimes, em que doação e recebimento caminham juntos. Nesse tipo de amor, a ausência e a presença da reciprocidade do prazer sexual passam a ser associadas à dissolução e à manutenção do relacionamento, respectivamente (Giddens, 2004).

Na época moderna, há a expansão e a popularização da mídia, que se torna um importante canal de disseminação e de reforço de formas de se portar e de se relacionar amorosamente, atingindo sobremaneira a juventude. No amor, ocorrem demarcações de tipos ou especificidades das relações amorosas, associadas a etapas da vida. Entretanto, apesar das demarcações, há coexistência de diferentes tipos de relações amorosas em um mesmo momento ou a presença de características de um tipo de relacionamento amoroso em outro que surge *a posteriori*.

Observamos que a associação entre amor e paixão – ou, em outras palavras, amor e ligação sexual – tem sido narrada como experiência quase universal. Ressaltamos que os tipos de amor não são exclusivos de um tempo, podendo subsistir em épocas que se sucedem. Nesse sentido, atualmente, como observam Babo e Jablonski (2002), há um “excesso de comercialização do amor romântico”, como um ideal de relacionamento no qual a busca pela unidade com o outro de maneira intensa e fusional é por demais

exigida. A ideia do amor romântico liga-se ao ideal de felicidade, só sendo feliz quem o atinge. No mesmo sentido, os papéis de gênero estão ligados à expectativa de eternidade da paixão.

Pela lógica da relação-consumo, como consequência da ilusão da paixão eterna – que só pode ter como objeto um amor idealizado –, quando o investimento afetivo no amor romântico cessa e se desgasta este é descartado e rapidamente substituído. Essa expectativa se apresenta de forma mais intensa na adolescência e na juventude, dada sua entrada no campo da experimentação amorosa.

A vida consumista favorece a leveza e a velocidade. E também a novidade e a variedade que elas promovem e facilitam. É a rotatividade, não o volume de compras, que mede o sucesso na vida do *homo consumens*. (Bauman, 2004: 67-68)

Os relacionamentos são válidos, dessa forma, enquanto têm algo de proveitoso a oferecer às partes. Objetiva-se evitar a frustração, a qualquer custo, em detrimento da fruição, sendo os vínculos estabelecidos pelos relacionamentos transitórios e frágeis, produtores de insegurança.

Com a flexibilização das relações afetivas e dada a primazia, na época da juventude, às experimentações, tem-se uma profusão de formas de se relacionar que não se restringem ao namoro. Dentre essas, principalmente a partir da década de 1980, vem sendo bastante utilizada, entre os jovens brasileiros, a expressão 'ficar' para caracterizar uma fase de atração sem maiores compromissos e que pode envolver desde beijos até contatos sexuais.

As características da experiência do 'ficar' parecem se encaixar com as da juventude, época da vida em que a sexualidade está no auge e à flor da pele e os papéis sexuais se definindo. Nessa perspectiva, a vida amorosa e sexual está inserida em um contexto de busca de identidade e de autonomia, e a escolha dos parceiros amorosos é uma forma de aprendizado da sexualidade não restrita à genitalidade.

A juventude é também momento de grande apelo à formação de grupos de pares, que exercem considerável influência sobre os padrões afetivos e sexuais (Bozon, 2004; Heilborn *et al.*, 2006). Assim, por meio da socialização, sexualidade e gênero associam-se a certos tipos de relacionamentos afetivo-sexuais, moldando padrões 'masculinos' e 'femininos' de se relacionar e de se comportar. Como exemplo, citamos a ênfase muitas vezes dada pelos garotos à relação sexual e a maior romantização dos relacionamentos por parte das garotas, o que se configura como uma construção social de gênero.

Nos dias atuais, com a prática do 'ficar', novas configurações de relacionamentos são experimentadas. Nelas, o amor não é pré-requisito e atuam outros fatores, como os sociais, culturais, políticos e econômicos (Silva, 2002). A prática do 'ficar' constitui o resultado de um jogo social e cultural que implica uma aprendizagem amorosa, podendo ser vista como um tipo de testagem para o namoro com o(a) parceiro(a) com quem se 'fica', ou não. Na pesquisa que apresentamos neste livro, os jovens destacam,

ainda, outras formas de relacionamentos afetivo-sexuais que não se restringem ao ‘ficar’ e ao namorar.

Pari passu com as práticas do ‘ficar’ convivem outras, como o ‘pegar’, que, segundo Oliveira e colaboradores (2007), pode ser visto como um ato espontâneo, sem compromisso, centrado mais no interesse físico e motivado pela beleza ou pela sensualidade, enquanto o ‘ficar’ seria um tipo de relacionamento mais íntimo e regular. Para esses autores, o ‘ficar’ se situa em uma zona intermediária entre o ‘pegar’ e o ‘namorar’, podendo adquirir características do primeiro ou, quando se torna mais regular, desembocar no segundo. Os autores observam ainda que, por ser intermediário em um contínuo, o ‘ficar’ pode oscilar entre o ‘pegar’ (fixando-se no ato sexual) e o ‘namorar’ (envolvendo várias dimensões da sexualidade e do compromisso). Importante sinalizar que, por mais que procuremos teorizar ou conceituar tais práticas, elas se atravessam e escapam a categorizações.

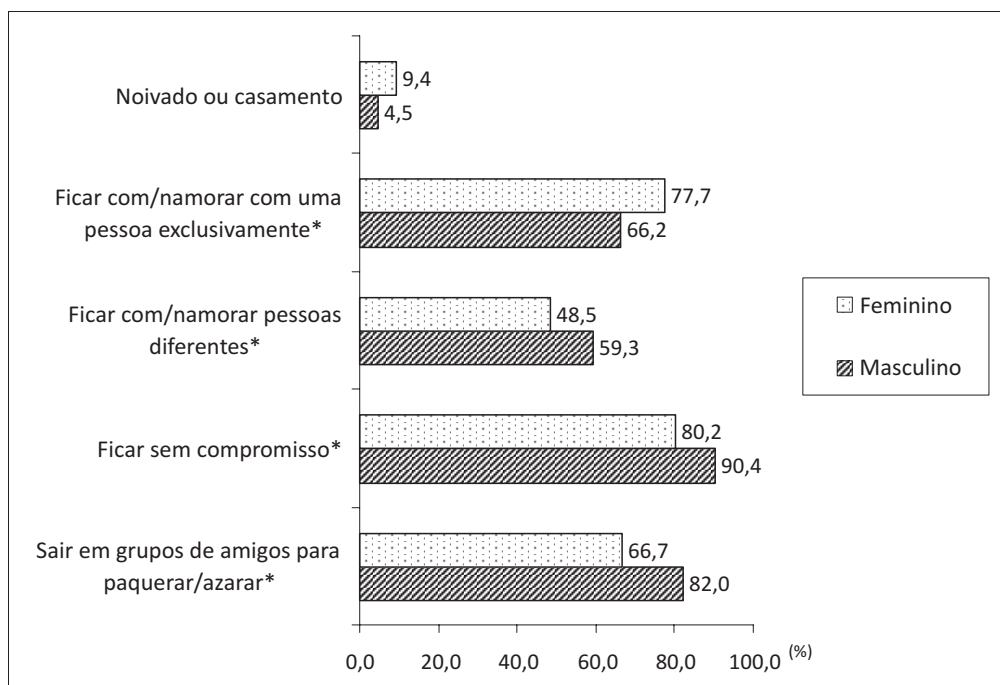
Partindo dessa perspectiva e ancorando-nos na pesquisa na qual se baseia este livro, buscamos, ao longo deste capítulo, apresentar e discutir como ocorrem hoje algumas das experiências amorosas e sexuais dos jovens, por eles relatadas, e que por sua pouca idade e vivência demonstram peculiaridades. Em específico, neste capítulo, pretendemos: 1) analisar os sentidos atribuídos aos relacionamentos afetivo-sexuais e aos papéis de gênero; 2) identificar a existência de similaridades e diferenças nas opiniões a respeito desses relacionamentos no que tange a: capitais brasileiras estudadas, sexo e inserção em rede de ensino pública ou privada – utilizada como forma de aproximação das condições socioeconômicas em que vivem os jovens; 3) problematizar as opiniões e vivências dos jovens em relação ao uso de preservativo, gravidez, aborto, doenças sexualmente transmissíveis (DSTs), uso de álcool e outras drogas.

OS SENTIDOS ATRIBUÍDOS AO RELACIONAMENTO AFETIVO-SEXUAL

Na pesquisa com os jovens das dez capitais investigadas, verificamos que é muito comum “ficar com alguém sem compromisso”, o que foi relatado por 84% dos entrevistados e mais pelos rapazes. “Sair com amigos para paquerar ou azarar” e “ficar com ou namorar pessoas diferentes” também são mais relatados pelo grupo masculino, sendo o comportamento relacional mais presente entre os cariocas e os gaúchos, e o segundo entre os mineiros. Já as garotas destacam mais a relação com apenas uma pessoa ou o noivado e o casamento (Gráfico 1).

Os resultados apresentados neste capítulo evidenciam os distintos modelos sociais que atravessam os papéis sexuais de conquista e sedução nas relações amorosas dos meninos e das meninas e dos modelos do ‘ser homem’ e do ‘ser mulher’. Revelam também que, nessas expressões, o sentido de maior liberdade sobressai entre os estudantes da rede privada, talvez porque esse segmento tenha maiores oportunidades financeiras do que os alunos da rede pública.

Gráfico 1 – Experiências amorosas de jovens (15-19 anos) de dez capitais brasileiras, segundo o sexo



* $p < 0,01$.

Apesar de quase todos os jovens pesquisados dizerem que já haviam se apaixonado (89,5%), essa referência é predominante nas meninas, especialmente quando acreditam terem sido correspondidas (Gráfico 2). Recorrentemente, é apontado pelos adolescentes da pesquisa que as meninas são mais ‘sentimentais’ que os meninos, o que nem sempre é visto como algo positivo:

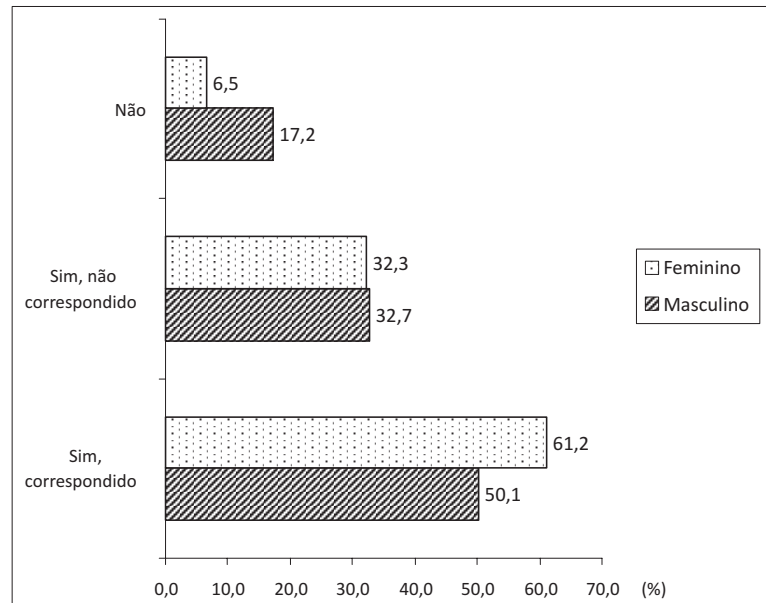
Eu acho também porque a maioria das meninas são tudo mais bestinhas, mais bobas, tudo: ‘Ah, eu estou amando, ah, eu tô amando’. Homem não, homem fica ali, brinca aqui e não está nem aí.
(Mulher, escola pública, Recife)

Vale também indagar se as meninas fantasiam mais a relação e o sentimento amoroso, ao passo que os meninos tendem a apresentar um posicionamento mais distante. Essa indagação remete a questões de gênero que atravessam as relações afetivo-sexuais. Ao se falar dessas relações, podem aparecer diferenças entre o que homens e mulheres dizem. Estudo realizado em três cidades brasileiras conclui que os discursos femininos costumam se ancorar em contextualização afetivo-romântica das suas relações; em contrapartida, os masculinos se centram na capacidade corporal do desempenho sexual (Leal & Knauth, 2006). Contudo, inferir generalizações a respeito dos sentimentos masculinos e femininos pode ser um risco na medida em que induz ao reforço de papéis de gênero estereotipados, uma vez que a própria posição ‘mais sentimental’ ou ‘mais dura’ é fruto

de construções sociais que abarcam esses jovens e que são por vezes reforçadas, por vezes questionadas.

A pesquisa demonstra que 32% dos entrevistados declaram já ter se apaixonado e não terem sido correspondidos, e 10,5% dizem que nunca se apaixonaram. Neste último grupo os meninos prevalecem, reforçando a ideia de menor envolvimento afetivo em comparação com o grupo feminino (Gráfico 2). Mais jovens de Cuiabá, Florianópolis e Teresina (16%) dizem nunca ter se apaixonado, em relação aos das outras capitais (14%).

Gráfico 2 – Experiência de apaixonamento de jovens (15-19 anos) de dez capitais brasileiras, segundo o sexo*



* $p < 0,001$.

Observamos nos discursos juvenis a presença de diferentes sentidos atribuídos ao relacionamento amoroso, configurando-se muitas similaridades e algumas especificidades nas diferentes cidades situadas nas cinco regiões brasileiras. Poucos estudos nacionais se dedicaram a investigar distinções no comportamento de adolescentes de diferentes regiões do país. Lassance (2005) observa mais diferenças entre estratos sociais e entre centros urbanos e periferias do que entre regiões do país. Uma identidade do jovem brasileiro é sinalizada em detrimento de uma identidade regional, afirmando que “o jovem é uma categoria eminentemente nacional. Seus contrastes regionais são extremamente tênues” (Lassance, 2005: 80).

Registrou-se, em nossa pesquisa, que o ‘ficar’ e o ‘pegar’ são comuns nas dez cidades estudadas, misturando-se e caracterizando-se principalmente por encontros efêmeros em festas, boates e ‘micaretas’, em que os jovens podem ou não se conhecer previamente. Segundo os entrevistados, não há envolvimento afetivo e seus pais não têm conhecimento desses tipos de relação, a não ser algumas vezes, quando as mães

são consideradas pelos filhos ou filhas como amigas. A média de idade para o 'ficar' é de 12 anos, com exceção dos jovens de Manaus, onde essa relação se inicia um pouco mais tarde, em média aos 13 anos.

Os dados da pesquisa também revelam que o número médio de pessoas com quem os meninos já 'ficaram' (17,3 pessoas) é superior ao das garotas (15,3), sem distinção de rede de ensino, sendo Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Porto Alegre as capitais com números mais elevados (em torno de 19), e Recife ficando com a menor média (12). Se, por um lado, para os rapazes que 'ficam' com várias meninas tal comportamento não é problema e não os difama, por outro, para as meninas que ficam com vários meninos e que 'pegam todo mundo', existe a estigmatização, inclusive por parte das próprias garotas, que são chamadas de 'peguete', 'garota safada' e 'mulher cachorra'.

As meninas citam basicamente o 'ficar' e o 'namorar' como iniciação relacional afetivo-sexual, enquanto os meninos, especialmente os do Sudeste, ressaltam mais o 'pegar'. Segundo os garotos, são eles que 'pegam' e as meninas 'ficam', valorizando uma supremacia masculina: "Elas falam que pegam, mas quem pega é a gente, cara!" (Homem, escola pública, Rio de Janeiro); "A gente não pode pegar por quê?" (Mulher, escola pública, Rio de Janeiro).

O 'ficar' e o 'pegar' são práticas de certa forma instituídas e conhecidas de todos os jovens, e também de adultos. As festas costumam ser o espaço de 'pegação', em que 'se beijam muitas pessoas'. Em geral, a escolha da pessoa com quem se 'fica' está associada a algum tipo de atração física: "As micaretas geralmente você vai para ficar, para beijar só, só beija" (Mulher, escola particular, Belo Horizonte); "É, tem essas que estão com namorado sério, mas rola mais é o ficar. É só o ficar mesmo e pronto. Nem troca telefone, contato, nem nada" (Homem, escola pública, Teresina);

'Cala a boca e beija logo' é um tipo de festa que você vai com várias fitinhas. Chega logo: 'Ah, quero beijar muito'. E várias outras fitinhas assim: 'Eu já tenho compromisso.' Mas o ficar acaba acontecendo devido a essas festas também. Eu acho que influencia muito a cabeça da pessoa: 'Olha aquela menina bonitinha, olha aquele gatinho, aí.' 'Ah, não quero namorar, não, eu tenho que curtir.' (Mulher, escola pública, Manaus)

Os rapazes e as moças ressaltam a curtição e o prazer momentâneo que o 'ficar' proporciona, além de outras características a ele associadas: "[O 'ficar' é] mais carnal que emocional" (Homem, escola pública, Belo Horizonte); "Pega uma e quer pegar outra e não tem essa de estar com uma mulher só, não. Pelo menos na minha idade é assim" (Homem, escola pública, Manaus); "Impulso sexual. Às vezes ela não é aquilo que você quer para conviver, para se relacionar para o resto dos seus anos, e talvez você só queira curtir o momento, a transa, os amassos" (Homem, escola particular, Rio de Janeiro).

Especialmente na cidade de Brasília, observamos que os jovens referem um distanciamento físico nas relações afetivas proporcionado, segundo eles, pela estrutura e geografia da cidade. No entanto, esse distanciamento é apontado como não exclusivo das relações amorosas, mas dos relacionamentos sociais de maneira geral. Os entre-

vistados brasilienses consideram-se diferentes e mais individualistas, o que interferiria nas relações amorosas e sexuais. Os espaços de relacionamento aparecem demarcados em festas, *shows*, boates e *shoppings*: “Temos individualismo, as pessoas são assim muito individualistas” (Homem, escola particular, Brasília).

Pelo menos aqui em Brasília é uma coisa meio natural ter distância assim, não tem muito [relacionamento] até com seus amigos ou com seu vizinho. É uma coisa muito distante, uma pessoa da outra, é uma coisa muito sem afeto. (Homem, escola particular, Brasília)

Alguns jovens explicam uma espécie de gradação nas ações relacionadas ao ‘ficar’, que pode incluir desde beijos até a relação sexual:

Tem o ficar só naquele momento, só naquele dia. E tem outro que é quando, principalmente os homens, querem ficar e já querem tudo. Então isso eu aprendi: que tem dois tipos de ficar. Se quiser ficar, fique só naquele momento, mas não faça mais nada. Não toca nem em outras partes, como dizem. Tem certas pessoas que já fazem logo, logo na ficada. (Homem, escola pública, Manaus)

É que tem vários ficar. Tem aquele ‘estou ficando’ de uma semana, duas semanas, vai ficando, vai indo até onde der, e tem o ficou que é numa balada, dá uns pegos e acabou. (Mulher, escola particular, Porto Velho)

Depende da pessoa. Eu tenho várias amigas que ficam e transam e fazem tudo só que não é nem o ficar. Ninguém sabe que elas ficam. E ficam só para fazer amor, só para transar mesmo. ‘Ah, estou aqui e vou pegar uma pessoa, vou lá ficar com ela, dou mole pra ficar com ela’, é assim. Hoje em dia, em Florianópolis, é muito assim. (Mulher, escola pública, Florianópolis)

Desse modo, observamos que, apesar de indicar uma experiência amorosa passageira, o ‘ficar’ pode se tornar um envolvimento mais ‘sério’ e um ‘ficar importante’. Pode também ser um marco numa trajetória de relacionamentos afetivos, ocupando um papel de transição e de oportunidade para conhecer melhor o futuro parceiro: “Às vezes um ficar vira um rolinho que pode virar um namoro” (Mulher, escola pública, Rio de Janeiro); “Primeiro pega, fica, depois namora” (Mulher, escola pública, Rio de Janeiro).

No entanto, nem todos os jovens aderem à prática do ‘ficar’, demonstrando um posicionamento crítico quanto a esse tipo de relação, vista sob uma ótica de superficialidade e de banalidade afetiva: “Eu não vou ao *show* de axé só para sair beijando todo mundo. Eu acho meio absurdo você ficar com alguém que não conhece” (Mulher, escola particular, Belo Horizonte); “Eu acredito em namoro à moda antiga, sei lá. É uma coisa mais tradicional, mas uma coisa que tenha mais sentimento” (Mulher, escola particular, Brasília).

Relacionados ao ‘ficar’ e ao ‘pegar’ há o ‘colar’ (como sinônimo deles) no Nordeste; o ‘breth’, no Sul, e a ‘paquera’, no Centro-Oeste. Esta é caracterizada por um adolescente como “uma conversa que você tem com a pessoa. É uma forma de mostrar o que você sente pela outra pessoa” (Homem, escola pública, Cuiabá). Já o ‘breth’ tem a seguinte explicação: “Os emos inventaram uma expressão chamada breth. Pra definir tudo. Breth

é ficante, breth é ela está bretiando, ela está ficando, breth, tu tá trovando” (Mulher, escola particular, Porto Alegre).

Outro sentido atribuído pelos jovens ao relacionamento afetivo-sexual é o ‘rolo’, mais utilizado no Sudeste. Este se situa na transição entre o ficar e o namorar, ‘fica no meio’, antes do ‘namoro’, quando este ainda não chegou ao conhecimento da família. No ‘rolo’, o ‘ficar’ com outras pessoas pode ainda ser permitido: “Uma coisa mais séria do que ficar e mais *light* que o namorar” (Homem, escola pública, Cuiabá); “Rolo é aquele namoro assim, que não é certo, é fora de casa, que os pais não sabem” (Mulher, escola pública, Rio de Janeiro).

Observamos que as etapas, a transição de um tipo de relação para outro e as formas de relacionamentos amorosos entre os jovens nem sempre são claras e explícitas, representando diversas formas de experimentação. Os rapazes das cidades localizadas na região Sudeste dizem que, apesar de haver diferenças entre o ‘ficar’ e o ‘namorar’, na prática esses tipos de relacionamento podem se misturar, principalmente pela dificuldade que os jovens têm de reconhecer, para si e para os amigos, o amadurecimento da relação ou, ainda, quando há discordância entre os pares sobre o destino do relacionamento: “Às vezes você não sabe se está ficando ou namorando” (Mulher, escola particular, Belo Horizonte); “Às vezes ele está namorando você e você não o está namorando. É muito complicado” (Mulher, escola particular, Belo Horizonte).

Os jovens moradores de cidades da região Sul acrescentam ainda uma nuance que transita entre o namoro e o ‘ficar’, que estaria de acordo com as épocas do ano. No inverno, em razão do clima frio, seriam mais comuns os relacionamentos do tipo namoro, o ‘ficar juntinho’, como se fosse uma ‘curtição de inverno’, mas o que não configuraria um namoro propriamente dito por não implicar compromisso mais sério. Com o verão, época de praia, o relacionamento acabaria ‘naturalmente’:

Namoro. Por enquanto, eu estou, todo mundo está, tipo, meus amigos, minhas amiga, todo mundo. Eu acho que é época. Chega verão, que é praia... É uma curtição, assim, uma coisa assim light. Tu ficas com tuas amigas, teus amigos, entendem? Assim, se vê de novo, aí fica, não tem aquele negócio de compromisso sério. Aí no verão, ninguém é dono de ninguém. (Homem, escola pública, Porto Alegre)

Já no ‘namoro’ propriamente dito, a compreensão sobre o tipo de relacionamento com o outro é diferente. A relação, ainda que efêmera, é marcada por sua publicidade, simbolizando a entrada do jovem na cena dos adultos.

A média de idade para início do namoro entre os pesquisados é de 14 anos, sendo um pouco mais cedo entre os da rede particular de ensino e em Brasília, Rio de Janeiro, Porto Velho e Recife. Em geral, os jovens entrevistados mencionam que já tiveram dois namorados. Os meninos, os estudantes do ensino público e os de Manaus, Porto Velho, Brasília e Rio de Janeiro dizem já terem experimentado mais de dois namoros.

Uma das principais características do namoro é a inclusão do relacionamento no âmbito familiar, marcado pelo conhecimento dos pais sobre a relação e pela frequência

do parceiro à casa da família. Os adolescentes destacam, ainda, o planejamento do tempo em conjunto e o sentimento de maior solidez na relação.

Alguns jovens referem também a existência de marcos simbólicos de compromisso e de pertencimento ao outro, como o uso de aliança – o que foi mencionado principalmente nas cidades do Sul do país. Nas localidades do Nordeste, os rapazes ressaltam, sobretudo, os momentos de receio e timidez que vivenciam quando vão pedir aos pais da menina a autorização para namorar. Os depoimentos a seguir ressaltam os sentimentos mais sólidos tidos como necessários à reciprocidade afetiva no namoro: “Eu já tenho uma tese que é assim: quem namora já quer dá um passo. É porque quer uma coisa séria. Quer uma coisa que não é só aquele momento” (Mulher, escola particular, Recife); “Porque tem que ver primeiro se vai dar futuro. Aí, sim, a gente compra uma aliança de compromisso tal” (Mulher, escola pública, Florianópolis); “Eu acho que é uma idade assim que a gente mais muda de uma hora para outra. E estar com aquela aliança significa que você vai ficar lembrando aquela pessoa o tempo inteiro” (Mulher, escola particular, Florianópolis).

Alguns sentimentos como ciúme, desconfiança e medo de traição tendem a ser suscitados ou exacerbados no contexto do namoro. Por haver um vínculo mais sólido entre o casal, essas emoções costumam estar presentes, ter maior legitimidade e provocar desavenças. Dessa forma, o namoro passa, por vezes, a ser um espaço de controle e de cobrança dos passos um do outro, sobretudo de horários. Aqui o afeto aparece como justificativa para o controle do outro. Ressaltamos, contudo, que também nas outras formas de relacionamento, tidas como de menor compromisso, igualmente existem o ciúme e atitudes de controle do outro. Esses tipos de sentimentos, porém, têm sua presença mais legitimada no namoro. “Quando começa a querer colocar ordem em você, foi o que aconteceu comigo: ‘Ah eu vou em tal lugar!’ Aí ele: ‘Você não vai!’ ‘Por quê?’ ‘Porque eu não quero!’” (Mulher, escola pública, Rio de Janeiro);

Quando a pessoa tem muito ciúme começam as discussões. Aí a mulher vê que não dá certo, porque não aguenta tanto ciúme. Eu não gosto de tanto ciúme assim, meu namorado é muito ciumento. Aí não deu certo. Agora a gente está tentando de novo para ver como é que vai ficar. (Mulher, escola pública, Porto Velho)

Não. Tem menino que se apega à menina. Meu segundo namorado a gente ficou, a gente já se conhecia, mas assim, sabe que você nem tá namorando e a pessoa te liga três vezes por dia, manda mensagem umas seis no mínimo, manda mensagem no Orkut, MSN, nem te conto. Você se sente sufocada, entrega urso na sua casa, flores, você nem está namorando. (Mulher, escola pública, Brasília)

A traição também é frequentemente referida nas relações de namoro e, por vezes, tratada como algo natural e utilizada como justificativa para atos de violência entre os namorados: “Acho que 80% dos que namoram traem” (Homem, escola pública, Rio de Janeiro); “Trair é meio natural, é uma coisa meio que obrigatória assim” (Mulher, escola particular, Brasília);

Ab! Eu pedi para ele ser sincero comigo. Mas sabe como é que é homem, não é? A gente fez um trato de sinceridade, só que o famoso Orkut entrega tudo. Orkut, MSN, Internet em geral entrega tudo. (Mulher, escola pública, Porto Alegre)

Por causa da iminência de serem mutuamente acusados por ciúme, desconfiança e traição nas relações de namoro, muitos rapazes e moças justificam sua preferência pelo 'ficar', já que, nessa relação, supostamente, não existem amarras e há menos risco de se apaixonar e de se decepcionar. O contexto de experimentações afetivas e sexuais descomprometidas do 'ficar' se torna muito atrativo:

Porque o que acontece é que eu mesmo, particularmente, não confio em ninguém. Como eu não confio se eu ficar com uma menina. Porque cada cabeça é um mundo. Eu posso pensar: eu não vou te trair, eu não vou fazer isso, mas ninguém sabe o que está acontecendo com ela também. E eu me preocupo não é nem isso, é a pegação no pé. Eu tenho uma experiência mesmo, que eu faço curso, largo dez horas, dez e meia, ela liga: 'Já chegaste?' (Homem, escola pública, Recife)

Na concepção dos jovens, namoro envolve responsabilidade, lealdade e respeito com o sentimento do outro. Para alguns, o namoro é “algo muito sério e difícil”, que deve ser vivido apenas quando se pretende casar: “Namorar, nessa idade, é perder a melhor parte da adolescência, a melhor parte da vida” (Homem, escola particular, Porto Velho); “Prefiro ficar assim do jeito que eu estou, até achar a pessoa certa, que no caso ainda não achei” (Homem, escola pública, Belo Horizonte);

Normalmente é mais ficar, porque para mim ficar é mais gostoso, sei lá, num dia a gente fica com um, noutro dia com outro, e assim vai. Esse negócio de namorar, sei lá, vira rotina. Então para mim, namorar não existe, para mim é ficar, entendeu? Acho que é melhor e é o mais normal. A moda de agora dos jovens é o ficar, entendeu? (Mulher, escola pública, Manaus)

Apesar do receio de maior envolvimento, há também a valorização da parceria, da união e de outras trocas positivas, pelo menos no considerado 'namoro sério'. Alguns meninos entrevistados individualmente se reconhecem diferentes da maioria, destacando que preferem o 'namoro' ao 'ficar', pois se sentem felizes com suas parceiras, como menciona o entrevistado a seguir: “Eu não gosto assim, de como esses jovens hoje, ficar, ficar, ficar. Isso aí, para mim, eu não gosto. Nem de trair eu não gosto” (Homem, escola pública, Teresina).

Ainda no âmbito do namoro, alguns entrevistados referem a existência do “namoro liberal”, no qual seria permitido ao casal se relacionar com outras pessoas, o que pode ou não ser revelado ao parceiro: “a mulher é corna, que o homem é corno, aquele namoro liberal” (Mulher, escola pública, Belo Horizonte). Esta modalidade de namoro parece servir, em alguns discursos, como forma de lograr êxito na relação sexual: “Não tem sentimento e namora só para transar e termina” (Homem, escola particular, Rio de Janeiro). Há também o “namoro por conveniência”: “Só para falar que está comprometido” (Homem, escola pública, Belo Horizonte); “Namorar para não ficar sozinho” (Menino, escola pública, Belo Horizonte).

Outro aspecto importante a ser observado, em geral, a respeito do namoro, e que confirma a existência de papéis de gênero diferenciados, é a responsabilização da menina pela definição dos parâmetros da relação e pela aceitação ou não de traição, “Do que a menina vai impor [ao garoto]” (Menina, escola particular, Belo Horizonte); “Se ela se valoriza ou não, aí o homem vai valorizar ela” (Menino, escola particular, Belo Horizonte). Caberia, dessa forma, à menina a responsabilidade pela seriedade da relação e pela exclusividade dos parceiros.

A adesão a algum tipo de religião surge como mais um atravessamento na vida dos entrevistados, o que pode interferir significativamente na forma e na condução dos relacionamentos amorosos. Os jovens identificam a religiosidade (sem especificação de crença) como um parâmetro de respeito ao outro e de um tipo especial de namoro.

Eu não vou à festa porque eu sou evangélica, mas assim, eu fiquei foi no interior daqui, fiquei com ele um bom tempo, e a gente se conhece desde pequeno, porque eu sou de lá. (Mulher, escola particular, Teresina)

É porque eu namoro, mas o meu namoro é diferente, meu namoro é um namoro cristão, é completamente diferente do namoro convencional que elas estão falando, entendeu? Meu namoro é assim: existem regras, limites, e a gente é feliz assim. (Mulher, escola pública, Cuiabá)

O ‘noivado’ foi citado por poucos jovens (7,6% dos entrevistados) e, como seria de esperar, pelos mais velhos (18-19 anos).

Tem uns que começam a ficar e depois é namorado. Foi assim: comecei a ficar com ele, fiquei uma vez, fiquei outra vez, até que deu namoro e agora nós estamos morando junto. Você só não fica; acabou procurando a minha irmã pra ver se a gente ficava e aí até que começamos a namorar e hoje nós estamos morando junto. (Mulher, escola pública, Teresina)

Todos os sentidos atribuídos às relações afetivo-sexuais pelos jovens, em geral, são atravessados por polos antagônicos: compromisso *versus* não compromisso; longa duração *versus* pouca duração; intimidade sexual *versus* superficialidade sexual; envolvimento afetivo *versus* não envolvimento afetivo; e exclusividade *versus* traição. Esses polos servem-lhes de parâmetro consciente ou não para definirem tipos de relacionamentos afetivo-sexuais. No entanto, nem sempre suas opiniões são coerentes, como na convivência observada entre compromisso e traição em uma mesma fala, por exemplo. Como menciona Bauman (2004: 8), “no líquido cenário da vida moderna, os relacionamentos talvez sejam os representantes mais comuns, agudos, perturbadores e profundamente sentidos da ambivalência”.

Nesse sentido, em uma definição de relação afetivo-sexual – que será sempre particular ao casal/aos envolvidos – podem conviver, por exemplo, a ideia de um relacionamento de longa duração, sem nenhum compromisso, ou um relacionamento de curta duração, com intimidade sexual. Há definições que se situam em gradações entre contínuos envolvendo cada par de polos, que podem ainda expressar concordância ou discordância entre os envolvidos.

Especificamente em relação ao 'ficar', os sentidos atribuídos pelos jovens revelam, em um primeiro plano, o descompromisso. Desse modo, nossos achados se aproximam dos encontrados por Heilborn e colaboradores (2006), assinalando que no final dos anos 80 a expressão 'ficar' já nomeava os contatos corporais e afetivo-sexuais sem vínculos, entre parceiros que poderiam nunca mais se rever.

Paralelamente a esses sentidos que apontam para o descompromisso, convive a ideia do namoro, que envolve a competência social de seus envolvidos em se relacionarem amorosamente com o outro (Diamond, Savin-Williams & Dubé, 1999) e um compromisso mais sério, uma relação mais duradoura, com maior investimento no respeito mútuo, exigência de fidelidade e existência de relação sexual. No entanto, os sentidos atribuídos pelos jovens ao namoro operam em uma lógica distinta da que predominava em algumas décadas do passado, aproximando-se, assim, da observação de Heilborn e colaboradores (2006) quanto ao fato de o namoro não mais ser visto como simples etapa de preparo para a conjugalidade, e sim como uma experimentação afetivo-sexual.

O COMPORTAMENTO SEXUAL DOS JOVENS

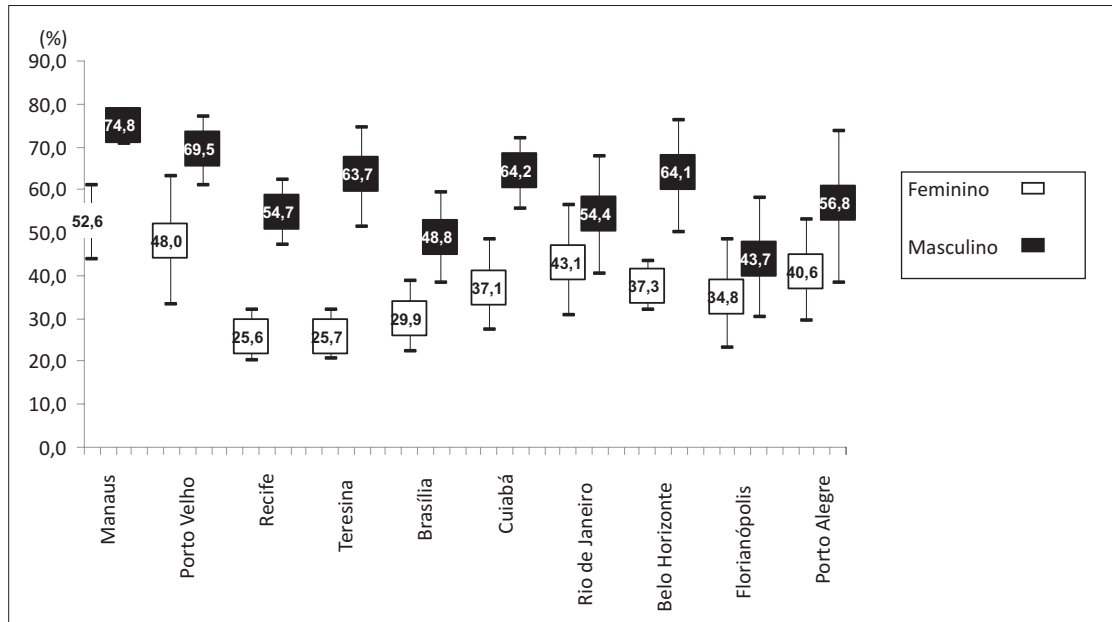
Ao pensar nos relacionamentos dos jovens como um processo de aprendizagem para a vida adulta, entende-se que o comportamento sexual serve também como teste para construção de sua identidade.

Observamos que 46% dos pesquisados já 'transaram', estando no topo do *ranking* os estudantes das capitais estudadas na região Norte (de 56% a 60%), enquanto os de Florianópolis, Recife e Brasília apresentaram os menores percentuais (38%). Cinquenta e sete por cento dos meninos afirmam que já transaram, ao passo que quase 40% das meninas indicam que já tiveram experiência sexual. A prática sexual é mais relatada pelos estudantes da rede pública (49,4% contra 37,3% do ensino privado). O Gráfico 3 apresenta tais estimativas, segundo o sexo dos jovens.

O fato de mais meninos do que meninas terem afirmado que já haviam tido relação sexual está de acordo com dados nacionais. No Brasil, em 2005, em todas as regiões, observou-se ser maior a proporção de jovens do sexo masculino que iniciaram a vida sexual antes dos 19 anos (Paiva *et al.*, 2008).

Muitos jovens têm conflitos em relação ao que esperar de um envolvimento sexual (De Gaston, Jensen & Weed *apud* Miller & Benson, 1999). A sexualidade é uma marca de gênero e de identidade e pode ser exercida de maneira tão diversa quanto as expressões de subjetividade (Gagnon, 2006; Heilborn *et al.*, 2006).

Gráfico 3 – Prevalência de relações sexuais de jovens (15-19 anos) de dez capitais brasileiras, segundo o sexo



A média de idade da primeira relação sexual é de 14,8 anos, começando um pouco mais cedo entre os meninos, os estudantes da rede particular, os brasilienses e os cuiabanos. Essa média se aproxima à encontrada em outros estudos nacionais. Segundo Paiva e colaboradores, em 2005 a idade média de jovens que tinham se iniciado sexualmente foi de 14,9 entre 61,6% dos entrevistados (Paiva *et al.*, 2008). Raffaelli (2005) também ressalta em seu estudo que os homens jovens apresentam idade menor à época de sua primeira experiência sexual, sendo esta anterior ao primeiro relacionamento estável (média de 16,2 para primeira experiência sexual e de 16,6 anos para primeiro relacionamento estável). Já as garotas referem ter tido sua primeira experiência sexual um pouco mais tarde (17 anos para primeira relação e 16,5 para primeiro relacionamento sério).

Segundo Paiva e colaboradores (2008), diferenças de gênero acerca da iniciação sexual estão presentes em todas as regiões brasileiras. Uma das hipóteses explicativas para esse fato se refere às normas e expectativas de atitudes e práticas serem distintas para homens e mulheres no que diz respeito à sexualidade.

Sobre a iniciação sexual precoce ou fora de um relacionamento do tipo namoro, as garotas das capitais do Centro-Oeste se mostram críticas quanto ao pouco conhecimento do parceiro e aos riscos que isso implica: “Risco de pegar doença, de engravidar, e às vezes não chega ao ponto de você poder criar, aí tem a questão do aborto e essas coisas que todo mundo concorda” (Mulher, escola pública, Cuiabá);

Do que eu mais ouvi falar seriam esses roqueiros, uma questão de protesto. Eles começam muito cedo as relações sexuais, esse tipo de coisa, e não existe muito compromisso, 'ah, eu tenho que namorar', 'estou tentando ter uma pessoa só agora', coisas assim. (Mulher, escola particular, Brasília)

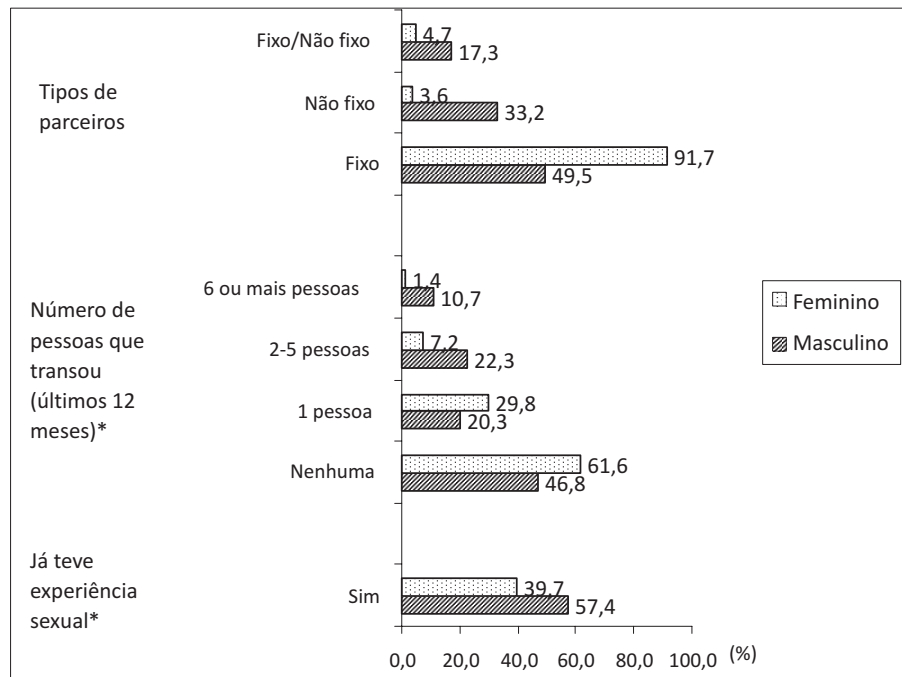
Heilborn e colaboradores (2006) destacam que 38% das meninas de seu estudo informaram ter tido sua primeira relação sexual pelo menos quatro anos depois do primeiro namoro, fato constatado em 23% dos rapazes. Observaram também que é mais prolongada a prática de um namoro sem sexo entre as meninas com trajetórias de ascensão escolar e que há uma associação entre nível de escolaridade, religião e início da vida sexual. Verificaram que os garotos começam sua vida sexual pelo menos dois anos antes das garotas, com 16 anos, e elas com 18 anos. A iniciação dos meninos, que varia entre os 15 e os 17 anos, não mostrou diferenças segundo região, grupo social ou raça/cor. Já para as meninas, os autores encontraram diferenças regionais e em relação às condições sociais: 1) meninas de grupos mais empobrecidos iniciam antes sua vida sexual, assim como meninas de famílias que não professam religião; 2) meninas que estudaram até o ensino básico têm a primeira relação em média aos 16 anos, e as que seguiram o ensino superior, aos 18 ou 19 anos.

Neste estudo, verificamos que os jovens, em média, já haviam transado com duas pessoas. Constatamos que 26,2% transaram com uma única pessoa; 13% com duas a cinco pessoas; e 4,9% com mais de seis pessoas. Entre os estudantes da rede pública, 19,4% afirmaram ter transado no último ano com mais de duas pessoas em comparação a 13,1% dos jovens da rede particular.

No momento em que foram entrevistados, 72,3% dos estudantes disseram que estavam transando apenas com um parceiro fixo, 17,2% com parceiros não fixos e 10,5% com ambos. Dentre os rapazes e alunos da rede privada ficou muito evidente o maior envolvimento sexual com parceiros fixos e não fixos. A diferença é também marcante entre as meninas no que se refere a parceiros fixos, com estimativas muito superiores às dos rapazes (Gráfico 4). Em Teresina e em Brasília está o mais elevado percentual de jovens com parceiros não fixos.

Segundo Miller e Benson (1999), os jovens que iniciam seu envolvimento amoroso mais cedo e têm mais relacionamentos fixos tendem a desenvolver uma vida sexual precoce e mais ativa nesse período da vida. E à medida que há maior envolvimento emocional com o parceiro, aumentam as experiências sexuais.

Gráfico 4 – Prevalência e detalhamento de experiências sexuais de jovens (15-19 anos) de dez capitais brasileiras, segundo o sexo



* $p < 0,001$.

Alguns jovens disseram que se engajam em relações somente sexuais, sem envolvimento amoroso, por vários motivos, dentre os quais o fato de muitos associarem sexo à maturidade e à possibilidade de aparecer e ser reconhecido entre os pares. Isso os torna diferentes em relação aos que namoram e se dedicam a relações românticas. Os meninos tendem a buscar *status* em sua rede social principalmente mantendo relações sexuais com diferentes parceiras e recusando-se a ‘se amarrar’ a uma companheira apenas.

Na pesquisa de Heilborn e colaboradores (2006) com jovens de 18 a 24 anos de Porto Alegre, Rio de Janeiro e Salvador, foi verificado que 13% dos rapazes disseram ter tido relações sexuais sem nunca ter namorado. Essa situação foi apontada por apenas 2% das moças.

A constatação da predominância masculina nas estimativas de relação sexual se deve ao fato de esse tipo de comportamento ser permitido e incentivado entre os rapazes. Aquele que não ‘pega’ leva fama de ‘frouxo’ ou de ‘viado’. É presente a prática de rotular e tachar negativamente garotos que “não aproveitam a oportunidade” de transar com uma garota. Novamente, posturas conservadoras e sexistas emergem das falas das próprias garotas: “Deu mole, tem duas opções: ou pega e fica com fama de fodão, ou não e fica com fama de viado” (Mulher, escola pública, Belo Horizonte).

Cordeiro e colaboradores (2009), com base em uma pesquisa com jovens de 18 a 24 anos de Salvador, Porto Alegre e Rio de Janeiro, investigando a coerção sexual entre

parceiros, verificaram que o índice de respostas afirmativas a esse questionamento foi superior a 10%, destacando-se as mulheres e os moradores de Salvador. A principal forma de coerção foi “muita insistência”. Destacam-se, nessa pesquisa, a ocorrência da coerção sexual entre os homens jovens e a discussão dos papéis de gênero envolvidos, dando forma a um ideal de homem e sobre o que se espera dele, como em relação à atividade sexual. As autoras destacam que os homens que se recusaram ao sexo viveram experiências de constrangimento e questionamento de sua virilidade por parte das mulheres e/ou de seus pares.

A insistência excessiva das parceiras, diante da recusa ao sexo, promove um tipo de inversão hierárquica no jogo de sedução e coloca em foco a indiposição dos rapazes para a atividade sexual, causando desconforto em suas identidades de gênero. (Cordeiro *et al.*, 2009: 1.060)

Os meninos confirmam que transar é uma forma comum de relacionamento na juventude, mas que a iniciação sexual nem sempre é fácil, em face das expectativas em relação a suas habilidades:

Se for uma pessoa que você não tem nada a ver, aí você vai forçando a barra. Agora, uma pessoa de quem você gosta, que você pensa em namorar, você não vai transar? (Mulher, escola particular, Rio de Janeiro)

Há ainda, por parte dos rapazes, uma acirrada crítica às meninas “que fazem doce”, por atitudes de suposta “pureza”. Outras, por sua vez, são consideradas mais “atacadinhas”, “saidinhas”, “mais soltas”, vistas como liberais nas relações sexuais. Os jovens criticam também as práticas sexuais pouco responsáveis: “Aí no outro dia vêm as consequências, as meninas com uma gravidez indesejada, os meninos com doença” (Homem, escola pública, Brasília).

O uso do sexo como meio para manter relacionamentos é citado pelas meninas: “Aí transar só para ficar com o cara, por medo de perder” (Mulher, escola particular, Cuiabá). Contudo, quando se relacionam com vários parceiros e praticam sexo casual, as meninas são rotuladas de ‘cachorras’. Na região Centro-Oeste foi mais marcante a ideia da menina “dada” e “gostosa”, em contraposição à “feia”, o que também ocorre em relação aos meninos. Tais denominações parecem determinar os tipos de relacionamentos: se elas acham que os rapazes “só pensam em sexo”, são as meninas “dadas” que os seduzem: “Tem aquela menininha que é do tipo popular e todo mundo quer pegar, que é a gostosa, todo mundo chama de gostosa, o elogio deles é gostosa” (Mulher, escola pública, Brasília).

No que diz respeito à diferença entre papéis de gênero, quando a transa casual aparece na fala das garotas é justificada em razão do investimento amoroso na relação com uma ‘pessoa especial’.

Similarmente à prática do ‘ficar’, as meninas acreditam que são os meninos que “vão em cima da garota”, demonstrando que há ainda a ideia de que o homem está

mais inclinado a buscar o sexo na relação. Ressaltam, contudo, que elas também estão pensando em sexo e o praticando, desejando igualdade de poder na relação, o que é criticado pelos rapazes:

As meninas querem tomar o posto dos homens, elas querem ser iguais. Sempre teve esse negócio de machismo, de inferioridade feminina. Acho que hoje elas querem ser no mesmo nível. (Homem, escola particular, Belo Horizonte)

Aí as mulheres estão se sentindo acuadas, aí começa a dar em cima. Só que isso acontece e muitos homens não gostam, fica aquele jogo de empurra-empurra. Ah, eu não quero ela não porque ela deu em cima de mim e, quem sabe, se deu em cima de mim, deu em cima de todo mundo. (Homem, escola pública, Recife)

Observamos que os discursos dos jovens são, em sua maioria, conservadores e moralizantes em relação aos papéis de gênero e ao comportamento sexual feminino: “Hoje em dia as meninas não estão se valorizando como antes” (Mulher, escola particular, Rio de Janeiro). Também aqui observamos existir uma conotação de disputa de gênero, quando o comportamento sexual das garotas é equiparado ao do rapaz: “Hoje em dia está se comparando com os homens para ver quem varre mais” (Mulher, escola pública, Recife).

Bastante citada por garotos e garotas, a expressão “prova de amor” é utilizada pelos jovens para se referirem à estratégia de convencimento da garota para que aceite ter relações sexuais com o namorado, sobretudo quando a virgindade dela está em jogo.

O depoimento a seguir demonstra essa estratégia e destaca que sucumbir a ela pode ser danoso para a menina:

Eu acho isso errado porque não é assim que é, a prova de amor é o sexo, não tem outros meios de: ‘Ah, eu te amo.’ Tem como mostrar com outros meios. Tem alguns meninos também que fingem estar gostando de você, te dão o maior carinho, falam coisas bonitas só para fazer sexo, depois dão um chute na bunda da menina. O objetivo dele era fazer sexo e não está nem aí para ela. (Mulher, escola pública, Porto Velho)

A pressão para fazer sexo, por parte de alguns meninos, também incomoda muitas garotas que consideram isso uma expressão de machismo:

A maioria dos meninos sempre faz assim. Para mim, devia estar só no namoro e num namoro bem sério. Porque eu acho que sexo é uma coisa mais íntima, acho que não devia ser jogado com qualquer um. (Mulher, escola pública, Cuiabá)

Podemos afirmar que os amigos e o grupo social que cerca o jovem influenciam muito seu comportamento sexual (Miller & Benson, 1999; Haynie, 2002). Muitos relatam a pressão do grupo, em especial os meninos, direcionada a obter relações sexuais e ao desvirginamento da menina. No entanto, entre grupos de amigos religiosos, que compartilham o mesmo credo, há o apoio à abstenção das relações sexuais, uma vez que estas devem ocorrer após o casamento. Já nas falas das meninas aparece, em relação ao grupo, não uma ‘pressão’ pela relação sexual, mas um compartilhamento de experiências.

A força dos laços estabelecidos no grupo determina o poder de influência, os valores e os comportamentos. Os jovens que despendem grande parte de seu tempo com amigos podem estar mais propensos a influenciarem e a serem influenciados. Além disso, oportunidades se criam também nesse ambiente. A violação de uma regra do grupo ou o questionamento de sua identidade pode colocar em risco o pertencimento do jovem, o que é altamente ameaçador para ele.

Maffesoli (2006) chama a atenção para a paixão pela semelhança, ou seja, a identificação do jovem com o grupo de iguais ou com determinadas 'tribos', o que parece amenizar a insegurança causada por esse momento de transição para a vida adulta. Nesse sentido, o adolescente de hoje vive relações cada vez mais próximas de uma "alma coletiva".

Uma moradora do Sul do país ressalta a marca de alguns grupos: "Os emos, normalmente, são mais sentimentais. Os manos seriam uma definição de mais heteros e machos, que não abraçam" (Mulher, escola particular, Porto Alegre).

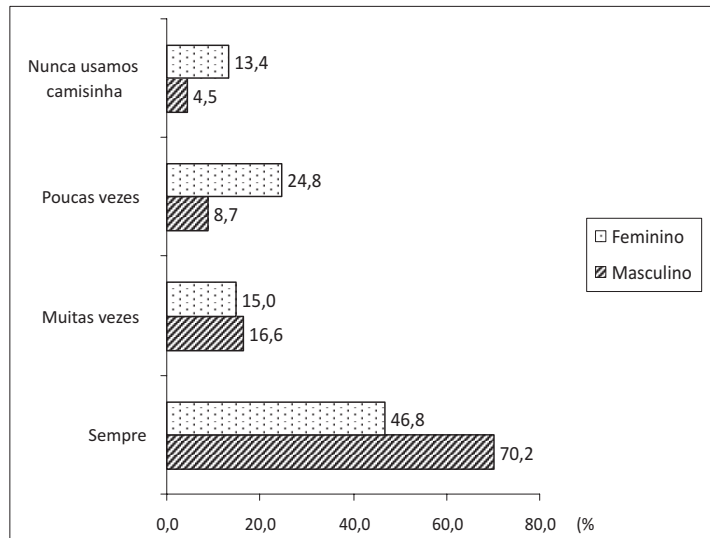
Nos grupos exemplificados, a roupa e o comportamento são símbolos que auxiliam na identificação: "Usa roupa mais apertadinha, é emo. Usa roupa larga, é mano" (Mulher, escola particular, Porto Alegre).

No que diz respeito ao 'uso de camisinha', verificamos que 57,4% dos jovens que já transaram afirmaram que sempre usam camisinha; 15,7% afirmaram usar muitas vezes; 17,6% poucas vezes e 9,4% nunca usaram. Os meninos dizem com maior frequência usar preservativo do que as meninas (Gráfico 5). Calazans (2005) também verifica uso maior de preservativo entre os rapazes (71% e 44% nas moças) e constata que os jovens de 15 a 17 anos (71%) o utilizam mais do que os de 21 a 24 anos (53%). Assim, ressaltamos marcas diferenciadas por questões de gênero na capacidade de negociação entre os homens e as mulheres: usar preservativo parece ser ainda hoje uma atribuição de responsabilidade masculina.

Contudo, Heilborn e colaboradores (2006) ressaltam que, mesmo entre os rapazes, é grande a resistência a conversas sobre preservativos antes da primeira relação. Talvez esse fato se deva à arraigada crença de que cabe à menina se precaver contra uma gravidez indesejada, além da própria vigência do tabu do sexo que leva à falta de diálogo. Esses autores verificam que o *status* do 'ficante' ou do 'namorado' está associado ao uso de preservativo: 61% dos meninos e meninas dizem ter conversado sobre o assunto com seu namorado ou namorada, percentual bastante inferior encontrado entre os 'ficantes' (26% dos meninos e 43% das meninas). Para as meninas, 'conversar com a mãe' mostrou estar positivamente associado ao diálogo com o parceiro sobre o tema, o que, por sua vez, está relacionado ao uso de preservativo entre as garotas.

Setenta e dois por cento dos entrevistados que contribuíram na pesquisa aqui apresentada afirmam só transar usando camisinha, 57% só usam camisinha quando transam com pessoas que não conhecem e 12,1% dizem não se preocupar em usar porque acreditam não ser fácil pegar doenças. Na pesquisa realizada por Calazans (2005), o afeto, a confiança, a fidelidade e a estabilidade da relação são justificativas usadas pelos jovens para o não uso de preservativo.

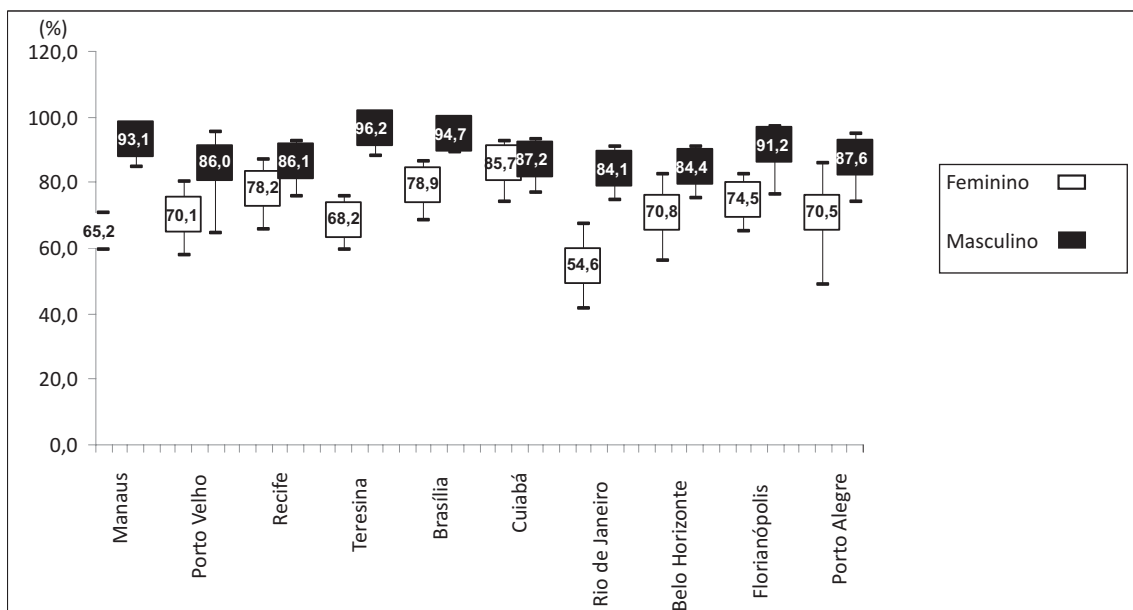
Gráfico 5 – Prevalência de uso de camisinha por jovens (15-19 anos) de dez capitais brasileiras, segundo o sexo*



*p < 0,001

O Gráfico 6 traz informações sobre o uso de camisinha por meninos e meninas nas distintas localidades estudadas. Dentre as capitais, os rapazes de Teresina e Brasília se destacam, enquanto são as moças de Cuiabá que mais afirmam usar preservativo. Jovens cariocas prevalecem dentre aqueles que só usam camisinha com pessoas que não conhecem e, em Cuiabá, há mais afirmações dos entrevistados de sempre usar preservativo.

Gráfico 6 – Prevalência do uso de preservativo por jovens (15-19 anos) de dez capitais brasileiras, segundo o sexo

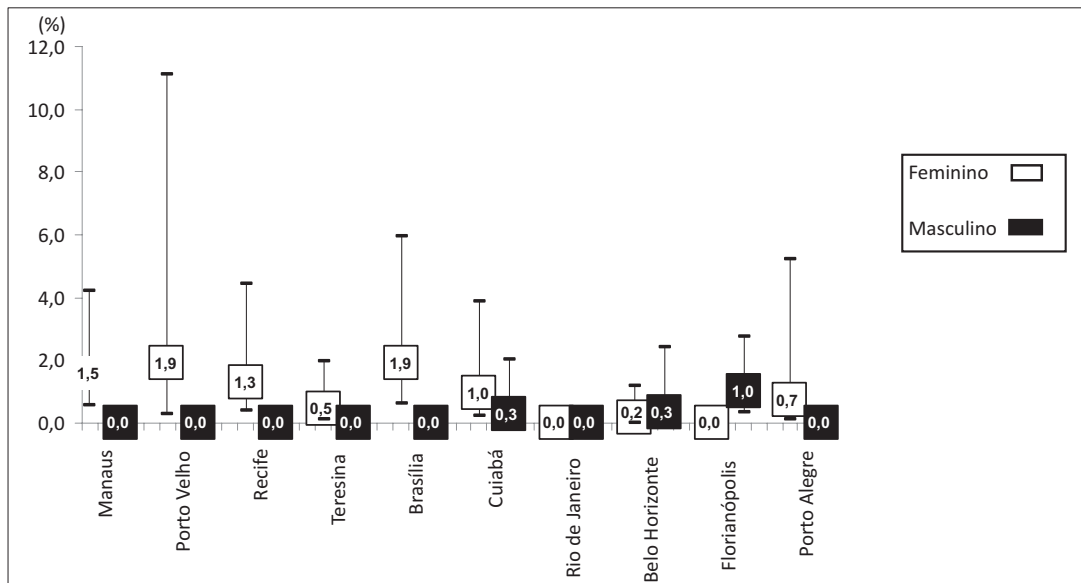


Os alunos da rede privada relatam maior uso de camisinha do que os da rede pública, que assim denotaram comportamento sexual de maior risco, sendo mais prevalentes o de transar com camisinha apenas com jovens desconhecidas e o de não usar preservativo. Calazans (2005) encontrou mais elevado nível de escolaridade e de renda familiar relacionados ao maior uso de preservativo. Estudo com enfoque nacional realizado em 2005 observou que o uso do preservativo se diferenciou por sexo, idade, escolaridade e região. Homens utilizaram mais preservativo (81,6%) que mulheres (66%), os jovens (16 a 24 anos) sendo os que mais o utilizam (92%). Em termos regionais, Centro-Oeste/Sudeste apresentaram a menor proporção (64,0%) de uso do preservativo (Berquó *et al.*, 2008).

Pouquíssimos jovens entrevistados revelam ter tido 'doenças sexualmente transmissíveis' (0,3%, o que equivale a 445 entrevistados), sendo mais comum entre as meninas e nas capitais Porto Velho, Brasília e Manaus (Gráfico 7). Não há distinção quanto à natureza da instituição de ensino.

Babo e Jablonski (2002) ressaltam que, devido à idealização dos encontros e das relações amorosas, muitos jovens não fazem uso de preservativos, o que pode aumentar a transmissão de doenças sexualmente transmissíveis.

Gráfico 7 – Prevalência de doenças sexualmente transmissíveis em jovens (15-19 anos) de dez capitais brasileiras, segundo o sexo

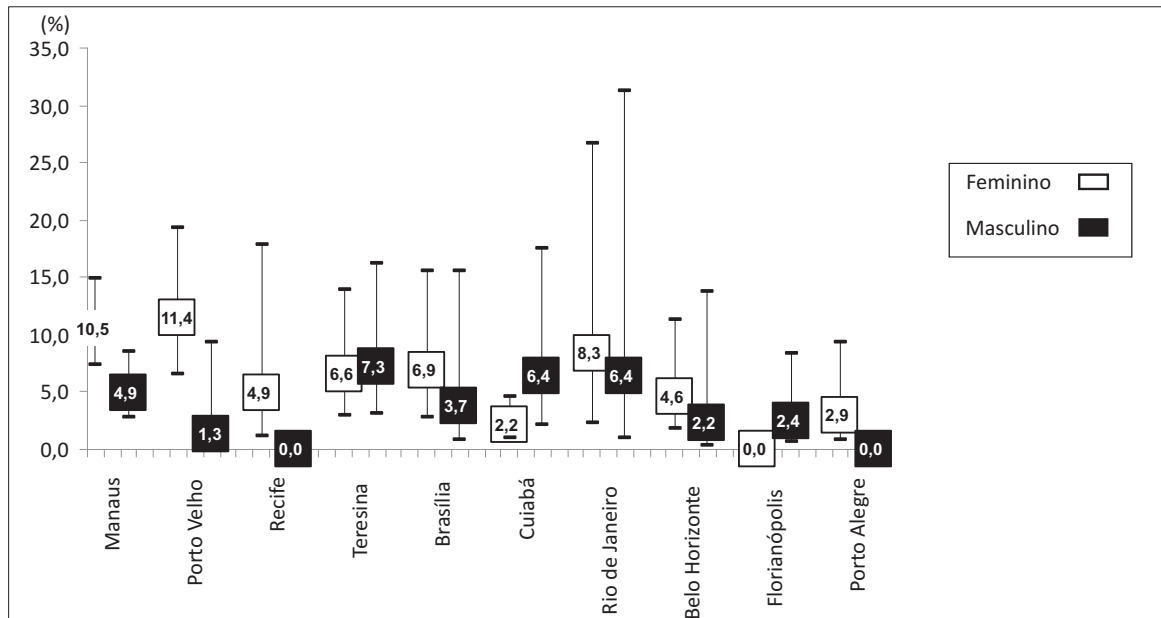


Quanto à 'gravidez', 5,6% dos jovens de ambos os sexos dizem que uma vez na vida já engravidaram ou que sua namorada já engravidou. Em especial 0,5% das meninas – o que equivale a 392 das entrevistadas – tiveram essa experiência mais de uma vez. É importante ressaltar que, em geral, o relato de gravidez pode não revelar a real situação existente, mas apenas a maior responsabilização do sexo feminino nas consequências das relações sexuais. Manaus é a capital com mais ocorrência de gravidez de estudantes

(8,1%), vindo a seguir Teresina (7,3%), Porto Velho (6,6%) e Rio de Janeiro (6,5%). As alunas da rede pública (6,1%) sobressaem em relação às da rede privada (3,7%). O Gráfico 8 apresenta a ocorrência da gravidez entre as meninas que participaram da pesquisa; dentre os rapazes, foi avaliada a gravidez nas namoradas nas dez capitais estudadas.

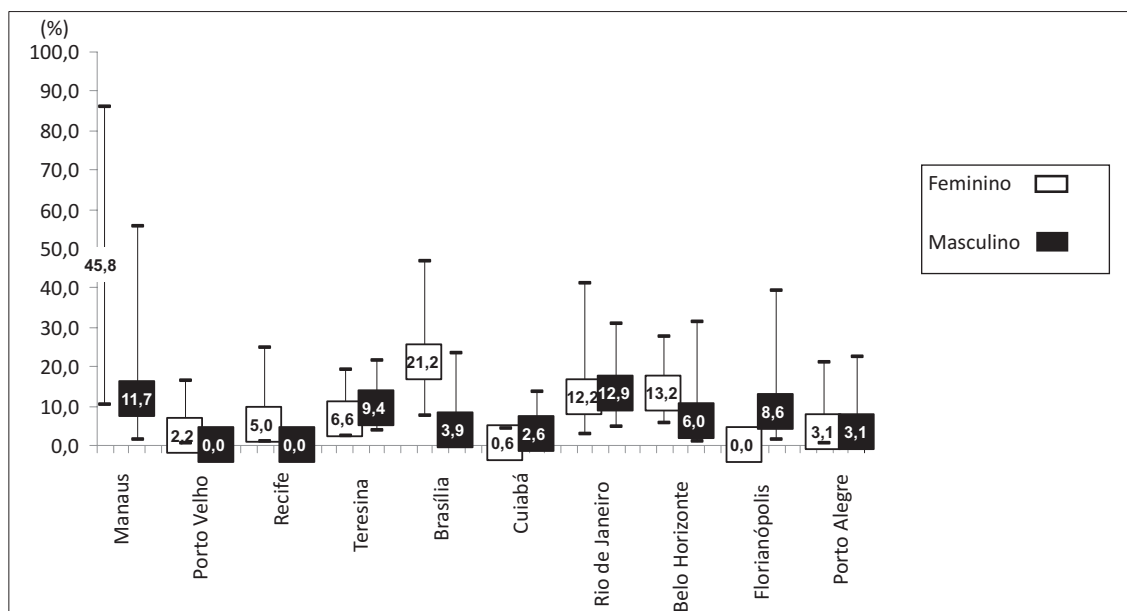
Observamos que, no ‘ficar’, o uso de contraceptivos não é uma prática comum: “Não usa e nem toma anticoncepcional e nem faz nada” (Mulher, escola pública, Florianópolis).

Gráfico 8 – Prevalência de gravidez reportada por jovens (15-19 anos) de dez capitais brasileiras, segundo o sexo



Das jovens que mencionam a ocorrência de gravidez, 9,2% fizeram ‘aborto’ uma vez na vida e 1,2% mais de uma vez. O maior número de abortos (33,7%) ocorreu em Manaus, que foi a capital com maior índice de gravidez entre jovens. Abortos ocorridos apenas uma vez prevalecem entre jovens do ensino público, com semelhança de percentual em ambas as redes de ensino quando acontece mais de uma vez. O Gráfico 9 apresenta a ocorrência do aborto segundo o sexo dos jovens nas dez capitais estudadas, ou seja, no caso das meninas e das companheiras dos jovens estudantes. Também aqui, a maior frequência de aborto entre meninas pode ser explicada pela implicação delas na situação.

Gráfico 9 – Prevalência de aborto em jovens (15-19 anos) de dez capitais brasileiras, segundo o sexo



Em relação a ter ‘filhos’, 0,4% das meninas e 2,1% dos meninos participantes deste estudo são pais. Os jovens das capitais da região Norte sobressaem, enquanto nenhum da região Sul mencionou ter filho.

No Sudeste, uma menina de Belo Horizonte, estudante de escola pública, relatou a ocorrência de gravidez, aborto e situações de violência com o parceiro. Conta que utilizava camisinha apenas no início do namoro: “No começo eu me preocupava, depois comecei a tomar alguns remédios e tal, mas eu tomava meio errado, aí eu deixei de me preocupar. Foi aí que eu engravidei.” Sua gravidez foi escondida da família, porém começou a gerar desconfiança em casa e na escola em razão de mudanças físicas e comportamentais. Segundo a menina, a mãe de seu namorado mandou tomar um ‘remédio de vermes’ e, em seguida, ela abortou, com quatro meses de gravidez. A estudante informou que, na ocasião, estava brigada com o namorado, sua sogra não gostava dela e já haviam travado discussões. A menina desconfiava que o remédio mandado pela sogra fosse abortivo. Percebemos nesse relato numerosas falhas no manejo da contracepção, demonstrando um hiato entre as informações transmitidas e o próprio exercício da sexualidade.

EXPERIÊNCIAS HOMO E BISSEXUAIS DOS JOVENS

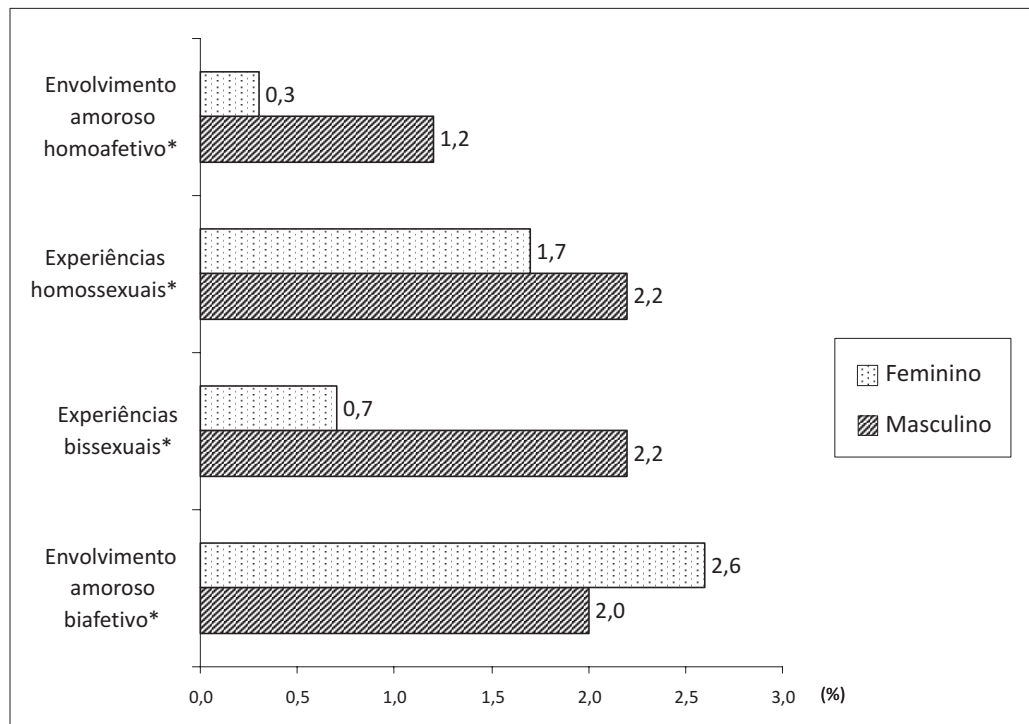
Existem poucos estudos sobre relacionamentos homo e bissexuais na juventude, o que pode levar a uma conclusão *a priori* de sua heterossexualidade. O silêncio do tema na literatura e entre os próprios jovens reflete ainda a restrita liberdade para a procura

de parceiros e para a livre expressão de sentimentos. Adolescentes e jovens, independentemente de sua orientação sexual, buscam segurança e afeto nas relações amorosas.

Na pesquisa, indagamos sobre experiências sexuais e envolvimento afetivo (namoro ou ‘ficar’ sem relação sexual) vivenciadas de forma homossexual e bissexual. Constatamos que as experiências homossexuais e bissexuais foram mais relatadas pelo grupo masculino. Tendência similar ocorre para o envolvimento amoroso homoafetivo; dentre as meninas, prevalece o envolvimento amoroso com ambos os sexos (Gráfico 10).

Dentre as experiências bissexuais sem contato sexual, os jovens de Brasília se destacam (6,1% dos jovens), seguidos pelos de Cuiabá (2,9%) e os de Manaus (2,8%). Quando há relação sexual propriamente dita, os jovens de Teresina, Porto Velho e Belo Horizonte são os que predominam (em torno de 2% a 3%). Nas capitais do Sul do país e em Recife, essa experiência foi pouco relatada.

Gráfico 10 – Prevalência de experiências homo e bissexuais entre jovens (15-19 anos) das dez capitais brasileiras, segundo o sexo



*p < 0,001.

Coadunando com o resultado deste estudo, uma pesquisa realizada por Heilborn e colaboradores (2006) indica que 3,3% dos jovens afirmam ter tido relações homobissexuais. Esses autores verificaram também baixo percentual de iniciação sexual com pessoa do mesmo sexo, o que é corroborado por esta investigação.

Calazans (2005) encontrou percentual maior de rapazes que referiram práticas homossexuais, assim como bissexuais: 3% e 1%, respectivamente. Já entre as meninas, destaca a pesquisadora, os valores registrados mostram um desencontro entre sua prática sexual e o desejo de estar com meninos ou meninas: entre as jovens de 15 a 17 anos, 97% declaram ter relações heterossexuais; contudo, 92% (ou seja, um percentual menor) referem as relações hetero quando indagadas: “com quem você gostaria de tê-las, caso pudesse decidir livremente?” A autora relaciona um possível desinteresse pelo sexo oposto a experiências de violência sexual, com base em dados também pesquisados com os mesmos respondentes.

Para os jovens que se engajam em relações homossexuais ou bissexuais, o ‘ficar’ pode servir também como experimentação e confirmação da opção sexual. Por serem menos públicas, as relações do ‘ficar’ geram menos suspeitas de amigos e familiares e também minimizam possíveis rejeições, assédios e mesmo violências, até que o jovem esteja mais seguro quanto a sua orientação sexual (Diamond, Savin-Williams & Dubé, 1999). Há ainda o uso de uma pretensa sexualidade como estratégia de conquista. Algumas meninas contam que certos garotos fingem ser homossexuais para se aproximarem.

Apesar de muitos jovens dizerem ter amigos *gays*, ‘adorar *gays*’ e achar ‘os *gays* muito bons’ e ser ‘normal’ (Meninas, escola particular, Belo Horizonte), nas falas da maior parte deles ressalta-se o preconceito – “ai, que nojo!” (Menina, escola particular, Belo Horizonte) – que existe por parte dos rapazes e das moças: “Eu acho isso errado. Não vou dizer que não rola um preconceito. Não é nem um preconceito, exatamente, porque realmente é estranho” (Mulher, escola pública, Teresina).

Segundo Heilborn e colaboradores (2006), as mulheres jovens tendem a ter mais tolerância à homossexualidade masculina ou feminina do que os rapazes, principalmente os que ainda não iniciaram sua vida sexual.

Reconhecer que há, na sociedade contemporânea, grandes mudanças em relação aos relacionamentos afetivo-sexuais e ao próprio exercício da sexualidade não implica dizer que as diferenças historicamente construídas de gênero e os papéis masculinos e femininos tenham sido totalmente reformulados. Da mesma forma, a sexualidade não se tornou “livre de quaisquer amarras” e preconceitos; “ela está sempre condicionada por constrangimentos e marcações sociais e culturais” (Heilborn *et al.*, 2006: 361). As práticas sexuais têm sido cada vez mais alvos de discussão e preocupação, principalmente a partir da epidemia de HIV/Aids e da circulação de outras doenças sexualmente transmissíveis.

Há, no campo dos movimentos sociais e de luta pelos direitos humanos, principalmente a partir dos anos 70, o aumento de ações em prol dos direitos sexuais, em especial de luta contra a homofobia, motivando inclusive propostas de leis que tornem crime essa prática. Tais movimentos vêm dando visibilidade à discriminação sofrida por pessoas com práticas sexuais diversas e à defesa pelos direitos da população GLBT (*gays*, lésbicas, bissexuais e transgêneros). Tal discussão é retomada no Capítulo 5, que versa sobre a invisibilidade das relações homossexuais entre adolescentes.

Nas relações com os pares, os jovens que expressam sua homossexualidade podem sofrer preconceitos, rejeição dos colegas e violências, sentindo que não existe liberdade para se expressarem. Em resposta à situação culturalmente repressiva, muitos se calam, buscam espaços mais restritos para se relacionar ou se envolvem com parceiros somente na vida adulta. O sentimento de não aceitação impede, frequentemente, que os jovens procurem pessoas para falar de seus relacionamentos ou para pedir ajuda.

Em contraposição aos que se retraem, há jovens que se envolvem em relações amorosas com pessoas tanto do mesmo sexo quanto do sexo oposto (D'Augelli, 1991; Herdt & Boxer, 1993; Savin-Williams *apud* Diamond, Savin-Williams & Dubé, 1999). Assim, agem em função de uma real atração sexual, do esforço para despertar tal atração ou como meio de confirmar sua orientação.

Em resumo, a maioria das opiniões dos jovens sobre a homossexualidade e a bissexualidade pode ser vista como apologia à heterossexualidade. Subjacente às opiniões a respeito das escolhas dos parceiros afetivo-sexuais, observamos o predomínio da heteronormatividade. Essa norma rege a socialização de homens e mulheres que, desde cedo, são levados a aprender que a sexualidade deve ocorrer na relação entre gêneros opostos. Nesse sentido, é de acordo com a adoção desse modelo ideal que cada um dos gêneros consegue ter a sua sexualidade masculina ou feminina reconhecida pela sociedade (Gomes, 2008a).

Em uma perspectiva cultural, a heterossexualidade pode ser entendida como cópia de um modelo ideal que deve ser repetido para se estabelecer uma ilusão de uniformidade nas identidades sexuais para cada gênero. Isso, em parte, pode explicar o fato de os homens constantemente terem que afirmar e até mesmo provar que a sua orientação sexual é exclusivamente dirigida para mulheres. Nesse sentido, pouco espaço resta para se incluírem as discussões sobre orientações que não sejam exclusivamente heterossexuais (Gomes, 2008a). Assim, homossexualidade e bissexualidade podem ser associadas à doença ou ao que não é normal. No entanto, ainda que pese o predomínio da heteronormatividade, há discursos contra-hegemônicos que defendem o homoerotismo ou a não exclusividade do heteroerotismo. Há também a possibilidade de a heteronormatividade ser flexibilizada ante o homoerotismo vivido na esfera da intimidade.

ESCOLHA DO PARCEIRO AMOROSO: O QUE CHAMA A ATENÇÃO DOS JOVENS?

A escolha do parceiro amoroso é muito influenciada pela cultura e por noções construídas socialmente sobre quem é e quem não é atrativo, quem serve ou não serve como parceiro. Alguns estudos indicam que, conforme crescem em idade, os jovens tendem a basear mais suas relações em sentimentos mútuos e menos na aparência do outro (Galloti, Kozberg & Appleman *apud* Miller & Benson, 1999).

No entanto, é preciso ressaltar que a influência dos amigos na escolha de parceiros íntimos, assim como em outros aspectos, é muito grande nessa fase da vida, sendo eles,

portanto, agentes importantes de socialização. Não mais restritos à família, os amigos são muitas vezes escolhidos como conselheiros. A proximidade entre as idades e a vivência de experiências semelhantes também ajudam a criar a imagem do amigo como quem melhor entende o que o outro está vivendo e sentindo e de quem pode, por isso, ajudar.

Os jovens descrevem os critérios de escolha da pessoa com quem se quer ter uma relação amorosa: ser bonito, ter personalidade e “ser uma pessoa que pelo menos dê para conversar” (Homem, escola particular, Rio de Janeiro). Quando existe a transição do ‘ficante’ para o namorado, outros critérios são acrescentados: ser carinhoso, respeitador, dar valor, ser educado e, principalmente, “gostar”: “Não adianta nada ter todas essas características e não gostar de você!” (Mulher, escola pública, Rio de Janeiro).

Os jovens ressaltam também que nem sempre a beleza é o principal:

Os meninos bonitos são muito criança, não conversam, só querem saber de sexo, e os outros mais feios, não é por questão de ser feio, mas parece que eles têm mais papo, mais conversa, mais cabeça e têm mais respeito. (Mulher, escola pública, Cuiabá)

A diferença de idade também pode ser um atrativo, sobretudo para algumas meninas. Nesse caso, essa diferença carrega consigo atributos qualitativos que alçam os rapazes mais velhos a um patamar de maior crédito, provocando mais interesse das meninas.

A maioria dos rapazes da minha idade são crianças, são inexperientes, estão procurando mulheres mais velhas também para ter experiência, que não sei o quê, é mais gostosa. Então a opinião que eu tenho é essa porque a cabeça deles... eu acho que eles demoram mais para amadurecer. A mulher está lá na frente, eles estão aqui. Então eu busco alguém mais velho por causa disso. (Mulher, escola pública, Porto Alegre)

A INTERNET COMO MEIO PARA SE RELACIONAR AMOROSAMENTE

Um importante meio de relacionamento afetivo dos jovens é a Internet, vista como espaço mais livre e de maior comunicação para organização de encontros, para ‘ficar’ e para estabelecer relacionamentos. Ela amplia a possibilidade de experimentação das relações entre os jovens e pode servir de meio para conhecer melhor o parceiro, se aproximar, travar uma amizade, podendo esse tipo de comunicação transformar um relacionamento em algo mais duradouro: “É mais um contato para depois você conhecer ele melhor e saber se vai ter alguma coisa mais para frente, até um namoro” (Mulher, escola particular, Porto Velho).

Sites de relacionamentos como o Orkut são ressaltados pelos jovens:

Mas qual relacionamento? O Orkut tem relacionamento de amizade e também, quem sabe, se você conhece a pessoa já fica mais aproximada. Eu conheci várias pessoas assim, amigos mesmo. (Mulher, escola particular, Porto Velho)

Geralmente é mais pelo MSN, porque dentro do colégio mesmo é muito pouco devido às regras que tem. Fora do colégio, pode até encontrar, não é? Mas é mais no ficar mesmo, porque fica aquela relação entre aluno, aí todo mundo fala. (Mulher, escola particular, Cuiabá)

Meninas do colégio, você não fala muito com ela, você vai no Orkut, e já aprendi o MSN, fica conversando com ela, aí depois é só chegar no colégio e tentar pegar. (Homem, escola particular, Brasília)

Eu a conheci no Orkut. Um rapaz veio e me ensinou, a gente começou a conversar e foi assim do gosto, gostando da pessoa e eu conheci minha namorada. Ela gosta das mesmas coisas que eu gostava, músicas, essas coisas, muitas coisas em comum. Aí a gente começou a namorar. (Homem, escola pública, Brasília)

Eu acho que através da Internet também, do Orkut. As pessoas se conhecem, batem papo, aí trocam uma ideia, trocam fotos. Aí eles combinam lugares para se conhecerem fisicamente. (Homem, escola pública, Teresina)

Bauman (2004) ressalta que a realização mais importante da proximidade virtual é a separação entre comunicação e relacionamento. O autor diz que estar conectado é menos custoso do que estar engajado, da mesma forma que também é menos produtivo em termos da construção e da manutenção de vínculos:

O advento da proximidade virtual torna as conexões humanas simultaneamente mais frequentes e mais banais, mais intensas e mais breves (...) para poderem condensar-se em laços (Bauman, 2004: 82)

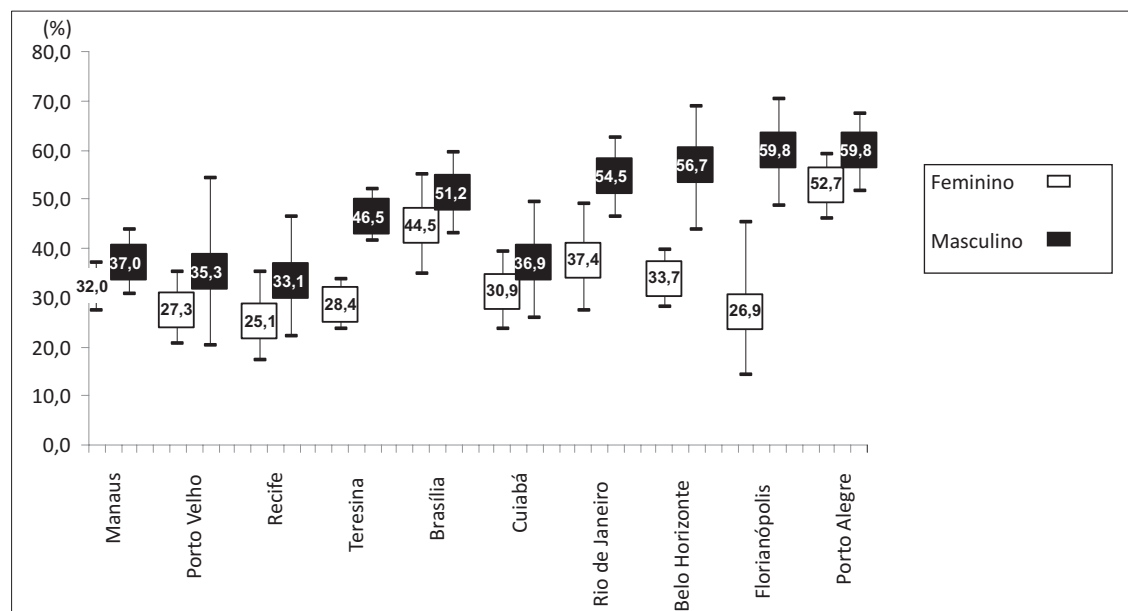
Terminar quando se deseje – instantaneamente, sem confusão, sem avaliação de perdas e sem remorsos – é a principal vantagem do namoro pela Internet. Reduzir riscos e, simultaneamente, evitar a perda de opções é o que restou de escolha racional num mundo de oportunidades fluidas, valores cambiantes e regras instáveis. É o namoro pela Internet, ao contrário da incômoda negociação de compromissos mútuos, se ajusta perfeitamente (ou quase) aos novos padrões de escolha racional. (Bauman, 2004: 85)

Percebemos também nas falas dos jovens a existência de sentimentos de ciúme entre o casal em relação às conexões estabelecidas pelo parceiro ou pela parceira nesse espaço. Da mesma forma, veremos, no capítulo a seguir, a utilização das conexões virtuais como forma de controle sobre o outro e de violência.

USO DE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS

Constatamos que 41% dos jovens das capitais estudadas já usaram pelo menos uma das seguintes substâncias: álcool até se embriagar, maconha ou cocaína. Esse uso foi bem mais relatado pelos meninos e por estudantes da rede privada de ensino (45,5% contra 39,7% dos jovens da rede pública). Os jovens de Porto Alegre, Florianópolis, Belo Horizonte, Brasília e Rio de Janeiro estão no topo desse *ranking*, em contraposição a Recife e Porto Velho (Gráfico 11).

Gráfico 11 – Prevalência do uso de drogas entre jovens (15-19 anos) das dez capitais brasileiras, segundo o sexo



As bebidas alcoólicas são de longe as mais experimentadas e usadas, em especial nas falas dos meninos, sendo utilizadas principalmente por diversão ou para esquecer problemas ou relacionamentos amorosos. A cerveja é a bebida mais consumida, com uso frequente em fins de semana, entre grupos de amigos e em festas. O maior consumo de álcool é associado à crença equivocada de que não é droga e ao fato de ser lícita (apesar de ilícita para a maior parte da faixa etária estudada neste livro). Observamos que 14,8% dos meninos e 8,2% das meninas tomam muitas vezes alguma bebida alcoólica até se embriagarem ou se sentirem bêbados.

Alguns meninos discorrem sobre o uso exagerado de bebida alcoólica em festas, nas quais “perde-se até a noção do que se está fazendo”. A influência de amigos tem peso nessa prática, sobretudo para que o jovem tenha coragem de cometer uma traição ou de experimentar outra droga oferecida: “Influencia. Acaba influenciando. A gente acabou influenciando ele a beber para trair a ex-namorada” (Homem, escola particular, Cuiabá); “Ah, mas também ele estava bêbado, então a culpa não foi totalmente nossa, foi do álcool” (Menino, escola particular, Cuiabá); “Tem sempre um no bonde, tipo que chega com um copo de cerveja, ‘vai’, chega com um cigarrinho de maconha, ‘fuma, cara, é bom!’” (Menina, escola pública, Rio de Janeiro).

O uso do álcool está, muitas vezes, relacionado ao aumento da coragem para a paquera e pode se associar à ocorrência de violência entre os jovens:

Não só os garotos, as garotas começam a encher a cara, não tem consequência de quando parar. Por que parar? Eles não estão nem aí, saem muitas vezes passando mal, apanhando na rua, sendo

roubado. Eu já vi muitos casos de amigos meus que beberam, encheram a cara, que são modernões, carteira cheia de dinheiro, tênis Nike, acordaram quase pelados na rua. Por quê? Porque foram beber, encher a cara, coisa assim sem nexco. Eu bebia, já parei, não bebo mais, já passei por um vexame. (Menino, escola pública, Rio de Janeiro)

Em relação ao uso ‘frequente’ de outras substâncias, verificamos pequenas proporções nas estimativas: 2,9% usaram tranquilizante ou calmante; 2,4%, remédio para emagrecer; 2,2% afirmam usar maconha muitas vezes; 1,5%, cocaína, *crack* e *ecstasy*; e 1,4%, anabolizante.

Pesquisa conduzida por Galduróz, Noto e Carlini (1997) com escolares de dez capitais brasileiras mostra que 69,9% deles já usaram bebida alcoólica alguma vez na vida, ao passo que a prevalência de uso de maconha é de 4,6% e de cocaína, 1,1%.

O uso da maconha e de tranquilizante ou calmante é mais relatado por estudantes das escolas privadas, enquanto o consumo de cocaína, *crack*, *ecstasy*, remédio para emagrecer e anabolizante, pelos das escolas públicas. Em estudo com jovens cariocas, observamos maiores estimativas do uso de drogas, em especial da maconha, entre os de classe média, com exceção do *ecstasy* (Minayo *et al.*, 1999). Esse fato pode estar diretamente relacionado à inserção social e ao poder de compra dos jovens.

Alguns estudantes entrevistados destacaram que o uso de drogas pode levar a comportamentos sexuais pouco responsáveis:

E também tem muita gente que sai assim vai pra festinha, fica bêbada e usa drogas assim e acaba fazendo sexo numa festa assim da bem louca mesmo. E no dia seguinte eu perguntei para meu amigo: sabe o que você estava fazendo? Não. Nem lembro o que eu estava fazendo. (Menino, escola particular, Florianópolis)

As opiniões dos jovens sobre o uso do álcool e de outras drogas podem ser problematizadas segundo uma abordagem sociocultural. Quanto ao uso do álcool, constatamos que a bebida não é algo apenas material, mas se constitui como símbolo adequado à criação de um laço social. Especificamente no período da juventude o consumo de bebidas alcoólicas – além da possibilidade de ser reconhecido como agente socializador – pode ser interpretado como uma forma de rompimento com o mundo infantil (Souza *et al.*, 2010). Já no que diz respeito ao uso de outras drogas, destacamos que a discussão ainda precisa avançar mais. Na sociedade, esse tema é atravessado por diferentes interesses e elevado teor emocional, dificultando “uma reflexão mais balizada cientificamente, capaz de diferenciar os vários contextos de uso e o real prejuízo que cada uma [das drogas] possa produzir no organismo, no psiquismo e na vida social” (Minayo *et al.*, 1999: 75).

Resumimos e destacamos as principais ideias relacionadas neste capítulo a respeito das relações afetivo-sexuais dos jovens brasileiros, representados pelo conjunto de estudantes de escolas públicas e particulares entrevistados em dez capitais brasileiras:

- Preferência do 'ficar' e de formas de relacionamento mais fluidas que o 'namorar'. O 'ficar' é marcado por descompromisso nas relações afetivo-sexuais e por um sentimento de diversão.
- O 'namoro' é marcado por compromisso, respeito, responsabilidade, confiança, fidelidade e cultivo de sentimentos mais profundos.
- A desconfiança, o ciúme e a traição estão muito relacionados ao processo de construção do 'namoro'.
- Por um lado, existe uma transição entre as formas de se relacionar que vai da total ausência de compromisso até o namoro, noivado e casamento; por outro, há confusão entre os limites dessas práticas.
- O sexo fora do 'namoro' é visto por muitos de forma negativa; os meninos fazem uso de estratégias para transar com sua parceira, como pedir uma prova de amor ou mesmo namorar.
- Há uma representação do menino que fica com várias meninas como 'ganhão' e da menina que fica com vários garotos como 'galinha'.
- Permanece uma demarcação de papéis socialmente construídos para os sexos, recaindo uma forte estigmatização sobre as garotas que extrapolam as normas sociais de gênero.
- Para os meninos, a ênfase no relacionamento afetivo-sexual tende a ser a relação sexual e, para as garotas, a romantização.
- O uso de ferramentas da Internet, como *sites* de relacionamento (Orkut) ou de troca de mensagens (MSN), funciona hoje como importante forma de relacionamentos afetivo-sexuais entre jovens.

Por todos os aspectos apresentados neste capítulo, observamos que os jovens de hoje, ao mesmo tempo que recriam novas formas e novos meios de se relacionar, em que o 'ficar' e a Internet são o novo, repetem e reproduzem alguns modelos relacionais tradicionais e conservadores, expressos em suas falas e no trato com o parceiro ou a parceira.

Em outras palavras, os depoimentos dos jovens neste estudo tanto se aproximam da ideia de que as relações amorosas contemporâneas são mais provisórias, temporárias e contingentes (Soares, 2007) como também recuperam padrões afetivo-sexuais considerados tradicionais, retomando a ideia de uma cultura que se mantém ao longo do tempo. Os depoimentos servem também para atestar uma não linearidade temporal entre amor-paixão, amor-romântico e amor-confluyente, tipologias desenvolvidas por Giddens (1994). Assim, o estudo aponta para a coexistência de distintos ou até mesmo contraditórios padrões afetivos entre os jovens participantes da pesquisa. Percebemos que diversos papéis de gênero historicamente construídos são reafirmados, mas que há

também espaço para certos questionamentos, mesmo que demonstrados por poucos estudantes, no universo da pesquisa que compõe este livro.

Tanto as opiniões dos rapazes como as das moças, em um primeiro plano, revelam a presença de marcas identitárias do modelo hegemônico de masculinidade, em que se concebe o homem como portador de uma sexualidade ativa e desenfreada. Entretanto, observamos que esse modelo é um ideal predominante no imaginário social, mas que nem sempre é seguido no cotidiano das relações sexuais. Junto a isso, não podemos nos esquecer de que, ao lado do que é hegemônico, tanto há concepções alternativas quanto ideias contra-hegemônicas (Gomes, 2008a). Assim, os jovens, ao emitirem suas opiniões, tanto podem querer demonstrar a sua adesão a um modelo que lhes permite ser socialmente aceitos como podem trazer novas falas em um tom ensaístico de crítica ao estabelecido.

Também é importante contextualizar nossos achados com o período da adolescência ou juventude, em que a experimentação da sexualidade e a demarcação dos papéis sexuais têm grande valor na estruturação da identidade. O questionamento e a invenção de novos papéis sexuais fazem parte de um processo, permeado por crenças e preconceitos que orientam as vivências afetivo-sexuais dos jovens. No entanto, concordamos com Figueiredo (1998) quando ressalta que reconhecer a sexualidade como construção social envolve a necessidade de se questionarem ideias recorrentes na mídia e condutas idealizadas por todos os grupos sociais, independentemente de suas origens e localização.

Destacamos ainda a importância de um olhar de promoção da saúde na juventude, tendo em vista que muitos se mostram vulneráveis a algumas situações de risco nas relações afetivo-sexuais. Segundo Heilborn e colaboradores (2006), diferentes perfis de socialização da sexualidade exigem também estratégias diferenciadas de acordo com a região, o grupo social e o nível de instrução.

São poucas as diferenças observadas entre jovens das dez cidades investigadas, assim como não são também impactantes as distinções constatadas entre jovens inseridos no ensino público e no privado. A forma similar de se relacionar amorosamente na adolescência aponta para o que Lassance (2005) chama de “identidade nacional” nos comportamentos de jovens brasileiros.

Finalizamos considerando que o afeto e a sexualidade são dimensões humanas que envolvem gênero, identidade sexual, orientação sexual, erotismo, envolvimento emocional, amor e reprodução, experiências que são vivenciadas através de fantasias, pensamentos, desejos, crenças, atitudes, valores, práticas, papéis e relacionamentos. Afeto e sexualidade dizem respeito, além do nosso corpo, a nossa história, a nossos costumes e a nossa cultura no sentido mais amplo (Abramovay, Castro & Silva, 2004).



VIOLÊNCIAS NAS RELAÇÕES AFETIVO-SEXUAIS

Queiti Batista Moreira Oliveira

Simone Gonçalves de Assis

Kathie Njaine

Raquel Vasconcelos Carvalhaes de Oliveira

Neste capítulo, discutimos a elevada frequência das distintas formas de violência presentes nas relações afetivas atuais – avaliadas no ano anterior à pesquisa – de ‘namoro’ ou de ‘ficar’, vivenciadas pelos jovens entrevistados das dez capitais já citadas nos capítulos anteriores. Os dados revelam que 86,9% já foram vítimas e 86,8% já praticaram algum tipo de agressão durante o relacionamento,⁴ seja ela física, sexual ou psicológica.⁵ Constatamos a presença íntima e corriqueira de pelo menos uma forma de violência no relacionamento de namoro ou ‘ficar’ do adolescente. Verificamos ainda que a maior parte dos rapazes e moças (76,6%) é, ao mesmo tempo, vítima e autor das variadas formas de agressões.

Estudos mostram que a violência física entre parceiros é predominantemente recíproca em natureza, isto é: em casais violentos, ambos os parceiros são provavelmente perpetradores (Halpern *et al.*, 2001), embora pesem diferenças quanto à percepção da natureza da agressão e das consequências sofridas por ambos os sexos.

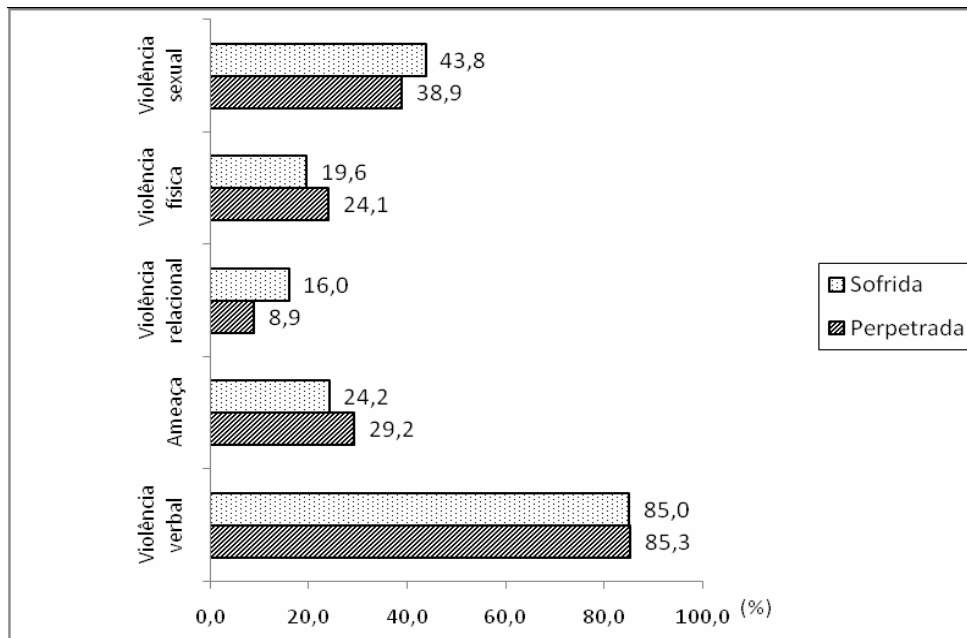
O Gráfico 12 mostra as prevalências dos tipos de violência relatados pelos adolescentes que namoraram ou já ‘ficaram’ com alguém. Resultados para ambos os sexos evidenciam que a violência verbal destaca-se por sua elevada frequência. Em seguida vêm a violência sexual, principalmente a sofrida, as ameaças e a violência física. A violência relacional⁶ é a menos mencionada pelos entrevistados.

⁴ Consideramos que a violência está presente quando o adolescente responde positivamente a ‘pelo menos’ um item de cada subescala que afere os tipos de violência.

⁵ A escala CADRI, apresentada no capítulo 2, discrimina três formas de violência psicológica: ameaças, violência relacional e verbal/emocional.

⁶ “Violência relacional” é um conceito específico da CADRI e descreve atos ou tentativas de desmoralização do parceiro perante os outros, sobretudo os amigos, tais como: espalhar boatos, dizer coisas sobre o parceiro e tentar virar os amigos contra o parceiro.

Gráfico 12 – Prevalência de violências perpetradas e sofridas nas relações afetivo-sexuais entre jovens (15-19 anos) de dez capitais brasileiras



Não há uma única definição que dê conta do fenômeno da violência existente nos relacionamentos amorosos entre adolescentes. A maioria dos estudos se dedica a investigar a violência interpessoal que acontece nas relações entre adultos parceiros íntimos (Heise, Ellsberg & Gottmoeller, 2002; Straus & Gelles, 1995; Breiding, Black & Ryan, 2005; Garcia-Moreno *et al.*, 2006). O tema da violência entre namorados adolescentes tem trajetória bem mais recente, e a frequência constatada pelas investigações evidencia ampla variação, dependendo da faixa etária analisada, do modo de aferição e dos tipos de violência investigados. Todavia, todos os estudos convergem quanto à importância da investigação sobre a temática nessa fase da vida, em que ocorre o esta-belecimento das primeiras relações afetivo-sexuais e em que surge o risco de experiências de vitimização ou de perpetração de violência entre parceiros afetivos-sexuais. Críticas surgem quanto à comparação de estudos entre relações de jovens e adultos, pois são muito diferentes a duração, o compromisso, o grau de intimidade sexual e a forma de resolução de conflitos (Hickman, Jaycox & Aronoff, 2004; Furman & Wehner, 1997).

Uma pesquisa que reitera a violência entre ambos os membros do casal é a de Hickman, Jaycox e Aronoff (2004), que investigaram 318 adolescentes latinos em Los Angeles (EUA) e perceberam que 51% dos rapazes e 49% das moças vivenciaram similar nível de vitimização nos namoros nos últimos seis meses. Os autores destacam a violência psicológica (45% dos rapazes e 42% das moças vivenciaram esse tipo de abuso), a violência física (25% e 22%, respectivamente) e a violência sexual (15% e 14%, respectivamente). Esses autores observaram que não há diferença entre os sexos no que se refere a qualquer

forma de perpetração da violência (58% dos rapazes e 63% das moças), com exceção da sexual, mais perpetrada pelos rapazes (17% contra 8% das moças).

Fernet (2005) destaca como fatores importantes para o desencadeamento da violência entre casais adolescentes vários aspectos: ‘fatores sociodemográficos’, como idade, raça, condições socioeconômicas e renda familiar; ‘história familiar e experiências de vitimização’, com destaque para a estrutura e a coesão familiar, presença de violência na família e abuso sexual na infância; ‘fatores individuais’, como, por exemplo, concepção de papéis sexuais, atitudes ante a violência nas relações amorosas, autoestima e percepção de controle e eficácia na esfera amorosa; ‘fatores interpessoais’, como tipos de experiências amorosas e sexuais prévias, grau de envolvimento na relação amorosa, comunicação entre parceiros, estratégias de ajustamento e meio social; e, por último, alguns ‘fatores explicativos’, como o alcance da violência sobre a relação amorosa e a tolerância à violência.

Estudo brasileiro sobre coerção sexual (forçar a ter relações sexuais contra a vontade) vivenciada por jovens de 14 a 18 anos de Porto Alegre, Rio de Janeiro e Salvador indicou que a prevalência desse tipo de violência diminuía em razão do aumento da escolaridade e da renda familiar. A prevalência de coerção sexual ao longo da vida foi mais elevada em Salvador (Moraes, Cabral & Heilborn, 2006).

Outra investigação nacional que avaliou a magnitude da violência entre parceiros íntimos em 15 capitais brasileiras mostrou taxas de prevalência de violência física sistematicamente superiores em casais cujas mulheres têm o ensino fundamental incompleto, em relação às de maior nível de escolaridade. Com exceção de João Pessoa, os resultados apontaram para taxas mais elevadas no Norte e no Nordeste em relação a outras regiões. Campo Grande, no Centro-Oeste, e Florianópolis, no Sul, são as cidades com taxas menos elevadas. As capitais da região Sudeste apresentaram prevalências intermediárias (Reichenheim *et al.*, 2006).

Muitos fatores considerados como de risco para o surgimento de violência nas relações afetivo-sexuais de adolescentes ainda são alvo de comprovação, em face do recente investimento em pesquisas sobre o tema (Malik, Sorenson & Aneshensel, 1997).

Assim, vivenciar violência na relação amorosa na adolescência pode ser visto como um *continuum* que começa com os abusos sofridos pelos adolescentes ainda na infância, em suas famílias de origem, e que se perpetua nas que eles próprios formarão na vida adulta. Em relação ao peso da comunidade na produção e na reprodução da violência relacional amorosa, mudanças populacionais, comunidades com muita concentração de pessoas e, especialmente, a influência da escola frequentada pelo adolescente assumem posição especial (Halpern *et al.*, 2001).

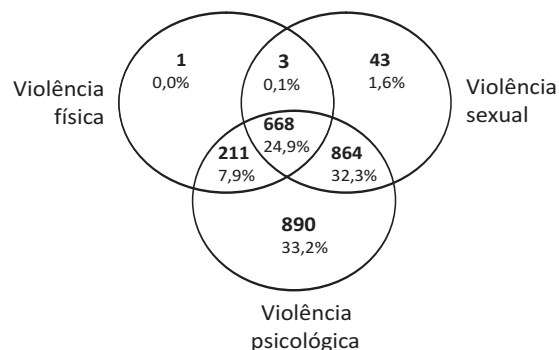
Neste estudo, constatamos uma distribuição similar entre os grupos das práticas de violência sofrida e praticada entre namorados adolescentes, observadas: 1) na presença frequente em ambos os sexos – constatamos pequena diferença que aponta o sexo feminino como um pouco mais vitimizado (88,5%) do que o masculino (84,3%; $p =$

0,011) no que se refere a sofrer um ou mais tipos de violência; em relação à violência perpetrada, há similaridade entre os sexos; 2) entre estudantes da rede de ensino pública e particular; 3) entre jovens de diferentes cidades; 4) ressalta-se que poucas e inconclusivas investigações referem diferenças geográficas entre espaços urbanos e rurais e as possíveis relações com a violência nas relações afetivas e sexuais entre namorados adolescentes (Hickman, Jaycox & Aronoff, 2004).

Vários estudos têm demonstrado a inconsistência das diferenças observadas entre violência sofrida e perpetrada por ambos os sexos. Argumentos sobre as representações que meninos e meninas fazem da violência na relação afetiva podem estar na base das distintas respostas que encontramos nos textos consultados. Destacamos as respostas defensivas comumente informadas pelas moças, que costumam ter uma visão maior da importância da relação afetiva e a colocam em posição mais central em suas metas de vida (Hickman, Jaycox & Aronoff, 2004). Também os diferentes impactos provocados pela violência em rapazes e moças podem estar na origem das diferenças constatadas: homens tendem a ter menos lesões físicas decorrentes da violência entre namorados do que as mulheres e, em parte por isso, tendem a considerar as agressões que recebem das parceiras como algo divertido ou de menor valor. Garotas reagem mais por meio de choro ou do revide da agressão sofrida (Molidor, Tolman & Kolber, 2000).

É muitíssimo frequente a coocorrência de formas de violência na vida dos adolescentes (Figura 1). Como se pode constatar, cerca de uma pessoa em cada três é vítima ou é perpetradora. Todos os demais convivem com tipos diferenciados de violência nas relações amorosas, especialmente psicológica e sexual (32,3%) e todas as violências juntas (24,9%). Assim, as atitudes tomadas por meninas e meninos nos relacionamentos afetivo-sexuais, como a surra, o tapa e os empurrões, por exemplo, interagem com todas as formas de violência psicológica (verbal, relacional e ameaças) e até com a violência sexual.

Figura 1 – Frequência e sobreposição de violência psicológica, física e sexual nas relações afetivo-sexuais entre jovens (15-19 anos) de dez capitais brasileiras (N = 2.680)



Temos aqui o depoimento de uma mulher sobre essa interseção entre as várias formas de violência: “Eu acho que a [violência] verbal é mais comum, mas eu acho que depois da verbal a gente evolui para física, e tem também a agressão sexual” (Mulher, escola particular, Belo Horizonte).

Schraiber e colaboradores (2007), ao avaliar 2.128 mulheres de 15 a 49 anos de idade de São Paulo e da Zona da Mata em Pernambuco, informam que, dentre as que são vítimas de pelo menos um tipo de violência (psicológica, física ou sexual) no ano anterior à pesquisa, a coocorrência de violências é da ordem de 37,3% e 45,8%, respectivamente.⁷

Outra forma de avaliar a inter-relação entre os tipos de abuso no namoro é por meio das elevadas correlações entre sofrer e perpetrar o mesmo tipo de violência (Tabela 5): 0,875 para violência verbal; 0,701 para ameaças; 0,681 para violência sexual; 0,599 para violência física; e 0,564 para violência relacional. Outras correlações satisfatórias também podem ser observadas, como perpetrar violência física e fazer ameaças (0,487), por exemplo.

Tabela 5 – Correlações* entre tipos de violências nas relações afetivo-sexuais vivenciadas por jovens (15-19 anos) de dez capitais brasileiras

	V. física perpetrada	V. física sofrida	Ameaça perpetrada	Ameaça sofrida	V. sexual perpetrada	V. sexual sofrida	V. relacional perpetrada	V. relacional sofrida	V. verbal perpetrada	V. verbal sofrida
V. física perpetrada	-									
V. física sofrida	0,599									
Ameaça perpetrada	0,487	0,367								
Ameaça sofrida	0,380	0,423	0,701							
V. sexual perpetrada	0,290	0,339	0,280	0,283						
V. sexual sofrida	0,325	0,308	0,310	0,312	0,681					
V. relacional perpetrada	0,207	0,205	0,250	0,244	0,212	0,189				
V. relacional sofrida	0,212	0,264	0,259	0,315	0,225	0,243	0,564			
V. verbal perpetrada	0,445	0,362	0,527	0,466	0,389	0,417	0,328	0,342		
V. verbal sofrida	0,388	0,403	0,464	0,497	0,415	0,422	0,294	0,381	0,875	-

*Correlações de Spearman.

Em face desses resultados iniciais e do conteúdo apresentado ao longo do capítulo, afirmamos que a violência apresentou-se como uma forma de comunicação entre os jovens estudados, que alternam os papéis de vítima e de autor, de acordo com o momento, o tipo de agressão envolvida e o meio em que vivem.

⁷ Utilização de questionário estruturado padronizado para a pesquisa da Organização Mundial da Saúde (OMS) (Garcia-Moreno *et al.*, 2005).

MODELOS EXPLICATIVOS DA VIOLÊNCIA PRESENTE NAS RELAÇÕES AFETIVO-SEXUAIS ENTRE JOVENS

Este capítulo e os dois subsequentes versam sobre a temática da violência entre jovens que namoram ou ‘ficam’. Apresentam o tema em múltiplos ângulos, destacando aspectos relacionados ao próprio jovem, ao meio familiar e comunitário em que vive e aos aspectos sociais e culturais que legitimam e banalizam os abusos nas relações afetivo-sexuais. Destacaremos, neste momento, quatro teorias explicativas que embasam o conhecimento sobre a presença de violência em fase ainda tão precoce da vida, de acordo com revisão feita por Fernet (2005): teoria da aprendizagem social, teoria do apego, modelo transacional de ajustamento e teorias feministas.

Os três primeiros modelos estão mais voltados para uma análise microssocial, baseada na socialização, nas diferenças individuais e nas relações interpessoais; o último dá conta de uma visão macrossocial, cultural e crítica. Não há, em nenhum desses modelos, uma oposição entre a influência de atributos biológicos ou individuais e do ambiente social; todas as teorias indicam a influência do meio social e das relações interpessoais como fundamental para a ocorrência da violência entre adolescentes, embora o destaque dado a esse fenômeno seja distinto em cada uma delas. Vale ressaltar ainda que nenhum dos modelos teóricos é capaz de explicar de forma integral a presença de violência nas relações afetivo-sexuais entre jovens; cada um contribui parcialmente para aumentar o conhecimento sobre o tema; outras teorias podem colaborar para o entendimento de outros aspectos do assunto investigado.

Feitas essas explicações sobre a fragmentação do conhecimento, enfocamos alguns aspectos norteadores das diferentes teorias visando a apoiar a compreensão das relações de violência presentes entre os jovens brasileiros estudados.

Teoria da aprendizagem social

Desenvolvida por Bandura (1973), essa teoria baseia-se na hipótese de transmissão intergeracional da violência, em que os comportamentos são aprendidos pela imitação de modelos. Nesse sentido, a exposição do jovem aos maus-tratos na família e no meio social em que vive influencia sua percepção, podendo legitimar a violência como forma de resolver conflitos. Essa teoria tem sido utilizada para explicar os efeitos das várias manifestações de abuso que ocorrem na família no comportamento do jovem, sugerindo que aquele que aprende modelos de comportamentos violentos em casa é mais propenso a reproduzi-los mais tarde, inclusive nas relações afetivas. Essa é a ideia de que a violência é modelada no convívio da criança com pessoas a quem ela respeita e admira, especialmente os pais. Embora o exato mecanismo de transmissão seja desconhecido, geralmente acredita-se que a criança que sofre ou testemunha abusos na infância tende a aprender modelos agressivos de expressão de si mesma, de gestão de problemas, de relação com o ambiente, além de desenvolver tolerância às diversas manifestações de violência.

Essa teoria tem sido utilizada em estudos sobre violência nas relações afetivo-sexuais entre jovens e também sobre a influência dos pares e da comunidade no aprendizado de comportamentos violentos, embora não tenha sido concebida para tal fim. Os resultados são variados. Ora apontam maior influência de pais do mesmo sexo do jovem; ora indicam, ao contrário, que o pertencimento a grupo de pares com comportamentos violentos aumenta o risco de ser vítima de violência no namoro; ora não encontram relação com essa situação. No entanto, mesmo os autores que não observam relações diretas entre violência na família e na comunidade sinalizam positivamente na direção da teoria da aprendizagem social, com afirmativas que reforçam a inclinação a infligir maus-tratos ao parceiro como fruto de uma socialização familiar e social agressiva (O’Keefe & Treister, 1998).

A teoria do ‘apego’

Desenvolvida inicialmente por Bowlby (1990) e posteriormente por Ainsworth e colaboradores (1978), a teoria do apego (ou *attachment*) considera que os modelos de interação aprendidos na relação mãe-criança modulam os comportamentos posteriores e se tornam um componente central da personalidade na vida adulta. As noções de apego seguro, evitante e ansioso-ambivalente são fundamentais nessa teoria. No primeiro caso, a criança adquire segurança para enfrentar o ambiente que a cerca, de acordo com a relação estabelecida com a mãe. No apego evitante, a criança aprende a evitar sua mãe (que frequentemente a rejeita), mesmo quando ela pode ajudá-la. No último caso, a criança se preocupa intensamente com a disponibilidade de uma mãe lenta para responder a suas necessidades ou imprevisível quanto às respostas que dá (desatenta ou inacessível), dificilmente se permitindo explorar o ambiente em que vive.

Para Hazan e Shaver (1987), a busca do amor na adolescência e na vida adulta é vista como uma continuidade do processo de apego estabelecido na infância. Utilizando esse pressuposto, Wekerle e Wolfe (1999) verificaram que adolescentes que não têm apego seguro são um grupo com risco de sofrer ou de perpetrar gestos de violência nas relações afetivo-sexuais.

O modelo transacional de ajustamento

Elaborado por Lazarus e Launier (1978), o conceito de ajustamento (*coping*) aborda as estratégias adaptativas, cognitivas e comportamentais que uma pessoa utiliza ante os diferentes estresses, avaliados como situações que sobrecarregam ou excedem seus recursos pessoais. É mais do que um único mecanismo de adaptação: é um constante processo adaptativo do qual o indivíduo lança mão ao administrar adversidades cotidianas e inesperadas, vencendo-as, minimizando-as ou tolerando-as. Ao fazê-lo, tenta acalmar as demandas internas e externas provocadas pela situação estressante por meio de ações adequadas à realidade e orientadas para o futuro. Essas estratégias requerem uma avaliação do indivíduo sobre o fenômeno estressante por meio da percepção, da

interpretação e da representação que faz da situação. As abordagens utilizadas para lidar com os problemas dependem de recursos psicológicos (confiança em si mesmo, sentimento de controle sobre o ambiente) e do meio social (saber procurar informações, analisar situações, identificar problemas e pensar em alternativas viáveis).

Fernet (2005) ressalta que adolescentes que vivenciam violência no namoro têm dificuldades em avaliá-la como uma ameaça a si mesmos e a sua saúde (avaliam-na mais como uma ameaça de perder o parceiro) e tendem a usar formas para lidar com o problema evitando-o ou negando-o, em vez de privilegiar a sua efetiva solução.

As teorias feministas

Em uma perspectiva feminista, a violência que ocorre nas relações afetivo-sexuais é uma questão de gênero, de controle e de poder. Assim, todo o desenvolvimento teórico se deu segundo o enfoque das estruturas patriarcais que sancionam a dominação do homem e a subordinação das mulheres. Os homens seriam socializados para serem agressivos, dominantes, competitivos e pouco encorajados a exprimir seus sentimentos. Em contrapartida, as mulheres seriam incitadas a se comportar de forma passiva, dependente e cooperativa e a reprimir sua cólera. A violência entre casais jovens seria, em essência, uma combinação do poder masculino, da dependência feminina e do romantismo.

Nesse contexto, as teorias feministas desvendam criticamente a ideologia machista para quem o valor de uma mulher estaria, em grande parte, na sua capacidade de manter relações afetivas com um homem, uma vez que ela se sentiria completa apenas em uma relação de casal. Especialmente na adolescência, esse sentimento seria responsável pela situação de submissão e devotamento aos relacionamentos amorosos.

A perspectiva feminista crítica permite fazer uma ponte entre as análises microssociais e o fenômeno social e cultural da violência nas relações afetivo-sexuais entre jovens.

No entanto, como destacado anteriormente, nenhum modelo explicativo é completo o suficiente para explicar a violência conjugal ou no namoro. Será necessário sempre ampliar as análises por meio da contextualização cultural, como lembram Canclini (1999) e Martín-Barbero (2001). Segundo estes autores, o comportamento da juventude latino-americana é mediado em grande parte pelos modelos veiculados na mídia, incluindo aí todos os meios, como a música, a televisão, o rádio e outras expressões culturais que adquirem *status* de cultura de massa. Porém, a recepção dessas mensagens não necessariamente é incorporada pelos jovens, que as criticam e as modificam, havendo sempre um processo de reapropriação.

PERFIL DOS NAMORADOS E NAMORADAS

Para facilitar a compreensão de como a violência se instaura nas relações afetivas e sexuais dos jovens, apresentaremos primeiramente o perfil dos parceiros escolhidos por eles para, a seguir, falar sobre o tema no transcórre do capítulo. Alguns desses

dados encontram-se na Tabela 6. Ela mostra que a idade média dos adolescentes que já tiveram experiências de ‘ficar’ e namorar é de 16,4 anos e que as meninas costumam se relacionar com namorados cerca de três anos mais velhos do que elas. Dados de outro estudo realizado com adolescentes espanhóis comprovam similar tendência (Fernández-Fuertes, Fuertes & Pulido, 2006).

Tabela 6 – Dados descritivos dos jovens (15-19 anos) de dez capitais brasileiras e seus parceiros

	N.	Idade do(a) entrevistado(a)		Idade do(a) parceiro(a)		Situação da relação (%)	
		Média	IC (95%)	Média	IC (95%)	Atual	Finalizada
Feminino	1.881	16,4	16,2-16,5	19,7	19,2-20,1	59,2	40,8
Masculino	1.293	16,4	16,3-16,6	16,2	15,9-16,4	38,9	61,1

Alunos das escolas públicas escolhem namorados ou namoradas mais velhos (18,7 anos) do que os do ensino privado (17,4 anos). Os adolescentes que mencionam namorados com mais idade são os da cidade de Manaus (19,5 anos). Os de Florianópolis (17 anos) e os de Porto Alegre (17,2 anos) têm parceiros mais novos.

Os adolescentes foram solicitados a escolher o atual ou o mais recente namorado ou namorada como a pessoa sobre quem responderiam a todas as questões relativas a sua experiência de violência no namoro. As adolescentes falaram mais sobre a relação atual, e os rapazes sobre relações já finalizadas. Um total de 1,8% respondeu sobre a pessoa com quem está (ou esteve) noivo ou casado, indicando a existência de relacionamentos de duração mais longa para um número pequeno de jovens. Alunos do ensino público pensaram mais em seus noivos ou maridos (2,3%) do que os das escolas particulares (0,7%), indicando a presença de relacionamentos mais estáveis entre os primeiros.

A ‘duração do relacionamento’ com o parceiro escolhido mostrou-se distinta para rapazes e moças. As mulheres relatam relacionamentos mais longos que os homens (Tabela 7).

Tabela 7 – Duração do namoro atual ou mais recente dos jovens (15-19 anos) de dez capitais brasileiras, segundo o sexo*

Tipos de violência	Sexo feminino		Sexo masculino	
	N.	%	N.	%
Menos de uma semana	251	11,4	274	19,4
Entre uma semana e um mês	315	16,2	283	21,1
Entre um mês e seis meses	507	25,5	407	34,3
Entre seis e onze meses	254	14,1	146	11,6
Entre um e sete anos	540	32,9	159	13,5

* p = 0,002.

Vale ressaltar que, no total, 14,4% dos adolescentes escolheram, para falar da experiência, relacionamentos com duração inferior a uma semana, e outros 18% os de uma semana e um mês, sinalizando a existência de muitas parcerias efêmeras, comuns nessa fase da vida.

A duração das relações afetivas se mostra diferente para estudantes do ensino público, que informam relacionamentos mais longos, com seis ou mais meses de duração (40,5% em comparação a 34,5% dos que estão na escola particular). Entre alunos do ensino particular, há mais relato de relacionamentos inferiores a uma semana (18,2% contra 13% do que foi constatado entre jovens das escolas públicas).

Há ainda diferenças entre os adolescentes das diferentes cidades. Ressaltamos como realidades opostas o que ocorre com 27,7% dos adolescentes do Rio de Janeiro e 25,9% dos jovens de Manaus e Teresina, onde predominam relacionamentos acima de um ano, e os de Florianópolis e Cuiabá, em que 23,8% e 18,6%, respectivamente, apresentam relacionamentos inferiores a uma semana.

A visão do adolescente sobre a ‘importância do relacionamento’ com a pessoa escolhida para responder ao questionário mostra tendência distinta entre ambos os sexos: mais rapazes disseram que a pessoa indicada tem pouca ou nenhuma importância para eles (27,8% *versus* 13,7% das mulheres). As mulheres predominam na consideração do namorado como uma pessoa muito importante (60,2% delas contra 46,1% deles; $p < 0,001$). O maior valor dado ao par romântico entre as mulheres está respaldado no ideário social do feminino associado às ideias de amor eterno e constituição de família.

Notamos que mais alunos do ensino público consideram o parceiro escolhido muito importante (56,4% *versus* 50,9% no ensino privado). Verificando as diferenças entre cidades, observamos que Florianópolis, Teresina e Cuiabá têm os maiores percentuais de jovens que dão pouca importância a seus namoros (25,1%, 25,1% e 26,4%, respectivamente). Adolescentes de várias cidades consideraram de elevada importância seus últimos relacionamentos: Manaus, Recife, Belo Horizonte, Porto Alegre e Rio de Janeiro (entre 52,1% e 58,0%).

A existência de ‘brigas com o parceiro escolhido’ foi comumente relatada por 82,8% dos adolescentes, sem distinção entre sexo e rede de ensino. Pouco menos da metade informa que briga sempre ou muitas vezes, indicando os constantes conflitos nas relações afetivas e sexuais. No que diz respeito às diferentes cidades, constatamos certa heterogeneidade: jovens de Belo Horizonte são os que mais informam brigas (66%), e os de Florianópolis são os que se situam no polo extremo (46,8%).

A ocorrência de ciúmes foi apontada pelos jovens nas entrevistas e nos grupos como o principal fator que ocasiona as discussões entre o casal. As brigas decorrentes do ciúme se mostraram associadas à manifestação de todas as formas de violência. Em estudo com adolescentes espanhóis, o ciúme também mereceu destaque, pois, mesmo que a ‘insatisfação com o parceiro’ tenha sido o motivo mais comumente relatado para

o início de discussões entre eles, o ‘ciúme’ foi mais central na explicação de como muitas vezes atos agressivos foram perpetrados (Fernández-Fuertes & Fuertes, 2010).

Entre namorados, mais do que entre os que ‘ficam’, a possibilidade de sentir ciúme do parceiro é maior devido à convivência mais estreita, à ideia de compromisso e à presunção de fidelidade.

O ciúme, para os jovens, é um sentimento considerado natural entre pessoas que se amam e só é qualificado como violência quando seus efeitos são percebidos como excessivos, tal como ocorre quando há controle intenso de um parceiro sobre o outro por meio de imposição de restrições ou até mesmo de proibições de conversas com pessoas do sexo oposto, mesmo que amigas. É o que mostra o depoimento a seguir:

Ciúme também é agressão psicológica. A menina vira para você assim: ‘Ah, e aquela menina que você estava abraçando aquele dia? E aquela menina que você estava conversando com ela?’. Passando o tempo você não conversa com mais ninguém. Não, passando o tempo a pessoa reduz as amizades por causa de ciúme. (Homem, escola particular, Belo Horizonte)

Nas falas das meninas sobre os rapazes, fica nítida a ocorrência frequente de tentativas de controle, por parte dos namorados, sobretudo quanto ao uso de certas roupas consideradas vulgares ou por demais ‘atrativas de atenção’: “Ah, ciúmes. Por causa das roupas que eu visto ele fica enchendo o saco. Ele tem ciúmes também dos amigos, do povo, aí eu brigo com ele” (Mulher, escola pública, Brasília).

As adolescentes reagem a essa tentativa de controle de formas diferentes, dependendo da entonação usada pelo parceiro no diálogo: se for um pedido feito de maneira respeitosa, indicando um desconforto diante da ‘tal roupa’, elas tendem a atender o pedido do namorado. Porém, quando o pedido é feito de forma rude, ou mesmo por meio de uma ordem – algo citado pelas mulheres como muito comum por parte dos homens –, provoca questionamento por parte delas: “Depende da maneira de falar: ‘Põe um *short* mais comprido, fica feio, você tem namorado!’ Agora, chegar e falar assim: ‘Eu não quero que você use *short*!’, vai ficar querendo!” (Mulher, escola particular, Rio de Janeiro).

Adolescentes de ambos os sexos, de todos os estratos e de todas as regiões do país afirmam categoricamente que o ciúme, desencadeado por medo de perder o outro, por estarem sendo traídos ou por insegurança, provoca raiva e descontrole emocional, levando-os a cometerem ofensas, xingamentos, a gritar e a agredir o parceiro. “Acha que eu olhei para outra menina: ‘Fala a verdade!’. E eu: ‘Não tem nada a ver, não!’ ‘Tem, sim!’ Começa a chamar você de cachorro, que você não vale nada” (Homem, escola pública, Brasília);

Aconteceu com meu ex-namorado. Ele tinha muito ciúmes dos meus amigos. Ele sentia muitos ciúmes de um amigo meu sem nenhuma razão. A gente só se falava e se abraçava: ‘Oi, oi, tudo bem?, Tchau e beijos!’. Teve uma vez, assim, que ele ficou com muita raiva porque eu fui lá falar com ele [o amigo] e ele não queria, que todo mundo estava vendo que ele estava dando em cima de mim. Pelo amor de Deus, eu só falei oi para o menino! Como é que eu poderia estar dando em cima dele ou ele em cima de mim? Aí ele falou bem assim: ‘Então vai se foder, sua idiota!’ Aí foi a primeira vez. Aí terminei com ele. (Mulher, escola particular, Porto Velho)

FORMAS DE VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA

Os estudos sobre violência entre parceiros íntimos costumam conceber a violência psicológica como um bloco isolado, também denominado como agressão ou violência verbal (Straus *et al.*, 1996; Garcia-Moreno *et al.*, 2006). Neste livro, procuramos apresentar, didaticamente, três formas distintas que, na prática, costumam ocorrer em conjunto.

Autores sugerem que as agressões emocionais e as táticas indiretas de controle atingem papel privilegiado na adolescência, em comparação às agressões físicas (Jezl, Molidor & Wright, 1996). Por essa razão, utilizamos neste livro um instrumento especialmente concebido para entender o comportamento de namoro ou ‘ficar’ dos adolescentes, dando um aporte especial e recente ao estudo de diferentes formas de violência nessa faixa etária (Wolfe *et al.*, 2001; Fernández-Fuertes, Fuertes & Pulido, 2006).

As três formas descritas neste item são: violência verbal ou emocional, ameaças e violência relacional. Chamamos a atenção para o fato de que o termo violência relacional é aqui utilizado como um tipo especial de violência psicológica, apresentado mais a seguir. Ressaltamos que a violência é sempre ‘relacional’; está inscrita em uma relação interpessoal. Nosso entendimento é de que qualquer tipo de violência só pode emergir no âmbito das relações e interações entre os seres humanos, sendo a vida em sociedade a condição básica e necessária para o surgimento e o desenvolvimento da violência (Minayo, 1994).

Utilizamos neste livro o conceito de violência relacional proposto pela CADRI, pois ele descreve um conjunto de atos específicos que ajudam a qualificar o campo da violência psicológica. Tal qualificação é importante para melhor compreendermos as expressões da violência, pois ela não se define por um fato único. Compreendemos, com Minayo e Souza (1998), que o termo ‘violências’ explica mais adequadamente o fenômeno, já que diz respeito a diversas expressões exacerbadas de conflitos sociais que os indivíduos buscam resolver pela força e cujas especificidades necessitam ser conhecidas.

Assim, entendemos que o termo relacional pode também ser compreendido de forma mais ampliada, posto que as formas de violência aqui abordadas ocorrem nas interações afetivo-sexuais entre os jovens, podendo, portanto, ser concebidas como violências relacionais em sentido mais amplo. Porém, manteremos o termo proposto na CADRI para aprofundar o conhecimento a respeito das diversas formas de expressão da violência psicológica.

Vale a pena destacar a importância da violência psicológica que, embora menos valorizada pela literatura científica e pelos serviços de atenção às vítimas de violência, é considerada pelos que o sofrem como um problema com efeitos prejudiciais para sua vida. Diversos adolescentes destacam que as agressões verbais, as tentativas do parceiro de controlar sua vida, as chantagens emocionais e as pressões que sofrem para realizar certos atos ou adotar determinadas condutas têm efeitos muito mais duradouros e graves em suas vidas do que algumas agressões físicas e sexuais pelas quais já passaram: “Eu acho que xingar é pior do que bater” (Mulher, escola pública, Florianópolis); “Acho que

a violência psicológica é muito maior do que a violência física, porque aquele psicológico, aquilo vai levar anos para passar” (Homem, escola pública, Brasília);

Essa violência verbal, ela dói até mais do que você levar um beliscão, que você bater. Dói até mais porque você está envolvendo o sentimento da pessoa, você pensava que era uma coisa, aí o seu castelinho se desmonta, tipo quando você vai à praia, faz aquele castelinho todo perfeito e vem a onda e leva. (Mulher, escola particular, Porto Velho)

É muito chato a pessoa chegar e falar um monte de coisas que você sabe que não é verdade, te põe para baixo, é a pior coisa. Eu acho que um tapa dói muito menos do que a pessoa te pôr para baixo. (Mulher, escola particular, Teresina)

Falou de mim, me criticou, entender? Aí eu sempre pergunto: será que eu estou fazendo, será que eu sou desse jeito, será que todo mundo acha que eu sou desse jeito? É a pior coisa, é pior que agressão física. (Mulher, escola particular, Belo Horizonte)

Anacleto e colaboradores (2009), avaliando a prevalência de fatores íntimos associados à violência entre parceiros íntimos em Lages (SC), por meio de entrevistas com mulheres entre 20 e 59 anos, constatou que quanto mais jovens eram as mulheres, maior a prevalência de agressão verbal. Entre 20 e 29 anos, 84,6% das mulheres informam a presença dessa forma de agressão entre o casal, ora como vítima, ora como perpetrador.⁸

Violência verbal

No Gráfico 12, a violência verbal é a que mais ocorre nas relações de namoro e de ‘ficar’, segundo 85% dos jovens. Desse total, 96,9% é, simultaneamente, vítima e agressor. Nos encontros individuais e grupais, a violência verbal foi a resposta mais comum à pergunta sobre o que os adolescentes julgam ser violência entre namorados e ‘ficantes’. Sua elevada frequência contribui para que seja banalizada, porque são comuns e corriqueiras e até mesmo aceitáveis em algumas situações: “Mas violência verbal é uma coisa corriqueira” (Mulher, escola particular, Recife); “Violência verbal, acho que é mais comum, às vezes é aceitável” (Mulher, escola particular, Belo Horizonte); “Eu acho que a agressão verbal é mais aceitável do que a física” (Homem, escola particular, Cuiabá); “É o mais comum. É o que mais acontece, começa a conversar e do nada um levanta a voz, aí começa a brigar” (Mulher, escola pública, Porto Alegre); “É o que eu mais vejo aqui! É comum! Numa briguinha, às vezes fala: ‘Ah! seu corno!’” (Mulher, escola pública, Rio de Janeiro).

O já referido estudo com adolescentes espanhóis que investigou vivências de violência física e verbal-emocional entre namorados traz resultados semelhantes a esse, na medida em que entre as formas de agressão estudadas também se nota a elevada prevalência da violência verbal-emocional. Quase todos os participantes (96,3% do total) informaram ter agredido verbal e emocionalmente o parceiro; 95,4% confessaram ter sido vítimas de algum tipo de violência verbal e emocional (Fernández-Fuertes & Fuertes, 2010).

⁸ O instrumento utilizado foi a Escala Tática de Conflitos (CTS-1), elaborada por Straus e Gelles (1995).

Neste estudo, algumas vezes o termo agressão verbal foi usado sem, no entanto, ser considerado como forma de violência. Nos casos em que é visto desse modo, os jovens dizem que “se for merecido” é válido, legitimado e justificável:

Depende do motivo também. Se fez alguma coisa de errado. Caso contrário, se a gente vê que mereceu, fica quieto; se vê que não mereceu, vai falando outra coisa. Porque, sei lá, é chato a gente ser acusado por uma coisa que não fez. (Homem, escola particular, Cuiabá)

A violência verbal é mais percebida nas relações de ‘namoro’ do que no ‘ficar’, principalmente porque a primeira se caracteriza pelo maior contato, convivência e compromisso, produzindo mais probabilidade de desentendimentos e situações de discussões: “Eu acho que geralmente acontece mais em namoro do que no ficar. Tipo foi para balada, pegou dez lá, acabou, você nunca mais vai ver” (Homem, escola particular, Cuiabá); “Eu acho que agressão verbal acaba que a gente acostuma depois de um tempo, querendo ou não. Um casal de namorado gritando na rua, eu vejo direto, casal brigando no meio da rua, gritando” (Mulher, escola particular, Belo Horizonte); “Passar o dia inteiro junto é complicado” (Homem, escola particular, Porto Velho).

Todavia, esse tipo de violência também foi sinalizado em relações mais efêmeras: “Mas tem [violência verbal] até com ficante. Comigo já aconteceu! Quem manda passar o rodo [ficar com muitos meninos]?” (Mulher, escola pública, Recife).

A ‘violência verbal sofrida’ é comentada com muita expressividade por homens e mulheres, ocorrendo com 83,4% dos entrevistados nas dez cidades brasileiras, sem distinção quanto à rede de ensino. Ser vítima dessa forma de abuso implica vivenciar pelo menos um dos seguintes atos cometidos pelo(a) parceiro(a): brigas por ciúmes, emprego de tom de voz hostil, ouvir coisas ruins de seu passado e que o deixam com raiva, insultos, depreciações, ridicularizações, ser vigiado para saber onde está, ser culpabilizado pelos problemas, ser acusado de paquerar outra pessoa e ser ameaçado com o término do relacionamento.

As meninas são um pouco mais vítimas (86,8%) do que os rapazes (82,1%; $p < 0,001$) dessa forma de violência, que parece ser a tônica das relações afetivas na faixa etária da adolescência.

Muitas questões compõem essa relação agressiva (Tabela 8). A diferença entre os sexos aparece apenas no item ‘falar em tom de voz hostil ou maldoso’, mais referido pelas meninas, que assim se ressentem do tratamento dispensado pelos parceiros. Ridicularizar o companheiro ou a companheira na frente dos outros é o comportamento menos referido por ambos os sexos.

Tabela 8 – Itens de violência verbal/emocional sofrida nas relações afetivo-sexuais por jovens (15-19 anos) de dez capitais brasileiras de seus parceiros, segundo o sexo

Itens de violência verbal/emocional	Sexo feminino		Sexo masculino		TOTAL	
	N.	%	N.	%	N.	%
Ele(a) fez algo para me fazer ciúmes	1.855	57,5	1.272	52,3	3.127	55,6
Ele(a) mencionou algo de ruim que eu fiz no passado	1.854	39,7	1.259	43,1	3.113	41,0
Ele(a) disse coisas somente para me deixar com raiva	1.854	53,3	1.257	46,3	3.111	50,7
Ele(a) falou comigo em um tom de voz hostil ou maldoso*	1.850	44,8	1.257	35,1	3.107	41,1
Ele(a) me insultou com depreciações	1.851	13,6	1.265	17,5	3.116	15,1
Ele(a) me ridicularizou ou me caçoou na frente dos outros	1.857	9,1	1.265	8,6	3.122	8,9
Ele(a) vigiava com quem e onde eu estava	1.855	51,1	1.267	52,3	3.122	51,5
Ele(a) me culpou pelo problema	1.856	42,7	1.267	46,5	3.123	44,1
Ele(a) me acusou de paquerar outro(a) garoto(a)	1.849	47,8	1.267	52,1	3.116	49,4

* $p < 0,05$.

Várias questões sobre violência verbal se mostraram mais presentes entre alunos do ensino particular se comparados com os do ensino público: ‘fazer algo para fazer ciúmes’ (56,6% contra 55,2%); ‘mencionar algo de ruim do passado’ (50,2% contra 37,6%); ‘insultar com depreciações’ (18,8% *versus* 13,7%); ‘ridicularizar o parceiro na frente dos outros’ (14,1% contra 7,1%); e ‘culpar o outro por algum problema’ (51,2% *versus* 41,6%).

A ‘violência verbal praticada’ pelos adolescentes foi mencionada por 85,3%, sem diferenças de rede de ensino e das cidades pesquisadas. É a forma de violência mais comumente relatada pelos adolescentes de ambos os sexos.

A Tabela 9 apresenta as questões relativas ao tema. Destacamos que os jovens consideram como corriqueiro: atitudes para provocar ciúmes, mencionar coisas ruins do passado, dizer coisas para deixar o outro com raiva e usar tom de voz hostil. Assim, ressaltamos que as relações afetivas podem se tornar meio fértil para o surgimento de discórdias e menosprezo entre os jovens em namoro.

Tabela 9 – Manifestações de violência verbal/emocional nas relações afetivo-sexuais perpetradas por jovens (15-19 anos) de dez capitais brasileiras contra seus parceiros, segundo o sexo

Itens de violência verbal/emocional	Sexo Feminino		Sexo Masculino		TOTAL	
	N.	%	N.	%	N.	%
Eu fiz algo para provocar ciúmes nele(a)	1.860	60,1	1.272	56,4	3.132	58,7
Eu mencionei algo de ruim que ele(a) fez no passado	1.858	48,6	1.262	43,3	3.120	46,6
Eu disse coisas somente para deixá-lo(a) com raiva	1.857	51,1	1.266	46,6	3.123	49,4
Eu falei com ele(a) em um tom de voz hostil ou maldoso**	1.854	50,6	1.261	37,5	3.115	45,7
Eu insultei ele(a) com depreciações**	1.853	15,3	1.270	17,0	3.123	15,9
Eu ridicularizei ou caçoei dele (a) na frente dos outros	1.860	11,9	1.271	9,6	3.131	11,0
Eu vigiava com quem e onde ele(a) estava	1.855	46,9	1.274	45,2	3.129	46,3
Eu culpei ele(a) pelo problema	1.853	48,0	1.271	41,0	3.124	45,4
Eu acusei ele(a) de paquerar outra(o) garota(o)**	1.852	56,2	1.273	39,3	3.125	49,9
Eu ameacei terminar o relacionamento*	1.851	51,6	1.270	41,8	3.121	47,9

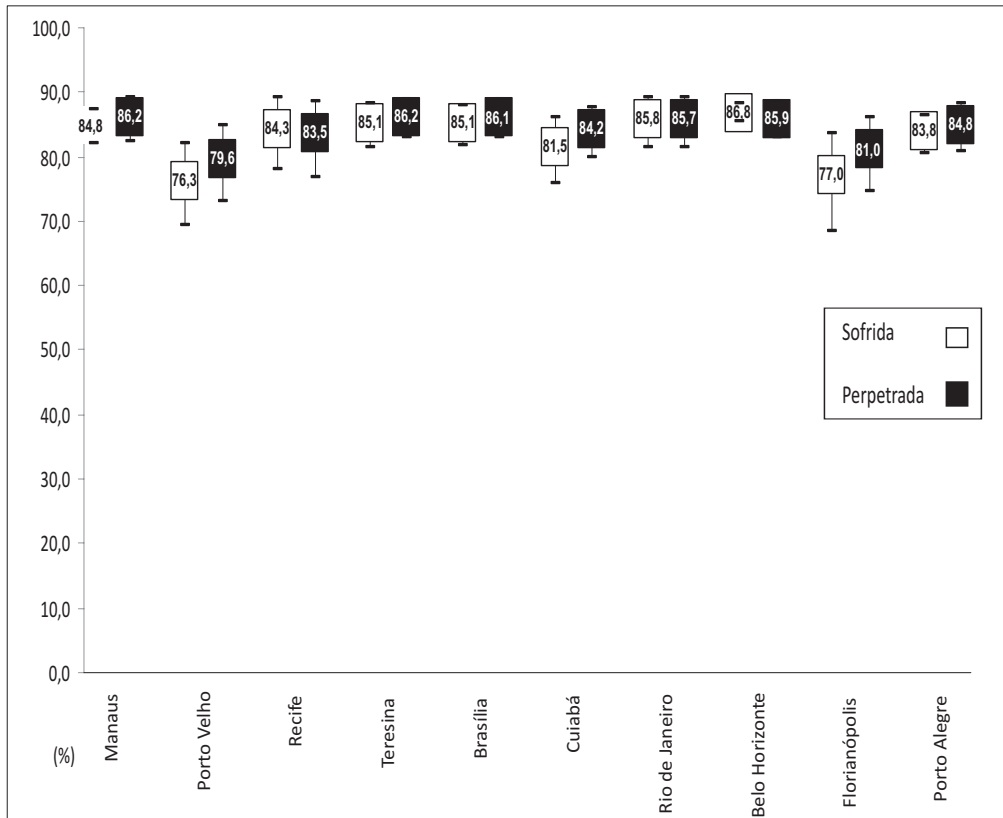
*p < 0,05.

**p < 0,001.

Algumas questões de violência verbal se mostraram mais comuns entre alunos da escola pública e outros da particular. Neste último grupo destaca-se o fato de mais alunos terem mencionado algo de ruim que o parceiro fez no passado, insultando-o com depreciações, ridicularizando-o na frente dos outros, vigiando com quem ele anda e culpando-o pelos problemas.

O Gráfico 13 mostra como a violência verbal se distribui nas cidades estudadas. Destacamos Florianópolis e Porto Velho como aquelas onde menos estudantes mencionaram essa forma de violência, embora em patamares também elevados.

Gráfico 13 – Prevalência de violência verbal sofrida e perpetrada nas relações afetivo-sexuais entre jovens (15-19 anos) de dez capitais brasileiras, segundo o sexo



Na abordagem qualitativa, foram poucas as diferenciações constatadas quanto às ‘formas de expressão e motivações para a violência verbal’ entre os jovens moradores das regiões brasileiras e das redes de ensino. As distinções aparecem, especialmente, nas falas de rapazes e moças, que ora reforçam modelos culturais tradicionais de papéis sociais de homens e mulheres, ora os questionam.

Os depoimentos de rapazes e moças frequentemente apontam para uma ‘natureza feminina mais sensível’ e uma masculina ‘mais forte’, o que produziria efeitos nas formas de se expressarem verbalmente, inclusive nos momentos de brigas:

Sei lá, a mulher é mais sentimental. O homem já aguenta mais, assim, qualquer coisa que se fale para ele. Assim, nem tudo ele leva a sério. Mas a mulher, qualquer coisa que ele falar, ela já está chorando. (Mulher, escola particular, Manaus)

Essa suposta natureza de gênero revela-se como uma construção cultural reforçada pelos grupos de amigos e familiares. Ela é produtora de sofrimento, na medida em que muitos rapazes se ressentem de não poderem expressar suas emoções pelo medo de serem rechaçados. Muitos são agredidos verbalmente pelas namoradas, sofrem por isso e sentem-se sozinhos para lidar com o sofrimento:

Homem: Tipo assim: quando, por exemplo, eu gosto da minha namorada, aconteceu um fato que ela vai virar para mim e vai falar: 'Ah, você fez isso, isso e aquilo!' E começa a me xingar, me humilhar, sabe? Eu vou ficar abalado, meu psicológico fica abalado.

Mulher: Eu concordo! Porque o homem ele é sozinho, ele vai chorar sozinho, ele não vai ter ninguém pra chorar com ele. Agora, mulher, não, a mulher já procura a amiga, a mãe, alguma coisa.

Homem: Tudo é questão de orgulho também. Como é que você vira para seu amigo, você está na roda de homem, você está falando, você se vangloria: 'Ah, eu peguei tal, ah, eu peguei aquela gostosa ali'. Aí como é que você vira para seu amigo e vai falar: 'Ah, minha namorada me tratou isso e isso, e eu gosto dela pra caramba, estou chateado'.

Mulher: Aí você fica meio sério, todo triste, aí o pessoal vai e começa a te zoar, é por isso que eu não demonstro. (Grupo misto, escola particular, Belo Horizonte)

A utilização da violência verbal por rapazes e moças parece, algumas vezes, ter caminhos distintos. As mulheres foram apontadas em muitas falas como as maiores perpetradoras de agressões verbais, indicando que seria esse um tipo de abuso tipicamente feminino, sobretudo quando utilizado para humilhar o parceiro de maneira injuriosa quanto à sua masculinidade.

Eu acho que ela atinge mais verbalmente chamando de cafajeste, de cachorro, o que vier. Eu sempre chamo de corno e viado.

É o que vem na cabeça, porque o que mais machuca o homem se fala da masculinidade ou que ele seria corno. Dizer que ele é passado pra trás. Essas duas coisas atingem. Falar disso atinge. (Grupo de mulheres, escola pública, Porto Alegre)

Embora frequentemente qualificada como falta de respeito entre o casal, a agressão verbal foi apontada como uma 'forma muito comum de comunicação' entre os adolescentes em contextos de discussão. Em tais momentos, foram muitos os relatos sobre a falta de controle das emoções, o que se transforma em brigas, em que gritos e xingamentos interrompem um possível diálogo como forma de solução de conflitos: "É, querendo ou não, você brigando, você ofende na hora da raiva. Seu burro, seu jumento, alguma coisa assim. É violência verbal, é falta de respeito" (Mulher, escola particular, Brasília).

Mulheres e homens qualificam tais situações como momentos de perda de controle, de perda da cabeça, como se estivessem movidos por uma impulsividade que os levaria a proferir palavras ofensivas na tentativa de extravasar a raiva: "É. Falar palavrão, xingar de qualquer coisa, xingar de coisas que vêm na cabeça na hora. Depois estão lá, juntos de novo" (Mulher, escola particular, Manaus);

A pessoa sente, se ela já está um pouquinho triste ou muito triste em relação ao término do namoro. Aí vem a agressão física ou a humilhação, aí ela fica nervosa, ela perde o controle de seus instintos, ela quer bater ou quer xingar ou quer brigar. (Homem, escola pública, Brasília)

Normal você ver namorado junto com namorada, no telefone, um xingando o outro. Mas, assim, é uma coisa que quem namora, todo mundo já fez isso. Tipo hora de extravasar toda aquela raiva que você está acumulando. (Homem, escola pública, Cuiabá)

A perda de controle por parte dos homens indica uma característica da agressão verbal perpetrada por eles: os rapazes xingam para não bater. Consideram que têm um impulso que pode conduzir à violência física mais danosa, caso não se controlem.

Homem até para não bater xinga muito mais. Até porque ele não tem coragem de chegar e te dar um tapa, dar um tapa na namorada. Ele vai xingar ela até ela cansar e ficar quieta e parar de encher o saco. (...) Acho que compensa mais você xingar do que você bater. (Homem, rede privada, Cuiabá)

Embora com menos ênfase, houve quem refletisse criticamente sobre a atitude de perder o controle e falar o que vem à cabeça: “ Eu me torno egoísta pelo fato de falar tudo o que eu penso e não medir minhas palavras, aí eu acabo magoando. E eu acho que isso não é uma agressão física, mas é uma agressão na nossa cabeça” (Mulher, escola particular, Manaus).

Um dos mecanismos frequentemente utilizado nas relações são as chantagens emocionais. Os rapazes dizem que as moças utilizam essa estratégia em situações de tentativas de término: quando eles querem terminar, sentem-se pressionados a permanecer no namoro em razão das pressões psicológicas que elas fazem. Foram citados, por exemplo, como forma de chantagem emocional por parte das mulheres, a tentativa de suicídio e o anúncio de falsa gravidez:

Chega lá e fala que está grávida e não está. Uma menina aqui da escola namorava um cara aí, aí ele terminou com ela. E ela falou: ‘Eu estou grávida, vamos voltar’. É! Pra forçar! Chantagem! (Homem, escola particular, Belo Horizonte)

Os homens também relatam que se sentem pressionados pelas mulheres a passar muito tempo com elas ou a declarar um amor que muitas vezes não sabem se sentem. Também se queixam de não ficar à vontade para expressar o que sentem em público:

A agressão psicológica pode ser também a falta de segurança da garota [em relação ao rapaz]. Ela está só ficando com o rapaz. Só que ela fica fazendo pressão porque ela não se satisfaz com o que ele sente por ela. Por exemplo: ele passa a maior parte do tempo com ela e ela fica fazendo pressão. Tudo o que ele já disse a ela, ela não acredita, ela fica fazendo pressão pra ele dizer mais, mais, até ouriçar. Ser mais concreto, assim, dizer ‘eu te amo’, uma coisa assim. (Homem, escola particular, Recife)

A própria tentativa de controle sobre a vida do outro, qualificada como ciúme ou como cuidado com quem se ama, pode ser considerada pelos adolescentes como uma forma de violência emocional. Isso ocorre na medida em que se sentem ameaçados, controlados ou mesmo constrangidos em suas ações e desejos. Formas comuns de domínio demonstradas por adolescentes de ambos os sexos, de ambas as redes de ensino, pública e particular, e de todas as regiões do país, são o controle de comportamentos, das roupas usadas pelo parceiro, dos nomes na agenda dos celulares, dos acessos ao Orkut do parceiro, das pessoas com quem conversa e das formas de expressar afeto pelos amigos.

Meu namorado é muito ciumento. Ele não gosta que eu fico olhando para o lado, ele não gosta que ninguém fique olhando pra mim. Meu telefone, ele fica vendo os contatos que tenho, se tem nome de rapazes. Eu fico super com raiva dele. Eu não gosto. Falo pra ele que não é para mexer nas minhas coisas. Que não tenho nada pra esconder dele. Mas ele não acredita. (Mulher, escola particular, Porto Velho)

Um exemplo: ontem mesmo um amigo meu, ele dança axé. A namorada dele perguntou pra ele: ou você vai dançar axé ou você vai ficar comigo. Então está acabado. Ele ficou a noite toda me perguntando: 'Eu gosto de dançar, eu vou largar ela'. Não sei, o que você faz? Você larga ela ou você dança. Então o cara ficou com o psicológico dele mexido. Acho que ele não deve ter conseguido dormir a noite toda pensando nisso, se ele iria ficar com a menina ou se ia dançar axé. (Homem, escola pública, Brasília)

A tentativa de controlar a vida do outro surgiu em falas de meninas como algo que permanece mesmo após o término do namoro. Há situações em que o controle – que já é intenso durante o namoro – toma a forma de perseguição. Isso causa sérios danos aos que passam a se sentir ameaçados e a ter sua vida constrangida em razão de uma atitude doentia de alguém que não se conforma com o término de uma relação:

E ele continuava indo atrás dela, até depois que eles terminaram. Ele não podia ficar sabendo que ela estava com ninguém, porque senão ele ia achar esse menino, bater nele, não sei o quê, ele ainda achava que ela era só dele. Ai ela não podia fazer nada, vivia com medo de sair na rua. (Mulher, escola pública, Brasília)

O comportamento controlador, especialmente dos homens em relação às mulheres, é um tipo de violência de reconhecimento mais recente (Garcia-Moreno *et al.*, 2005). Pode abranger diferentes tipos de cerceamentos, como vigia na saída da escola, invasão de intimidade devido ao controle do telefone celular, isolamento social dos amigos e da família, ou ainda perseguição, ameaça e ciúme excessivo quando a parceira se comunica com outros homens. Esse comportamento pode desencadear agressões físicas e trazer consequências negativas para a vida dos jovens. É importante abordar os diferentes contextos culturais e os aspectos subjetivos, uma vez que o comportamento controlador pode ser aceito como uma forma de carinho e de proteção.

Foi também considerada agressão emocional a pressão exercida por parte do grupo de amigos em razão da qual o adolescente se sente impelido a fazer algo que não queira ou para o que não se sinta preparado ou mesmo que não saiba se deseja, como 'ter que ficar' com alguém quando sai para se divertir, por exemplo:

Essa pressão de ficar, eu considero bem violenta porque às vezes você nem tem tanta maturidade para entender direito o que você é ou o que você quer realmente. 'Ah, será que eu quero namorar, será que eu quero namoro sério?' Ai você já fica naquela coisa assim: 'Todo mundo fica, eu posso ficar, eu tenho que ficar'. Ai você vai numa festa, uma amiga chega para você e fala alguma coisa, ai você acha que é normal. Ai daqui a um tempo você vai perceber: 'Nossa, por que eu fiz isso, eu não estava querendo, entender?' É um tipo de violência, te obriga a fazer uma coisa sem você saber direito o que é. Aqui em Brasília acontece muito. (Mulher, escola particular, Brasília)

Outra forma comum de comunicação bastante mencionada é a que ocorre por meio de gritos com o parceiro. Algumas adolescentes utilizam tal estratégia como forma de evitar uma possível subjugação, adotando assim uma postura mais agressiva antes que os rapazes o façam. Interessante é ver que tal postura é identificada como comportamento masculino:

Eu, porque eu sou mais abusada, eu sou mais folgada, meu namorado é daquele tipo mais quieto que só fica observando. Se ele já começa a fazer gracinha, aí eu já vou e aperto. No nosso relacionamento, parece que eu sou homem, porque eu dou um grito, ele cala a boca. (...) Também porque a gente não pode calar a boca, porque se a gente quietar eles pisam na gente. Tem que fazer o homem sofrer porque senão eles fazem a gente sofrer. (Mulher, escola pública, Belo Horizonte)

Os rapazes, ao contrário do que pensam as meninas, consideram que gritar não adianta nem resolve a relação:

A maioria das mulheres acha que grito funciona. Ela chega e não quer nem saber. Elas tiram uma ideia da cabeça e o menino diz: 'Não foi assim, não!' Nada que ele fale vai mudar sua cabeça, e fica por isso. (Homem, escola pública, Recife)

Não há consenso quanto aos motivos de as meninas gritarem e utilizarem mais agressões verbais. Alguns rapazes consideram isso fruto da impulsividade delas, que, por serem mais 'nervosas', fariam sem pensar tudo o que lhe vem à cabeça. Em contrapartida, outros qualificam as meninas como pessoas mais frias, que pensam muito bem antes de falar, provocando neles uma intensa humilhação. A discussão a seguir, em dois grupos femininos, expressa essa diversidade de opiniões sobre agressão verbal e emocional entre adolescentes de todos os locais pesquisados:

- *Eu acho que é da menina para o menino.*
- *Eu acho que é do menino para a menina.*
- *Eu acho que é de ambas as partes.*
- *Mulher quando cisma com alguma coisa, quando a mulher é ciumenta, ela fala, xinga o menino de tudo quanto é nome.*
- *O menino, ele pode xingar ali da boca para fora, agora a menina, ela fala o que ela acha mesmo.*
- *A menina é mais verdadeira, então ela fala mais as coisas capazes de machucar mais.*
- *Aí eu acho que é o contrário, eu acho que a menina sente as coisas, mas não expõe, fica mais para ela mesma. (Mulheres, escola particular, Belo Horizonte)*
- *Geralmente é das meninas com os meninos.*
- *[A menina] é mais fria para falar.*
- *'Seu inútil'. Acaba com o cara! (Mulheres, escola pública, Brasília)*

Demérito à aparência física do parceiro também surge como uma forma comum de violência verbal. Meninos dizem que humilham as garotas chamando-as de gorda e feia; e meninas revelam que há uma espécie de sabotagem de alguns parceiros no sentido de incentivar que fiquem menos atraentes aos olhos de outros rapazes:

E às vezes o namorado fica tentando sabotar a namorada. Pegar a menina, falar assim: 'Como você é bonita!' Aí vem falar assim: 'Vai pra academia, você está muito magra', só pra ela ficar menos bonita para os homens, entendeu? (Mulher, escola particular, Cuiabá)

A pressão dos rapazes para fazer sexo com as meninas também é descrita como uma forma de violência, provocando sofrimento, sobretudo quando elas acabam cedendo sem estar com vontade, arrependendo-se depois. Como será discutido mais adiante, esse tipo de pressão muitas vezes está associado à cobrança de uma 'prova de amor' por meio de chantagens e ameaças de término de namoro. Mas não só o sexo é assim considerado. A fala de um rapaz do Nordeste ilustra uma situação que envolve o alto risco a que meninas se submetem para 'provar amor': "Tipo colocar a menina para vender droga, essas coisas assim. Por exemplo: o cara, o traficante, usar a menina para vender droga ou alguma coisa do tipo, para provar que gosta dele" (Homem, escola particular, Recife).

Outro tipo de violência verbal ou emocional apontada pelos jovens são as alusões a respeito da estratificação social do parceiro. A diferença de renda e a pertença a uma classe social surgiram no discurso dos adolescentes como fator importante na escolha e na manutenção de relacionamentos. O que difere é justamente a posição social que eles ocupam, quando os das camadas mais abastadas se sentem compelidos a manter uma posição social considerada de maior *status* e os adolescentes mais pobres se consideram agredidos e humilhados em relação a isso:

Eu acho que não só em namoro, mas também rola muito de todo mundo ter esse negócio assim de querer prosperar um dia, ter uma vida melhor até amizade. Mesmo assim, você vê muito as pessoas: 'Ah, lá, você faz isso, você é isso, não sei o quê', só para querer mostrar que você é melhor, só porque você faz tudo certinho, e aí tem que a sociedade quer que você seja o que o outro não é, então ele é inferior a você. Você percebe sempre o comportamento assim em todos os momentos assim que você está num grupo de adolescentes. Você percebe sempre aquele comportamento no jeito de falar, as coisas, as brincadeiras, sempre é aquele tipo de coisa, 'ah, que eu tenho moral'. Sempre a pessoa está tentando é até porque ela pensa um jogo de quem vai vencer, quem vai rir por último. (Mulher, escola particular, Brasília)

Acho que é uma coisa muito complicada porque já vi namoros que a pessoa chega e fala: 'Você não é pra mim, sua classe social é isso, isso' (...). Sabe, eu acho que é uma forma que magoa a pessoa. (Mulher, grupo misto, escola pública, Brasília)

Para os adolescentes de uma escola particular, as classes de menor poder aquisitivo têm menos informação e menos recursos para lidar com os conflitos e por isso tendem a cometer mais ações violentas nas relações afetivas:

Pode haver certo preconceito no que eu vou falar, mas é o que acontece realmente. Como a gente é mais top na sociedade, assim, se for analisar quem é um nível mais baixo da sociedade, tipo

o homem pega, bebe, chega em casa, aí desconta toda a raiva dele na mulher. (Mulher, grupo misto, escola particular, Brasília)

Outra perspectiva, no entanto, é apresentada na fala de um adolescente da rede pública que localiza maior ocorrência de violência em regiões onde há presença de criminalidade, mostrando não ter relação direta e necessária com pobreza ou com o *status* social.

Depende. Digamos assim, nos lugares onde existe marginalidade, a mulher é tratada de forma pior. (...) Porque ela está meio que acostumada com essa realidade, pra ela não é mais um crime o homem bater na mulher, já é uma coisa normal (...). A gente explica: 'Não, isso é um crime, não pode', mas ela acha que é normal, já acostumou. (Grupo focal misto, escola pública, Brasília)

Ameaças

Por meio do Gráfico 12, constatamos que 24,2% dos jovens sofrem ameaças nas relações afetivo-sexuais e que 29,2% as praticam nas seguintes formas: quebrar ou ameaçar destruir algo de valor do parceiro, tentar amedrontá-lo de propósito, ameaçar bater ou jogar alguma coisa nele e ameaçar machucá-lo. Vale a pena ressaltar que, dentre os que relatam alguma forma de ameaça, 84,6% sofrem e ao mesmo tempo perpetram ameaças na relação amorosa.

Rapazes e moças informam igualmente sofrer ameaças dos parceiros, 24,2%, sem diferença segundo a rede de ensino. Wolfe e colaboradores (2001), empregando com adolescentes canadenses o mesmo instrumento de aferição utilizado neste livro, encontraram percentuais similares: 24% entre os rapazes e entre as moças.

Dentre as questões que aferem ‘ameaças sofridas’, apenas ‘tentar amedrontar de propósito e destruir ou ameaçar algo de valor’ mostraram-se como itens significantes, com maior ocorrência entre as mulheres. Não há diferenças quanto a estudar no ensino público ou privado. O item ‘amedrontar de propósito’ foi a ameaça mais comumente vivenciada pelos jovens de ambos os sexos (23,1% para mulheres e 16,4% para homens). Bem menos frequentes são: ‘ameaçar machucar’, ‘ameaçar bater ou jogar alguma coisa’ e ‘destruir ou ameaçar destruir coisas de valor’ (Tabela 10).

Tabela 10 – Itens de ameaças sofridas nas relações afetivo-sexuais por jovens (15-19 anos) de dez capitais brasileiras de seus parceiros, segundo o sexo

Itens de ameaças	Sexo feminino		Sexo masculino		TOTAL	
	N.	%	N	%	N	%
Ele(a) destruiu ou ameaçou destruir algo de valor para mim*	1.860	5,2	1.273	2,6	3.133	4,2
Ele(a) tentou me amedrontar de propósito*	1.850	23,1	1.269	16,4	3.119	20,6
Ele(a) ameaçou me machucar	1.847	7,4	1.266	5,3	3.113	6,6
Ele(a) ameaçou bater em mim ou jogar alguma coisa em mim	1.849	5,2	1.268	3,4	3.117	4,5

*p < 0,05.

Um total de 29,2% dos adolescentes entrevistados relatou a existência de ‘ameaças perpetradas’ contra os parceiros afetivos. Tal qual ocorreu no caso das violências físicas, as mulheres se destacam por praticar mais ameaças (33,3%) a seus parceiros do que os homens (22,6%; $p < 0,001$). Entre os adolescentes canadenses, Wolfe e colaboradores (2001) encontraram resultado similar, embora em patamares inferiores: 20% das moças e 17% dos rapazes. Não notamos distinção nos relatos dos jovens do ensino público ou privado.

Como se pode observar na Tabela 11, a ação abusiva mais praticada é tentar amedrontar de propósito, o que é mais referido pelas moças. Com frequência bem menor, estão ‘ameaçar bater e ameaçar machucar’ (também mais frequente por parte das mulheres). ‘Destruir ou ameaçar destruir os objetos’ foi o tipo de ação abusiva menos citado, correspondendo apenas a 4% dos adolescentes.

Tabela 11 – Itens de ameaça perpetrada nas relações afetivo-sexuais por jovens (15-19 anos) de dez capitais brasileiras contra seus parceiros, segundo o sexo

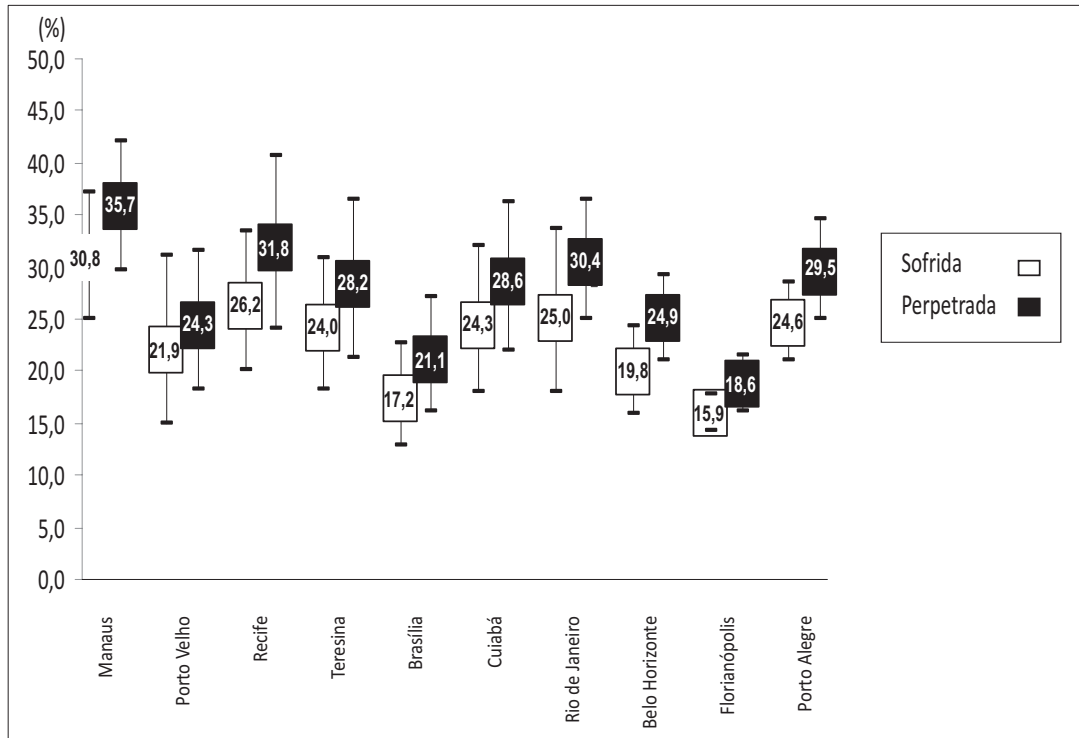
Itens de ameaça	Sexo feminino		Sexo masculino		TOTAL	
	N.	%	N.	%	N.	%
Eu destruí ou ameacei destruir algo de valor para ele(a)*	1.859	4,7	1.275	2,8	3.134	4,0
Eu tentei amedrontar ele(a) de propósito*	1.853	27,7	1.274	20,0	3.127	24,8
Eu ameacei machucar ele(a) **	1.851	11,0	1.272	3,4	3.123	8,1
Eu ameacei bater nele(a) ou jogar alguma coisa nele(a)**	1.852	11,3	1.271	2,1	3.123	7,8

* $p < 0,05$.

** $p < 0,001$.

O Gráfico 14 apresenta a distribuição da violência sofrida e praticada nas escolas das dez capitais brasileiras. Jovens de Manaus se destacaram por informar bem mais esse comportamento, e os de Florianópolis e Brasília sobressaíram quanto ao oposto.

Gráfico 14 – Prevalência de ameaças sofridas e perpetradas nas relações afetivo-sexuais entre jovens (15-19 anos) de dez capitais brasileiras, segundo o sexo



O principal momento em que as ameaças estiveram presentes nas falas dos adolescentes foi quando relataram o término do namoro. ‘Ameaçar tentar suicídio caso o parceiro findasse o relacionamento’ foi uma das formas comuns de amedrontar o outro. Em situações como essa, houve relatos do receio de que a ameaça se concretizasse. E alguns adolescentes lembraram casos conhecidos em que namorados se mataram devido ao fim de uma relação. As reflexões contidas em tais relatos sugerem uma sensação de medo de que o mesmo possa acontecer e que um sentimento de culpa os acompanhe vida afora: “Ah, se tu me largar eu vou me matar” (Mulher, escola particular, Porto Alegre); “Por exemplo, quer terminar o namoro, aí o menino começar a dizer que vai se matar, que não quer mais nem saber, que só quer a pessoa” (Mulher, escola particular, Teresina).

O uso das tecnologias de comunicação, tais como fotos de celular e Internet, está presente nas ameaças. Ameaçar difamar o outro por meio da divulgação de fotos íntimas na Internet foi uma das estratégias citadas como utilizadas para tentar evitar o término de namoro. As falas indicam os rapazes como os principais autores dessas chantagens. Nos depoimentos, os jovens descreveram situações em que as garotas se deixam fotografar ou filmar em situações íntimas pelos parceiros – nuas ou seminuas – e também casos em que o rapaz filma alguma relação sexual com a parceira sem que ela saiba.

Bem, um caso foi de chantagem, 'se você não ficar comigo eu vou divulgar' [fotos íntimas da moça], e outros foram por pura sacanagem mesmo, de 'eu tenho essa foto, eu vou mostrar pra todo mundo!', ignorância da pessoa. (Homem, escola particular, Rio de Janeiro)

Ela era muito apaixonada por um amigo meu. Aí ela começou a mandar fotos pra ele, e eles se encontraram e tal e ficaram de brincadeira tirando foto. Ele estava em Fortaleza, carnaval fora de época, e ficou com um monte de mulher, e ela descobriu e terminou com ele. E ele falou que se terminasse, ele iria mostrar as fotos. (Homem, escola particular, Manaus)

A ameaça de término da relação e de ficar com outra pessoa é uma forma de pressionar e coagir o outro a fazer o que se deseja. Os rapazes foram mais mencionados como autores de tais ameaças, sobretudo quando querem coagir a namorada a fazer sexo sem que ela queira:

O namorado quer que ela faça tal coisa, aí faz uma ameaça. 'Vou terminar, eu não quero mais que você faça isso, senão eu faço tal coisa também, ou te chifro'. 'Olha, tem uma garota me dando mole, se você fizer isso, eu saio com ela', fazendo assim esses tipos de ameaças. (Homem, escola pública, Rio de Janeiro)

Os rapazes foram descritos também, em muitas situações, como controladores. Embora não seja uma atitude exclusiva do comportamento dos adolescentes do sexo masculino, os próprios meninos, ao exemplificarem situações de controle, descrevem momentos e formas como isso ocorre. Neste depoimento, observamos, por meio da fala de um rapaz, uma situação em que se pode ver que a mulher está em permanente situação de ameaça:

A pessoa não pode sair pra lugar nenhum que o cara fica: 'Sai, eu estou de olho em você, viu? Se você sair só, se falar com alguém na rua, eu estou sabendo, tem alguém te seguindo'. Mesmo sem ter. A mulher, ela já anda olhando para os lados. (...) 'Olhe lá, se ligue!' Isso já é uma ameaça, ela já vai no caminho, 'ele mandou eu me ligar, por quê? Será que tem alguém lá?' Ela vai ter medo de falar com um amigo. (Homem, escola pública, Recife)

Muitas vezes, as ameaças são precursoras de violências físicas e sexuais que se tornam mais frequentes em relação a dois fatores: sentimento de rejeição e uso de álcool e outras drogas. No exemplo a seguir, a proteção do grupo de amigos interrompe a ameaça:

No carnaval, o namorado dela estava muito bêbado, muito bêbado, estava andando com a gente, estava começando a falar idiotice. Aí ela parou ele, virou e falou que se ele continuasse, ela ia sair dali e ia andar com as meninas. Aí ele falou assim: 'Eu vim aqui para ficar com você', e começou a discutir com ela. Aí ela falou assim: 'Você está alterado. Se eu fosse você, sentava e esperava passar um pouco'. Aí ele foi e empurrou-a e disse que ia bater nela. (Mulher, escola particular, Porto Velho)

O controle sobre a vida da namorada por vezes ganha contornos de obsessão e perseguição, conforme o depoimento dado por uma moça que teve sua vida marcada pelas atitudes de um ex-namorado que ameaçou tirar-lhe a vida:

Essa pessoa que eu namorei com ela um ano, eu não sabia que ela era usuária de drogas. E tudo que ele pedia pra mim eu dava. Aí ele pediu R\$ 15,00 pra mim. Eu não sabia pra que

era e eu não tinha. Daí ele falou: 'Vê se consegue com seus pais'. Eu pedi pra minha mãe, e minha mãe não me deu R\$ 15,00. A minha mãe me deu R\$ 10,00. E ele falou: 'Você tem, sim, você não quer me dar'. Eu peguei e saí. Eu estava saindo, aí ele puxou meu cabelo e me deu um tapa. Daí eu cheguei em casa e contei pra meu pai, e meu pai foi conversar com ele. Eu terminei com ele e fiquei com medo de namorar outra pessoa. Eu tenho medo e meu medo é constante, porque ele manda mensagem pro meu celular me ameaçando. Meu pai está querendo mudar daqui. Só que ele falou que sabe dos meus passos, e aonde a gente for ele vai atrás. E esse é o medo que eu tenho de ficar com alguma pessoa, e se acontecer o pior, a culpa vai ser minha. (Mulher, escola pública, Cuiabá)

No entanto, também garotas tomam atitudes de controle: “Ih! no namoro, eu gosto de mandar, e o que tiver perto voa” (Mulher, escola pública, Cuiabá);

Eu gosto de mandar, mas não aceito ser mandada, não! Eu falei: 'Se eu vir você conversando com essa mulher de novo, você vai ver o que eu vou arrumar, tanto com você quanto com ela, quanto com seu filho'. Ele não tem nada a ver, não, mas os três vão rodar na minha mão. Aí ele parou de conversar com ela. (Mulher, escola pública, Belo Horizonte)

A jovem cujo depoimento vem a seguir descreve como sua relação com o namorado é permeada de atitudes controladoras e abusivas:

Aconteceu comigo. Uma vez, eu estava conversando com meu namorado na rua, ele veio gritar comigo. Eu xinguei e falei: 'Se você gritar comigo, eu vou dar um tapa na sua boca, eu não estou brincando'. (Mulher, escola pública, Belo Horizonte)

As ameaças intensas e as agressões verbais muitas vezes têm o poder de ferir profundamente uma pessoa, dependendo do contexto em que são proferidas e da dinâmica de cada relação. Desse modo, é comum que especialmente as mulheres sejam psicologicamente atormentadas e controladas por homens que nunca as tocaram violentamente (Langhinrichsen-Rohling, 2005).

Violência relacional

Essa forma de violência é caracterizada por dificuldades que envolvem: espalhar boatos sobre o parceiro ou a parceira, tentar virar os amigos contra ele ou ela e dizer coisas para interromper a amizade. O Gráfico 12 mostra que 16% dos jovens relatam sofrer pelo menos uma dessas ofensas e 8,9% agem assim na relação amorosa. Dos que convivem com alguma forma de violência relacional, 41,2% simultaneamente a sofrem e a perpetram.

‘Sofrer violência relacional’ foi relatado mais por rapazes (19,7%) do que por moças (13,7%; $p = 0,003$). Os homens, em maiores proporções, afirmam que suas namoradas tentaram espalhar boatos sobre eles. Tentar virar amigos contra o(a) namorado(a) ou dizer coisas a fim de terminar as amizades do outro não apresentam diferença significativa quanto ao sexo (Tabela 12). Não encontramos distinção significativa quanto às categorias de instituições de ensino.

Tabela 12 – Itens de violência relacional sofrida nas relações afetivo-sexuais por jovens (15-19 anos) de seus parceiros em dez capitais brasileiras, segundo o sexo

Itens de violência relacional	Sexo Feminino		Sexo masculino		TOTAL	
	N.	%	N.	%	N.	%
Ele/Ela tentou virar meus amigos contra mim	1.856	10,1	1.268	11,2	3.124	10,5
Ele/Ela disse coisas sobre mim aos meus amigos, para virá-los contra mim	1.856	6,6	1.269	6,6	3.125	6,6
Ele/Ela espalhou boatos sobre mim*	1.850	4,0	1.262	8,2	3.112	5,6

*p < 0,001.

A ‘violência relacional perpetrada’ pelos adolescentes contra seus namorados ou namoradas mostra-se menos comum (8,9%) do que a por eles sofrida, sem diferença entre sexos. São comportamentos que incomodam muito, pois estão intimamente relacionados à confiança e à amizade, valores tão caros nessa fase da vida. Talvez por isso, seja mais difícil para eles se avaliarem a respeito. Menos jovens das escolas públicas relataram essa forma de violência (7,4%) em comparação com os que frequentam escolas particulares (12,9%).

O item que apresentou a maior diferença foi o de ‘espalhar boatos’, com maior frequência entre jovens da rede privada (8,3%) do que da pública (4,6%), e entre os homens (6,2%) do que entre as mulheres (3,4%). Tentar virar os amigos do parceiro contra ele ou vice-versa e dizer coisas que os desabonem são ações pouco mencionadas pelos jovens de ambos os sexos (Tabela 13).

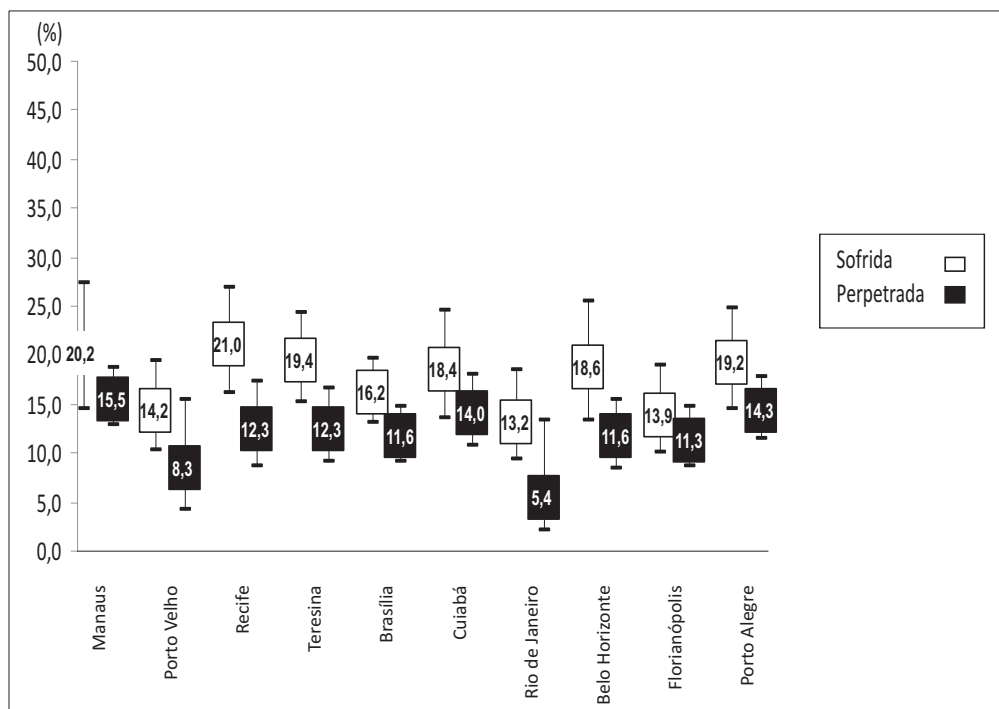
Tabela 13 – Itens de violência relacional perpetrada nas relações afetivo-sexuais por jovens (15-19 anos) de dez capitais brasileiras contra seus parceiros, segundo o sexo

Itens de violência relacional	Sexo feminino		Sexo masculino		TOTAL	
	N.	%	N.	%	N.	%
Eu tentei virar os amigos contra ele(a)	1.863	3,5	1.273	3,1	3.136	3,3
Eu disse coisas sobre ele(a) aos seus amigos, para virá-los contra ele(a)	1.859	3,6	1.272	2,9	3.131	3,4
Eu espalhei boatos sobre ele(a)*	1.850	3,4	1.265	6,2	3.115	4,5

*p < 0,05.

No Gráfico 15, constatam-se prevalências dessa forma de violência levando-se em conta as cidades estudadas. Jovens de Manaus destacam-se por elevados percentuais. Os de Recife são mais vítimas, e os do Rio de Janeiro e de Porto Velho são os que menos informam serem perpetradores desse tipo de abuso.

Gráfico 15 – Prevalência de violência relacional sofrida e perpetrada nas relações afetivo-sexuais entre jovens (15-19 anos) em dez capitais brasileiras, segundo o sexo



Também nos grupos focais, a expressão da violência relacional mais mencionada foi ‘espalhar boatos’ sobre o outro e mais entre os rapazes. O termo ‘difamação’ talvez expresse mais adequadamente o que foi debatido pelos adolescentes, que usaram até o termo ‘violência moral’ para traduzir as situações de agressão. Esse tema foi amplamente discutido no contexto da violência verbal. As práticas vão desde o ‘espalhar boatos’ até a divulgação oral de intimidades e a utilização de ferramentas tecnológicas para falar mal do outro. “É violência moral também. Eu acho que pode existir, de difamar a pessoa que você está namorando, e vários casos que acontecem de tirar foto da pessoa e colocar na Internet” (Homem, escola particular, Rio de Janeiro);

Às vezes as pessoas estão se comunicando por um chat e uma menina vai lá e levanta a blusa e mostra os peitos, por exemplo. O cara guarda essa foto e divulga na Internet pra todo mundo ver. Eu conheço três meninas que passaram por uma situação dessa. (Homem, escola particular, Rio de Janeiro)

Fatos narrados pelos jovens mostram uma possível banalização e um acirramento dessa forma de violência, atingindo quase sempre as mulheres – o que é comentado por jovens de todo o país. Algumas vezes, as imagens são obtidas sem o consentimento delas; noutras, elas consentem e se deixam fotografar e filmar como parte de uma atividade de sedução, em um contexto específico. No passado, esse jogo ocorria nas relações ao

vivo e produzia difamações por meio do ato de espalhar boatos em conversas. Um rapaz contava a outro o que tinha experimentado sexualmente com a moça, tendo acontecido ou não. Hoje, a situação filmada ou fotografada se torna evidente e muito mais passível de ser compartilhada, com prejuízo para as mulheres:

Às vezes o menino divulga a foto achando que ele está fazendo uma brincadeira. Não vê isso como um ato de violência moral, e a menina é que vai sofrer todos os possíveis efeitos. Mas o homem sofre, porque vão acabar sabendo o nome do menino. (Homem, escola particular, Rio de Janeiro)

Esse tema merece maior aprofundamento, pois expressa novas formas de experimentação e de exercício da sexualidade. Com o uso em larga escala das ferramentas da Internet pelos adolescentes, a prática de exibição do corpo para o parceiro ganha novos contornos: a sedução se dá no tempo real-virtual, bem como pode ser distorcida pela difamação, da qual as mulheres continuam a ser as maiores vítimas:

Elas talvez mandem as fotos pra atrair o cara. Se ela gosta muito, ela manda uma foto sensual para o cara falar: ‘Olha essa menina bonita com quem eu vou ficar’. E ele acaba, talvez, mandando essa foto pela Internet. Ela nega até a morte, diz que não mandou. Mas tem um cara aí que vazou a história e mostrou a foto pra todo mundo! Em dois minutos eu entrei em contato com quase dez pessoas ao mesmo tempo e vazei uma fofoca dessas. E é o seguinte, pela Internet tu solta muito mais do que cara a cara. (Homem, escola particular, Manaus)

O término de namoro é um momento em que a violência relacional é bastante mencionada nas entrevistas. Muitas vezes está associada a sentimentos de vingança por parte daquele que não desejava o desfecho. A difamação por meio de xingamentos e até mesmo da divulgação de intimidades do ex-casal também é muito mencionada:

Acabando o namoro, ele pode ficar falando um monte de coisa. Fica inventando um monte de coisa pra difamar a pessoa. (...) Ou pode ser que a pessoa não tenha feito. É, mas ele quer é ficar difamando. (Mulher, escola pública, Recife)

Foi muito constrangedor. Eu fiquei com ele. A gente terminou um dia desses aí atrás. Eu descobri que ele estava ficando com outra menina. Aí ele começou a falar coisas que ficavam só entre nós dois. Ele abriu lá pra todo mundo. Todo mundo que estava ao redor olhou pra minha cara e eu fiquei morrendo de vergonha. Cheguei em casa pra chorar. (Mulher, escola pública, Teresina)

Às vezes, até quando o menino quer terminar com a menina e fica com vergonha e fala para amigos e não para a menina. Ou ele faz o comentário rebaixando ela. (Mulher, escola particular, Cuiabá)

É importante ressaltar que tais ações danosas contra as mulheres – que, segundo elas, atingem sua imagem, sua moral, sua dignidade e provocam constrangimento e sofrimento – remetem ao comportamento da mulher em relação à sua sexualidade. A maioria das falas mostra o estereótipo da ‘garota mal-falada’. Tal expressão encontra eco em noções culturais que consideram a continência sexual feminina como valor moral, e a discriminação se torna um fato mesmo quando o ato não foi realizado concretamente. Dito de outra forma, atingir publicamente a moral de uma garota, frequentemente, é qualificar o exercício da sua sexualidade como ‘livre demais’ por ‘ficar’ com muitos

garotos, por ter feito sexo no primeiro encontro e outras coisas do tipo, que nem mesmo tenham acontecido de verdade. Essa discriminação está na base dos boatos.

Eu acho que é amoral, também, a pessoa começar a esculachar a outra. Já aconteceu o caso de uma colega falar que o namorado dela falou um monte de coisa, falou que ela tinha feito e ela não tinha feito. Falou que ela estava saindo com outra pessoa, só que ela não estava. Foi agressão verbal. Acho isso a pior coisa. (Mulher, escola pública, Rio de Janeiro)

E tem aquele também que a menina é difamada pelo menino. Aí o menino está namorando, mas a despreza totalmente. Fica se agarrando com outra menina. Mas não está nem aí, e a outra menina lá, sofrendo, sabe? (Homem, escola particular, Porto Velho)

Tem agressões psicológicas que deixam você traumatizada. Se fala alguma coisa que ela não queira ouvir, ela fica tão assustada. (...) E ele começa a dizer coisa, a difamar ela. Ela também aí fica deprimida. Ele fica mexendo com ela e com outros meninos, ficam rindo dela, se elas passam na rua. Porque sempre os meninos querem levar vantagem. (Mulher, escola pública, Recife)

Além da difamação, usar algo considerado um defeito ou fraqueza do outro também foi mencionado como prática para desqualificar o parceiro com quem se relaciona: “Fala uma coisa que ela ou ele não gosta de ouvir. Se for para agredir ela, tu já falas uma coisa que ela não gosta. (...) Uma fraqueza da pessoa contra ela” (Homem, escola particular, Florianópolis).

Ressaltamos que o uso da difamação ou mesmo a utilização de pontos fracos por parte dos rapazes contra as moças faz parte do padrão de exercício da sexualidade machista, esperado dos homens. No mesmo sentido, o rapaz que, por qualquer motivo, não tenha uma atividade sexual marcada pelo machismo e pela liderança em relação à garota fica malvisto em seu grupo de amigos e até mesmo por algumas mulheres. Também as moças são prisioneiras de visões conservadoras, reproduzindo um padrão cultural, sem, no entanto, questioná-lo. Tal cultura encontra eco em jovens de ambos os sexos entrevistados por nós e isso pode ser averiguado através de alusões tipicamente machistas, como ‘garotas para casar’, desqualificando dessa forma todas as outras que gostam de ‘ficar’ com vários rapazes. Nesse processo social de transformações nas relações afetivas que vivenciamos no século XXI, a violência relacional ainda se mostra um palco propício para a manutenção de relações afetivo-sexuais hierárquicas e preconceituosas, mantendo o que, parafraseando Braudel (2005), chamamos de ‘cultura machista de longa duração’.

VIOLÊNCIA FÍSICA

A agressão física é um tipo de violência histórica e culturalmente dirigida pelos homens contra as mulheres. Estudo realizado no Brasil mostrou que a violência física ou sexual contra mulheres, durante a vida, corresponde a um percentual de 28,9% nas áreas rurais e 36,9% no contexto urbano (D’Oliveira *et al.*, 2009). Uma estimativa da Fundação Perseu Abramo realizada em 2001 concluiu que 2,1 milhões de mulheres sofreram violência física grave no Brasil naquele ano. Esse número indica que 175.000

delas foram agredidas diariamente, ou seja, quatro espancamentos a cada 15 segundos (Saffioti, 2004).

A aceitação cultural dessa forma de violência é justificada pelas mulheres pelo fato de não cuidarem de forma correta do lar (5%), por desobedecerem a maridos ou companheiros (10%) ou por lhes serem infiéis (30%) (Garcia-Moreno *et al.*, 2005).

A Organização Mundial da Saúde (OMS) reuniu estudos de 48 países e revelou que de 10% a 69% das mulheres pesquisadas declararam ter sofrido violência física em algum momento de suas vidas por um parceiro íntimo (Krug *et al.*, 2002). Os homicídios femininos, entre 40% e 70%, foram perpetrados por maridos ou namorados das vítimas. Contrastando com esses percentuais, homens assassinados por esposas, namoradas e ex-esposas nos Estados Unidos e na Austrália representaram 4% e 8,6%, respectivamente (Krug *et al.*, 2002). Em muitos casos, a violência física interage com várias outras formas de abuso, como o controle sobre o outro (Krantz & Garcia-Moreno, 2005).

Dentre os diversos fatores que envolvem os maus-tratos contra a mulher, como os contextos situacionais, sociais, pessoais e culturais, o Relatório Mundial sobre Violência e Saúde indica que os homens jovens, com antecedentes de delinquência e baixo nível socioeconômico, são os que mais os cometem. Um fator apontado por esse documento é a história familiar, pois boa parte dos homens agressores sofreu violência quando criança ou viu suas mães serem espancadas (Krug *et al.*, 2002).

Os homens agressores geralmente apresentam um perfil de consumo de álcool e drogas, transtornos de personalidade, ciúmes patológicos, descontrole do sentimento de raiva, dificuldade de comunicação, baixa autoestima, concepções distorcidas sobre o papel da mulher e sobre o relacionamento, resultando em ausência de habilidades para a resolução de conflitos.

Em um relacionamento violento, as agressões femininas, geralmente, costumam ser de autodefesa. Quando a mulher é a vítima, tem três vezes mais chances de ser ferida, cinco vezes mais chance de receber assistência médica e cinco vezes mais medo de morrer, como revelam estudos no Canadá e nos Estados Unidos. O foco em apenas uma situação de agressão em um relacionamento pode mascarar toda uma atmosfera de terror (Krug *et al.*, 2002).

A agressão dos homens geralmente está relacionada, além dos agravantes já citados, à falta de habilidade para a resolução de conflitos. Alguns estudos relacionam positivamente o consumo abusivo de álcool e a prática de diferentes tipos de violência no namoro, tais como a psicológica (Facundo *et al.*, 2009) e a física (Stappenbeck & Fromme, 2010). Contudo, a mulher também comete agressões contra os homens, como se verá a seguir.

A violência física, praticada e sofrida pelos adolescentes, é considerada por eles como comportamentos habituais na interação, fruto de revide da agressão de um dos parceiros ou um jogo entre o casal: “Então se um grita, o outro quer gritar; se um dá um tapa, o outro quer dar mais forte” (Homem, escola particular, Belo Horizonte); “A mulher também agride o homem, tipo esse negócio que ela falou bater, dar tapa na cara.

É porque é uma forma da mulher se expressar” (Mulher, escola pública, Brasília); “Já fiquei [machucado], mas também dei um soco nela. Deixei ela roxa” (Homem, escola pública, Porto Alegre);

Ele luta boxe. E ele é forte, sabe? Ele me pega num braço, me vira de cabeça pra baixo. Tipo uma vez ele me botou de castigo no meio da rua, me botou de cabeça pra baixo. Eu fico furiosa. Eu gosto dele. A violência que tem entre nós, entre aspas assim, é mais uma brincadeira. Ele me ensina os negócios que ele aprendeu na luta, daí eu me machuco, eu começo a brigar com ele. Daí ele começa a dar beijinho, aí eu começo a dar tapa, aí ele começa a me xingar, mas é tudo uma brincadeira. (Mulher, escola pública, Porto Alegre)

A banalização da agressão física entre namorados adolescentes encontra-se legitimada por certa ideia de inconseqüência e de impulsividade associada a essa fase da vida: “Ainda mais adolescente, porque quando adulto o cara até segura, pensa duas vezes antes de dar um tapa, mas na adolescência a menina deu um tapa na sua cara, você dá outro na cara dela na mesma hora” (Homem, escola pública, Brasília).

A agressão física envolve atos de diferente gravidade. Entre as mulheres, destacam-se os tapas na cara do namorado, muitas vezes motivados por ciúme e sentimento de posse e visando a humilhá-lo ou vingar-se dele por alguma traição. Os garotos não consideram o tapa, o empurrão e outras agressões como graves, pois sentem-se em vantagem em termos físicos. Todavia, moral e psicologicamente se sentem mais atingidos: “Tapa na cara é humilhante” (Homem, escola particular, Florianópolis).

Também para as mulheres há certa desvalorização das agressões físicas nas relações afetivas. Muitas vezes, a violência psicológica e as agressões verbais são consideradas por elas mais graves do que as físicas, pois se sentem afetadas na autoestima e na confiança quanto ao parceiro.

O Gráfico 12 mostra que 19,6% dos jovens sofrem algum tipo de violência física e que 24,1% assim agem com o parceiro ou a parceira. Tais abusos são caracterizados pela presença de um ou mais dos seguintes atos: jogar algo sobre o outro; bater, chutar ou dar um soco; dar tapa ou puxar o cabelo; empurrar ou sacudir. Ressaltamos novamente a confluência entre o agressor e o agredido: 64,1% dos adolescentes que agredem são também agredidos fisicamente pelos seus parceiros durante as relações do namoro ou do ‘ficar’: “Já fui agredida. Mas agredi também, ao mesmo tempo. Mas foi por minha culpa mesmo. Traição, essa história toda. Traí. A pessoa soube!” (Mulher, escola pública, Manaus).

Do total de adolescentes entrevistados, mais rapazes (24,9%; $p = 0,006$) do que moças (16,5%) dizem ‘sofrer violência física’ durante as relações de namoro ou do ‘ficar’. Wolfe e colaboradores (2001), em estudo similar, encontraram essa situação em 28% dos adolescentes canadenses do sexo masculino e 19% das moças.

A Tabela 14 mostra os atos de violência física sofridos pelos adolescentes, destacando especialmente ‘dar tapas e puxar cabelos’, mais apontados pelos rapazes.

Tabela 14 – Itens de violência física sofrida nas relações afetivo-sexuais por jovens (15-19 anos) de seus parceiros em dez capitais brasileiras, segundo o sexo

Itens de violência física	Sexo feminino		Sexo masculino		TOTAL	
	N.	%	N	%	N	%
Ele(a) jogou algo em mim	1.854	7,6	1.263	12,0	3.117	9,3
Ele(a) me bateu, chutou ou deu um soco	1.856	6,4	1.266	7,9	3.122	7,0
Ele(a) me deu um tapa ou puxou o meu cabelo*	1.849	10,6	1.265	15,9	3.114	12,6
Ele(a) me empurrou ou me sacudiu	1.852	8,5	1.267	8,4	3.119	8,4

*p = 0,016.

‘Ter sofrido violência física em relacionamentos afetivos anteriores’ foi relatado por 4,4% dos adolescentes; 65% deles continuam sendo vítimas no relacionamento atual, indicando a continuidade dos maus-tratos. Dentre os que não sofreram violência em relacionamentos anteriores, 17,8% dizem que estão sendo vítimas de agressão física no atual. A vivência de violência nos namoros anteriores foi relatada pelas mulheres como um fato que as traumatiza.

Todas as vezes que eu falava que eu ia terminar com ele, ele ficava transtornado. Aí ele vinha pra cima de mim, tentava me segurar, acabava me machucando. Às vezes ele puxava meu cabelo. E já aconteceu de eu brigar com ele, falar algumas coisas, ele me deu um soco na boca. Da última vez que ele fez isso, eu terminei com ele. (Mulher, escola pública, Belo Horizonte)

Uma amiga minha tem um namorado que dá nela. Ela não pode falar com ninguém, porque ele tem ciúmes, briga com ela na rua. É horrível de ver, a guria tem catorze anos e a gente ouve gritaria, vê o olho roxo e ela não quer fazer nada. Se ela se separa dele é capaz dele matar ela. (Mulher, escola particular, Porto Alegre)

Observamos maior proporção de ‘violência física perpetrada’ pelos jovens em seus relacionamentos afetivos do que a mencionada para a violência que sofrem. As moças declaram agredir fisicamente mais os namorados do que os rapazes o fazem: 28,5% contra 16,8% ($p < 0,001$). Similar resultado foi relatado por Wolfe e colaboradores (2001) entre adolescentes canadenses: 11% dos rapazes e 28% das moças informam perpetrar violência física sobre o parceiro. Tal semelhança de resultados se observa no estudo espanhol, em que 16,1% dos rapazes e 30,2% das moças admitiram ter cometido agressão física contra o parceiro (Fernandéz-Fuertes & Fuertes, 2010).

Alguns depoimentos ilustram esse comportamento feminino: “De menina bater em menino eu conheço um monte aí. É o que mais tem aqui no colégio” (Homem, escola pública, Porto Velho); “Com certeza [que as meninas batem], com certeza! E de mulher se transforma em homem!” (Mulher, escola pública, Rio de Janeiro);

No dia do meu noivado ele foi dormir, eu continuei com uns amigos meus na festa, bebendo. Minha mãe estava perto. Ele acordou, eu estava lá bebendo lá com a minha turma, ele já pegou e já endoidou, começou a encher o saco, eu puxei assim, ficou a marca de unha assim. (Mulher, escola pública, Belo Horizonte)

Eu peguei e falei, se eu ver [sic] você conversando com essa mulher [a mãe do filho do namorado] de novo você vai ver o que eu vou arrumar, tanto com você quanto com ela, quanto com seu filho. (Mulher, escola pública, Belo Horizonte)

O meu primo tinha separado da namorada dele, aí ele ficou com outra no pagode do morro. No que a ex-namorada viu, partiu pra cima dele. Ele chegou todo roxo em casa. (Homem, escola pública, Rio de Janeiro)

Todos os tipos de agressão física são mais praticados pelas mulheres (Tabela 15). O mais comum é ‘dar tapas no namorado’, seguido por ‘bater e jogar objetos nele’.

Tabela 15 – Itens de violência física perpetrada nas relações afetivo-sexuais por jovens (15-19 anos) de dez capitais brasileiras contra seus parceiros, segundo o sexo

Itens de violência física	Sexo feminino		Sexo masculino		TOTAL	
	N.	%	N.	%	N.	%
Eu joguei algo nele(a)*	1.861	12,9	1.266	6,3	3.127	10,4
Eu bati, chutei ou dei um soco nele(a)**	1.856	13,8	1.270	3,3	3.126	9,8
Eu dei um tapa nele(a) ou puxei o cabelo dele(a)**	1.850	20,7	1.271	9,0	3.121	16,3
Eu empurrei ou sacudi ele(a)*	1.851	12,4	1.272	7,0	3.123	10,4

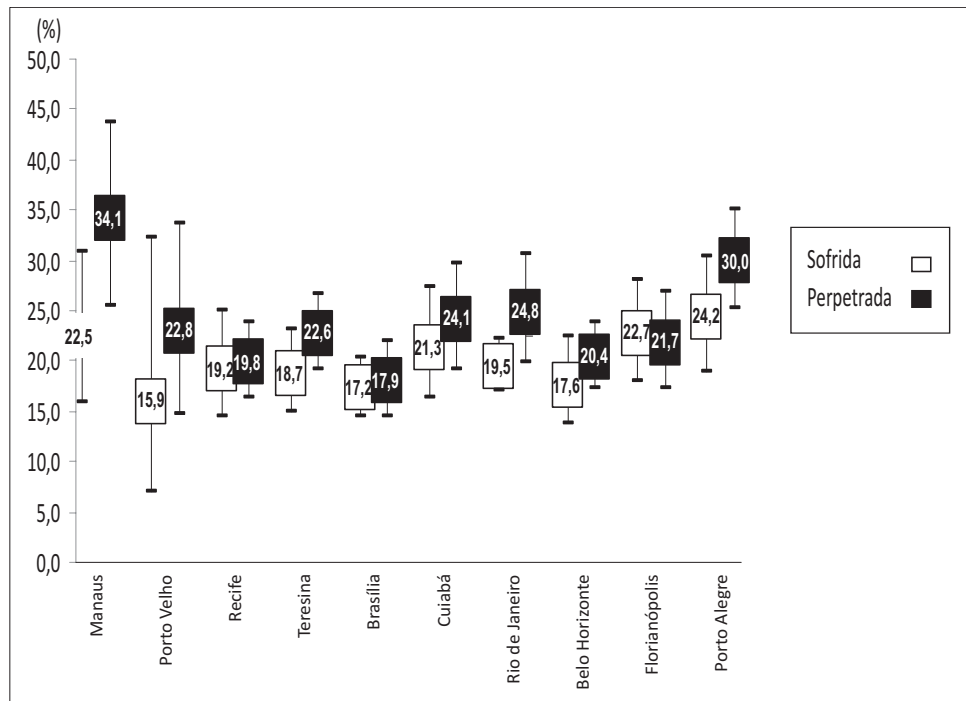
* $p < 0,05$.

** $p < 0,001$.

São discretas as diferenças entre alunos das redes pública e privada de ensino. Jogar objetos no parceiro e dar tapas foram atos apontados mais pelos alunos do ensino público (11,2% e 17,2%) do que pelos da rede privada (8,4% e 13,8%).

No Gráfico 16, verificamos a distribuição da violência física sofrida e perpetrada entre jovens das cidades avaliadas. A uniformidade desses comportamentos é observada, com destaque para os estudantes de Manaus e Porto Alegre, que sofrem mais violência física, principalmente ‘ser empurrado ou sacudido pelo parceiro’. Porto Velho é a cidade com menor percentual de jovens que relatam esse tipo de agressão.

Gráfico 16 – Prevalência de violência física sofrida e perpetrada nas relações afetivo-sexuais entre jovens (15-19 anos) de dez capitais brasileiras, segundo o sexo



Constatamos que perpetrar violência física nos relacionamentos afetivos atuais tem raízes mais antigas para muitos adolescentes. Um total de 4,4% já a haviam praticado contra outros parceiros e, desses, 73,6% continuam cometendo algum tipo de agressão no atual namoro. Dentre os que não praticaram violência em relacionamentos anteriores, 22% começaram a fazê-lo no relacionamento atual.

Estudos sobre violência entre parceiros íntimos realizados com mulheres entre 15 e 69 anos de idade em 15 capitais brasileiras e no Distrito Federal confirmam o que encontramos entre os adolescentes brasileiros: as mulheres são mais comumente perpetradoras de agressões físicas contra o parceiro (Straus & Geles, 1995; Reichenheim *et al.*, 2006).⁹ Todavia, elas estão em clara desvantagem na situação de vítimas, especialmente por sofrerem afrontas físicas sérias, a ponto de requererem mais cuidados emergenciais por lesões e traumas (Noos, 2009): “A minha amiga ainda namora com esse menino, mas ele é meio estranho. Ele pegou um copo de cerveja, tacou no rosto dela e ela deu 12 pontos no rosto” (Mulher, escola particular, Belo Horizonte);

Ela [a amiga] foi assassinada pelo ex-namorado dela. Ela estava numa festa, e ela estava ficando com um guri e o ex-namorado dela chegou lá e bateu muito no guri. Ela foi tentar defender o guri com quem ela estava ficando e o ex-namorado dela baten muito nela. Daí ela ficou internada numa UTI e morreu. (Mulher, escola particular, Florianópolis)

⁹ O estudo utilizou outra medida de aferição de violência física e verbal: Escala Tática de Conflitos (Straus *et al.*, 1996).

Reichenheim e colaboradores (2006) constataam a elevada prevalência de violência física vivenciada por mulheres adultas em Manaus (34,8%), a exemplo do que encontramos entre adolescentes da mesma cidade. Em Porto Alegre, a referida pesquisa evidenciou uma prevalência intermediária (22,6%), menor do que a constatada por nós entre os estudantes adolescentes. Ainda no estudo de Reichenheim e colaboradores, as cidades do Norte e do Nordeste do Brasil, de forma geral, mostram-se com percentuais mais elevados do que outras regiões do país. Dentre as com menor prevalência, os autores apontam Florianópolis. Entre adolescentes, não constatamos essa distinção regional de forma tão evidente.

VIOLÊNCIA SEXUAL

Constatamos anteriormente, no Gráfico 12, que 43,8% dos jovens sofrem e que 38,9% perpetram alguma forma de violência sexual nas relações amorosas. Formas de violência sexual abordadas neste livro são: beijar quando o parceiro não quer, tocar sexualmente e forçar a fazer sexo quando ele ou ela não deseja e usar ameaças para tentar fazer sexo. Dentre os que estão de alguma forma envolvidos com tal tipo de violência, 83,1% são simultaneamente vítima e agressor.

Inesperadamente, não constatamos diferença entre os sexos quanto a ‘sofrer violência sexual’. Todas as questões estudadas foram relatadas por número similar de mulheres e homens (Tabela 16), resultado que difere do encontrado por Wolfe e colaboradores (2001) com adolescentes canadenses utilizando a mesma escala CADRI, que constatou mais mulheres (43%) do que homens (36%) vítimas de violência sexual. Nas entrevistas individuais e grupais, apontadas mais adiante, verificamos quadro distinto, com privilégio da mulher como vítima de violência sexual.

Não notamos também distinção entre alunos de escolas públicas e particulares.

Tabela 16 – Itens de violência sexual sofrida nas relações afetivo-sexuais por jovens (15-19 anos) em dez capitais brasileiras, segundo o sexo

Itens de violência sexual	Sexo feminino		Sexo masculino		TOTAL	
	N.	%	N.	%	N.	%
Ele(a) me tocou sexualmente quando eu não queria	1.848	14,8	1.263	17,1	3.111	15,6
Ele(a) me forçou a fazer sexo quando eu não queria	1.856	3,9	1.255	5,6	3.111	4,5
Ele(a) me ameaçou numa tentativa de fazer sexo comigo	1.849	2,8	1.260	5,9	3.109	3,9
Ele(a) me beijou quando eu não queria que ele(a) o fizesse	1.856	39,1	1.266	33,9	3.122	36,9

O ato de beijar quando o outro não deseja foi responsável pelos elevados índices de violência sexual constatados na pesquisa. Mostra ser uma relação complexa pelas raízes culturais que tem, podendo oscilar de um jogo entre os sexos até uma intensa agressão. Foi a principal forma de expressão da violência sexual em Porto Alegre, Florianópolis e Porto Velho. Nessas cidades, o foco das discussões, principalmente das mulheres, girou em torno de situações em que se viram como vítimas de beijos à força e tocasas sem sua permissão: “Eu não queria ter ficado com ele, eu não queria ter ficado com ninguém. Daí ele me beijou. Eu estava saindo do banheiro e ele me agarrou” (Mulher, escola particular, Porto Alegre);

Tipo a gente passar a mão na bunda, isso é uma agressão sexual também. Porque é uma parte do corpo que é íntima. (...) A mulher é muito mais violentada, agredida, do que o homem, porque é bem difícil a guria chegar e começar a passar a mão em mim. É muito difícil a menina vir aqui e me apertar e ficar de mão boba. (Homem, escola particular, Florianópolis)

Houve em Recife uma interessante discussão sobre os limites entre ‘roubar um beijo’ e ‘beijar à força’. As falas a seguir ilustram essa discussão ocorrida em grupo e realizada em escola particular da cidade:

Mulher: Assim, roubar um beijo. Assim, beijo roubado você dá na pessoa sem a pessoa esperar, e beijo forçado a pessoa não quer e você está insistindo.

Mulher: Por exemplo: Eu gosto de uma pessoa e vou roubar um beijo dela sem ela esperar. Eu começo a conversar com ela, e roubei um beijo dela assim.

Homem: Mas um beijo forçado também pode ser um beijo que a pessoa não pede. Agora, uma explicação para um beijo roubado e um beijo forçado é simples.

Homem: Por exemplo: um beijo roubado eu vou beijar a menina e ela me beija. Eu beijo sem ela perceber. No caso, vou roubar um beijo dela. Mas agora, se eu beijo e a menina não beija e acaba me mordendo e tudo isso é um beijo forçado, entendeu? Eu acho que beijo roubado não chega ser agressão sexual, não.

Nessa discussão, emerge a questão da anuência do outro como limite para o reconhecimento do ato como sendo violento ou não. Tal discussão também aparece em falas de rapazes em Porto Alegre:

Acho que assim: em festas grandes em que a guria não quer nada com o guri, aí o guri pega assim espertinho, passa a mão na bunda da guria. (...) Ah, sim, isso é até um desrespeito para com a outra pessoa. Só que nesses ambientes que geralmente acontece isso, tem outras coisas que acontecem ali, seja masturbação, seja transa, qualquer coisa. (...) Você quer masturbar com a pessoa ou então transar com outra, as duas estão concordando. Aí já não é um desrespeito, entendeu? (Homem, escola particular, Porto Alegre)

O tema do beijo à força foi mais debatido em relação aos momentos em que os jovens ‘ficam’. Conforme já tratado no capítulo anterior, há o ‘ficar’, que é quase um namoro por sua constância; há o ‘ficar’ esporádico com uma determinada pessoa; há o ‘ficar’ com alguém em uma festa; e há o ‘ficar’ confundido com o ‘pegar’, cuja característica é

o relacionamento rápido com muitas pessoas, beijar o maior número de pessoas em um mesmo dia. Essa prática é que frequentemente conduz ao beijo forçado, sobretudo por parte dos rapazes. Boates, micaretas, carnavais de época e fora de época, festas típicas que envolvem muita gente, enfim, toda sorte de manifestações festivas – regadas a álcool e outras drogas – foram descritas como cenários para ‘pegações’. Nesses momentos, a violência sexual ocorre com muita facilidade.

Tu passavas, eles ficavam dando em cima, chegava um cara assim, chegava te agarrando. (...) Havia uma fila pra sair e uma fila pra entrar. Mas aí começaram a me apertar. Me apertavam e passavam a mão! (...) Coloca a mão na bunda e tu não queres. Tu tiras a mão, entendeu? (Mulher, escola particular, Porto Alegre)

No carnaval fora de época. É o cúmulo do absurdo. Porque a gente está andando, tem uns caras que estão com a namorada do lado. Por exemplo, a mulher fala assim: ‘Vou comprar água’. Na hora que ela vai ali, eles fazem a festa, tem uns que pegam e seguram o cabelo da gente com tanta força que até machuca. (...) Eu, por exemplo, já saí muitas vezes machucada de lá. Ainda mais os garotos mais velhos, é um absurdo. (...) Se não tem ninguém com você, um irmão, pai ou namorado, eles não te respeitam. (Mulher, escola particular, Porto Velho)

Algumas vezes, é tênue o limite entre práticas de experimentação da sexualidade e práticas violentas e coercitivas. Não se trata, portanto, de empreender uma discussão moralista a respeito do comportamento sexual na adolescência, e sim de marcar o caráter violento e incômodo de certas práticas, assim apontadas pelos próprios adolescentes. Vários depoimentos apontam para outras ações, além do beijo à força, como sendo constrangedoras: passar a mão no corpo do outro, ser encurralado por diversas pessoas para ser beijado à força e ter seu corpo manipulado. Tais queixas foram mais relatadas pelas mulheres em relação aos homens: “Tem as duas coisas. O beijar à força e às vezes também desde passar a mão até te segurar e te pegar à força” (Mulher, escola particular, Porto Alegre); “Às vezes, fazem rodinha pra pegar uma menina, e enquanto ela não beijar todos na roda, ela não sai. Como é que uma menina vai lutar com dez meninos? Nós já vivenciamos isso” (Mulher, escola particular, Porto Velho).

Retornando à Tabela 15, observamos proporções bem inferiores de rapazes coagidos pela parceira a fazerem sexo quando não desejam. Embora não exista diferença significativa, importa ressaltar que 4,0% das mulheres e 5,5% dos homens já foram forçados pelo parceiro a fazer sexo quando não queriam. Moraes, Cabral e Heilborn (2006), ouvindo 4.634 jovens entre 18 e 24 anos em três capitais brasileiras, verificaram a presença dessa forma de coerção sexual na vida de 10,9% dos jovens de Porto Alegre e de 13,1% do Rio de Janeiro.¹⁰ Em ambas as cidades, as mulheres têm prevalência mais elevada do que os homens quanto à coerção sexual. Cerca de 5% dos entrevistados informaram que ela já ocorreu mais de uma vez em suas vidas. Essas autoras relatam também que a coerção foi realizada majoritariamente por pessoa do sexo oposto; todavia, em torno de 20% dos

¹⁰ A medida de coerção sexual utilizada foi responder afirmativamente à pergunta: alguém tentou forçar você a ter relações sexuais contra sua vontade?

rapazes informaram que indivíduos do mesmo sexo foram agentes da coação, enquanto esse tipo de informação praticamente não surgiu entre as mulheres.

Alunos da rede pública, mais que os das escolas particulares, são vítimas de ameaças para tentar fazer sexo (4,3% e 2,8%, respectivamente).

Cerca de 2,2% dos adolescentes afirmam que já foram vítimas de violência sexual em relações anteriores, e 57,8% deles continuam sendo vítimas no relacionamento atual. Todavia, ressaltamos que dos adolescentes que não sofreram tais abusos em sua vida passada, 43,6% referem alguma forma de violência sexual no relacionamento atual, relatando que esse tipo de constrangimento aumenta à medida que os jovens amadurecem.

A ‘violência sexual perpetrada’ pelo adolescente contra o parceiro foi mais mencionada por rapazes (49,0%) do que pelas moças (32,8%; $p < 0,001$). Nesse resultado, percebemos o padrão mais tradicional de violência sexual que acomete as jovens. Também no estudo com adolescentes canadenses, Wolfe e colaboradores (2001) verificaram maior predomínio de violência sexual por parte dos rapazes canadenses (37%) em relação às moças (24%), embora em patamares inferiores aos observados no Brasil.

Estudantes do ensino público (37,3%) informam menos práticas de violência sexual do que os da rede privada (43,3%).

Todas as questões que aferiram violência sexual contra os parceiros foram mais pontuadas pelos rapazes do que pelas moças. Destacamos o ‘beijar a namorada quando ela não queria’ como o ato mais comum praticado pelos rapazes, seguido por tocá-la sexualmente contra sua vontade. Apenas 1,8% das meninas afirmaram forçar o namorado a fazer sexo sem desejar, contraposto a 6,7% dos rapazes (Tabela 17).

Tabela 17 – Itens de violência sexual perpetrada nas relações afetivo-sexuais por jovens (15-19 anos) de dez capitais brasileiras contra seus parceiros, segundo o sexo

Itens de violência sexual	Sexo feminino		Sexo masculino		TOTAL	
	N.	%	N.	%	N.	%
Eu o(a) toquei sexualmente quando ele(a) não queria**	1.851	5,9	1.272	26,0	3.123	13,5
Eu forcei ele(a) a fazer sexo quando ele(a) não queria*	1.857	1,8	1.265	5,1	3.122	3,1
Eu ameacei ele(a) numa tentativa de fazer sexo com ele(a)*	1.859	1,9	1.262	6,6	3.121	3,7
Eu beijei ele(a) quando ele(a) não queria	1.857	30,2	1.275	33,9	3.132	31,6

* $p < 0,05$.

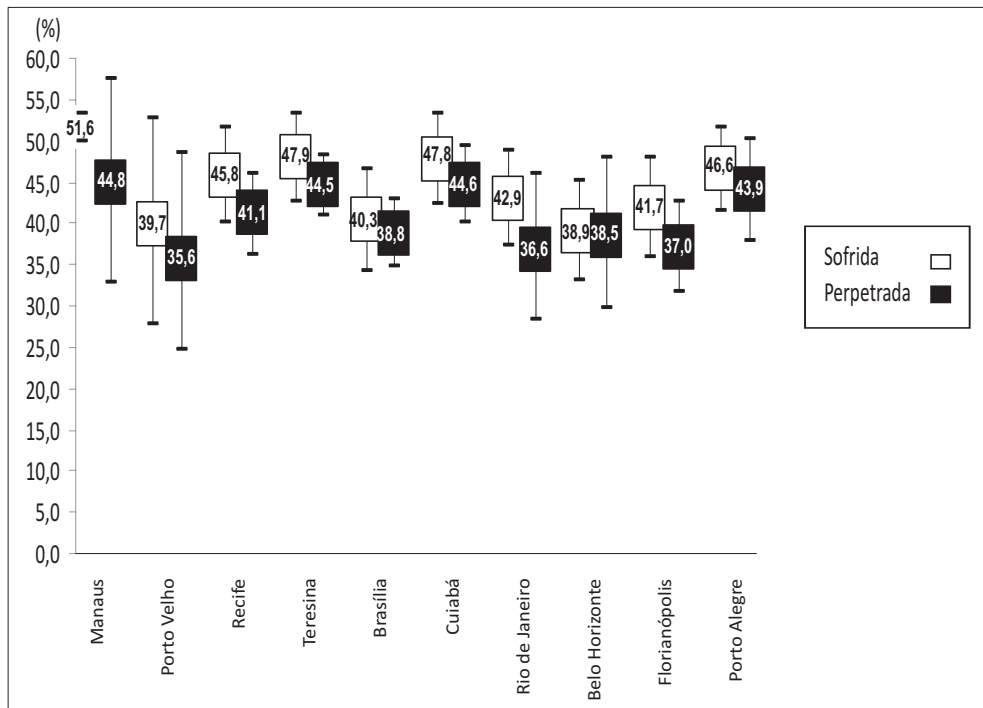
** $p < 0,001$.

Quase não notamos distinção entre as redes de ensino quanto às práticas de violência sexual. Apenas ameaçar, em uma tentativa de fazer sexo, mostrou-se mais prevalente entre os alunos do ensino público (4%) em relação aos do ensino privado (2,8%). O item beijar o parceiro ou a parceira quando ele ou ela não deseja foi citado por 37,5% dos alunos da rede particular e 29,4% da rede pública de ensino.

Observamos que 0,6% dos adolescentes participantes da pesquisa também praticaram violência sexual em relacionamentos anteriores. Por sua vez, 38,8% daqueles que não a praticaram anteriormente informam algum tipo de violência sexual no relacionamento atual, mostrando um perfil crescente dessa forma de agressão com o amadurecimento da pessoa.

O Gráfico 17 mostra a prevalência de violência sexual (como autores ou vítimas) nas capitais investigadas. Adolescentes de Manaus estão entre os que mais sofrem e perpetram violência sexual na relação amorosa, e os de Porto Velho e do Rio de Janeiro são os que menos informam cometê-la. Moraes, Cabral e Heilborn (2006) encontraram estimativas maiores de coerção sexual no Nordeste do país.

Gráfico 17 – Prevalência de violência sexual sofrida e perpetrada nas relações afetivo-sexuais entre jovens (15-19 anos) de dez capitais brasileiras, segundo o sexo



Os encontros individuais e grupais trouxeram interessantes contribuições para compreender a dinâmica da violência sexual na adolescência. Destacamos o papel esperado dos homens e a pressão social que sofrem para serem fortes e machistas nas relações amorosas.

Quando o assunto é violência sexual, desaparecem os relatos dos rapazes como vítimas. De forma uníssona, inicialmente a discussão segue para as situações em que a mulher é a principal vítima. Em situações em que os rapazes foram questionados quanto à possibilidade de as meninas cometerem violência sexual contra eles ou se já sofreram algum tipo de abuso desse tipo, a reação foi a mesma entre os de todas as cidades e redes de ensino: o riso. Foi comum exclamarem que menina não abusa nem pode abusar sexualmente do parceiro, inclusive afirmando que seria ‘impossível’ isso acontecer.

Notamos nas falas uma representação sobre violência sexual bastante ligada à ocorrência do coito sexual em si, na qual a violência estaria concretizada no estupro. E segundo os depoimentos, não há estupro da mulher contra o homem. Apenas um caso que surgiu na mídia sobre uma mulher mais velha que se apaixonou por um menino de 12 anos foi relatado. Ele, em tal situação, abandonou a família. Tal evento, trazido por uma moça de Manaus, já apresentava uma reflexão informativa de que se tratava de abuso sexual, o que foi repetido pela jovem que o relatou. Em geral, as falas indicam o fato de que tal tema não atravessa o cotidiano dos adolescentes. Nas situações em que a garota quer fazer sexo e o rapaz não, foi comum a qualificação desse rapaz como ‘frouxo’, *gay*, até mesmo pelas próprias meninas, como se nota nesta discussão em grupo ocorrida em escola particular de Cuiabá:

Homem: A virgindade é considerada um valor. Com as meninas, é considerado um valor moral. Com os meninos, não ser virgem é que seria o valor entre os meninos hoje.

Mulher: Ser virgem é a coisa mais gay entre os homens.

Homem: Se o cara não quer, ela vai falar: ‘Você é um frouxo! Um brocha!’ Quando a mulher quer e o homem não, geralmente o homem fica com fama de frouxo, de gay.

Houve relatos de homens dizendo que nem sempre estão com vontade de fazer sexo e se sentem pressionados pelas parceiras. No entanto, tais situações não são vistas, percebidas ou sentidas como abuso sexual. A questão da violência, ressaltada pelas falas dos rapazes no que concerne aos atos sexuais, em geral, diz respeito às humilhações, ofensas, rechaços e brincadeiras maldosas que lhes são dirigidas por amigos e, às vezes, pelas próprias parceiras quando não há uma atitude sexualmente mais agressiva. Nesse quesito, encontramos a violência sexual contra os homens muito mais situada, por eles, no âmbito da violência emocional. O mesmo fica claro também nos depoimentos de mulheres que sabem como humilhar o rapaz: atingindo ‘sua macheza’.

Também tem o caso daquele negócio de ficar falando: ‘você é viado’. Eu acho que isso aí é uma maneira de acabar forçando. Por exemplo: a mulher é feia pra caramba e os caras ficam ‘pega, pega!’ Aí você vai lá e faz a besteira e depois fica arrependido: ‘Fiquei com essa menina, cara’. (Homem, escola pública, Brasília)

E se você não faz nada com ela, você leva fama de tudo. Eu já levei nome de ‘frango’. Tem o caso de um colega meu. Ele ficou com uma menina, foi assim muito devagar, só fazia beijar, não passava a mão no corpo da menina, aí nisso a menina terminou de ficar com ele e começou

a espalhar que ele era muito devagar, que achava até que ele era ‘frango’. Aí passou-se um tempo, todo mundo correndo esse boato, ele ficou com a prima dela, aí com a prima dela foi bem diferente, fez ao contrário, foi logo tentado tirar a roupa dela. Aí ela começou a dizer que achava que ele era um tarado, aí começou a espalhar outro boato. Aí fica aquela questão: ser ou não ser atirado na relação? (Homem, escola pública, Recife)

Essa pressão social se revela na família, mas, sobretudo, no grupo de amigos, nos namoros e nas ‘ficadas’, e expressa uma característica dos processos de socialização masculina que é sentida, reproduzida e poucas vezes questionada pelos rapazes que participaram da pesquisa. Nesses processos, há imperativos construídos e reforçados nas relações sociais que são sentidos pelos garotos como algo da ‘natureza masculina’, que os tornaria homens completos, ou mesmo ‘homens de verdade’. Nesse sentido é que ter vontade de fazer sexo é percebido como necessidade masculina que há de ser satisfeita, por meio da insistência, de estratégias de convencimento, de pressão e, até mesmo, de uso da força. As falas indicam essa visão de que seria típico do garoto querer fazer sexo a qualquer preço. Como veremos mais à frente, praticar violência sexual, segundo os adolescentes, é ‘coisa de garoto’: “Na maioria das vezes, é dos homens contra as mulheres” (Homem, escola pública, Brasília); “Eu acho que é normal, em todo homem” (Mulher, escola particular, Belo Horizonte);

Já esse negócio de agressão sexual, tentar forçar, passar a mão, esse negócio eu já vi, já aconteceu comigo. E a maioria é mais com homem mesmo, porque é mais desejo carnal daquela hora. Homem quer dar uma pegadinha aqui, outra pegadinha ali. (Homem, escola particular, Cuiabá)

Contudo, a pressão para ‘ser macho’ também é, em alguns momentos, questionada pelos rapazes, posto que os coloca em situações constrangedoras e de sofrimento. O jovem que demora (segundo os parâmetros vigentes) a beijar na boca, a fazer sexo pela primeira vez, que tem uma namorada e retarda para fazer sexo, ou então o que vai a festas e não ‘fica’ com ninguém, é malvisto. Sua atitude é comentada com escárnio, sobretudo pelos amigos e por muitas mulheres que reclamam de certa falta de atitude que seria natural do homem. Em razão disso, muitos, para serem aceitos em algum grupo, adotam comportamentos que podem levá-los a praticar algum tipo de violência sexual:

Na maioria das vezes, é influência mesmo. Dos amigos. O cara nunca fez nada, vamos supor. Aí começa a sair comigo. E na minha turma só tem os pegadores. Aí os caras são gente boa e tal, se dão bem com todo mundo. Então vão gostar de mim também. Aí saem. Aí um dia que a gente vai, e aí as meninas não querem, tal, a gente fala: ‘Vai pegar?’ Está legal, então vamos. (...) Só para curtir, só. (...) Um exemplo: se alguém tem um amigo ali sozinho, que não faz essas coisas, não sai para festas, e esse cara sai junto com o grupo de amigos que pega todo mundo. Aí ele fica meio que na dele, assim, meio tímido, aí ele quer tentar fazer a mesma coisa. Senão, [o grupo] fica zoando o cara. (Homem, escola particular, Porto Velho)

Os imperativos do estereótipo masculino, de tão cristalizados nas práticas sociais, são vistos como parte da natureza do homem. No entanto, algumas vezes são reconhe-

cidos pelos rapazes como produtores de sofrimento. Sendo considerado algo natural, e não havendo vontade de alguém para seguir tal padrão, logo se cria o sentimento de ir contra uma suposta ‘natureza masculina’, remando-se contra a corrente. Alguns rapazes enfatizam o fato de o garoto não querer fazer sexo e isso virar motivo de escárnio e depreciação: “E quando a mulher não quer e o homem quer, é difícil. Mas o homem não é máquina de fazer sexo! Não é assim, também cansa!” (Homem, escola particular, Cuiabá).

Existe uma lógica de atuação segundo a qual cabe aos rapazes tentar de tudo para fazer sexo, ou manifestar outras expressões da sexualidade: beijar e passar a mão. À moça cabe fazer de tudo para impedi-lo. Fica evidente neste estudo que, para os adolescentes, o limite à ação do rapaz está sob responsabilidade da moça: “É a menina que tem que pôr limites. Você não pode fazer isso, isso e isso. Eu acho que aí ela já está colocando regras” (Mulher, escola pública, Porto Velho); “Os meninos, eles querem fazer essas coisas. Só que eu acho que você tem que colocar limite” (Mulher, escola particular, Belo Horizonte).

A maioria das falas descreve um código social tradicional-moralista sobre a atividade sexual da mulher: ela deve ser mais contida, deve impor limites ao homem sob pena de ficar ‘malvista’ ou ‘mal falada’. As próprias garotas atestam esse ‘modo de ser feminino’, ora reproduzindo e reforçando, ora questionando-o. Todavia, mesmo quando elas criticam a demanda social por continência, parece haver certa necessidade de atendê-la, por não quererem correr o risco de sofrer ofensas morais ou até mesmo de não encontrar um namorado. Quanto a este último ponto, observamos que está fortemente arraigada a ideia de que há ‘garota para namorar’ e há ‘garota para zoar’.

Eu acho que existe também uma situação bem séria, que é a questão de que a mulher sempre está no papel de impor limites, de dizer até onde pode ir. E o homem está sempre na questão do instinto, entendeu? Até onde a mulher deixar ele ir, ele vai. Aí tenta um pouco mais; se ela deixar, ótimo. Vamos continuar; se ela não deixar, aí depende do homem. Alguns continuam tentando até que ela ceda, e outros às vezes param. (Mulher, escola particular, Brasília)

Os caras falam só pra pegar e depois eles dão um pé na bunda delas e procuram meninas mais decentes para namorar. (...) É porque essas meninas podem chamar atenção que elas pegam todos. Mas nenhum menino quer namorar mesmo sério com elas. (...) E ainda sai falando mal dela: ‘Aquele ali é maior safada, todo mundo já pegou’. (...) Assim é o menino, ele quer pegar todas as meninas, mas quer casar com as virgens. (Mulher, escola particular, Manaus)

Muitas vezes, a modulação do comportamento sexual do homem condicionada à imposição de limites pelas mulheres torna-se justificativa para responsabilizá-las ou até mesmo culpabilizá-las pelo fato de serem vítimas de violência sexual. Dito de outra forma, se não há por parte da mulher uma imposição de limites satisfatória, ela tem que arcar com as consequências: ela é que não se deu o ‘devido valor’: “É normal [a violência sexual] pelo fato das meninas não estarem mais se valorizando!” (Mulher, escola pública, Rio de Janeiro);

Eu acho que vai da menina mesmo em festas. Se ela aceitar, ele, claro, vai lá. (...) Tem gente que vai porque quer mesmo. Tem meninas que até se oferecem. Tem aquelas que fazem até aposta para

ver quem pega mais homem. (...) Tem menina que vai pra micareta [carnaval fora de época] e quer ver quem pega mais, fica disputando com a amiga, isso é ridículo! (...) As meninas vão de propósito de sainha curta. Depois acontece alguma coisa e não sabe o porquê. Porque ela procurou!
(Mulher, escola particular, Manaus)

VIOLÊNCIA AUTOINFLIGIDA

A violência autoinfligida incorpora os comportamentos suicidas (pensamentos e tentativas de suicídio), o suicídio efetivado e o autoabuso, que inclui atos como a automutilação (Krug *et al.*, 2002). As taxas de suicídio entre jovens de 15 a 24 anos são menores em países como Brasil, Argentina e Chile, para os anos 1993-1995. Os homens sobressaíram em relação às mulheres, com taxas que oscilam entre 6 e 10 por 100.000 habitantes entre os primeiros e entre 2 e 4 por 100.000 para o sexo feminino. Estados Unidos e Canadá têm situação bem mais grave: entre 22 e 24 por 100.000 entre os jovens e entre 4 e 5 por 100.000 entre as jovens (Serfaty, 1998).

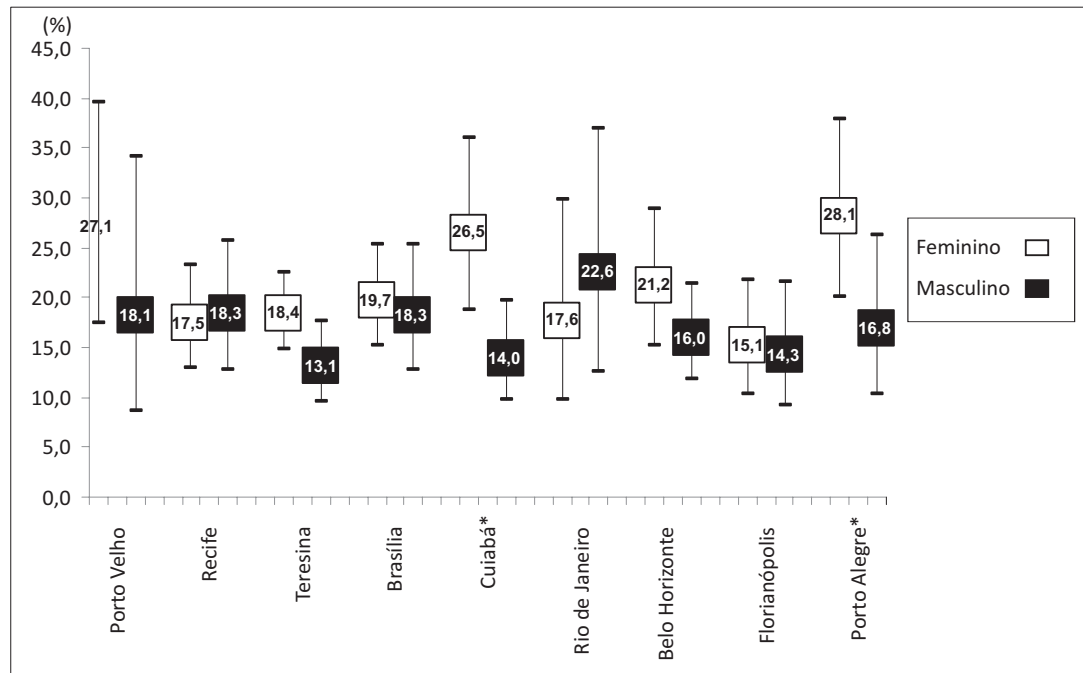
As taxas de suicídio de adolescentes brasileiros entre 15 e 19 anos no ano de 2007 é de 3,5 adolescentes para cada cem mil habitantes, o que corresponde à média da população em geral. Há mais rapazes que se matam (4,8 por cem mil) do que moças (2,1 por cem mil). A mortalidade maior entre os rapazes chega a 11 vezes em Manaus e Florianópolis e a três vezes em Porto Velho, em relação às meninas. Rio de Janeiro é a cidade com menos jovens de 15-19 anos que se suicidam: 1,6 por 100.000 habitantes em 2007.

Estudos mostram que as ideias suicidas são frequentes entre adolescentes. Investigação com escolares de 13 a 18 anos de três cidades brasileiras das regiões Sudeste e Nordeste revelou que de 21,7% a 34,1% do total já haviam ficado tão tristes e sem esperança no futuro a ponto de pensar seriamente em se matar (Claves, 2002). Outro estudo realizado com adolescentes de escolas públicas e particulares de São Gonçalo (RJ) da mesma faixa etária indicou 29,7% que já haviam pensado seriamente em suicídio (Assis & Avanci, 2004).

Problemas no relacionamento amoroso e ideiação suicida foram apontados por 19,3% dos adolescentes que entrevistamos na pesquisa atual nas dez capitais, sem distinção entre os sexos. A proporção de alunos da rede pública (20,5%) é maior do que os da rede particular (16,1%), em relação a esse tipo de pensamento.

São poucas as diferenças observadas quando tomamos por base as capitais investigadas (Gráfico 18), indicando ser esse tipo de ideiação um pensamento mais ou menos homogêneo entre os adolescentes. Destacamos que os estudantes de Florianópolis e de Teresina apresentam as menores proporções de violência autoinfligida, e as jovens de Porto Alegre, Porto Velho e Cuiabá são as mais vulneráveis.

Gráfico 18 – Prevalência de violência autoinfligida nas relações afetivo-sexuais entre jovens (15-19 anos) em dez capitais brasileiras, segundo o sexo



* $p < 0,05$.

Que eu gostava muito [dele]. Eu parei de comer, de estudar. Fiquei noites sem dormir, fiquei muito mal mesmo, não tinha vontade pra nada, me trancava em casa, fiquei muito abalada, não comia, não achava graça em nada. (Mulher, escola pública, Belo Horizonte)

Eu, eu já vi casos, acho que todo mundo sabe, daqui mesmo. Ela era apaixonada por um garoto e ele só queria amizade com ela; ela escreveu uma carta, tomou veneno, se matou. (Mulher, escola pública, Teresina)

Diversas emoções associadas aos momentos de tristeza e decorrentes dos término do namoro foram narradas pelos jovens nos encontros que tivemos. Sentimentos de culpa e questionamento sobre o que ‘eu fiz de errado no relacionamento para que não desse certo’ povoam as mentes femininas. A ideia de que ‘algo poderia ter sido feito’ se junta à tristeza que relatam sentir. Também sentimentos como ‘nunca mais vou gostar de alguém’ são mostrados. Em extremo sofrimento, muitas pensam em se matar.

Os homens também relatam sentimentos de tristeza, porém com menos riqueza de detalhes do que as mulheres. Há uma ideia de que o homem ‘quanto mais sofre, mais gosta’, é ‘masoquista’, ‘corre atrás da menina’, mas ao mesmo tempo não expõe seu sofrimento. É o “sofrimento sertanejo” (Homem, escola particular, Belo Horizonte).

O suicídio e o consumo de substâncias por homens, motivados pelo rompimento de namoros, também foram relatados por eles: “Depois que eu terminei, passei a beber muito” (Homem, escola particular, Rio de Janeiro); “O menino era filho de um amigo do

meu pai. Ele se matou porque viu a namorada dele com outro. Ela não queria mais nada com ele, ele se jogou de um prédio” (Mulher, grupo misto, escola particular, Teresina); “Ela deixou o namorado por causa de ciúme. Ele gostava muito dela, mas ele era muito obsessivo por ela. No outro dia que ela deixou ele, ele foi e se enforcou. Aí ela ficou com trauma” (Mulher, escola pública, Manaus).

Um menino, estudante de escola pública de Belo Horizonte, diz ter ameaçado a namorada de se matar e de ter mobilizado também sua família: “Eu até perguntei para minha mãe: cadê aquele chumbinho?”. Além disso, relatou sentimentos muito negativos – “esqueci que era vivo” –, tendo utilizado a bebida em excesso nessa fase de sua vida.

O consumo de substâncias pelo jovem ou pessoa próxima, a violência familiar e a depressão são fatores constantes na vida dos que tentam suicídio (Serfaty, 1998). Assim, podemos comprovar que os adolescentes que sofrem ameaças, violência relacional e sexual de parceiros íntimos pensam mais em se matar do que os que não convivem com violências (Tabela 18). Esses dados indicam que há uma confluência de sentimentos negativos e de sofrimentos que culminam na ideia suicida.

Tabela 18 – Ideação suicida e violências sofridas por jovens (15-19 anos) de dez capitais brasileiras nas relações afetivo-sexuais

Tipos e ocorrência de violência		Pensou em se matar (%)
Violência verbal/emocional sofrida	Sim (N = 2.331)	19,8
	Não (N = 475)	15,4
Ameaças sofridas**	Sim (N = 665)	28,4
	Não (N = 2.218)	15,5
Violência relacional sofrida**	Sim (N = 515)	33,7
	Não (N = 2.357)	16,8
Violência física sofrida	Sim (N = 568)	22,6
	Não (N = 2.296)	17,9
Violência sexual sofrida*	Sim (N = 1.260)	21,5
	Não (N = 1.581)	16,7

*p < 0,05.

**p < 0,001.

Os jovens que mais cometem violência psicológica e física também são os que mais pensam em se matar por causa de problemas no relacionamento amoroso (Tabela 19).

Tabela 19 – Ideação suicida e violências praticadas pelos jovens (15-19 anos) nas relações afetivo-sexuais

Tipos e ocorrência de violência		Pensou em se matar (%)
Violência verbal/emocional perpetrada*	Sim (N = 2.374)	20,1
	Não (N = 454)	14,6
Ameaça perpetrada*	Sim (N = 783)	25,3
	Não (N = 2.111)	15,9
Violência relacional perpetrada**	Sim (N = 337)	44,1
	Não (N=2.550)	17,1
Violência física perpetrada*	Sim (N=646)	25,2
	Não (N = 2.229)	17,4
Violência sexual perpetrada	Sim (N = 1.172)	20,8
	Não (N = 1.699)	16,8

*p < 0,05.

**p < 0,001.

Destacamos os mais elevados percentuais dos que já pensaram em se matar entre os jovens que sofrem e praticam violência psicológica do tipo relacional. Esse dado reforça o que já foi dito sobre o sofrimento que atos como espalhar boatos e tentar interromper as amizades, por parte do namorado ou da pessoa com quem se ‘fica’, provocam nessa fase da vida. Os sentimentos de posse do outro, em geral, começam a se instaurar nas relações afetivo-sexuais na adolescência.

Minayo (2005b) descreve o complexo causal que leva um indivíduo a querer pensar em (ideação) ou a tentar dar cabo de sua própria existência. A autora sugere um amplo conjunto de aspectos que podem atuar de forma individual ou em interação com outros fatores de risco, induzindo o indivíduo ou grupo de indivíduos à autodestruição: contexto familiar, lares desfeitos, abuso dos pais; ausência dos pais; separação dos pais, psicodinâmica familiar depressiva; casos anteriores de suicídios na família; baixo grau de comunicação dos pais entre si e com os filhos; conflitos muito duradouros, rompimentos emocionais, perdas reais ou imaginárias, transtornos depressivos, ocorrência de enfermidades graves; falta de perspectiva de futuro e problemas mentais. Também indica o estresse cumulativo, a disponibilidade de arma de fogo, o consumo de drogas ilícitas e lícitas que provocam depressão. Todos os elementos mencionados são fatores predisponentes, mas nenhum sozinho explica o processo de autodestruição que constitui uma síntese produzida pelo sujeito em relação ao desejo de morte.

NORMAS CULTURAIS QUE PROPICIAM A VIOLÊNCIA NO NAMORO

Algumas noções arraigadas na vida social propiciam o surgimento de relações interpessoais violentas. Chamamos tal fenômeno de violência cultural porque trata de algo naturalizado e internalizado no dia a dia de uma sociedade. Nesse conjunto, consideramos atos e atitudes comuns aos adolescentes, como, por exemplo, a aceitação da humilhação

pelo parceiro (ou mesmo da agressão física ou sexual), oriundos de uma cultura que romantiza o amor, naturalizando o sentimento de posse ou o ciúme.

A cultura reúne as formas de pensar, sentir e agir de uma sociedade, por meio da comunicação, da cooperação e da repetição dessas ações. Toda cultura tende a adotar como certos alguns comportamentos e práticas e rechaçar outros. A violência cultural se apresenta inicialmente sob forma de discriminações e preconceitos que se transformam em verdadeiros mitos, prejudicando, oprimindo ou às vezes até eliminando a diversidade (Minayo, 2009).

Buscamos aferir tais noções entre os jovens segundo o grau de gravidade considerado para atos como humilhar e agredir o parceiro. Demos três opções de respostas: “muito grave”, “grave” e “não é grave”. Observamos que, embora a maior parte deles afirme considerar tais atos muito graves, mulheres são mais aceitas como agressoras do que os homens.

Como poderemos observar a seguir, as ações cometidas pelos rapazes são apontadas como de maior gravidade, especialmente pelas mulheres. Não constatamos diferença entre redes de ensino e cidades.

- Namorado humilhar namorada: mais mulheres definem esse ato como muito grave (68%) em comparação aos homens (60,1%); estes últimos informam mais que esse ato é isento de gravidade (6,5%, contra 1,8% do sexo feminino; $p = 0,005$).
- Namorado agredir namorada: a maioria dos adolescentes considera esse ato como muito grave; mais mulheres (90,3%) se destacam em relação aos homens (85%).
- Notamos maior permissividade para as agressões verbais ou físicas perpetradas pelas moças, na opinião de ambos os sexos.
- Namorada humilhar namorado: mais homens que mulheres consideram muito grave essa atitude (60,4% contra 49,5%; $p = 0,019$).
- Namorada agredir namorado: 68,2% dos jovens acham esse fato muito grave, seguido por 27,2% que consideram grave e por 4,6% que informam não ser grave agredir na relação entre namorados. Não há distinção entre sexos.
- Mais mulheres consideram muito grave a agressão física entre casais: 92,3% delas contra 86% dos homens ($p = 0,013$).

As diferenças por sexo para atribuição de gravidade a atos violentos foram visíveis nas falas dos adolescentes de ambos os sexos. Reconhecidos como ‘machismo’, tais modelos encontram-se presentes nas expressões da violência verbal, física e sexual. Alguns exemplos de xingamentos feitos às mulheres que ficam com muitos homens, ou que ficaram com algum ou com alguns homens enquanto namoram, ilustram como a violência está entranhada e naturalizada. A tais mulheres são dirigidas palavras de baixo

calão, não apenas por parte dos rapazes como também das moças, que qualificam tais comportamentos como algo não desejável. Os xingamentos exemplificados pelos adolescentes de ambos os sexos são: “vadia”, “galinha”, “prostituta”, “piranha”, “safada” e outras palavras que designam a mulher de forma pejorativa no que diz respeito ao exercício de sua sexualidade: “É uma mulher safada! É uma mulher safada, fica com um aqui, daqui a pouco fica com outro” (Mulher, escola pública, Rio de Janeiro).

Ficar com muitas pessoas ou ficar com outras durante o namoro é interdito às mulheres, enquanto para os homens continua a ser algo desejável e considerado normal. Esse ditame machista, embora comum, é também questionado, provocando reclamações sobre sua permanência nas relações sociais e sobre o quanto os adolescentes se sentem pressionados a segui-lo.

Existe uma pressão para que os homens fiquem com várias mulheres, mesmo enquanto namoram, sendo esse comportamento muitas vezes considerado parte da ‘natureza masculina’, incentivado por amigos e frequentemente pela família.

Acontece isso porque desde pequeno o pai bota isso na cabeça: ‘Ah, meu filho tem que namorar, tem que ir não sei pra onde, pra festa, tem que beber’. Aí a filha não, a filha já tem que ser mais reservada. Acontece mais isso. (Homem, rede privada, Teresina)

Tem mulher que não fala nada. Tem mulher que desce o escracho! (...) Agora, você estar na rua, com uma mulher, ela olha pra um cara, você vai falar o quê? Qualquer homem vai ficar puto demais e vai xingar. (...) Tem muito dessa questão cultural, que o homem pode olhar. Aí já é questão da sociedade, já saiu do contexto de pessoal. (...) É machismo! (Homem, escola particular, Belo Horizonte)

Na pesquisa, também indagamos sobre a concordância do adolescente a respeito da agressão física quando uma terceira pessoa interfere na relação ou quando surge o ciúme. Encontramos os seguintes resultados:

- ‘Um garoto tem o direito de agredir outro que esteja dando em cima de sua namorada’ obteve concordância muito maior entre os rapazes (47,4%) do que entre as mulheres (11,3%; $p < 0,001$). Este dado reforça a introjeção da agressão física como forma de resolução de conflitos, especialmente entre homens. Menos adolescentes do ensino público (23,9%) concordam com essa afirmativa em relação aos que estudam na rede privada (27,6%). Jovens de Cuiabá e Porto Alegre estão entre os que mais concordam com tal afirmativa.
- ‘Uma garota tem o direito de agredir outra que esteja dando em cima de seu namorado’ também obteve maior concordância entre os rapazes (33,6%) do que entre as moças (19,7%; $p < 0,001$). Novamente se constata a introjeção da agressão física como meio de resolver conflitos, especialmente entre homens. Não existem diferenças entre redes de ensino. Adolescentes de Porto Alegre são os que mais concordam com essa forma de agressão.

Ressaltamos que a violência física foi mais legitimada nos casos em que o homem agride outro concorrente do que quando uma mulher agride outra mulher. Novamente,

a essas visões subjaz a mentalidade de que a agressão física está mais relacionada ao sexo masculino, embora também entre mulheres possa existir e ser aceita socialmente. O’Keefe (1997) encontrou relação significativa entre justificativas culturais de adolescentes para a violência do homem contra a mulher e a perpetração da violência por adolescentes do sexo masculino.

Outra questão que afere a utilização da violência física em situação de traição mostra que:

- ‘Se um garoto for infiel a sua namorada, ele merece apanhar’ foi relatado por 22,2% de adolescentes, sem distinção de sexo e redes de ensino. Maiores proporções de estudantes de Cuiabá (29,6%) e Porto Alegre (25,6%) fazem essa afirmação.
- ‘Se uma garota for infiel ao namorado, ela merece apanhar’ foi aprovado por 9,5% de mulheres e 18,1% de homens ($p < 0,001$), em ambas as redes de ensino. Mais adolescentes de Cuiabá e de Porto Alegre (17,7% e 16%, respectivamente) concordam com tal afirmativa.

Embora a traição seja um motivo que legitima o surgimento de variadas formas de violência na relação, ela foi também qualificada como um tipo de abuso psicológico, uma vez que vem acompanhada por ciúme, raiva e muito sofrimento, sobretudo quando passa a ser de conhecimento de outras pessoas. É a principal forma de humilhação considerada por homens e mulheres.

A traição é o exemplo que eu tenho [de violência emocional]. Ela me traiu na minha frente. Agora isso! Imagine. Na minha frente! O homem que é seguro, ele não faz besteira. Agora, o homem que não é seguro, ele faz besteira. ‘A traição é o inimigo do cara’, eu falei pra ela. (Homem, escola pública, Manaus)

Também no ato da ‘traição’, homens e mulheres se diferenciam: elas ‘ficariam’ com outra pessoa caso o namorado antes ‘ficasse’ com outra. Ou seja, utilizam a traição como forma de revide. Os rapazes teriam um impulso, uma necessidade de ficar com muitas pessoas de uma vez só. Isso reforça a ideia de que para as mulheres, diferentemente dos homens, tal comportamento não seria algo esperado, ‘natural’, posto que elas agem sob provocação, ‘pagando na mesma moeda’ a traição sofrida.

Eu acho que para menina ela trai quando o namorado está traindo, ela trai pra revidar. (...) Agora, o menino, não. Ele trai mais por instinto. Ele vê uma mulher bonita e fala: ‘aí, olha’, e os outros amigos falam: ‘tu não vais ficar com ela? Olha só que linda ela é e eu já peguei’. E aí ele acaba ficando assim por instinto, pelas amizades também e por não gostar da namorada. (...) [Eles traem] para falar que são homens de verdade. Eu acho que é pra mostrar a virilidade. (Mulher, escola particular, Cuiabá)

Relembramos que a violência nas relações de namoro ou do ‘ficar’ deve ser compreendida no contexto da violência social, tendo em vista os aspectos históricos e culturais

e, sobretudo, as questões de gênero. Foi possível constatar ao longo deste capítulo que as diferenças entre homens e mulheres continuam, ainda no século XXI, a reproduzir papéis estereotipados para cada gênero, com rapazes e moças educados para se comportarem de maneiras diferentes em termos de exercício da sexualidade e expressão de sentimentos (Cechetto, 1997; Cechetto & Monteiro, 2006). Esses diferentes papéis sociais comuns a cada um dos sexos acabam por legitimar muitos dos comportamentos observados nos jovens vítimas e perpetradores de violências estudados neste livro.

Destacamos que são poucas as diferenças constatadas na prevalência de violência presente nas relações afetivo-sexuais entre os jovens das diferentes cidades e regiões brasileiras e das redes de ensino público e privado. Os adolescentes de Manaus distinguem-se dos demais por se apresentarem mais como vítimas e perpetradores, por terem namoros mais longos e por seus parceiros serem mais velhos. A ampla similaridade observada neste estudo é, portanto, inconclusiva para a definição de distinções regionais ou de pertencimento a diferentes estratos sociais, acompanhando a variabilidade de resultados observados em outros estudos (Cardia, 1999; Moraes, Cabral & Heilborn, 2006; Reichenheim *et al.*, 2006; Anacleto *et al.*, 2009; Schraiber *et al.*, 2007).

Concluimos também que as violências físicas, sexuais e psicológicas com muita frequência se apresentam simultaneamente, indicando a necessidade de termos sempre em mente que não há características únicas e simplificadas que identifiquem uma pessoa vítima ou perpetradora de violência. As consequências físicas e emocionais do convívio com a violência são variadas e encontram contornos únicos, dependendo de cada indivíduo.

Apontamos ainda que o maior obstáculo para se transformar relações interpessoais permeadas pela violência em relações mais dialógicas é superar a naturalização com que os relacionamentos são representados pelos jovens e pelos adultos que os cercam. Taquette e colaboradores (2003) ratificam essa constatação por meio de um estudo com adolescentes no Rio de Janeiro em que verificam que grande parte dos jovens considera normal a agressão verbal ou física na resolução de conflitos, principalmente no caso de ciúmes, justificando a ocorrência de violência e desrespeito. Outro estudo em dez capitais brasileiras (Cardia, 1999) mostrou resultado similar: jovens na faixa de 16 a 24 anos são os que mais defendem o uso da violência para resolver disputas afetivas ou reparar danos causados por traições (1/5 concorda muito com a ideia de que uma mulher infiel ao marido deve apanhar).

Outro aspecto que perpassou todo o capítulo é a constante interseção dos papéis de vítimas e perpetradores, tanto para homens quanto para mulheres. Conceber que ambos os sexos, ao interagirem na relação afetiva, atuam de forma violenta não significa diminuir a importância da subordinação feminina, aspecto essencial para se compreender a violência de gênero. A violência contra a mulher no ambiente privado encontra-se entre as violações de direitos humanos e entre os problemas de saúde pública mais difundidos e menos reconhecidos do mundo. Certamente isso ocorre pela desvalorização cultural

da mulher, o que a coloca numa posição subalterna em que o desequilíbrio nas relações de poder tem como principal efeito a violência contra mulheres e adolescentes.

A violência de gênero que acomete as mulheres se dá no âmbito dos relacionamentos afetivos, sendo vitimadas por maridos, ex-maridos, namorados, companheiros e outros. Nos casos em que essa violência resulta em mortes de mulheres, ‘justifica-se’ por meio da legítima defesa da honra masculina. Reflete-se aí a desigualdade nas relações que deixam claro o machismo que tira a mulher da posição de sujeito, colocando-a como objeto do homem. Estudos apontam o que vislumbramos nos jovens investigados neste livro: que os relatos das mulheres que vivenciaram relações violentas mostram o quanto elas próprias reproduzem essa subordinação cultural machista – tanto aquelas que dependem economicamente dos parceiros, e temem deixá-los por isso, quanto as que não dependem financeiramente, mas não abandonam uma relação permeada pela violência por temer a ausência da figura masculina (Melo & Felizardo, 2001).

Pensando a violência presente no namoro ou no ‘ficar’ de jovens em uma perspectiva mais dialética, introduzimos as inquietações trazidas pelas relevantes palavras de Bonetti (2009: 232):

Tomar o gênero como categoria analítica possibilita desconstruir a rigidez do par de oposições dominador/submissa, o que nos leva a perceber que as combinações de atributos masculinos e femininos e as constituições de feminilidades e masculinidades são transitórias, variáveis e circulam pelas diferentes bases biológicas (...). O que redundava, novamente, na relativização do poder como algo fixo. Por sua vez, tomar o gênero como categoria epistemológica, associada à categoria analítica, nos permite escrutinar, por um lado, as explicações fundamentadas na dominação masculina e na submissão feminina, e por outro lado, as tramas de gênero e poder mais profundas e fundantes de configurações sociais baseadas em desigualdades.

Assim, fazer frente à violência é um desafio que pressupõe uma série de investimentos – social, político e subjetivo – que nos permitam romper com dicotomias, pensando e repensando a cultura brasileira. É o que nos aponta Minayo (2005a) quando alerta que as manifestações da violência, dentre as quais as que se entrecruzam com questões de gênero, não são meras tempestades que simplesmente passarão, como um “fenômeno da natureza”.

Ao longo do livro, fica claro o quanto a violência entre namorados adolescentes está profundamente atravessada por questões culturais, que nos envolvem em permanente tensão entre a produção e a reprodução de modelos, de modos de ser e estar no mundo, que, em última instância, nos constituem como sujeitos. Somos marcados por polaridades que tendem a enquadrar o certo e o errado ou o masculino e o feminino como categorias essencialistas ou naturais. Romper com tais dicotomias implica o questionamento e a constante reflexão sobre certos modelos de existência instituídos no campo social. O que é permitido, o que é interdito, aquilo que é considerado violência ou não são também parte dessa construção cultural e da mesma forma passam pela reprodução de modelos.



5 INVISIBILIDADE DA VIOLÊNCIA NAS RELAÇÕES AFETIVO-SEXUAIS

Romeu Gomes

A violência no namoro vem sendo vista como um crescente problema social em vários países (Kaura & Lohman, 2007; Matos *et al.*, 2006; NCFV, 2009). E pode ter várias consequências negativas na saúde, indo desde danos imediatos até efeitos que, a longo prazo, comprometem o bem-estar da pessoa (NCFV, 2009). Assim, tanto se contabilizam danos físicos, que podem levar a internações, como impactos na saúde mental, a exemplo de depressões, ansiedades e pensamentos suicidas, e associações com outros agravos, como o uso abusivo de álcool, drogas e cigarro (NCFV, 2009).

Junto à banalização de certos atos, nas relações afetivo-sexuais entre adolescentes há episódios que sequer são percebidos como violentos. Estes podem se inserir no que denominamos violência simbólica, traduzida por aspectos que cotidianamente são aceitos, incorporados e reproduzidos, sem que os pares dessas relações percebam a sua existência. Essa violência, frequentemente, é insensível e invisível para suas próprias vítimas, sendo produzida e reproduzida pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou do desconhecimento, ou ainda do sentimento (Bourdieu, 1999). Ela se relaciona a mecanismos sutis de dominação e de exclusão social utilizados por indivíduos, grupos ou instituições. Por meio dela, ocorre a dominação sustentada pela não aceitação de regras e sanções, ou devido à incapacidade de conhecimento de regras e direitos (Vasconcellos, 2002).

Nessa perspectiva, neste capítulo procura-se analisar a invisibilidade da violência nas relações afetivo-sexuais de 1.897 mulheres e 1.305 homens, revelada nas falas dos sujeitos da pesquisa. Parte-se do pressuposto de que essas relações se inserem em contextos que, influenciados por certos modelos hegemônicos de gênero, tanto podem se relacionar à produção de violências quanto podem contribuir para a invisibilidade da própria violência.

O NAMORO COMO O NÃO LUGAR DA VIOLÊNCIA

No imaginário social, costuma haver uma ideia de que namoro não é lugar de violência. Essa ideia – embora não se sustente quando os adolescentes refletem sobre as suas experiências no relacionamento afetivo-sexual – pode servir para, no plano ideal, positivar o namoro como espaço do afeto e do prazer, aspectos que, comumente, não combinam com a violência. Assim, ainda que seja como uma atitude bem inicial da conversa sobre o namoro, deslocar a violência desse espaço é uma forma de os adolescentes valorizarem positivamente esse tipo de relacionamento.

Para ilustrar essa lógica, destacamos trechos de alguns depoimentos: “O que eu posso dizer [é que] não tem violência no namoro” (Homem, escola pública, Porto Alegre); “[No namoro] não tem violência. Tem só tipo um levanta a voz pro outro. Só isso. Só é mesmo agressão verbal” (Mulher, escola pública, Porto Velho); “Acho que não [tem violência física no namoro]. Mas tem muito no casamento” (Homem, escola particular, Porto Velho); “[A violência no namoro?] Eu não sei, acho que não. Só se for do tipo brincando ou xingando” (Mulher, escola particular, Brasília).

Por que será que em sociedades em que a violência seja tão presente no concreto vivido existam vozes que a tornem invisível no namoro? Algumas hipóteses explicativas podem nos ajudar na busca de respostas para essa questão. Uma delas se refere ao fato de maus-tratos e ofensas serem confundidos como expressões de amor e interesse entre pessoas que se gostam. Desde cedo, algumas crianças escutam dos pais que os castigos físicos a elas são infligidos porque eles as amam e querem o melhor para elas (Sexualidad, 2009). Assim, por exemplo, o fato de um adolescente criticar a forma de vestir de sua namorada, compará-la com outras mulheres ou até mesmo pressioná-la a manter relações sexuais com ele pode se associar ou se justificar por meio do amor ou pelo fato de ele querer muito bem a ela (Navarro, 2004). Além disso, muitas vezes as agressões – físicas ou não – são interpretadas pelas próprias vítimas como manifestações normais causadas por descontrole emocional ou por ciúme (Almeida, 2009).

Outra possível hipótese para a representação do namoro como o não lugar de violência também pode estar associada à percepção de que a violência de gênero se situa nos relacionamentos percebidos como mais estáveis ou mais estruturados, como é o caso do casamento. O namoro como fase de conhecimento e descoberta não se encaixaria nessa situação.

Essa ideia se torna dissonante ao ser confrontada com alguns estudos. Uma pesquisa internacional (Straus, 2004), envolvendo 16 países, sugere que o relacionamento no namoro pode ser tão violento quanto o relacionamento marital. Outro estudo (Navarro, 2004) conclui que, no âmbito dos relacionamentos afetivo-sexuais estabelecidos entre adolescentes, vem se observando que as novas gerações já começam a se agredir mutuamente, não só por meio de insultos e ameaças como também pelo uso de violência física. Uma terceira pesquisa (Brown & Bulanda, 2009) observa que entre os homens

estudados há diferenças na perpetração ou na vitimização por tipos de relacionamento afetivo-sexual, constatando que namorados são significativamente mais propensos a relatar violência perpetrada do que maridos ou companheiros.

A ideia de que na idealização do namoro ainda se observam resquícios do amor romântico pode servir de base de raciocínio para se explicar a invisibilidade da violência nesse espaço de relacionamento. Talvez no imaginário social haja resistências – ainda que isoladas – para se deslocar do amor romântico para o amor confluyente, centrado no compromisso. No primeiro, predomina a identificação projetiva na busca de uma ‘pessoa especial’, enquanto no segundo está implícita a abertura de uma pessoa em relação à outra para que se construa um ‘relacionamento especial’, presumindo uma igualdade de doação e recebimento emocionais (Giddens, 1994).

No imaginário do amor romântico, em que se idealiza um parceiro, projetando nele um futuro a ser compartilhado, o namoro pode ultrapassar os limites da razão, tudo se desculpando pelo amor (Navarro, 2004). Alguns dos adolescentes da pesquisa, por vezes, trazem subjacente às suas falas um imaginário social ambivalente, que oscila entre a ideia do namoro como espaço de construção de um amor ideal, no qual em determinados momentos um dos partícipes se subordina a esse ideal, e o desejo de que o relacionamento seja ancorado na equidade entre os pares. Mais do que saber qual é o predomínio de um dos polos dessa oscilação, importa chamar a atenção para a possibilidade de esses sujeitos utilizarem as duas representações diferentes de namoro para elaborarem as suas opiniões sobre os relacionamentos afetivo-sexuais.

Ainda sobre o fato de que alguns depoimentos colocam a violência fora do espaço do namoro, observa-se que há uma diferença entre os depoimentos registrados em algumas entrevistas individuais quando comparados com as opiniões elaboradas nos grupos focais, desenvolvidos pela pesquisa em questão. Nos registros desses grupos das diferentes capitais brasileiras, a violência surge significativamente de uma forma recorrente. Ela é exemplificada por meio de situações abusivas (de ordem física, psicológica ou sexual) vividas pelos jovens em suas relações afetivo-sexuais ou por outros adolescentes de seu conhecimento.

Junto à recorrência desses exemplos, não se pode deixar de constatar que, de forma explícita ou implícita inferidas dos dados da pesquisa, também se revelam ideias ou situações que, embora não sejam nomeadas como violência, podem trazer danos aos relacionamentos afetivo-sexuais iguais àqueles reconhecidos pelos adolescentes como violência. Para aprofundar este tema, procuramos, nas seções seguintes deste capítulo, desvendar o não dito no que é dito, ou seja, fazer foco em algo que se encontra subjacente às falas.

MODELOS CULTURAIS DE GÊNERO E A VIOLÊNCIA

Subjacentes às falas dos entrevistados, podemos perceber marcas identitárias de um modelo hegemônico de masculinidade que não só podem explicar a violência como

podem ser nomeadas como violência. Trata-se do modelo de masculinidade baseado na dominação masculina, considerada como exemplo por excelência da submissão paradoxal, que decorre da violência simbólica (Bourdieu, 1999). Historicamente, essa denominação se mantém conforme determinadas estratégias em diferentes épocas e, por ser sutil, é incorporada pelos sujeitos sem que eles percebam. Assim, essa faceta da violência não só é aceitável como também pode ser vista como natural, fazendo com que as relações de dominação sejam assimiladas pelos dominados sem que sejam questionadas (Carvalho, 2006; Gomes, 2008b).

O fato de revelar marcas identitárias de gênero que operam nos eixos dominação/submissão, por meio da interpretação das informações produzidas pela pesquisa, não significa que necessariamente os autores dessas informações concordem que o ‘ser homem’ ou o ‘ser mulher’ se reduza a essas marcas. Significa que, ao construírem suas opiniões, as pessoas lançam mão dessas marcas presentes no imaginário social para expressar tanto sua concordância quanto suas críticas.

Uma das balizas identitárias utilizadas para a definição do ‘ser homem’ – e, por oposição, do ‘ser mulher’ – é o fato de haver maior concentração do poder masculino. No sentido de ilustrar a desigualdade de poder, destacamos os seguintes depoimentos dos jovens: “A mulher evoluiu muito mesmo (...), mas ainda não (...) se igualou assim ao homem” (Mulher, escola particular, Manaus); “A mulher pode ser brava, pode ser uma lutadora, uma boxeadora, o que for, ela nunca vai lutar com homem, ela nunca vai poder” (Homem, escola pública, Recife); “Aonde eu vou (...) eu falo (...) e chego naquele horário [que falei]. Agora ele não, ele ia sair, eu ia perguntar, ele alterava a voz comigo” (Mulher, escola pública, Cuiabá); “Pra eles [homens], eles que mandam e pronto” (Mulher, escola pública, Belo Horizonte).

Associada ou não ao fato de o homem ter mais poder do que a mulher, destacamos a marca identitária de ‘ser forte’. Esse distintivo, em algumas situações, pode trazer prejuízo ao homem, desqualificando-o como tal ou impossibilitando-o de expressar seus sentimentos: “Sei lá. A mulher é mais sentimental (...) o homem já aguenta mais” (Mulher, escola particular, Manaus); “[Minha prima me disse:] Você tenha pose de homem, vira macho. Isso não é coisa que o homem faça, não: ficar chorando por mulher. Você cria vergonha na sua cara” (Homem, escola pública, Brasília); “As meninas preferem caras mais machões porque vendo um cara mais certinho e meiguinho, elas acham que é tudo *gay*” (Mulher, escola particular, Cuiabá); “Psicologicamente também, a mulher é muito mais fraca” (Homem, escola particular, Belo Horizonte).

Outra marca de ‘ser homem’ presente no senso comum e mencionada pelos adolescentes se refere ao fato de ele ser comandado – quase que mecanicamente – por um instinto de ordem sexual. Em determinadas situações ou em momentos específicos, às vezes adolescentes podem ser desqualificados como homens quando não exibem condutas coerentes com essa representação. Os depoimentos que seguem ilustram bem a influência desse modelo entre os entrevistados: “O homem [é] que tem esse lado mais

carnal” (Homem, escola particular, Porto Velho); “Homem é homem. Homem age por instinto” (Mulher, escola particular, Cuiabá); “Qualquer lugar que você tiver, a mulher começar uma gracinha em cima de você, você vai ficar doido (...) e não é porque a sociedade fala que o homem é isso. Não tem como (...) é instintivo” (Homem, escola particular, Belo Horizonte); “Quando a mulher quer e o homem não, geralmente o homem fica com fama de frouxo. É. O homem é viado e a mulher é difícil” (Homem, escola particular, Cuiabá).

Entre as falas dos adolescentes, surgem outras marcas identitárias masculinas, ainda que não tão recorrentes quanto as já mencionadas, mas que estão relacionadas às seguintes ideias: a iniciativa sexual cabe ao homem; a mulher sofre mais interdições sexuais do que os homens; e a quantidade de relações sexuais pode atestar a qualidade sexual masculina: “Quanto mais eles ficarem com mulher, melhor eles são (Mulher, escola pública, Teresina).

Todo mundo sente vontade de transar, todo mundo. Eu acho que é muito difícil uma guria chegar pra ele e falar: ‘Ah, eu quero transar com você’. Você vai falar: ‘Não, não quero?’ O que ela vai pensar? (Homem, escola particular, Cuiabá)

A nossa própria sociedade faz uma agressão: ‘Ah, a mulher, nossa, não, não é mais virgem, que absurdo, é uma puta’ (...) e com homem: ‘Nossa, você é um garanhão’. (Mulher, escola particular, Brasília)

[Para] os meninos (...) quantidade [é usada] para se gabar. Ou seja, eles fazem isso porque eles acham que vai contar alguma coisa para a masculinidade deles. Para se afirmar. É isso que acontece. (Mulher, escola particular, Porto Velho)

Essas marcas surgem nos depoimentos não só para definir o ‘ser homem’ como também para criticar a fixação dessas identidades ou para mostrar que a mulher também pode tirar partido dela: “Eu sou mais abusada, eu sou mais folgada, meu namorado é daquele tipo mais quieto que só fica observando (...) parece que eu sou homem (...) porque eu dou um grito, ele cala a boca” (Mulher, escola pública, Belo Horizonte); “Tem muitas garotas que ficam com vários [garotos] e não são cachorra” (Homem, escola pública, Rio de Janeiro); “Eu gosto de chorar porque aí ele fica sem saber pra onde vai. Eu desarmo ele assim. Aí ele fica sem saber o que fazer e tal. Aí começa a me pedir desculpa” (Mulher, escola pública, Belo Horizonte).

Quando os modelos hegemônicos de gênero são padronizados para pensarmos o ‘ser homem’ em oposição ao ‘ser mulher’, a violência simbólica pode ser instaurada. Isso ocorre principalmente quando se associam mecanicamente certas características consideradas como femininas às mulheres e, em contrapartida, as vistas como tipicamente masculinas aos homens. Essa associação, em que se exclui a possibilidade de essas características se intercambiarem entre o ‘ser homem’ e o ‘ser mulher’, pode configurar uma faceta da violência simbólica.

Ainda sobre a discussão a respeito das características tidas como pertença do ‘ser homem’, ressaltamos que os depoimentos parecem reforçar a violência simbólica, ao

sugerirem que homem tem uma mais-valia, ao ser comparado com a mulher. Ainda que muitos dos adolescentes dos dois sexos façam críticas a esse posicionamento, não podemos desconsiderar que tal ideia ainda é buscada no imaginário social para falar das relações entre gêneros. No entanto, nem todos os adolescentes que criticaram tal situação a identificaram como algo que se articula à violência entre os gêneros socialmente construída pela desigualdade e desqualificação de um em prol de outro. Alguns deles banalizam tal situação como se fosse algo da ordem natural das coisas; outros a situam no âmbito das pessoas, sem demonstrar consciência do seu caráter socioestrutural.

A mais-valia do homem em relação à mulher pode ser uma das hipóteses para explicar o fato de as meninas exibirem uma autoestima menor do que a dos rapazes. A pesquisa pode fornecer amplo material empírico para a investigação dessa hipótese em estudos futuros. Os dados quantitativos revelam que para as jovens de todas as cidades brasileiras investigadas a baixa autoestima, a média autoestima e a elevada autoestima apresentam os seguintes percentuais: 28,2%, 40,3% e 31,6%, respectivamente. Já para os rapazes, os percentuais foram: 18,4% (baixa autoestima), 47,6% (média autoestima) e 34% (elevada autoestima). Correlacionando as variáveis autoestima e sexo, observamos que os rapazes têm mais elevada autoestima do que as meninas ($p < 0,001$).

A autoestima não varia apenas por sexo. Cerca de 30% dos adolescentes das cidades de Manaus, Recife e Teresina expressaram baixa autoestima, destacando-se no conjunto das cidades. Na direção contrária, adolescentes das cidades do Rio de Janeiro (38,3%) expressaram elevada autoestima, destacando-se no conjunto estudado. Assim, podemos estabelecer a hipótese de que à autodesvalorização feminina se soma a de ordem regional, com maior desvantagem para os adolescentes do Norte e do Nordeste comparados aos do Sul e aos do Sudeste.

A maior valorização do ‘ser homem’ expressa nas falas dos entrevistados e na mais baixa autoestima constatada entre as moças pode ser reflexo da influência de um modelo hegemônico no âmbito societário dos gêneros, em que predomina a dominação masculina.

No entanto, não podemos desconsiderar que a crítica feita a esse modelo esteve presente de uma forma recorrente tanto na fala de rapazes como na de moças. Essa crítica pode revelar que as representações do ‘ser homem’ não devem ser reduzidas a tal modelo, uma vez que, embora expresse posição de autoridade cultural e liderança, ele não é totalmente dominante porque, junto dele, persistem outras formas de masculinidades (Connell, 2002, 2008).

Investir na possibilidade de haver masculinidades e feminilidades pode ser um caminho importante para a diminuição da violência simbólica na qual as pessoas são aprisionadas pela cultura que considera um só estilo de ‘ser homem’ ou de ‘ser mulher’ como o certo. Essa mudança cultural poderá contribuir para o desenvolvimento de relações interpessoais mais éticas e também para o não cerceamento da diversidade estética de ‘ser homem’ e ‘ser mulher’.

O USO DO OUTRO PARA A SATISFAÇÃO SEXUAL

O fato de rapazes utilizarem as moças apenas para satisfazerem seus desejos sexuais é recorrentemente mencionado nos depoimentos dos jovens entrevistados nesta pesquisa: “Às vezes ele só entra no relacionamento pra (...) ‘furar’ [uma menina mais nova] e cair fora (...). De certo modo, ele só quer usar ela assim” (Homem, escola particular, Porto Velho); “[Uma amiga me disse que o garoto disse:] ‘Se você transar comigo eu namoro você’. Ela fez [isso], e ele deu um pé na bunda dela” (Mulher, escola pública, Brasília); “Eu já conheci garoto que ficou com 17 garotas em uma noite (...). Acha que a mulher é que nem copo descartável: pega e joga fora” (Homem, escola pública, Brasília); “Também tem aqueles caras que usam a lábia, falam: ‘Ah, eu te amo’ (...). Aí pega a menina e depois [ela pergunta]: ‘Você me ama mesmo?’ [e ele responde] ‘Que te amo nada’” (Homem, escola pública, Cuiabá); “Às vezes, para o menino (...) é só uma transa (...) utiliza dela como um objeto” (Homem, escola particular, Rio de Janeiro).

As condutas masculinas citadas nos depoimentos, embora tenham sido criticadas tanto pelas moças quanto pelos rapazes da pesquisa, não foram explicitamente nomeadas como sendo violência. Talvez não o sejam porque se associam fortemente a um senso comum de que a sexualidade masculina é desenfreada e, por isso, deve ser saciada, mesmo que precise utilizar a mulher como puro objeto de satisfação. Nesse sentido, ainda que se lamentem por isso, os rapazes quando se comportam dessa forma podem não ser vistos como violentos, mas como alguém que atesta a natureza de ‘ser homem’. Assim, o que se critica não é a coisificação (violência) de alguém para se satisfazer sexualmente, mas a natureza de ser sexualmente dessa forma.

Ao aprofundar as questões a respeito do uso das mulheres em prol da satisfação dos homens, não há como não mencionar as conexões entre poder e violência. Nessas conexões, afloram-se oposições entre o masculino-sujeito e o feminino-objeto, acirrando-se a penetração peniana como o único instrumento de se apoderar sexualmente de alguém, uma vez que o verdadeiro macho é aquele que não se segura porque seus impulsos são mais fortes do que ele (Machado, 2004). A encenação desse *script* não é vista como violência e sim como o exercício de uma sexualidade que – para ser vista como masculina – age, penetra, enfim, domina.

No âmbito das práticas e das representações dos sexos masculino e feminino, costumamos ver o ato sexual masculino como uma forma de dominar pela posse, e nesse âmbito o desejo masculino é visto como ambição de ser dono do outro, como dominação erotizada, ao passo que o desejo feminino se estrutura como aspiração da dominação masculina, como subordinação erotizada ou como reconhecimento da dominação erotizada (Bourdieu, 1999; Vidal & Ribeiro, 2008). Nesse cenário, o amor pode contribuir para perpetuar a dominação masculina, cabendo à mulher amar e ao homem provar a sua virilidade, ainda que ame também (Vidal & Ribeiro, 2008).

A VIOLÊNCIA DA HETERONORMATIVIDADE

Quando perguntamos sobre que tipos de relação amorosa existem entre os adolescentes, tanto no grupo focal quanto nas entrevistas, invariavelmente, nas dez cidades estudadas, as respostas focalizaram-se nas relações heterossexuais. Tais respostas podem ser um reflexo do imaginário social em que as interações amorosas entre homem e mulher são pensadas unicamente segundo o eixo da heterossexualidade, conformando uma heteronormatividade para os gêneros. A hegemonia dessa norma pode ser ilustrada também com os resultados de uma pesquisa (Almeida, 2007) realizada em 102 municípios brasileiros, com amostra probabilística de 2.363 participantes. De acordo com a investigação, 89% dos entrevistados foram contra a homossexualidade masculina e 88% contra a feminina.

A ausência da homossexualidade nas respostas sobre os tipos de relacionamentos amorosos, por parte dos adolescentes, pode ser mais bem compreendida com base nas respostas dos questionários que tratam do assunto. Dentre os rapazes, 1,2% disseram que já namoraram ou ficaram com meninos/homens e 2,0% responderam que já ficaram tanto com meninos/homens quanto com meninas/mulheres. Já no conjunto das moças, 0,3% responderam que já namoraram ou ficaram com meninas/mulheres e 2,6% responderam que já namoraram ou ficaram tanto com meninas/mulheres quanto com meninos/homens.

Algumas distinções entre as redes de ensino são observadas: mais garotas das escolas privadas afirmam ‘ficar’ ou namorar meninas (0,8%) do que as da rede pública (0,1%). Contrariamente, mais rapazes do ensino público informam ficar com meninos (1,4%) ou com pessoas de ambos os sexos (2,4%), em comparação com os que estudam em escolas privadas e ficam com meninos (0,9%) ou com parceiros de ambos os sexos (1,0%).

Especificamente em relação às diferenças entre as cidades, verificamos que mais moças namoram ou ‘ficam’ com meninas em Florianópolis, Recife, Cuiabá e Porto Alegre (3,1%, 1,5%, 0,9% e 0,9%, respectivamente), acima do percentual encontrado (0,3%) para as outras capitais. Em relação às moças que ‘ficaram’ com/namoraram tanto moças quanto rapazes, as cidades de Brasília, Cuiabá e Porto Alegre se destacam com 9,6%, 4,9% e 4,2%, respectivamente, acima do percentual das moças de todas as cidades investigadas, com o percentual de 2,6% ($p < 0,001$).

Ainda que o comportamento de ‘ficar’ com meninas ou com os ambos os sexos se distinga entre moças das diferentes cidades, os dados indicam a quase exclusividade das relações heterossexuais entre adolescentes dos dois sexos. Com base nesse predomínio, pode-se formular uma hipótese de que os baixos percentuais das práticas homossexuais e bissexuais vivenciadas pelos adolescentes podem contribuir para a invisibilidade das relações que insurgem contra a heteronormatividade.

Embora as relações homossexuais, em geral, não tenham sido incluídas como relacionamentos amorosos nas respostas dos adolescentes, as opiniões sobre elas surgem

nas falas deles em todas as cidades estudadas, principalmente nas discussões dos grupos focais: “Eu não tenho preconceito, mas já que o cara nasceu homem, tem que ser homem” (Homem, escola pública, Manaus); “Uma vez eu vi duas bichas se beijando no restaurante (...). Eles podem se beijar, mas a gente não precisa ver” (Homem, escola pública, Cuiabá); “Eu me sinto muito mal ver [casais de meninas] porque eu acho que é estranho o namoro, entendeu? Eu não tenho preconceito algum, entendeu?” (Mulher, escola particular, Cuiabá); “Todo mundo diz que não é preconceito, mas quando vê [relações homossexuais] assim de frente dá um baque” (Mulher, escola particular, Florianópolis);

É mais natural a gente ver meninas e meninos. É muito difícil a gente ver um casal de meninas e um casal de meninos. Se bem que aqui tem um casal de meninas, mas (...) não é exposto. É entre elas. Só que o pessoal sabe. (Mulher, escola particular, Recife)

Eu tenho minha opinião formada. Se é bicha (...) se não é (...) eu particularmente tenho minha opinião formada. Eu acho que cada um tem o direito de ser o que quiser (...) eu acho que parecia ser um pouco mais fácil, que é a questão tipo homem é homem, mulher é mulher. (Homem, escola pública, Recife)

Eu acho que deve ser muito difícil fazer sexo com um homem, ser promíscuo isso. Então se eu tivesse um amigo gay não teria nenhum problema, seria estranho, mas eu acho que não tem nada de mais. (Homem, escola particular, Brasília)

No conjunto dos depoimentos, predomina o sentido atribuído à homossexualidade como algo antinatural, refletindo o senso comum de que ela não faz parte da natureza do ‘ser homem’, nem do ‘ser mulher’. Quando alguém transgride essa norma, as reações de intolerância ou de desaprovação são acionadas para que a heteronormatividade, que predomina hegemonicamente no imaginário social, não seja ameaçada. A desqualificação da homossexualidade como orientação ou preferência sexual, que ocorre de forma tácita ou não, institui uma forma de violência simbólica.

Essa desqualificação caminha na contramão dos avanços que vêm ocorrendo no campo dos direitos sexuais. Ainda que esses avanços não tenham capilarizado totalmente o imaginário social, a defesa da homossexualidade, da bissexualidade e da transexualidade já consta de textos legais. Dentre esses textos, dois deles se destacam. O primeiro é o Programa Nacional de Direitos Humanos (Brasil, 2001), que traz recomendações para que se busquem por meio de planos e programas o enfrentamento e o combate à homofobia no país. O segundo é o Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB e Promoção da Cidadania Homossexual (Brasil, 2004), que explicita princípios para a formulação de políticas e programas específicos visando à melhoria da situação de vida dos grupos GLBT (*gays*, lésbicas, bissexuais e transexuais).

Os dados da pesquisa aqui focalizados, em geral, sugerem que muito há de ser fazer para que os direitos sexuais de orientações não hegemônicas sejam assegurados, tanto no plano dos discursos quanto no das práticas.

No entanto, não podemos desconsiderar que parte desses dados se insurge contra o predomínio da hegemonia da heteronormatividade: “Pra algumas pessoas, isso não é

o fim do mundo (...) isso de você beijar uma menina ou um menino beijar outro menino não define quem você é” (Mulher, escola particular, Brasília).

Está tendo muita mulher (...) homossexual (...) eu não tenho nada contra (...) com certeza existe muito preconceito. Até que para o lado das mulheres é (...) mais normal pra gente. Mas os homens, eles têm muito preconceito (...) eles são completamente radicais. (Mulher, escola pública, Belo Horizonte)

Ainda sobre a ideia de que ser homossexual é algo que atenta contra a natureza de homens e das mulheres, observamos, com base nas respostas do questionário, que há adolescentes que julgam não ser grave agredir homossexuais. Entre o conjunto dos estudantes de ambos os sexos, 7,8% responderam que isso não é grave. Ao se avaliar essa pergunta por sexo, constatamos que as moças responderam bem menos que ‘não é grave agredir homossexuais’ (1,9%) do que os rapazes (17,9%; $p < 0,001$).

Em relação à inserção dos adolescentes nas redes de ensino, notamos que mais meninas da rede privada (85,1%) consideram muito grave agredir homossexuais do que as que estudam em escolas públicas (82%). Entre os meninos, destacamos elevado percentual dos que estão em escolas públicas (18,4%) que consideram não ser grave tal agressão (16,6%) em relação aos das escolas privadas.

Há uma diferença entre as opiniões dos jovens por cidades com relação a essa questão. O maior destaque é para Porto Alegre, onde 36,9% dos rapazes não consideram grave agredir homossexuais, contra 1,6% das moças. Mas em todas as cidades os rapazes atingem percentuais mais elevados nesse tópico. Tais dados podem subsidiar uma hipótese a ser investigada: de que os rapazes toleram menos a homossexualidade do que as moças.

Na articulação da análise dessa questão suscitada pelo questionário com a invisibilidade da homossexualidade nas relações amorosas nas entrevistas de grupo ou individuais, observamos que ante o fato de um dos gêneros se expressar ou se realizar em relações homossexuais, a violência pode ser acionada, indo desde agressões físicas até atos que simbolicamente violentam a orientação ou a preferência sexual das pessoas. Essa violência – física ou simbólica – é usada para vigiar a fronteira de gênero entre homens e mulheres em defesa da ordem heterossexual (Greig, 2008).

Ainda sobre o sentido da ‘antinaturalidade’ atribuído à homossexualidade por parte dos entrevistados, observamos que no interior de alguns dos depoimentos há reflexos de discursos mais liberais. Muitos expressam também a opinião de que as pessoas têm o direito de investir sexualmente em alguém do mesmo sexo. Entretanto, como pode ser visto nesses mesmos depoimentos, tais discursos nem sempre se traduzem na aceitação do outro, do diferente, independentemente de sua orientação sexual. Assim, para as pessoas que não seguem a heteronormatividade, costuma-se reservar o espaço de “menos humanas” (Fleury & Torres, 2007).

Com relação à influência da heteronormatividade, destacamos uma pesquisa sobre preconceitos contra homossexuais (Fleury & Torres, 2007), realizada em Goiás, com 135

estudantes da área de recursos humanos, com a idade média de 30 anos e predominantemente do sexo feminino (87%). Nessa pesquisa, os autores concluíram que, embora os entrevistados, majoritariamente, tivessem se manifestado contra a percepção negativa que a sociedade brasileira tem dos homossexuais, atribuíram mais características positivas a heterossexuais do que a homossexuais, demonstrando sutil preconceito em relação à homossexualidade. Tal tendência, de certa forma, revela uma violência simbólica contra as pessoas que transgridem a heteronormatividade. Nesse caso, a violência simbólica, caracterizada como uma opressão por meio da invisibilidade, expressa a recusa à existência legítima da homossexualidade.

COMO LIDAR COM ALGO QUE NÃO É VISÍVEL?

Lidar com a violência simbólica nas relações afetivo-sexuais constitui um grande desafio. Como tratar com algo que não é tido como violência? Em outras palavras, como lidar com algo que não é visível? Caminhar na direção desses questionamentos envolve estranhamentos a serem observados quando o que está em foco é o que é tido como ‘natural’.

Um desses estranhamentos, quando se trata das relações amorosas entre homens e mulheres, pode começar ao se questionar se o amor é uma suspensão da violência simbólica ou se é a forma mais sutil ou invisível dessa violência (Bourdieu, 1999). Nos casos em que um dos pares de uma relação amorosa, principalmente a mulher, entende o amor como algo do destino, sentindo-se na obrigação de amar alguém que o acaso social lhe designou, podemos dizer que o amor é a dominação aceita na paixão, seja ela feliz, seja infeliz (Bourdieu, 1999). Essa indagação pode possibilitar um deslocamento do amor que tudo exige, e que faz com que tudo seja aceito, para um amor em que as relações são negociadas, havendo uma simetria dos prazeres e cujo projeto comum seja a construção da felicidade para os que fazem parte da relação. Assim, promover estranhamentos sobre as relações amorosas pode ser um caminhar na direção oposta à violência simbólica nas relações afetivo-sexuais.

Para lidar com a invisibilidade da violência nessas relações, é de fundamental importância fazer o estranhamento das marcas identitárias de gênero, por meio da sua desnaturalização. Nesse movimento, dentre outros desafios, é importante questionar a associação mecânica de características tidas como universais ao ‘ser homem’ e ao ‘ser mulher’, bem como criticar a desqualificação de um gênero em prol da valorização de outro. Assim, a crítica sobre a reificação de papéis sexuais socialmente construídos e a não flexibilização desses papéis por meio da compreensão das masculinidades e das feminilidades, no plural, tanto pode contribuir para que as diferenças intra e intergênero sejam aceitas como pode possibilitar maior subjetivação dos papéis de gênero.

Esses e outros estranhamentos certamente contribuirão para que pensamentos, sentimentos e ações que silenciosamente oprimem sejam nomeados como violência, fazendo com que algo tido como inexistente passe a existir.



VIOLÊNCIA NA FAMÍLIA, NA ESCOLA E NA COMUNIDADE E RELAÇÕES AFETIVO-SEXUAIS

Simone Gonçalves de Assis

Renata Pires Pesce

Maria Cecília de Souza Minayo

Thiago de Oliveira Pires

Raquel Vasconcelos Carvalhaes de Oliveira

Neste capítulo, abordamos a presença da violência nos diferentes contextos de vida do adolescente: a escola, a comunidade e a família, considerando as violências sofridas, praticadas e testemunhadas por ele. Ressaltamos também a relação de convivência com a violência nesses contextos e as distintas formas de sua expressão nas relações afetivo-sexuais mais recentes.

Os dados analisados neste capítulo apontam para uma imbricação entre as diferentes formas de violência que encontramos, sugerindo que existe um ciclo de vitimização e de perpetração. Entender o processo de reincidência de violência na adolescência implica considerá-la aderida à condição habitual de vida para muitos jovens, portanto, como um padrão cultural e não apenas como uma sucessão de eventos que se repetem. Significa, ainda, um esforço de tentar apreender as interfaces existentes entre os distintos modelos teóricos apresentados no capítulo 4, observando especificamente os fatores individuais, familiares, comunitários e macrossociais que se mesclam na vida do jovem e fundamentam a forma como ele conduz suas relações interpessoais, sociais e suas ações.

Para crianças e adolescentes, viver em uma família ou em uma comunidade violenta se constitui em aprendizado sobre como se comunicar e sobre como agir nas relações cotidianas que sempre exigem enfrentamento e tomada de decisões. As experiências permanentes de situações agressivas se traduzem no estímulo a relacionamentos conflituosos e no aprendizado do uso da violência para obter poder e para amedrontar os outros. Por sua vez, esse comportamento aprendido e aceito passa a interferir significativamente no lugar que o jovem ocupará na rede social e no seu desempenho nas relações afetivo-sexuais (Furman, Brown & Feiring, 1999). Algumas falas ouvidas nas entrevistas e nos grupos focais ressaltam como os padrões de comportamento violentos influenciam os relacionamentos dos adolescentes:

Se a pessoa está acostumada a ver violência por parte dos pais acontecer no lar, onde ele nasceu e cresceu, ela tem uma tendência fortíssima a agir daquela forma, como se fosse natural. (Homem, escola pública, Teresina)

Porque eu já vi muita coisa, teve três pessoas na minha família que já passaram por isso [violência com parceiros íntimos]. Eu estou tentando evitar isso; se tiver que passar, ele [o parceiro] vai passar, mas eu não passo, não! (Mulher, escola pública, Belo Horizonte)

Também a violência na escola e na localidade em que vivem os jovens limita as relações sociais ali desenvolvidas. Constatamos em nossas visitas às escolas que muitas possuíam cadeados nos portões e seguranças. Os relatos de campo de três escolas públicas, situadas em Manaus, Rio de Janeiro e Cuiabá, respectivamente, ilustram dificuldades comuns enfrentadas no país como um todo, onde a segurança pública é precária ou entregue em mãos de grupos criminosos:

Na hora do intervalo, o portão não é aberto como medida de segurança, o que parece contradizer toda a tranquilidade do local. O discurso [e a aparência] parecem confirmar que 'para lá' [além da escola] há violência no bairro.

Um dos meninos que participou da entrevista me contou que a região melhorou muito com a presença das milícias. Disse que a comunidade paga uma taxa, mas que esse dinheiro realmente é convertido para benefício da comunidade. Por exemplo, ele disse ter uma lan house disponível para os moradores, serviços de atendimento médico e dentário pela associação da comunidade, e o parque da região está sempre limpo e conservado. Existe ainda incentivo para prática de esportes.

O bairro em que a escola se situa é considerado violento, e os moradores, através de manifestações formais e de passeatas, reivindicam segurança. Recentemente, escolas do bairro fecharam suas portas por um dia, por terem recebido ameaças de bandidos. Entregadores de pizzas, de medicamentos, de telemensagens e até taxistas não aceitam atender pedidos quando o endereço é este bairro. O bairro também fica próximo ao presídio.

A convivência com a violência cotidiana nos ambientes de socialização dos jovens não pode, de maneira alguma, ser vista como tendo relação direta com o surgimento de comportamentos violentos nesses indivíduos. O depoimento do estudante de Belo Horizonte ressalta a experiência familiar e o medo da repetição de um padrão indesejado de violência relacional; mas, ao mesmo tempo, ressalta igualmente o firme propósito de superar esse tipo de problema que certamente não é inevitável nem sem saída (Brooks, 1994; Emery & Forehand, 1996; Garmezy, 1985).

Eu perdi o meu pai bem cedo e minha mãe nunca foi casada com meu pai. Eu tinha um padrasto e rolava muito conflito entre eles dois, rolava violência e tal, mas nem por isso influenciou nada em cima de mim, sobre o que eu penso e sobre o que eu acho. Porque eu odeio violência para atingir mulher, violência entre homem e mulher e vice-versa. Então o que eu acho é que mulher a gente trata com carinho, com amor e não com violência, a tapas, nem com brigas, falando alto, nada disso. (Homem, escola pública, Brasília)

A perspectiva resiliente apresentada pelo jovem em seu depoimento foi também observada por um pesquisador que visitou uma escola pública de Manaus; nesse espaço

educacional, procura-se oferecer subsídios aos alunos e a suas famílias para superarem a violência intrafamiliar, na comunidade e na escola:

A escola já foi indicada pela Unesco por desenvolver atividades bem-sucedidas na superação da violência entre alunos e em seu entorno. Contudo, demonstra viver dificuldades grandes ainda relacionadas a isso. Situa-se em um bairro de grande risco, pouca efetividade na ação policial e um ponto de tráfico na praça ao lado da escola.

Então não podemos deixar de ressaltar que, ainda que a violência sofrida ou testemunhada pelo jovem nos seus contextos de vida seja fator potencialmente prejudicial a sua saúde e qualidade relacional, a percepção desse tipo de violência pode ser alterada positivamente ou negativamente conforme a criança disponha de mecanismos capazes de potencializar ou atenuar as consequências dessa exposição.

Além das circunstâncias que o ambiente comunitário, social e familiar promove, existem fatores estruturais (sexo, faixa etária, arranjo familiar) e conjunturais (autoestima, rede de apoio social) que se entrelaçam e moldam o estado emocional de um adolescente ante as vivências adversas.

Para facilitar a compreensão dos resultados da pesquisa, apresentamos inicialmente uma descrição dos tipos de violências sofridas, praticadas e testemunhadas pelos jovens no ambiente escolar, comunitário e familiar.

O JOVEM NO AMBIENTE COMUNITÁRIO

Contextualizamos o jovem em seu ambiente comunitário, incluindo a escola como espaço fundamental de seu convívio. Como já descrito no capítulo inicial deste livro, histórica e socialmente a juventude é considerada uma fase da vida marcada por certa instabilidade própria das mudanças físicas, psicológicas e de desprendimento da família. Dependendo das condições em que os adolescentes vivem, determinados problemas sociais se acirram e se tornam muito mais agudos e se expressam no convívio com a família, a comunidade e a escola. É o caso do uso de drogas, dos conflitos com os pais, da gravidez precoce, do envolvimento em atos infracionais, dentre tantos outros (Pais, 1993; Sposito, 1994; Sposito & Carrano, 2003).

Ressaltamos que a violência na comunidade deve ser pensada junto com a coexistência de condições de risco que interferem diretamente na saúde dos jovens. A revitimização é comum em uma criança com vivência de violência no contexto da comunidade, não raro estando exposta também à vitimização no ambiente doméstico ou escolar. A revitimização em distintos ambientes sugere que a violência é de certa forma aprendida e, portanto, poderia ser reproduzida nos contextos em que vivem os adolescentes, inclusive nas relações afetivas. O processo de revitimização, conforme será enfatizado ao longo do capítulo, tem alto potencial de causar danos ao desenvolvimento, uma vez que o acúmulo de experiências adversas aumenta as chances de os jovens virem a manifestar problemas emocionais e comportamentais ao longo da vida (Rutter, 1979; Sameroff, 2000).

Em vários países, estudos sobre o desenvolvimento infantojuvenil têm enfatizado as relações com a comunidade nas quais os jovens nasceram e vivem, já que a compreensão do adolescente em seu contexto sociocultural proporciona uma percepção mais integral desse indivíduo, com suas múltiplas influências vividas. Desde que nasce, a criança sofre influência do ambiente de sua casa, da sua creche ou escola, dos seus amigos e da vizinhança. Todos esses fatores estão relacionados uns aos outros e organizados segundo valores e ideologias dominantes da cultura (Cole & Cole, 2003).

Estudo com crianças do município de São Gonçalo (RJ) mostrou claramente a coocorrência de violências em diferentes contextos da vida delas, permitindo inferir que meninos e meninas que sofrem agressões em determinado ambiente têm maior probabilidade de vitimização em outros contextos. Por exemplo: a criança vítima de violência no seu lar se mostra mais propensa a ser vitimizada na comunidade e na escola (Pesce, 2009).

Abordamos, em primeiro lugar, as formas de violências sofridas na escola e na comunidade e, em segundo, os tipos cometidos pelos entrevistados, mesmo sabendo que os lugares de vítima e agressor frequentemente se mesclam e se alternam. Em seguida, relacionamos os resultados obtidos no contexto escolar e comunitário com a violência que ocorre nas relações afetivo-sexuais.

Violências sofridas pelos jovens na escola e na comunidade

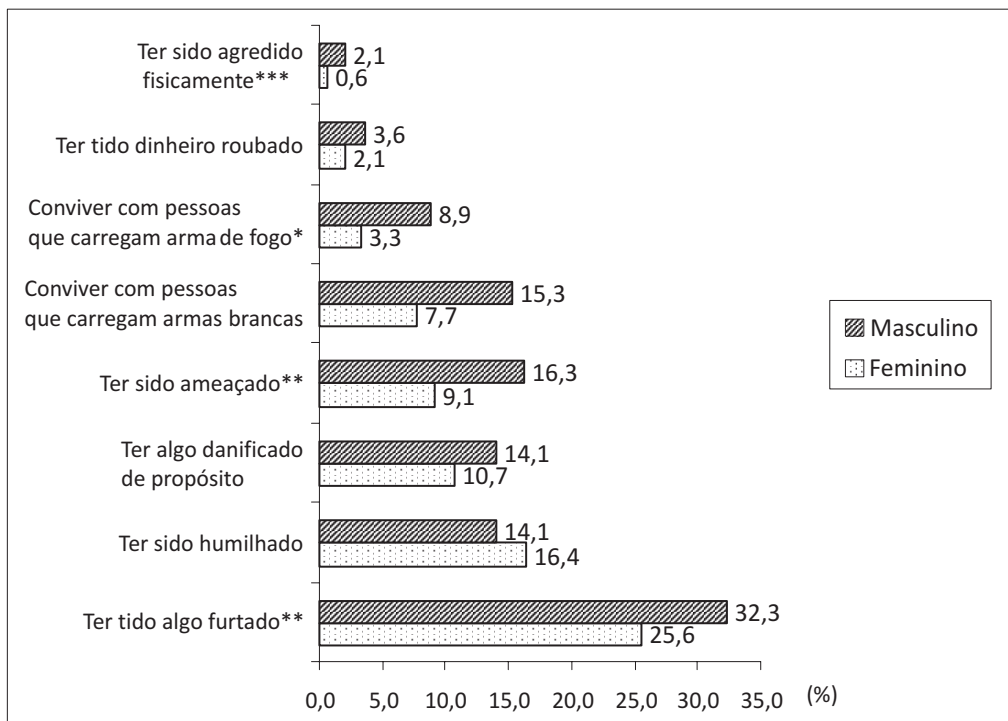
Existe hoje uma extensa literatura e um intenso debate a respeito da violência que os jovens sofrem e praticam na comunidade e na escola. Estudos brasileiros vêm mostrando que há uma conexão entre a violência na ‘escola’, a violência que acontece no ‘bairro’, no interior da ‘família’, e a que é provocada pelas condições estruturais de pobreza, de deficiência educacional, de baixa qualidade de vida e de falta de oportunidades de trabalho (Cardia, 1999; Candau, 1999; Guimarães, 1996; Njaine & Minayo, 2003; Ristum, 2001).

Dados de amostra representativa dos adolescentes escolares de São Gonçalo (RJ) indicam que metade deles já viu alguém ser ferido gravemente; um em cada três já enfrentou situação de perigo e de insegurança na vizinhança e 12,7% tiveram suas casas arrombadas ou roubadas (Assis, Pesca & Avanci, 2005). Abramovay (2002), avaliando estudantes brasileiros, considera que o medo, a exposição à violência e a participação ativa em atos violentos e no tráfico de drogas estão presentes na atual geração de jovens brasileiros. E o primeiro capítulo deste livro mostra a relevância que a violência ou o medo dela têm nas vidas da juventude brasileira. Existências ceifadas não são exclusividade dos estratos pobres. Estudo realizado em dez escolas de grandes cidades norte-americanas mostra que a vitimização de jovens na escola é frequente: 30% dos homens e 16% das mulheres relataram já ter sofrido furto no ambiente estudantil ou nas proximidades e dois terços já presenciaram agressões verbais e físicas (Elliott, Hamburg & Williams, 1998).

Revisão ampliada de estudos sobre o tema mostra que pesquisadores que investigam a violência urbana vivenciada por jovens constataam que mais de 70% deles foram testemunhas de cenas de violência na comunidade (Phelps, McCart & Davies, 2002). As altas prevalências desses episódios tornam-se ainda mais preocupantes quando as pesquisas associam a exposição à violência nas comunidades a uma série de consequências negativas físicas, sociais, emocionais e comportamentais para o desenvolvimento do jovem (Henrich *et al.*, 2004).

Neste estudo, constatamos que as duas formas de violência mais vivenciadas pelos entrevistados na escola são: ter objetos furtados (28,1%) e ser humilhado (15,5%). O Gráfico 19 revela que os garotos apresentam mais relatos de violência sofrida na escola em relação às meninas. Eles são mais ameaçados, agredidos fisicamente, vitimizados por furto e ainda convivem mais com pessoas que carregam armas de fogo.

Gráfico 19 – Violências sofridas na escola por jovens (15-19 anos) de dez capitais brasileiras



* $p < 0,001$.

** $p < 0,01$.

*** $p < 0,05$.

Frequentemente, a violência sofrida pelo jovem na escola é perpetrada por um colega do próprio grupo de amigos ou que faz parte de grupos rivais. Sentimento de lealdade para com alguém costuma ser o estopim de discussões e agressões:

Nosso colega foi até expulso da escola. Um rapaz da outra sala agrediu a irmã dele. Quando ele viu, ele saiu correndo, pegou uma cadeira e tacou nas costas do menino. O garoto caiu no chão. Ele

começou a cobrir o menino de porrada. As meninas chorando, ele chorava também de raiva, que o menino tinha agredido a irmã dele. (Homem, escola pública, Manaus)

Na pesquisa, algumas diferenças surgem entre os jovens que estudam nas escolas públicas e particulares no que se refere a: ter sido ameaçado na escola, mais relatado pelos primeiros (15,4% *versus* 8,5%); conviver com pessoas que usam armas brancas na escola (14,5% dos que estudam no ensino particular contra 9,2% dos que estão no ensino público); e ter sido humilhado, que também é mais frequente entre alunos do ensino particular (19,6% *versus* 14,1%).

Sposito (2001) tece uma interessante reflexão sobre a relação entre jovens mais desfavorecidos socialmente e violência escolar, criticando a tendência de se igualar pobreza e violência e de se considerar que os atos de violência que atingem a unidade escolar ou que nela ocorrem são uma expressão direta da situação de miséria. Os dados por nós encontrados na pesquisa e em outros trabalhos anteriores (Assis, Pesce & Avanci, 2005; Claves, 2003) nos levam a concluir que há mais similaridades do que diferenças entre estudantes das duas redes no que se refere à violência escolar. Assim, eles desmistificam a relação direta entre pobreza e violência escolar. Vale lembrar que existem muitas escolas situadas na periferia das grandes cidades (áreas de grande pobreza) que têm poucos episódios de violência em seu interior; e várias escolas particulares que atendem jovens de estratos sociais altos ou médios que convivem com ocorrências cotidianas de violência.

Esse raciocínio, todavia, não se coaduna com o senso comum que insiste em aferir ao outro, mais pobre e ‘diferente’, o *status* de mais violento. O diálogo a seguir sobre episódios de violência comunitária, entre rapazes estudantes de uma escola pública estadual de Belo Horizonte, ao opinarem sobre uma escola municipal da mesma área, é um exemplo de tal preconceito:

- *No colégio municipal lá do meio das favelas, beirando no fim do mundo.*
- *Eu acho que acontece muito!*
- *Você já estudou num colégio desse?*
- *Não, mas eu estou falando que aqui pode acontecer, mas lá acontece muito mais, com certeza.*
- *Não, com certeza. Mas é só não ir pra lá.*
- *As histórias lá [escola municipal] você fica assim, putz... (Diálogo em grupo focal)*

O cara leva um canivete, já vi isso, já, por causa de negócio de namoro de mulher, só que não fez nada. Eu acho que estava de cabeça quente na casa dele, ‘ah, vou levar uma faca’. Levou, só que não fez nada, não.

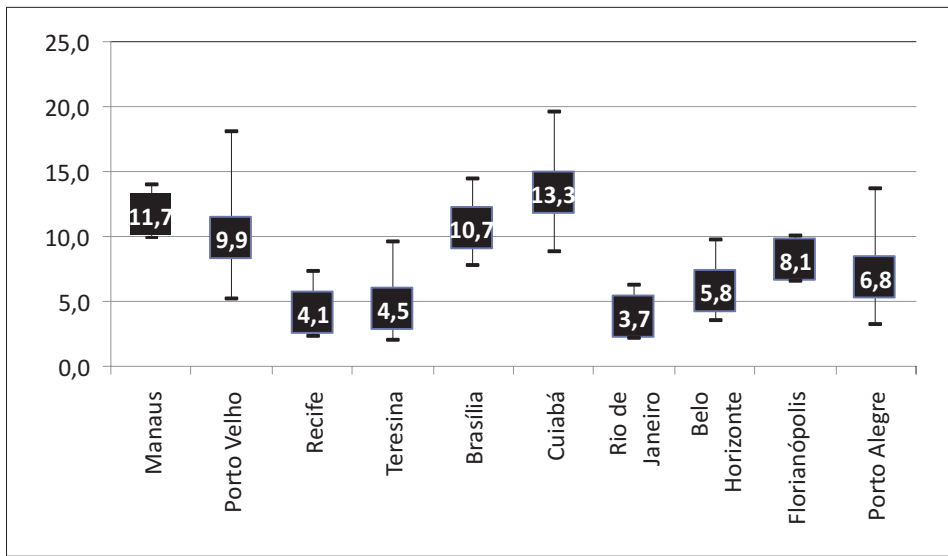
Lá [na escola municipal] já mataram um cara. Tem muito tempo, tem uns sete anos. O cara foi lá no meio do recreio, chegou, pegou a faca e cortou o pescoço do cara no meio do colégio.

Minha mãe trabalha em colégio de gente carente, muito carente mesmo. Sabe, ela vê demais isso também, só que eu tô falando que não é só lá.

Isso pode ser mais fácil de encontrar é lá. É, mas você vai [na escola particular], não vai acontecer lá. Não vai. É difícil, entendem, mas pode acontecer.

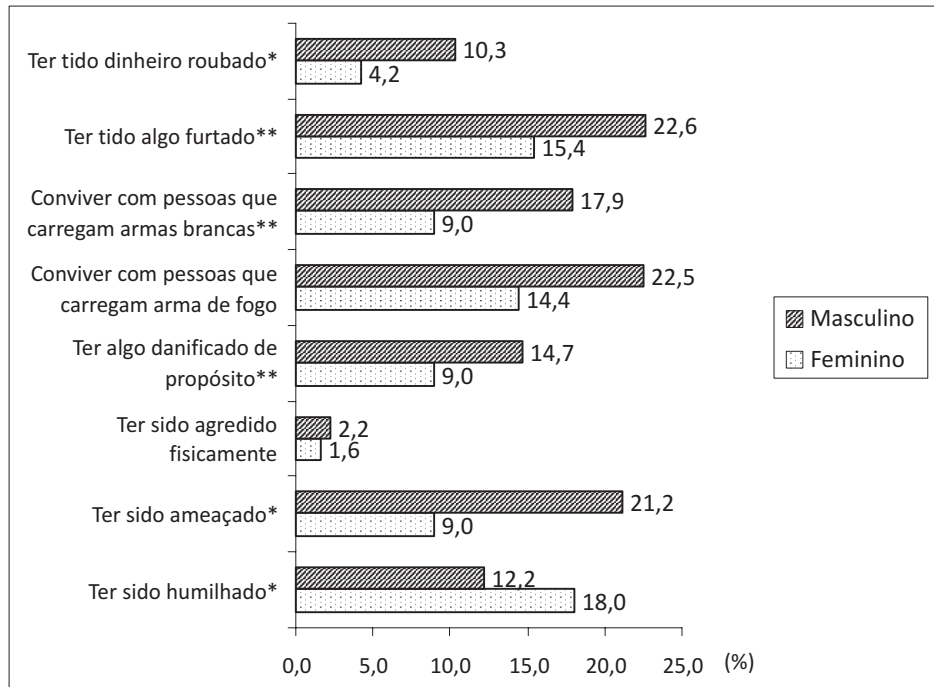
Observamos algumas distinções em relação às cidades analisadas: jovens de Brasília, Cuiabá e Manaus se destacam por nomearem as mais variadas formas de violência sofridas por garotos e garotas na escola. No item ‘andar com alguém que usa arma de fogo na escola’, constatamos que os jovens das cidades da região Norte e do Centro-Oeste se destacam (Gráfico 20). Estudo nacional realizado por Batista e El Moor (1999) já havia comprovado que o Distrito Federal é a localidade onde 58,6% dos professores relatam índices mais altos de agressões a alunos dentro da escola.

Gráfico 20 – Jovens (15-19 anos) de dez capitais brasileiras que andam com alguém que usa arma de fogo na escola



O Gráfico 21 apresenta os mesmos atos de agressão vivenciados pelos jovens, desta vez na localidade em que vivem. Podemos verificar que ter sido furtado na ‘comunidade’ é a violência mais sofrida (18,1%), seguida de perto pela convivência com pessoas que carregam arma de fogo e por ser humilhado. Meninas dizem mais ser humilhadas na comunidade que os meninos. Outras formas de violência sofridas na comunidade são mais relatadas pelos meninos: ter sido ameaçado, ter tido algo danificado de propósito, ter convivido com pessoas que carregam armas brancas, ter tido algo furtado e ter tido dinheiro roubado.

Gráfico 21 – Violências sofridas pelos jovens (15-19 anos) de dez capitais brasileiras na comunidade em que vivem



* $p < 0,001$.

** $p < 0,01$.

A predominância dos garotos como vítimas da violência na escola e na comunidade indica também sua maior proximidade com situações perigosas no espaço extrafamiliar, o que culturalmente faz parte da socialização masculina. Estudos sobre gênero e violência frequentemente mostram o predomínio do sexo masculino em relação à vitimização nos contextos escolar e comunitário (American Psychiatric Association, 1994), justificado pela maior exposição masculina a fatores de risco individuais, familiares e socioculturais.

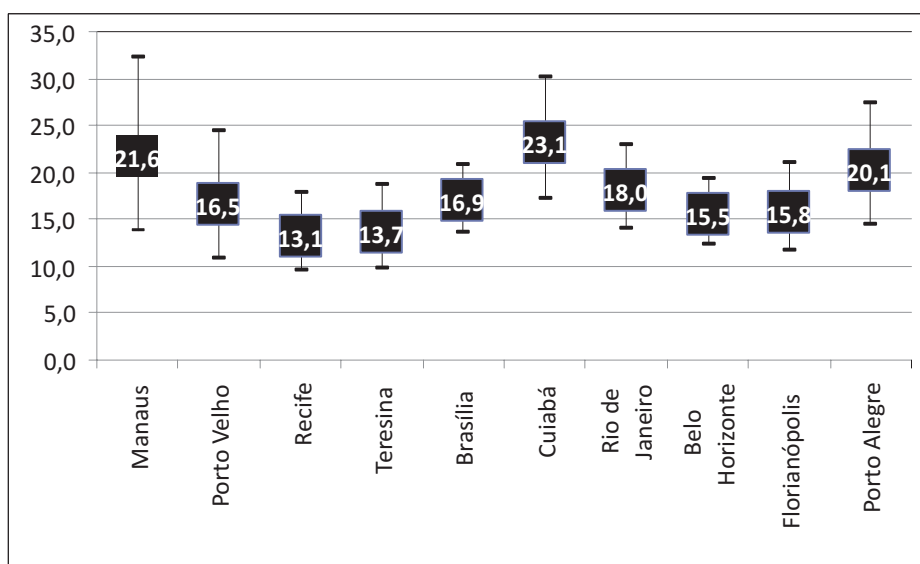
Para Carlson e Grant (2008), além de os rapazes estarem mais expostos à violência, eles reagem com mais ímpeto aos problemas e provocações e adotam, com maior frequência, estratégias mais internas para lidar com tais situações, como ruminar os problemas silenciosamente. As meninas se estressam menos, sobretudo porque exteriorizam mais seus sentimentos, lidando melhor com as adversidades. A capacidade de externalizar sentimentos e de buscar apoio social pode moderar a exposição à violência.

Jovens das escolas das redes pública e privada convivem de forma similar com a violência na comunidade. Todavia, os que estudam em escola pública (15,4%) sofrem mais ameaças em relação aos das escolas particulares (8,5%). Pesquisa domiciliar realizada na cidade do Rio de Janeiro revelou resultado oposto no que se refere às ameaças: os jovens dos estratos privilegiados (A e B) relataram maior número de ocorrências de ameaças e de agressões físicas do que os de origem popular (Minayo *et al.*, 1999).

Alta prevalência de episódios de violência na comunidade é relatada pelos jovens de Manaus. Maiores percentuais dos que moram nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste (com exceção dos de Brasília) referem sofrer humilhações na comunidade mais do que os das demais regiões.

O Gráfico 22 mostra a distribuição de jovens que informaram andar com pessoas que carregam arma de fogo na comunidade em que vivem, sobressaindo os que vivem em Cuiabá, Manaus e Porto Alegre. De forma geral, verificamos que existe elevado número de jovens que, em fase ainda inicial da vida, já convivem com pessoas que usam armas de forma banal.

Gráfico 22 – Jovens (15-19 anos) de dez capitais brasileiras que andam com alguém que usa arma de fogo na comunidade



Estudo realizado por Malik (2008) constatou que a exposição de jovens da cidade de Los Angeles à violência na comunidade e o seu consequente envolvimento são maiores do que a exposição à violência doméstica. A exposição à violência na comunidade foi mensurada por itens como testemunhar práticas violentas na comunidade ou ficar sabendo delas, enquanto o envolvimento com a violência considerava tanto perpetração como vitimização na comunidade. Meninos reportam tanto exposição quanto envolvimento de forma substancialmente maior em relação às meninas, ao passo que não foi constatada diferença entre os sexos para exposição à violência familiar. Consistente com o padrão de vitimização e perpetração de homicídios, meninos mostram-se mais vulneráveis a serem vítimas e perpetradores de violência na comunidade (Singh, Kochanek & MacDorman, 1996).

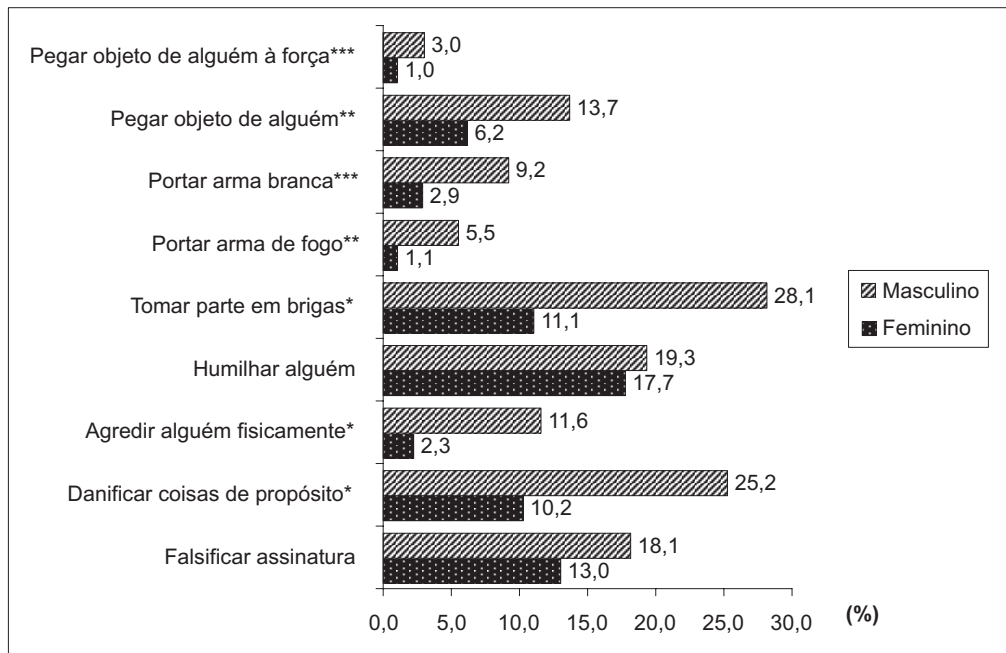
O relato de um rapaz sobre a atitude de seu grupo ao presenciar uma tentativa de violência sexual na comunidade em que vive indica como, para o grupo, por vezes é necessário utilizar violência para combater violência.

Uma vez, meus colegas agrediram um cara, porque viram ele estuprando uma menina. Queria forçar ela a fazer sexo com ele e a menina não queria, e ele querendo forçar numa casa. Viu passando na hora, me falaram, e ele estava lá tentando forçar a menina, ele já estava arrancando a roupa dela e ela gritando socorro! Foram lá, pegaram o cara, bateram nele, amarraram o cara num pau! E a menina correu. Se não fosse meus colegas chegarem, ele tinha estuprado ela. (Homem, escola pública, Manaus)

Violências praticadas pelos jovens

Adolescentes do sexo masculino revelaram participar, no último ano, de várias práticas de transgressão, com muito maior frequência que as meninas (Gráfico 23). As principais infrações citadas são: danificar coisas de propósito, agredir alguém fisicamente, tomar parte em brigas, portar arma de fogo, pegar objeto de outros, carregar arma branca e pegar objeto de alguém à força.

Gráfico 23 – Violências perpetradas pelos jovens (15-19 anos) de dez capitais brasileiras na comunidade em que vivem



* $p < 0,001$.

** $p < 0,01$.

*** $p < 0,05$.

Os dados resumidos no Gráfico 23 dizem respeito a infrações que vêm sendo analisadas em vários trabalhos. Pesquisa realizada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) com jovens de Brasília, na década de 1990, indicou que os meninos estão mais envolvidos do que as meninas em situações de agressões físicas, discussões e ameaças ou intimidações no interior da escola. As discussões foram apontadas como o tipo de conduta mais frequente entre os entrevistados: 55% deles

se envolviam com esse tipo de prática muitas vezes ou às vezes, com pouca diferença entre meninos e meninas. Já as ameaças e intimidações envolveram mais os meninos do que as meninas. As agressões físicas, embora apontadas com menor frequência, foram citadas principalmente pelos meninos (Waiselfisz, 1998). Também Pesce (2009), ao pesquisar relações entre comportamento agressivo e transgressor na infância e violências contra criança na família, na escola e na comunidade, observou que os meninos tendem a manifestar mais esses comportamentos em comparação com as meninas, além de sofrerem e testemunharem mais violências nesses contextos. Portanto, concluímos que existe uma relação estreita entre experiências de violência e comportamento agressivo e transgressor em jovens, especialmente do sexo masculino.

Em alguns momentos do trabalho de campo nas escolas, constatamos atos agressivos entre os jovens, entremeados com um ambiente em que se transpira contenção e descaso, a exemplo do que aconteceu em uma escola de Cuiabá:

Durante o recreio, presenciamos brincadeiras bastante violentas entre os alunos, tipo corredor de chutes e socos). Existe muito barulho e correria. A porta da frente tem grades e cadeados. As paredes dos corredores são pichadas.

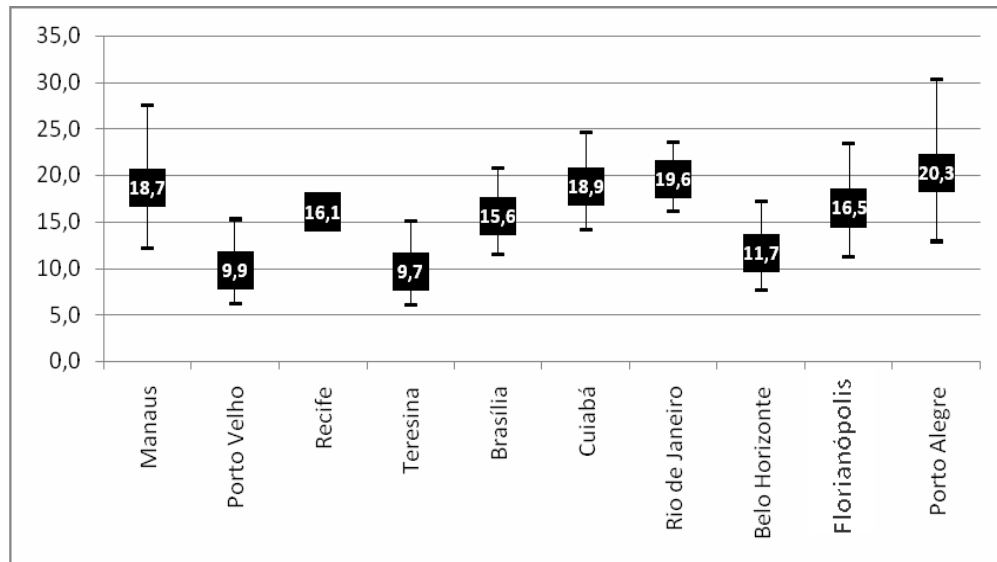
A frequência da maioria dessas práticas sinalizadas no Gráfico 23 é mais elevada nas escolas da rede particular, com exceção de portar arma de fogo, tomar parte em brigas e agredir fisicamente outra pessoa. Analisando as práticas violentas nas escolas no Brasil, Sposito (2001) aponta para um padrão de sociabilidade marcado por agressões físicas e emocionais nesse ambiente. Elas são extensivas a todas as regiões e igualmente à rede de estabelecimentos situados em áreas pobres ou de moradia das elites. A autora chama a atenção para o fato de que mesmo sabendo que práticas violentas são disseminadas universalmente, o discurso acadêmico tende a atribuir os comportamentos agressivos a grupos juvenis pobres, responsabilizando-os fortemente.

Estudo realizado por Codo e Menezes (2001), que examinou as relações entre a qualidade do ensino em escolas públicas e privadas no Brasil, observou que o registro de violência atingindo alunos, professores e funcionários foi diferenciado entre as duas redes: para o 5º ano da rede pública, a frequência foi de 14,5%, e na particular, 2,4%; no 9º ano, os índices são mais altos sobretudo na rede pública, alcançando 24,3%, e nas escolas particulares, somente 2,6%; na 3ª série do ensino médio, as escolas públicas registram 23,1% de ocorrências, e as privadas apenas 3,2%. Os registros de depredações, furtos e roubos também indicam maior intensidade nas escolas públicas.

No que se refere à distribuição entre as cidades pesquisadas, Brasília, Porto Alegre e Florianópolis destacam-se como as que apresentam maiores taxas de práticas violentas. O porte de arma de fogo foi maior na cidade de Cuiabá, com 5,2% dos adolescentes dizendo que as carregam.

O Gráfico 24 apresenta informações sobre jovens que tomam parte em brigas promovidas ou revidadas por seu grupo. Em Porto Alegre, Rio de Janeiro, Cuiabá e Manaus, essas formas de agressão são mais frequentes.

Gráfico 24 – Tomar parte de brigas entre pares, segundo jovens (15-19 anos) de dez capitais brasileiras



Estudo realizado por Souza e Lima (2006) indica que Porto Velho, Macapá, Vitória, Rio de Janeiro e Cuiabá são as capitais com os maiores indicadores de violência intencional – elevadas taxas de homicídios e de lesões corporais. Enquanto isso, Teresina, Fortaleza, João Pessoa, Salvador, Curitiba e Goiânia apresentam mais baixas taxas de homicídios e de lesões corporais. Recife se destaca por seu comportamento *sui generis*: elevada taxa de homicídio e baixa taxa de lesões corporais.

A prática de crimes e delitos por jovens tem sido bastante relacionada à exposição à violência, tanto no contexto comunitário quanto no familiar. Voisin e colaboradores (2007), por exemplo, investigando amostra de adolescentes detentos, observaram que 76,3% deles eram expostos a pelo menos uma forma de violência nos locais em que vivem. Em comparação com adolescentes que não revelaram exposição à violência na comunidade, os jovens expostos mostram maior frequência de comportamentos autodestrutivos, uso de maconha e álcool e manifestação de comportamentos agressivos e depressão. Existem ainda diversos estudos que corroboram a evidência da relação entre a presença de violência na comunidade e a perpetração de violência na adolescência (Mazza & Reynolds, 2004; Voisin, 2003, 2005).

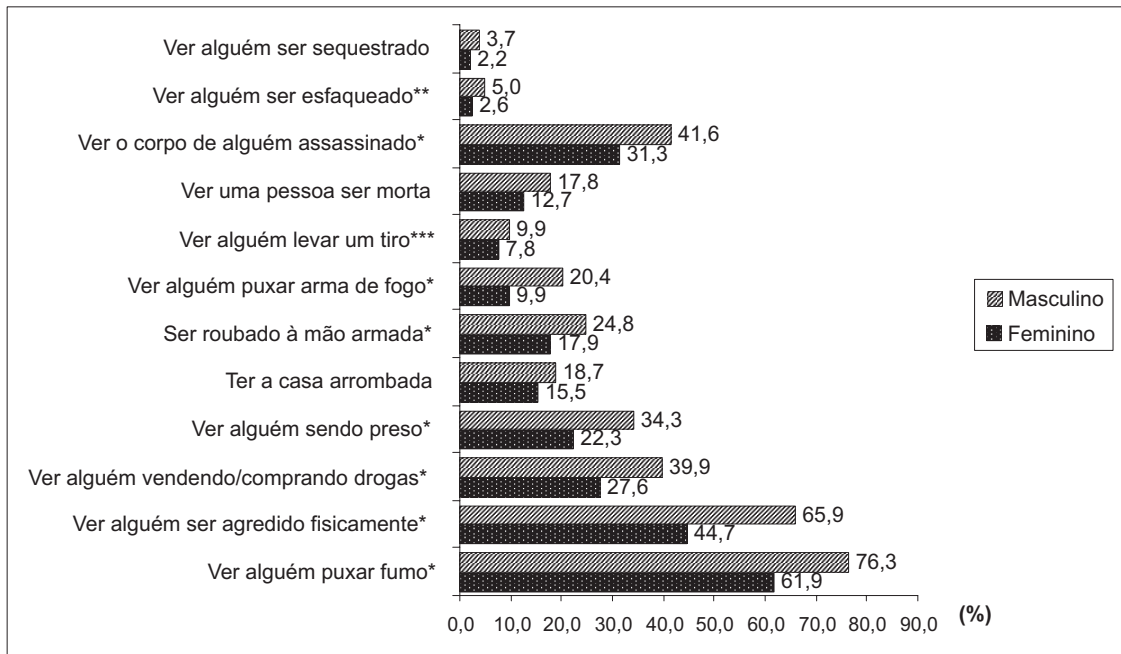
Em relação ao contexto familiar, os estudos investigam a agressão como uma forma de reação aos maus-tratos sofridos no ambiente doméstico (Jaffe, Wolfe & Wilson, 1990; Magalhães, 1995; Cardoso Mello, 1999; Meneguel, 1996). Para Jaffe, Wolfe e Wilson (1990), pais que utilizam a violência como forma de punição estão mostrando a seus filhos que essa é a forma de proceder ante o mundo. O comportamento dos jovens seria reflexo de seu relacionamento com pessoas significativas.

Convém ressaltar que apresentar comportamentos transgressores e vivenciar situações de violência na infância, seja na família, seja na comunidade, não têm relação causal direta e exclusiva entre si. No entanto, fatores individuais, escolares e comunitários não propícios ao bom desenvolvimento sociocultural e emocional contribuem para a cultura da violência.

Violências testemunhadas pelos jovens

Ressaltamos que mais da metade dos jovens pesquisados já viu alguém ‘puxar fumo’ e ser agredido fisicamente no seu espaço de convívio social (Gráfico 25). Os garotos, além de serem as vítimas diretas e os perpetradores mais frequentes da maior parte das violências, também são os que mais as testemunham. A regularidade com que meninos já presenciaram alguém puxar arma de fogo é de 20,4%, enquanto 9,9% das meninas já testemunharam o mesmo ato.

Gráfico 25 – Violências testemunhadas por jovens (15-19 anos) de dez capitais brasileiras no convívio social



*p <= 0,001.

**p <= 0,01.

***p < 0,05.

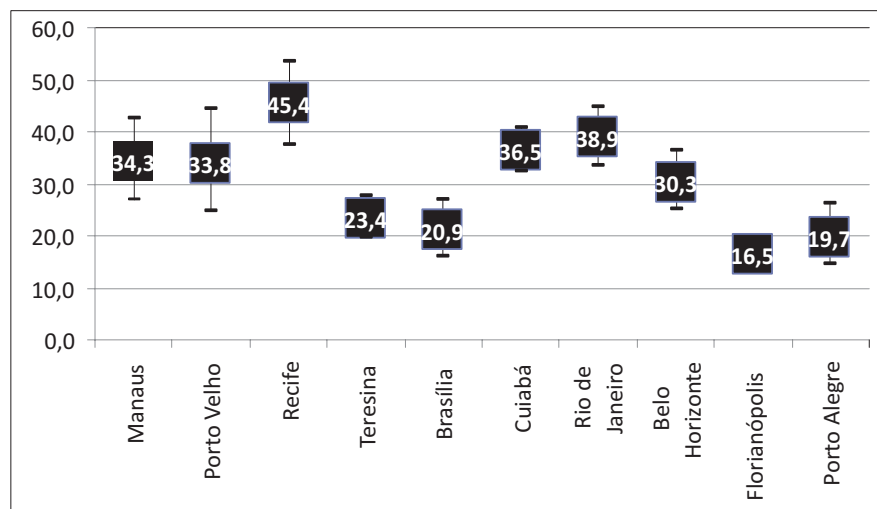
Os jovens do ensino público disseram ter testemunhado, mais que os das escolas particulares, pessoas serem esfaqueadas e já viram o corpo de alguém assassinado. No ensino privado, prevalecem os que já presenciaram pessoas ‘puxando fumo’ e roubos à mão armada.

A instituição escolar tem sido permeável à violência social, sobretudo em regiões marcadas pela presença do crime organizado e do narcotráfico. Zaluar (1985) tem

evidenciado não só o poder que lideranças criminosas exercem sobre o cotidiano dos moradores como também as múltiplas relações que decorrem de uma forma individualista de sociabilidade voltada para o consumo e que afetam, em particular, os segmentos juvenis. Também Cardia (1997), examinando os possíveis efeitos da violência na comunidade sobre a vida escolar em áreas marcadas por forte incidência de homicídios, aborda o clima de medo que invade as rotinas escolares. Na pesquisa de Cardia, constata-se que o ambiente dos bairros tende a atingir as escolas, onde são comuns as práticas de incivilidade, tais como brigas, agressões físicas e verbais.

Jovens de Manaus e Cuiabá relatam mais que os das outras cidades assistirem a todos os tipos de violência. Os estudantes das duas capitais da região Sul pesquisadas e de Belo Horizonte destacam-se por presenciarem mais pessoas ‘puxando fumo’ e vendendo ou comprando drogas. Chamamos a atenção para o elevado número de jovens que já viram o corpo de alguém assassinado, indicando sua exposição à violência fatal (Gráfico 26). Os que vivem na região Sul, em Brasília e em Teresina são os que menos informam ter testemunhado essas práticas, embora esses também apresentem percentuais entre 16,5% e 23,4% do total.

Gráfico 26 – Jovens (15-19 anos) de dez cidades brasileiras que viram o corpo de pessoa assassinada



Estudos sobre a violência na comunidade têm sinalizado uma necessidade de se compreender de que forma testemunhá-la nos diferentes ambientes sociais pode interferir na saúde mental de crianças e dos jovens. Bell e Jenkins (1993) observam que testemunhar tiroteios ou conflitos físicos nos locais de moradia está associado ao aumento de brigas entre alunos de escolas em comunidades consideradas de risco. Essa é uma forma de vitimização que pode ser tão danosa quanto a violência sofrida diretamente pelo jovem, e dependendo do significado que ele dá a essas experiências de exposição,

as consequências podem até ser mais graves do que maus-tratos e agressões físicas ou verbais direcionados ao adolescente (Evans, Davies & Dilillo, 2008).

A violência como forma de enfrentamento de conflitos no grupo de amigos

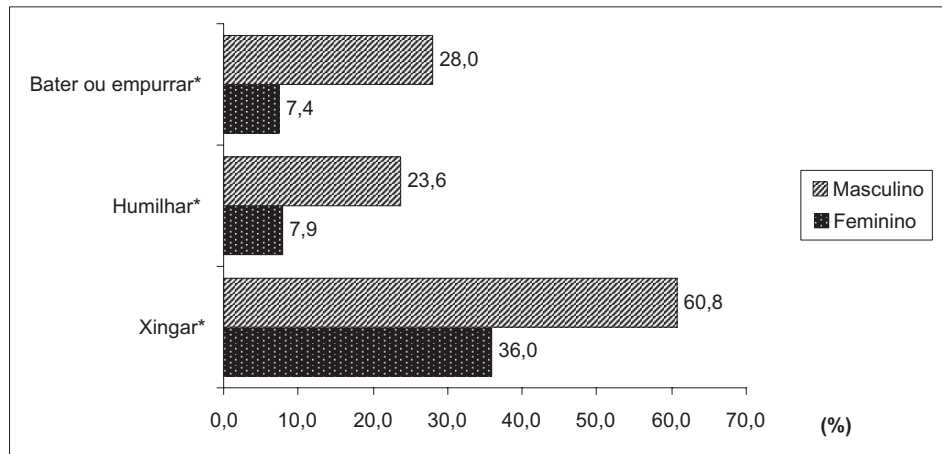
Especialmente na fase da adolescência as amizades são fundamentais, principalmente porque influenciam a forma de o jovem agir e reagir em diversas situações de vida. Ceconello e Koller (2000) destacam que o grupo de amigos favorece a competência social dos adolescentes, por estimular a aquisição de habilidades que propiciam a socialização e o desenvolvimento cognitivo e emocional. Além disso, esses relacionamentos, quando saudáveis, contribuem no aumento da capacidade do jovem para enfrentar positivamente as transformações inerentes a essa fase da vida e às adversidades no dia a dia.

Visando a avaliar a qualidade dos relacionamentos juvenis, perguntamos aos jovens de que forma costumam resolver os conflitos quando estão no convívio com seu grupo de amigos. Perguntamos se conversam a respeito, se falam mal uns dos outros, se humilham, se batem ou se eles se empurram mutuamente.

Quase todos afirmam conversar com os amigos sobre os problemas (99,2%). Ratificando este dado, 93,4% dos jovens, sem diferença de sexo e inserção em rede de ensino, informam ter bom relacionamento com amigos. Estudos sobre superação de adversidades, incluindo violências entre adolescentes de escolas públicas e privadas, indicam que aqueles que se mostram mais capazes de enfrentar os problemas da vida têm mais amigos e apresentam bom relacionamento. Ao contrário, os que têm um círculo de amizade restrito apresentam uma relação menos interativa, são mais reservados e têm mais dificuldade para enfrentar conflitos, sobretudo os que ocorrem no convívio (Assis, Pesce & Avanci, 2005).

Embora exista uma tônica de bom relacionamento afirmada pelos jovens entrevistados neste estudo, essa situação não é permanente, e existem momentos ou situações penosas, conflituosas e mesmo de violência que se manifestam de diferentes formas: psicológica (xingar e humilhar) e física (bater ou empurrar), sendo mais comum entre os rapazes (Gráfico 27). Estes disseram que costumam resolver os problemas por meios agressivos com mais frequência do que as meninas.

Gráfico 27 – Formas de resolução de conflitos (violência física e verbal) com grupos de pares assumidas por jovens (15-19 anos) de dez capitais brasileiras*



* $p < 0,001$.

Segundo seus próprios depoimentos, os jovens das escolas particulares se utilizam mais de agressões psicológica e verbal (59,3%) contra os membros de seu grupo nos momentos de conflitos do que os do ensino público (40,4%). A violência psicológica e física na relação foi mais citada pelos estudantes de Porto Alegre e Brasília. Destacamos o costume de xingar o amigo em momentos de conflito por 74,2% e 57,3% deles, respectivamente.

O comportamento mais agressivo no namoro de jovens do sexo masculino seria influenciado pela cultura machista, pela pressão existente entre pares e pela necessidade de se sentirem parte da turma.

Relação entre violência na escola, na comunidade, no namoro e no 'ficar'

Malik (2008), ao avaliar a exposição de jovens à violência, mostrou que a vitimização e a perpetração de agressões na comunidade tendem a coocorrerem. Embora algumas características da vitimização sejam diferenciadas das que se correlacionam com a perpetração, o preditor mais importante para a ocorrência de ambas é a exposição à violência na comunidade. Partindo dos resultados encontrados por Malik (2008), indagamo-nos também se o conflituoso e agressivo comportamento relacional entre jovens parceiros afetivo-sexuais não seria influenciado pelo ambiente violento da comunidade.

Verificamos que os episódios de violências sofridas na comunidade mostram-se fortemente associados a todas as formas de violência que ocorrem nas relações afetivo-sexuais dos jovens (Tabela 20). O jovem que sofre violências na comunidade tende a ser 2,4 vezes mais vítima de violência física na relação com seu parceiro amoroso.

A relação existente entre violência sofrida na escola e experienciada na relação amorosa mostra-se mais tênue, sendo apenas identificada para a violência relacional (1,4

vez). Igual situação acontece no caso de violência comunitária vivenciada pelo jovem que se associa à presença de violência física sofrida na relação afetivo-sexual.

Destacamos que o jovem que comete alguma infração, aqui nomeado como transgressor, é também vítima de todas as formas de violência nas relações afetivo-sexuais. Os que sofrem violência relacional apresentam aproximadamente três vezes mais chances de ter praticado alguma transgressão do que os outros (Tabela 20).

Tabela 20 – Associações entre violências sofridas, praticadas e testemunhadas no espaço comunitário e ser vítima de violência no relacionamento afetivo-sexual. Jovens (15-19 anos) de dez capitais brasileiras (*Odds Ratio* e intervalo de confiança)

	V. física sofrida (IC ^{95%})	Ameaças sofridas (IC ^{95%})	V. sexual sofrida (IC ^{95%})	V. relacional sofrida (IC ^{95%})	V. verbal sofrida (IC ^{95%})
Jovem transgressor	2,49 (1,93-3,22)	2,03 (1,57-2,63)	1,79 (1,38-2,31)	2,97 (2,32-3,82)	1,78 (1,12-2,81)
Jovem testemunha	1,81 (1,06-3,11)	1,42 (0,78-2,58)	1,56 (0,97-2,51)	1,21 (0,90-1,61)	1,80 (1,00-3,23)
Violência sofrida na escola	1,31 (0,91-1,89)	1,33 (0,95-1,86)	1,29 (0,96-1,72)	1,43 (1,07-1,93)	0,96 (0,67-1,37)
Violência sofrida na comunidade	2,43 (1,73-3,42)	1,89 (1,48-2,41)	1,45 (1,14-1,84)	2,19 (1,69-2,83)	1,69 (1,27-2,26)

Obs.: valores estatisticamente significativos aparecem em negrito.

Podemos verificar que os episódios de violências sofridas pelos jovens na comunidade também estão fortemente associados à violência perpetrada nas relações afetivo-sexuais (Tabela 21).

Não encontramos associação entre violências sofridas nas relações amorosas e violência vivenciada pelo jovem na escola. Já o adolescente que testemunha atos violentos costuma, com maior frequência, praticar ameaças, violência verbal e sexual. Jovens que perpetraram as várias formas de violência no namoro costumam ser mais transgressores. Os que transgridem normas sociais têm chance 2,8 vezes maior de serem perpetradores de violência nas relações amorosas.

Tabela 21 – Associações entre violências sofridas, praticadas e testemunhadas no espaço comunitário e prática de violência no relacionamento afetivo-sexual. Jovens (15-19 anos) de dez capitais brasileiras (*Odds Ratio* e intervalo de confiança)

	V. física perpetrada (IC ^{95%})	Ameaças perpetradas (IC ^{95%})	V. sexual perpetrada (IC ^{95%})	V. relacional perpetrada (IC ^{95%})	V. verbal perpetrada (IC ^{95%})
Jovem transgressor	2,11 (1,31-3,39)	1,98 (1,30-3,02)	2,18 (1,63-2,91)	2,84 (2,18-3,72)	1,88 (1,29-2,73)
Jovem testemunha	1,31 (0,82-2,10)	1,71 (1,01-2,87)	2,01 (1,25-3,22)	1,05 (0,47-2,36)	2,00 (1,22-3,30)
Violência sofrida na escola	1,02 (0,82-1,26)	1,03 (0,71-1,50)	1,29 (1,00-1,69)	1,46 (0,93-2,29)	1,01 (0,73-1,41)
Violência sofrida na comunidade	2,11 (1,46-3,06)	1,86 (1,41-2,46)	1,70 (1,31-2,20)	1,95 (1,45-2,63)	1,69 (1,38-2,07)

Obs.: valores estatisticamente significativos aparecem em negrito.

As tabelas 20 e 21 nos levam a destacar o quanto sofrer diretamente violência comunitária está associado a vivenciar relações amorosas mais agressivas, seja como vítima, seja como agressor. Igual situação se aplica ao jovem que costuma transgredir normas sociais. A confluência entre vítima e agressor, evidenciada na fala a seguir, nos remete aos estudos que mostram o peso cultural da violência na socialização juvenil.

Um estudante comentou que os alunos desta escola [estadual de Cuiabá] já presenciaram um caso de ameaça de um rapaz de outra escola que estava armado para pegar um aluno desta escola por motivos aparentes de ciúmes por causa de uma moça, estudante também dessa escola. Mas ele somente ameaçou e saiu correndo. Os alunos ficaram muito assustados com este episódio. (Homem, escola pública, Cuiabá)

Sabemos pouco sobre a associação entre o efeito da exposição à violência na comunidade e o risco de o jovem se tornar vítima ou perpetrador de agressões nas relações íntimas. Halpern e colaboradores (2001) observaram que os efeitos dos fatores individuais e demográficos nas relações afetivas (raça, etnia, religião, divórcio dos pais, presença de madrasta ou padrasto na família) podem ser mediados por experiências de violência na família e na comunidade. No entanto, afirmam que as relações desses riscos potenciais com a violência que ocorre entre namorados são ainda pouco conhecidas.

Em contrapartida, Malik (2008) constatou que a exposição ou o testemunho de situações envolvendo armas e agressões físicas na comunidade têm sido importantes na associação com relacionamentos violentos entre namorados.

A VIOLÊNCIA NA FAMÍLIA

A importância da família no desenvolvimento saudável de seus membros é uma questão de fundamental relevância no estudo do desenvolvimento humano. A família tem

como função básica o apoio e a proteção de seus membros visando ao seu crescimento, desenvolvimento e bem-estar. A família saudável não está isenta de problemas, mas é a que tem maior capacidade para incentivar as potencialidades de cada um de forma positiva e em consonância com valores escolhidos e respeitados.

É crescente o número de estudos que investigam os efeitos adversos gerados pelos conflitos, desacertos e violências familiares na vida de crianças e adolescentes. E todos eles se voltam para ressaltar a importância de uma base familiar sólida para o desenvolvimento saudável no início da vida (Garmezy, 1991; Werner & Smith, 2001; Rutter, 1971; Bowlby, 1990). Quando a violência ocorre como forma de comunicação e vivência do grupo familiar, este deixa de ser um 'porto seguro' para o jovem e se torna um espaço de sofrimento e de geração de outros problemas.

As formas como os pais se relacionam entre si e com os filhos têm sido analisada como fator fundamental para a formação do comportamento do jovem. Segundo Lerner e Lerner (1993), existe associação entre o comportamento marcado pela raiva e pela hostilidade por parte dos jovens e as relações de interações familiares agressivas e punitivas. Mães com temperamento explosivo podem contribuir para formar filhos pouco tolerantes e conflituosos (Coplan, Reichel & Rowan, 2009).

Parte significativa dos jovens entrevistados nas dez capitais brasileiras relata relacionamento ruim ou regular com os irmãos (30%), com o pai (25,6%) e com a mãe (13,6%), sem distinções entre os sexos e entre as redes de ensino. Jovens de Porto Velho são os que referem pior relacionamento com os integrantes de sua família.

A liberdade de conversar abertamente com as crianças e os jovens sobre questões delicadas é uma forma de se observar o valor que a família dá ao diálogo, à formação crítica e ao desenvolvimento da autonomia com responsabilidade: 53,6% dos jovens relatam conversar livremente sobre sexo, 76,7% sobre drogas e 86,8% sobre amizades. Já a conversa sobre namoros ocorre mais por parte dos pais com as meninas (72,2%) do que com os meninos (62,3%). De forma geral, os adolescentes da região Sul têm mais liberdade para conversar com seus pais, e os de Teresina e Porto Velho são os que menos se expressam com eles.

No entanto, a comunicação entre gerações mostra-se desejada por muitos jovens:

Acho que tem um dado momento que a menina se torna moça e o moleque se torna um rapaz. E os dois já sabem como está o mundo hoje. Poxa, DST, droga, violência, prostituição e tudo! Eu, por exemplo, se eu fosse um pai, eu ia chegar para meu filho e explicar toda a situação que está o mundo e já ir preparando ele para quando tiver uma situação, ele já estar preparado e ele não correr o risco de ser lesado e de qualquer forma. E acho que uma conversa e um bom apoio familiar são fundamentais para que a pessoa esteja preparada para o mundo. (Homem, escola particular, Manaus)

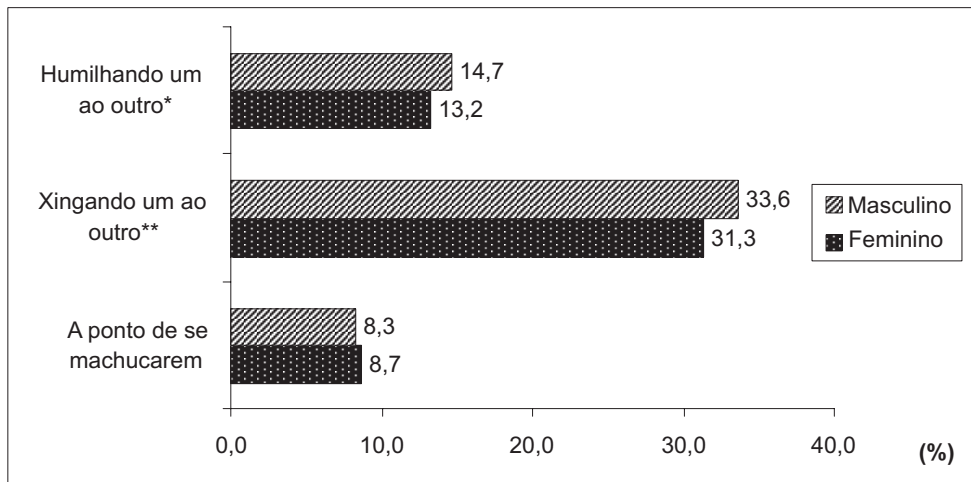
Em relação à supervisão e ao cuidado com o jovem, 92,2% das moças são acompanhadas pelos pais que sempre ou muitas vezes sabem aonde elas vão e com quem estão; percentual pouco inferior foi relatado pelos rapazes (86,7%). Apenas 0,9% dos jovens não se referem à supervisão dos pais.

O ambiente familiar em que vive o jovem é, portanto, essencial ao aprendizado da expressão de afeto e da forma como enfrentar conflitos. Estudos têm mostrado associação entre sofrer e praticar violência física e psicológica como forma de exteriorizar o modelo aprendido dentro do lar, o que acontece junto com o aprendizado das outras formas de levar a vida.

Violências entre irmãos

A relação entre irmãos, tradicionalmente, é conflituosa, pois, nas famílias, as diferenças, o suposto tratamento privilegiado ou os ciúmes costumam ser temas para desavenças. Neste estudo, verificamos que ‘xingar os irmãos nos momentos de brigas’ foi referido por cerca de 1/3 dos jovens entrevistados, seguindo-se a elevada frequência de práticas de humilhação mútua, sendo elas mais comuns entre os rapazes. Já as agressões físicas que chegam a machucar foram referidas por 8,5% dos jovens investigados, independentemente do sexo (Gráfico 28).

Gráfico 28 – Brigas entre irmãos reveladas por jovens (15-19 anos) de dez capitais brasileiras



* $p < 0,01$.

** $p < 0,05$.

‘Brigas entre irmãos, xingando um ao outro e humilhando-se mutuamente’ são mais referidas por estudantes das escolas particulares. Os jovens de Cuiabá, Rio de Janeiro e Brasília são os que mais brigam (entre 9,4% e 10,7%). Os percentuais mais elevados dos irmãos que se xingam estão entre os escolares de Porto Alegre (52%) e Belo Horizonte (45,8%).

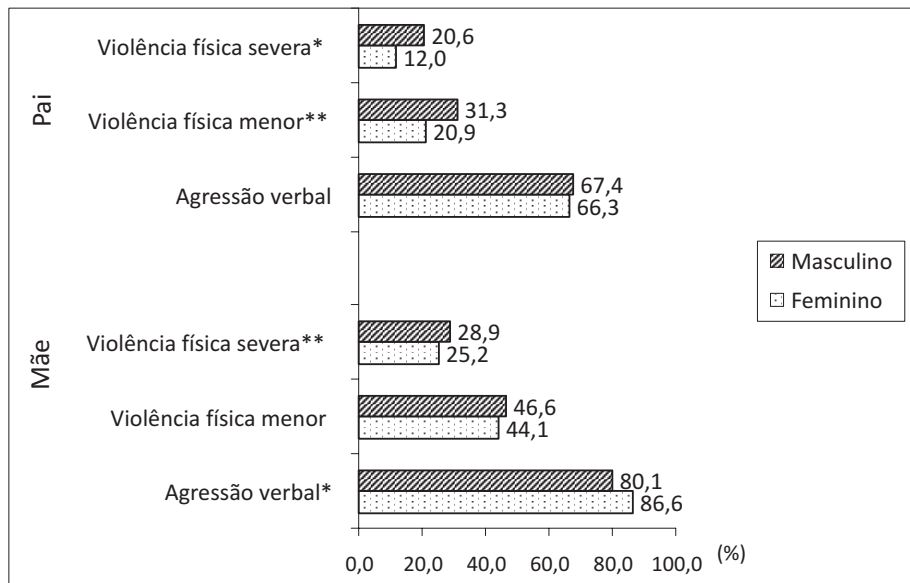
Em seus estudos, Assis, Pesce e Avanci (2005) dizem que a capacidade de o jovem se relacionar bem com seus irmãos é desenvolvida nas interações de negociação, de ouvir um ao outro, de efetuar críticas e de se desculpar. Adolescentes que se saem melhor no relacionamento fraterno têm mais capacidade e habilidade de se relacionar com desenvoltura e êxito fora do ambiente familiar e apresentam potencial maior de

resiliência. Por sua vez, os jovens que enfrentam de forma mais positiva os problemas consideram brigas, discussões e desentendimentos como conflitos que fazem parte dos relacionamentos e precisam ser equacionados positivamente.

Violências praticadas pelos pais contra o jovem

O Gráfico 29 apresenta os principais tipos de violência praticados pelos pais contra os jovens participantes do estudo. A maioria dos entrevistados diz sofrer agressão verbal por parte da mãe (84,2%), e as garotas são as maiores vítimas. Embora em menor percentual, mas bastante significativas, estão as agressões verbais praticadas pelo pai contra os meninos e as meninas, indistintamente. Os atos mais comuns são: xingar ou insultar, ficar emburrado, chorar, fazer coisas para irritar, destruir, bater ou chutar objetos.

Gráfico 29 – Violências dos pais sobre o jovem (15-19 anos) em dez capitais brasileiras



*p < 0,001.

**p < 0,01.

Os garotos sofrem mais violência física ‘menor’ e ‘severa’ praticada pelo pai do que as moças. A violência física ‘menor’ é definida por atos como jogar objetos, empurrar, dar tapas ou bofetadas; e a violência ‘severa’, como dar murros ou chutes, bater ou tentar bater com objetos, espancar, ameaçar e usar armas de fogo ou faca.

Muitas falas dos jovens revelam ressentimentos, especialmente quanto às agressões paternas:

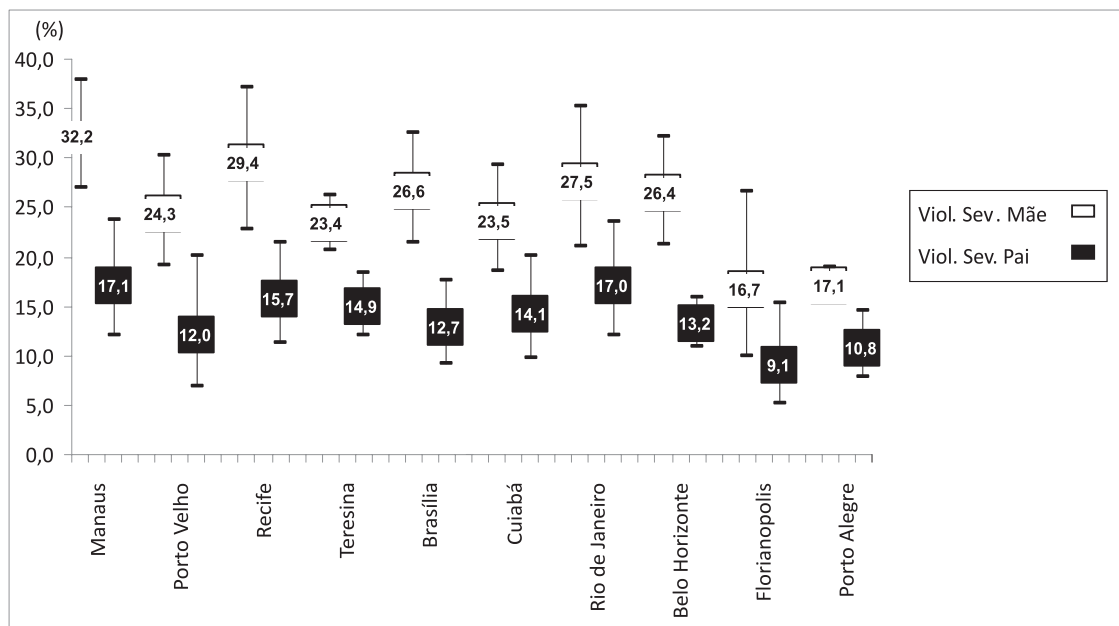
Meu pai me xinga todo dia. E é aquele monte de palavrão. Qualquer coisinha, por exemplo, se ele pede para eu comprar cigarro, se demoro o tempo que for, ele já me chama de filho da puta. É uma humilhação, você rebaixar a pessoa. Meu pai fica sempre me chamando de inútil por qualquer coisa. Isso é uma agressão. Ele depois sempre pede desculpa: ‘Ó meu filho, desculpa, não queria

fazer aquilo'. Então por que fez? Às vezes eu fico bravo, mas ele é meu pai! (Homem, escola pública, Cuiabá)

Meu pai, eu gosto assim de funk, ele acabou com as músicas do meu celular, pegou os meus CDs e falou assim: 'Ah! Música de prostituta!' Eu sinto como se ele estivesse me chamando de prostituta. Puxa, se eu curto aquele disco! Aí eu: 'Não, eu acho assim; eu gosto de funk'. Ele: 'É uma música de letra proibida'. Meu pai é evangélico. (Mulher, escola particular, Brasília)

Sofrer violência física cometida pelos pais é mais frequente entre os jovens da rede pública (27,9%) em comparação com os que estudam em escola particular (22,8%). O Gráfico 30 ressalta as formas de violência severa praticadas pelos pais dos entrevistados, destacadas por cidades. Mães praticam mais essa forma de violência do que os pais. As maiores frequências foram encontradas em escolares de Manaus e Recife. Entre os jovens das cidades da região Sul ocorrem os menores índices.

Gráfico 30 – Violência física severa dos pais sobre os jovens (15-19 anos) de dez cidades brasileiras



A violência física praticada pelos pais costuma ser justificada pelos filhos por estar vinculada ao amor e à necessidade que seus genitores têm de discipliná-los. Portanto, consideram-na um ato para seu próprio bem. Todavia, atrás da naturalização das agressões estão várias outras implicações, como o fato de as crianças e os jovens servirem de bode expiatório para as frustrações dos pais (Guerra, 1985), além dos traumas que lhes são causados e que por vezes são irreversíveis.

Não bateu forte, não. O pai chegou só a dar um tapa, um tapa na cabeça, mas não é nada assim de forte. Ele só ameaça bater: 'Ah, vou te bater e não sei o quê', mas bater mesmo, não. (Mulher, escola particular, Brasília)

Violência entre os pais

Tem havido bastante investimento em pesquisa para se compreender de que forma o testemunho da violência, especialmente na família, pode interferir na saúde mental de crianças e adolescentes. Essa forma de vitimização pode ser tão danosa como a violência dirigida expressamente contra eles. Dependendo do significado dado a tal experiência, as consequências podem até ser mais graves do que os maus-tratos físicos ou verbais sofridos pelos jovens (Evans, Davies & Dilillo, 2008). Neste estudo, constatamos que 7,5% dos jovens viram um dos pais (ou responsáveis) agredir o outro e machucá-lo, e 24,9% presenciaram humilhações proferidas mutuamente pelo casal. Essa experiência atinge rapazes e moças e não se diferencia conforme a rede de ensino. Há, porém, distinções entre cidades em que moram os estudantes: os de Manaus são os que mais testemunham violência física (14,2%) e psicológica (30%) entre pai e mãe. Os jovens de Florianópolis são os que menos citam a exposição aos dois tipos de violência (4,9% e 20%, respectivamente).

Muitas falas dos estudantes deixaram patente o sofrimento por conviverem em um ambiente agressivo entre seus pais, mas muitos outros mostram naturalidade ao tratar do assunto, especialmente no caso da mulher como vítima da violência familiar:

Um cara tinha batido na namorada dele, acho que ele tinha até tacado o capacete nela com toda a força. Mesmo assim, quando foi ver, ela ainda estava lá com ele de novo. Nós estávamos até falando, mulher que apanha e continua com o homem é porque gosta de apanhar. É porque gosta. Minha mãe já passou por isso e muito. Minha mãe tinha um namorado. Ela dava de tudo para ele, sapato, roupa, tudo. Ele batia nela tanto que um dia nós tivemos que bater nele, entrar no meio da briga. Minha tia está com um homem há três anos. Só que nesses três anos ela apanha, apanha, apanha, já quebrou bacia, braço, perna, já apanhou demais, demais. Uma vez ele bateu nela e, como nós estávamos numa festa de aniversário dela, a minha família entrou. Aí ele veio pra bater em todo mundo. Tem vezes que se você denunciar, a mulher que está apanhando acha ruim. Nós fomos denunciar ele e minha tia achou ruim. Ela não quis deixar! (Mulher, escola pública, Belo Horizonte)

A violência na convivência entre os pais ou responsáveis mostra que o uso de agressões verbais e físicas é comum em famílias de diferentes inserções sociais e regiões do país. Grych e Fincham (1990), revisando estudos sobre associação entre a prática de violência física entre os pais e problemas de comportamento na infância, mostram que a maioria deles considera que crianças expostas a esse tipo de violência estão sob maior risco de manifestarem problemas comportamentais, agressividade exacerbada e dificuldades em cumprir regras sociais. Nos relatos dos participantes deste estudo, observamos o mal-estar que as agressões entre os pais provocam nos jovens, e muitos consideraram que seria preferível que eles se separassem.

Meu pai e minha mãe já brigaram feio. Meu pai deu um murro na minha mãe, aí foi horrível. Minha mãe saiu de casa, mas voltou no mesmo dia. Mas assim é uma judiada, eu acho, já rolava briga. Eu vi, entendeu? Tanto é que eu tentava defender minha mãe, mas meu pai é muito nervoso,

ele é grandão, ele é grosso, acho que é o jeito dele. Aí fica todo mundo lá contra ele. (Mulher, escola particular, Brasília)

Eu me sinto muito culpada realmente por causa deles dois, porque às vezes parece que se não tivesse eu eles não estariam brigando. Eu falo assim: 'Mãe, eu preciso ir num lugar', e meu pai faz logo um escândalo porque não quer que eu vá. Aí eles começam a brigar. Meu Deus, se eu não tivesse pedido não teria acontecido isso. Mas foi só um pedido simples, eles não estão brigando por causa de mim! (Mulher, escola particular, Florianópolis)

Lá pelos meus sete anos, dava dó. Uma vez meu pai comprou uma estante novinha, daí eles [pai e mãe] começaram a brigar: 'Ah, sua vagabunda'. E ele quebrou a estante, quebrou tudo. Ele sempre está estressado. Até brincando, qualquer coisinha fala: 'Ah, sua puta!' (Homem, escola pública, Cuiabá)

Se separar, separou, o que importa é que eu tenho pai e mãe! Eu não vou ficar dando palpite, não vou chorar nem nada. Se separar eu não acho agressão, não! (Homem, escola pública, Rio de Janeiro)

Um dos jovens de Cuiabá fala da violência física como uma forma de comunicação que vem de gerações em sua família e do quanto isso o perturba.

Meu avô batia muito no meu pai, tanto que ele fugiu de casa com dezessete anos. Ele me contou vagamente. Eu sei que ele já foi preso algumas vezes com uns vinte e poucos anos, que já morou na rua em São Paulo, no Rio de Janeiro, daí ele veio parar aqui em Cuiabá, mexendo com sapateiro, e conheceu minha mãe. Engraçado é que, assim, vocês estavam falando de ciúmes e de problemas familiares, eles só ficam brigando por coisas materiais. Dinheiro. Uma vez brigaram até por causa de um cachorro. Eu pergunto para minha mãe por que eles continuam juntos e ela fala que é por causa de mim, mas eu acho que é mentira, porque olha meu tamanho? Eu não sou mais criança. E eu acho que apesar de todas as brigas eles se amam, porque quando não estão brigando, que é a maior parte do tempo, de noite ficam fazendo carinho, se beijando. (Homem, escola pública, Cuiabá)

Relações entre violências na família e nas relações de namoro e do 'ficar'

A reprodução de comportamentos violentos entre casais ao longo de gerações tem sido aspecto debatido na literatura, focalizando-se os modelos de aprendizagem social, indicando que comportamentos e condutas violentas podem estar na base da transmissão da violência intergeracional. Sujeitos que vivem em ambiente familiar agressivo e abusivo apresentam maior probabilidade de desenvolver comportamentos violentos no futuro ou de serem vítimas de violências nas suas relações afetivas.

Vários argumentos dos jovens apontam nessa direção. A Tabela 22 apresenta dados que informam sobre a violência psicológica na família e sua associação com a violência que o jovem sofre no namoro; a Tabela 23 mostra a mesma relação no que se refere à violência física na família de origem dos jovens. As tabelas 24 e 25 repetem os mesmos resultados, desta feita para tratar da violência perpetrada pelos jovens em seus relacionamento afetivo-sexuais.

- Jovens vítimas de violência nas relações afetivo-sexuais e violência familiar

Constatamos que as várias formas de ‘violência psicológica’ sucedidas nas famílias dos jovens encontram-se associadas a sua vitimização nas relações afetivo-sexuais (Tabela 22).

A violência psicológica entre irmãos, praticada por meio de xingamentos e humilhações, mostra-se associada à vitimização por violência física e relacional no namoro ou no ‘ficar’.

A agressão verbal da mãe e do pai contra o jovem mostra-se associada a diversas formas de violência psicológica nos relacionamentos afetivo-sexuais, o que sugere que o aprendizado de formas desrespeitosas nos encontros afetivos começa a instalar-se no ambiente familiar: quando um jovem é vítima de violência relacional e verbal do parceiro, há 2,6 vezes mais chances de ele ter sofrido agressão verbal por parte da mãe do que os outros que não viveram essa experiência. A violência psicológica entre os pais mostra-se associada à vitimização do jovem nas relações do namoro ou do ‘ficar’ (1,7 vez).

Tabela 22 – Associações entre sofrimento de violência psicológica na família e vivência de violência nas relações afetivo-sexuais. Jovens (15-19 anos) de dez capitais brasileiras (Odds Ratio e intervalo de confiança)

	V. física sofrida (IC ^{95%})	Ameaças sofridas (IC ^{95%})	V. sexual sofrida (IC ^{95%})	V. relacional sofrida (IC ^{95%})	V. verbal sofrida (IC ^{95%})
Violência psicológica entre irmãos	1,43 (1,15-1,77)	1,41 (0,89-2,22)	1,33 (0,93-1,88)	1,76 (1,17-2,66)	1,33 (0,96-1,84)
Agressão verbal da mãe sobre o jovem	1,29 (0,79-2,11)	1,69 (1,17-2,46)	1,23 (0,75-2,04)	2,61 (1,61-4,25)	2,61 (1,70-4,01)
Agressão verbal do pai sobre o jovem	1,27 (0,96-1,67)	1,89 (0,86-4,18)	1,67 (1,17-2,38)	1,75 (1,28-2,41)	2,20 (1,35-3,57)
Violência psicológica entre pais	1,37 (0,93-2,02)	1,19 (0,93-1,53)	1,35 (0,84-2,18)	1,70 (1,15-2,49)	1,39 (0,86-2,22)

Obs.: valores estatisticamente significativos aparecem em negrito.

O exemplo de uma menina que não se relaciona bem com sua mãe ilustra como os problemas familiares podem acentuar as dificuldades nas relações entre namorados.

Porque minha mãe já não conversava muito comigo, não falava nada, não conversava de jeito nenhum, e eu muitas vezes colocava muito ele [namorado] em primeiro lugar na minha vida. Então eu acabava deixando minha mãe ainda mais em último lugar porque a gente não se dá bem desde pequena, nunca tive relação assim de tipo abraçar. Até hoje, não tenho isso. Está melhorando assim, eu estou tentando com o tempo, mas com ele piorava ainda mais porque eu dava mais atenção para ele, ele era em primeiro lugar. Então isso atrapalhava, e aí ele brigava comigo. Eu tinha que contar para minhas amigas, e eu não tinha aquela opinião de pessoas mais velhas, da minha mãe, de alguém mais experiente. (Mulher, escola particular, Brasília)

A Tabela 23 mostra a relação entre sofrer ‘violência física’ no namoro ou no ‘ficar’ de forma simultânea à violência familiar. Observamos associação constante entre a agressão física dos pais contra os filhos e quase todas as formas de violência física, sexual e psicológica no namoro.

Podemos verificar que quase todas as expressões de violência sofrida pelos jovens estão associadas à violência física menor e severa praticada contra eles por ambos os pais.

Apenas violência física e relacional sofrida pelos jovens no namoro ou no ‘ficar’ mostra-se associada à violência entre irmãos. O testemunho de violência entre os pais é cerca de três vezes maior entre os jovens que sofrem violência relacional, comparados com os que não passam por essa experiência.

Tabela 23 – Associações entre sofrimento de violência nas relações afetivo-sexuais e vivência de violência física na família de origem. Jovens (15-19 anos) de dez capitais brasileiras (*Odds Ratio* e intervalo de confiança)

	V. física sofrida (IC ^{95%})	Ameaças sofridas (IC ^{95%})	V. sexual sofrida (IC ^{95%})	V. relacional sofrida (IC ^{95%})	V. verbal sofrida (IC ^{95%})
Violência física entre pais	1,39 (0,86-2,25)	1,41 (0,66-3,02)	1,89 (0,90-3,98)	2,99 (2,05-4,38)	1,22 (0,44-3,41)
Violência física entre irmãos	1,63 (1,21-2,19)	1,28 (0,89-1,89)	1,16 (0,92-1,48)	1,74 (1,29-2,34)	0,80 (0,42-1,51)
Violência física menor da mãe	2,17 (1,45-3,25)	1,92 (1,55-2,37)	1,82 (1,48-2,24)	1,87 (1,22-2,88)	2,57 (1,80-3,66)
Violência física menor do pai	1,84 (1,41-2,39)	1,61 (1,18-2,21)	1,59 (1,18-2,15)	2,19 (1,44-3,31)	1,98 (1,40-2,79)
Violência física severa da mãe	1,96 (1,43-2,67)	1,89 (1,51-2,36)	1,90 (1,46-2,47)	1,89 (1,22-2,93)	2,36 (1,51-3,70)
Violência física severa do pai	2,52 (1,84-3,45)	1,61 (1,12-2,32)	1,91 (1,36-2,70)	2,69 (1,68-4,32)	1,40 (0,71-2,77)

Obs.: valores estatisticamente significativos aparecem em negrito.

- Jovens perpetradores de violência nas relações afetivo-sexuais e violência familiar

A Tabela 24 mostra que especialmente a violência verbal perpetrada nas relações de namoro ou no ‘ficar’ está associada à violência psicológica que ocorre no âmbito familiar. A violência física que acontece no namoro é a segunda forma mais associada.

Podemos destacar ainda a proximidade da violência psicológica entre irmãos às formas variadas de violência nas relações afetivo-sexuais.

Tabela 24 – Associações entre a prática de violência nas relações afetivo-sexuais e a vivência de violência psicológica na família de origem. Jovens (15-19 anos) de dez capitais brasileiras (*Odds Ratio* e intervalo de confiança)

	V. física perpetrada (IC ^{95%})	Ameaças perpetradas (IC ^{95%})	V. sexual perpetrada (IC ^{95%})	V. relacional perpetrada (IC ^{95%})	V. verbal perpetrada (IC ^{95%})
Violência psicológica entre pais	1,48 (1,00-2,20)	1,43 (1,08-1,90)	1,02 (0,69-1,51)	1,85 (0,95-3,59)	1,95 (1,24-3,07)
Violência psicológica entre irmãos	1,71 (1,28-2,28)	1,44 (0,91-2,27)	1,46 (1,10-1,94)	2,14 (1,31-3,50)	1,50 (1,02-2,48)
Agressão verbal da mãe	1,89 (1,11-3,24)	1,98 (1,09-3,59)	1,22 (0,81-1,85)	1,58 (0,75-3,31)	2,21 (1,73-2,81)
Agressão verbal do pai	1,72 (1,31-2,24)	2,08 (1,08-4,02)	1,40 (0,98-2,01)	1,74 (1,29-2,34)	2,20 (1,25-3,89)

Obs.: valores estatisticamente significativos aparecem em negrito.

A maioria das violências que acontecem no namoro ou no ‘ficar’ correlaciona-se às agressões psicológicas que incidem na família.

Observamos que jovens que perpetraram violência sexual e ameaças são os que mais sofrem violências físicas de seus pais e mais testemunham agressões entre eles e entre os irmãos (Tabela 25). Podemos destacar que quem perpetraram ameaças tem 2,1 vezes mais chances de ter sofrido violência física severa da mãe, em comparação com quem não teve tal experiência. Dos jovens que afirmam ter cometido violência sexual, a chance de eles terem sofrido violência severa do pai é 2,1 vezes maior do que aqueles que não passaram por tal situação.

Tabela 25 – Associações entre a prática de violência nas relações afetivo-sexuais e a vivência de violência física na família de origem. Jovens (15-19 anos) de dez capitais brasileiras (*Odds Ratio* e intervalo de confiança)

	V. física perpetrada (IC ^{95%})	Ameaças perpetradas (IC ^{95%})	V. sexual perpetrada (IC ^{95%})	V. relacional perpetrada (IC ^{95%})	V. verbal perpetrada (IC ^{95%})
Violência física entre pais	0,89 (0,52-1,53)	1,23 (0,79-1,92)	1,66 (1,06-2,60)	1,95 (1,17-3,28)	1,25 (0,41-3,86)
Violência física entre irmãos	1,84 (1,41-2,41)	1,66 (1,17-2,36)	1,38 (0,91-2,08)	1,72 (1,22-2,43)	0,99 (0,50-1,97)
Violência física menor da mãe	2,06 (1,61-2,64)	1,87 (1,63-2,15)	1,51 (1,09-2,09)	1,24 (0,72-2,14)	2,34 (1,63-3,37)
Violência física menor do pai	1,39 (0,91 - 2,12)	1,89 (1,45-2,47)	1,61 (1,26-2,06)	1,32 (0,91-1,92)	2,39 (1,32-4,33)
Violência física severa da mãe	2,27 (1,57-3,28)	2,14 (1,78-2,57)	1,66 (1,22-2,25)	1,49 (0,84-2,63)	2,17 (1,27-3,71)
Violência física severa do pai	1,86 (1,14-3,00)	1,65 (1,17-2,33)	2,08 (1,38-3,12)	1,36 (0,87-2,15)	1,56 (0,58-4,21)

Obs.: valores estatisticamente significativos aparecem em negrito.

Alguns estudos reforçam os achados encontrados neste capítulo de inter-relação entre as formas de violência, embora ainda haja muito a ser investigado sobre os diferentes arranjos que acontecem (Bandura, 1973). Tais achados reforçam a hipótese de uma tendência de a pessoa maltratar ou ser maltratada quando ela cresce em contexto social violento. Portanto, a família, local de socialização primária, é também espaço em que os jovens apreendem os papéis desempenhados pelas figuras-modelo. Se nesse ambiente existem episódios agressivos e abusivos, a chance de que crianças, jovens e adultos os reproduzam é maior, potencializando-se, assim, a violência social (Minayo & Souza, 1997).

Oliveira e Sani (2009) dizem que os comportamentos socialmente aprendidos no meio familiar são frequentemente reproduzidos pelos adolescentes nos espaços extrafamiliares, configurando-se muitas vezes em atitudes de permissividade e violência nas relações de intimidade. Os adolescentes tornam-se, assim, transmissores culturais dessa conduta, que gera para si mesmos conflitos interpessoais e risco de se tornarem tanto agressores quanto vítimas, com a possibilidade de perpetuarem a violência intergeracional.

Estudo realizado por Halpern e colaboradores (2001) destaca que características individuais e contexto familiar associados a comportamentos como agressividade generalizada e abuso de substância leve ou grave são evidentes nas histórias de adolescentes perpetradores ou vítimas de violência entre pares. Exposição à violência na família de origem, associada a outros fatores ou dimensões relacionadas a práticas parentais inadequadas, como baixo nível de monitoramento, falta de regras e limites, provavelmente contribui para ampliação de conflitos em lugar de solucioná-los e para relações interpessoais conturbadas. Esses autores ressaltam ainda que as características e histórias pessoais das duas pessoas envolvidas em uma relação se combinam entre si para produzir relações violentas. Quando ambos acumulam riscos, a violência como resolução de conflitos torna-se uma prática com maiores chances de acontecer. No entanto, quando uma pessoa da relação está em menor exposição a tais situações, as chances de esse indivíduo interferir propondo processos interpessoais mais construtivos aumentam.

Importante também ressaltar que, segundo a ‘teoria da aprendizagem social’, jovens de famílias sem histórico de violência têm maior probabilidade de desenvolver modelos positivos nas relações, assim como formas mais eficazes de lidar com conflitos. Um passado familiar sem violência pode ser visto como um fator de proteção relativo a experiências relacionais futuras (Kwong *et al.*, 2003)

Alguns estudos comprovam que jovens com histórias de maus-tratos estão especialmente em risco de desenvolver dificuldades de relacionamento (Wekerle & Avgoustis, & 2003), tendo 3,5 vezes mais chances de se envolverem em violência doméstica quando adultos.

Wolfe e colaboradores (2001) ressaltam que maus-tratos familiares na infância têm uma correlação distal com a violência entre casais de namorados. No entanto, existem estudos que apresentam dados contraditórios, indicando que a violência parental também pode

reduzir a probabilidade de se experimentar ou perpetrar a violência em uma relação de namoro (Jackson, 1999).

Enfim, reitera-se que a associação entre violência na família de origem e a subsequente violência nas relações de namoro dos adolescentes é consistente, mas certamente não é a única forma de se explicar a transmissão desse problema social, indicando a limitação da teoria da aprendizagem social. Todos os seres humanos têm potencial de transformação, apesar das circunstâncias difíceis que vivenciaram. Uma parte significativa dos jovens que testemunha violência em suas famílias não pratica ou não é vítima de comportamentos violentos, o que pode ser resultado de características internas do sujeito e de condições sociais e culturais diferenciadas que lhe permitem agir de forma distinta à que foi exposto no passado.

Neste capítulo, ressaltamos que a socialização dos jovens em um ambiente comunitário e familiar violento tem o potencial de torná-los mais vulneráveis a cometer agressões contra seus parceiros afetivo-sexuais e a adotar a violência como uma forma de comunicação com o parceiro afetivo. Para os que vivem em tal situação, geralmente a base da violência foi estruturada e organizada na infância e é ativada e potencializada na adolescência (Earls, Cairns & Mercy, 1993).

A violência comunitária mostrou-se próxima ao cotidiano dos jovens estudantes das redes pública e privada e muito disseminada nas capitais pesquisadas. Dentre os locais em que mais foi citada essa forma de violência estão as capitais das regiões Norte (especialmente Manaus), Nordeste e Centro-Oeste (com exceção de Brasília).

Também a violência familiar cerca o dia a dia dos jovens em geral: tanto a violência causada pelos pais quanto a que o jovem testemunha entre eles. Destaca-se a maior prevalência de violência física cometida pelos pais de jovens das escolas públicas. Estudo similar com adolescentes de uma cidade do Rio de Janeiro não mostrou diferenciação desse tipo de violência entre os alunos de escolas públicas e particulares (Assis, Pesce & Avanci, 2005). Já um estudo qualitativo realizado em Porto Alegre (RS) evidenciou que a punição física grave por parte dos pais, frequente ou ocasional, ocorreu entre os jovens de escolas públicas, praticamente duas vezes mais que entre os jovens de escolas particulares (Meneghel, Giugliani & Falceto, 1998). Ainda existe escassez de estudos dessa natureza, e as distintas metodologias utilizadas dificultam comparações analíticas.

Observamos ainda que os jovens estão expostos a importantes fatores de risco e constatamos que, para muitos, são escassos os fatores de proteção. Os fatores de risco culturais, familiares e individuais se tornam mais potentes para os jovens com poucas possibilidades de ajuda em seu entorno.

Contudo, ressaltamos que a vivência da violência em diferentes contextos está associada às diversas formas conflituosas e abusivas que ocorrem na relação afetivo-sexual,

mas não é diretamente responsável por elas. Fatores de risco mais específicos, como participar de grupos de amigos conflituosos, prática disciplinar muito rígida e ríspida dos pais e certas características pessoais são cruciais e podem afetar mais diretamente o jovem (Furman, Brown & Feiring, 1999).

A capacidade de superação de experiências de violência, sobretudo ajudada por redes sociais de apoio, é fator de proteção importante para o desenvolvimento dos jovens. A resiliência na adolescência vem de características temperamentais e do fortalecimento do sistema básico de proteção do indivíduo. Especialmente na juventude, a superação de adversidades se constrói por meio de relacionamentos construtivos dentro e fora da família e da comunidade. Portanto, a combinação positiva entre o estímulo ambiental e os recursos pessoais do jovem é capaz de propiciar a interrupção do ciclo da violência em que muitos cresceram e vivem (Luthar & Ziegler, 1991).

Assim, um ponto importante que não foi diretamente abordado neste capítulo e que precisa ser considerado no comportamento afetivo-sexual violento são as características psicológicas dos adolescentes. A agressividade, a impulsividade não contida e os problemas de baixa autoestima interagem dinamicamente com o ambiente, induzindo ao comportamento violento e antissocial (Bronfenbrenner, 1996). O jovem com problemas de controle da agressividade encontra dificuldades para modelar suas emoções e tem tendência para atribuir aos outros as causas de seus problemas e insucessos. Encontramos associação entre pouca flexibilidade e dificuldade nos relacionamentos por parte dos jovens e sentimentos de abandono e de sofrimento causados por problemas de violência sofridos na infância (Furman, Brown & Feiring, 1999).

Enfim, os vários problemas de socialização que ocorrem nessa etapa da vida no âmbito familiar, comunitário e escolar, aliados aos apelos dos diversos contextos sociais em que os jovens vivem, criam a possibilidade de relacionamentos afetivo-sexuais violentos que, certamente, são potencializados em virtude de características individuais agressivas. Em nenhum momento podemos nos distanciar do peso da cultura tradicional de relação entre os gêneros que, embora travestida de muitas roupagens novas, continua a ditar os parâmetros que asseguram o machismo e o patriarcalismo também nas práticas relacionais entre os jovens, evidenciando comportamentos que se perpetuam ao longo da história.



PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA NAS RELAÇÕES AFETIVO-SEXUAIS

*Kathie Njaine
Queiti Batista Moreira Oliveira
Fernanda Mendes Lages Ribeiro
Maria Cecília de Souza Minayo
Regina Bodstein*

Neste capítulo, analisamos as questões que envolvem o apoio e a atenção aos adolescentes em situação de violência nas relações afetivo-sexuais com o objetivo de propiciar uma reflexão sobre formas de prevenção. São estudados os tipos de apoio que os jovens recebem ou que gostariam que existissem na escola, na família, na mídia, nos serviços de saúde e em outros espaços de sua convivência.

No Brasil, inexistem experiências consolidadas de prevenção à violência no namoro ou no ‘ficar’ entre adolescentes e jovens, e o tema é pouco destacado nos estudos sobre a adolescência de modo geral. Está presente, porém, no relato de algumas pesquisas sobre sexualidade, doenças sexualmente transmissíveis e Aids (Taquette *et al.*, 2003; Ruzany *et al.*, 2003). Um pressuposto para a lacuna de investigações sobre essa temática é que as questões sobre namoro e ‘ficar’ ainda são tratadas como problemas da esfera privada, e a própria adolescência é concebida como uma etapa transitória e efêmera.

Os jovens que participaram da pesquisa sobre violência no namoro nas dez capitais brasileiras nos convenceram da importância dessas experiências em suas vidas e nos revelaram a existência de várias situações violentas presentes nos relacionamentos. Ao nos confidenciar seus problemas e o impacto desses eventos sobre sua saúde física, emocional e sexual, os jovens fazem uma inflexão sobre os caminhos para a construção de medidas de intervenção que visem a tornar suas relações mais saudáveis e sem violência. Essa importante interlocução com os participantes da pesquisa reconstrói possibilidades de prevenção às diferentes formas de violência e joga luzes no campo da sociabilidade e da promoção da saúde desse grupo.

Em seus depoimentos, os adolescentes elegeram os diversos ‘atores referências’ para sua vida – como pais, professores, profissionais de comunicação, de saúde e religiosos – como as pessoas mais experientes para ajudá-los a compreender, a superar os conflitos inter-relacionais e a estimular relacionamentos afetivos que lhes tragam alegria e confiança. Wolfe, Wekerle e Scott (1996) sugerem que não foquemos apenas nos

comportamentos violentos para, em seguida, propor ações de prevenção. Esses autores insistem na necessidade de promoção da saúde e de direitos, e mostram como é essencial atuar no estabelecimento de vínculos de confiança, de acolhimento e de liberdade para que os jovens se sintam à vontade para expressar sentimentos, como raiva, dor e alegria.

Procuramos, com base nos depoimentos, indicativos dos próprios jovens que possam subsidiar ações de prevenção à violência no namoro e no 'ficar', balizando-os em experiências internacionais (Hickman, Jaycox & Aronoff, 2004; Foshee & Arriaga, 2004; Kuffel & Katz, 2002). Nossa preocupação é propor ações que contribuam efetivamente para a desnaturalização e a diminuição da violência nas relações afetivo-sexuais, evitando que sua prática se torne um padrão para a vida adulta.

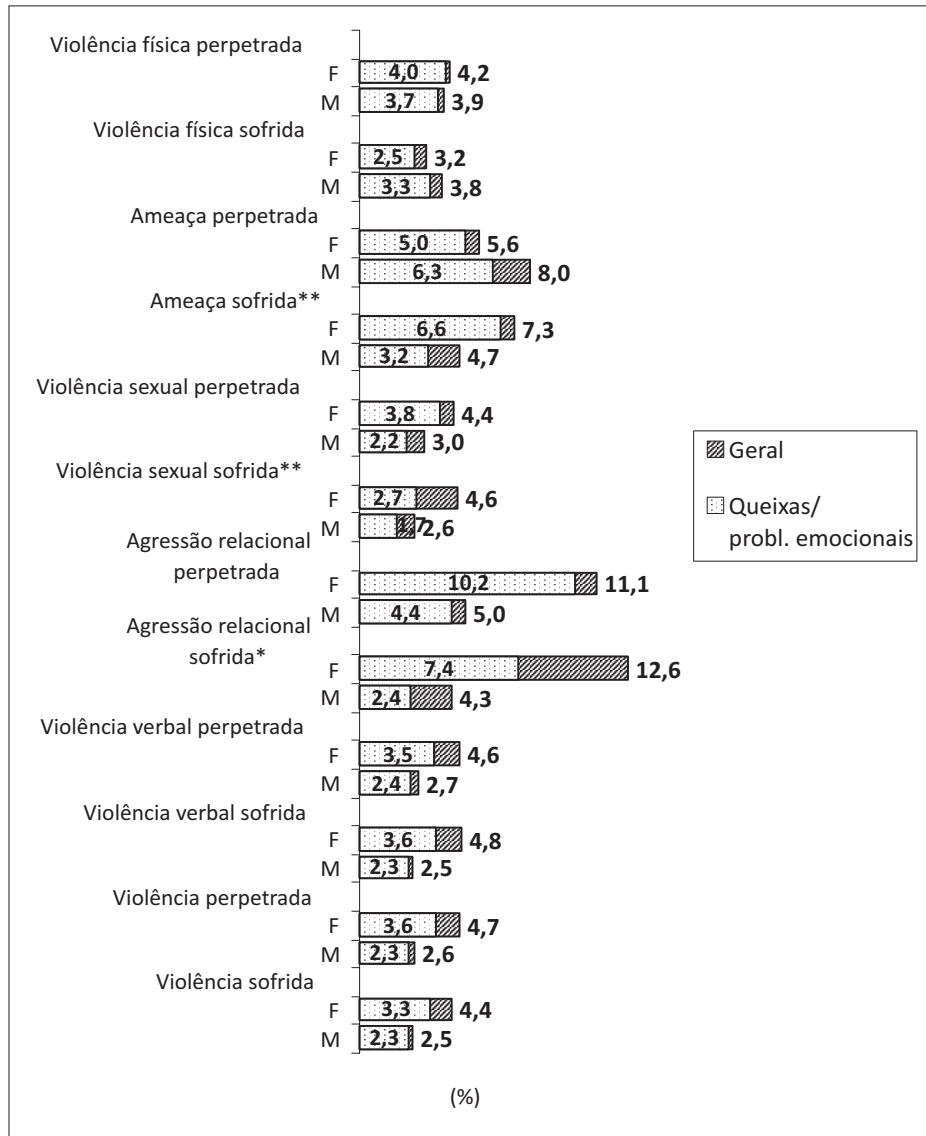
BUSCA DE AJUDA

Ao analisar os dados quantitativos, verificamos que os adolescentes, independentemente de estrato social e de região do país, raramente procuram ajuda para resolver situações de violência no namoro ou no 'ficar'. Do total de 3.205 jovens entrevistados na pesquisa, apenas 3,5% afirmaram já ter solicitado 'apoio profissional' por causa de algum tipo de agressão dentro do relacionamento amoroso, seja no namoro, seja no 'ficar'.

A busca de ajuda profissional varia de acordo com os tipos de violência e com o sexo (Gráfico 30). Do pequeno grupo que buscou ajuda, a procura foi principalmente motivada por problemas emocionais decorrentes de violência relacional perpetrada ou sofrida. Exemplificando, 11,1% dos jovens que praticam ou sofrem essa forma específica de violência procuraram ajuda profissional, e a quase totalidade (10,2%) o fez devido a problemas emocionais, indicando haver um impacto significativo para o jovem quando o parceiro 'mancha' sua imagem para os pares. Os jovens que são vítimas ou perpetram ameaças seguem em frequência, no que se refere à busca de ajuda profissional. As agressões emocionais não são concebidas aqui como atos polarizados, em que um pratica e o outro é vítima, pois envolvem relações e contextos individuais, familiares e sociais, conforme indicam outros estudos (OMS, 2002).

A busca de ajuda é similar entre os jovens de ambos os sexos, mas com exceções: meninas sofrem mais ameaças, violência relacional e sexual e procuram mais do apoio que os rapazes (Gráfico 30).

Gráfico 31 – Procura de ajuda profissional devido à violência nas relações afetivo-sexuais de jovens (15-19 anos) de dez capitais brasileiras, segundo o sexo



*p < 0,01.
 **P < 0,05.

Além de profissionais, indagamos aos jovens que outras pessoas buscam em casos de violência no namoro ou no ‘ficar’. Constatamos que os amigos são os mais procurados (45,9%), seguidos pelos familiares (24,2%). Profissionais religiosos (3,6%), de saúde (3,3%) e professores (2,6%) são citados com menor frequência.

Ao perguntar, de forma mais hipotética, quem seria a pessoa mais indicada para ajudar o jovem em caso de violência no namoro ou no ‘ficar’, vimos situação invertida:

os familiares são os primeiros a serem lembrados (46%), seguidos pelos amigos (22,1%). Os profissionais de saúde foram mencionados por 13,4% dos jovens, seguidos pelos educadores e religiosos (1,5% cada).

Perguntamos também aos jovens que tinham procurado ajuda devido a problemas no relacionamento amoroso como eles avaliam o apoio recebido. Verificamos que 90% o julgam bom ou excelente, indicando que efetivamente encontraram ajuda para lidar com suas dificuldades.

Os adolescentes expressam de várias formas suas dificuldades para lidar com situações de violência no namoro e no ‘ficar’ e para obter suporte emocional por parte da família, da escola e dos serviços de saúde. A ajuda profissional, quando identificada, geralmente provém da psicologia. Como apontado anteriormente, em geral os ‘amigos mais próximos’ são os mais procurados para compartilhar confidências e decisões nos momentos de insegurança e medo, sobretudo quando se veem ameaçados ou sofrem violências nas relações. Entretanto, muitos se veem de fato sozinhos para lidar com essas situações no relacionamento, sem qualquer orientação ou interlocução com aqueles que consideram suas referências: “Eu procurei em primeiro lugar a minha religião, meus pais, geralmente eu não vou por eles. Eu vou de acordo com minha religião e meus amigos” (Homem, escola pública, Brasília);

Quando a gente ia terminar, ele disse para mim que queria me bater. Eu até falei com minha mãe: ‘Mãe, sei lá, eu tenho que ir num psicólogo, estou mal’. Aí minha mãe: ‘Que nada, [você é] uma menina sadia’. Aí eu fiquei quieta porque ela não sabia o que estava acontecendo comigo. Eu estava tentando me matar, coloquei remédio no copo para beber [veneno para rato]. (...) Os pais da gente são os últimos a perceber, as pessoas de fora percebem mais. (Mulher, escola pública, Cuiabá)

Indagamos nas entrevistas individuais e nos grupos com os jovens sobre como – e com quais pessoas ou instituições – poderiam ser abordadas as questões sobre violência no namoro e no ‘ficar’. Dentre as opções estavam professores, familiares, profissionais de comunicação e de saúde e outros. Os jovens, independentemente de sexo e de estrato social, elegem a ‘família’ para trabalhar essa temática, representada sobretudo pela figura dos pais como as pessoas em quem mais confiam. No entanto, a ‘escola’ foi a escolhida pela maioria como o espaço ideal para se desenvolverem ações de prevenção, inclusive envolvendo os pais como parceiros. A ‘mídia’ também foi avaliada pelos adolescentes como um meio importante para veicular mensagens para a juventude sobre questões de violência, porém os jovens fazem severas críticas aos conteúdos que ela transmite, demonstrando o pouco uso desse espaço na prevenção. Os ‘amigos’ são referidos, na maioria das vezes, como pessoas com quem contam para desabafar e trocar informações, mesmo que, em razão da pouca maturidade, não consigam muitas vezes orientar e aconselhar nos casos de violência no namoro ou em outras situações difíceis. Os ‘serviços de saúde’ e outros espaços possíveis de apoio aos jovens que vivenciam violência nas relações afetivo-sexuais são raramente citados, embora se saiba que muitos casos graves relacionados a esse tipo de violência chegam a esses serviços de forma frequente. Esse

fato nos indica a pouca visibilidade que os serviços de saúde têm para os jovens como potencial de orientação, apoio, escuta e promoção da saúde.

O APOIO DA FAMÍLIA: ENTRE O REAL E O IDEALIZADO

Muitos casos que envolvem violência no namoro ou no ‘ficar’ são omitidos dos pais por parte dos jovens. Um estudo realizado por Zagury (2003) constatou que 87% deles confessam fazer coisas escondidas dos pais, sendo essa uma de suas características nessa etapa da vida. A pesquisa citada mostra que esse comportamento é caracterizado pela distorção ou omissão dos fatos ou mesmo pela mentira, podendo, inclusive, afastar o adolescente da família. Em nosso estudo, muitos jovens disseram que ocultam fatos que envolvem violência no namoro por vergonha, medo ou dificuldade de diálogo com a família. Nas capitais onde o estudo foi realizado, somente cerca de um em cada quatro jovens disse ter procurado a ajuda dos pais. Entretanto, 46% deles consideram que os familiares são as principais pessoas que podem ajudá-los em casos de violência nas relações afetivo-sexuais. Apesar de idealizarem uma relação aberta com os pais, sem constrangimentos, na qual possam conversar sobre seus medos, dúvidas e sentimentos sobre a vida afetivo-sexual, muitos jovens revelam que sentem grandes dificuldades de comunicação familiar.

A relação de muitos adolescentes com suas famílias é conflituosa. A existência de uma expectativa de serem compreendidos pelos pais coexiste com uma revolta contra o controle excessivo que os familiares exercem sobre seus namoros. Como revela uma menina: “Primeiro recriminam para depois dar conselho, por isso que eu e alguns filhos não procuramos a ajuda dos pais” (Menina, escola particular, Recife).

As meninas, de forma geral, relataram sofrer controle maior por parte dos pais e dos irmãos.

A primeira vez que eu falei que eu estava namorando já ficaram me olhando assim. Eu nunca fiz nada de errado na minha vida, nada, minhas notas são ótimas, nunca trouxe problema nenhum, aí eles já vieram com cara de desconfiança. (Mulher, escola particular, Belo Horizonte)

Os meninos que participaram da pesquisa afirmaram que os pais precisam ter mais diálogo com os filhos sobre o relacionamento amoroso para lhes dar apoio quando precisam. Mas principalmente eles relatam que não têm comunicação com a família ou interagem somente ou com o pai ou com a mãe. De modo geral, os meninos acusam os pais de conversarem pouco ou nada sobre as experiências afetivo-sexuais dos filhos.

A maioria dos meninos e meninas declarou ter muitas dificuldades de se abrir com os pais, e de relatar seus problemas de relacionamento para um dos progenitores. Apesar das dificuldades, a maioria acredita que a família deva ser a base da educação dos filhos e precisa ampliar seu olhar para os problemas da adolescência.

Eu acho que poderia ajudar mais é a escola e a família, porque é onde mais o adolescente está. (...) na família poderia ter um diálogo mais aberto entre pai e filho, mãe e filha, e na escola ter

tipo pessoas virem fazendo palestra sobre isso e abordar sobre o assunto da violência. (Homem, escola pública, Brasília)

Na prática, meninos e meninas buscam entender sozinhos seus conflitos no namoro ou no ‘ficar’. “Eu resolvi [a briga], só eu e ele mesmo, e não falei para ninguém. Escondi da minha mãe” (Mulher, escola pública, Manaus); “Meu pai não está nem aí! Meu pai nunca me deu uma camisinha! Quem faz isso é meu irmão” (Homem, escola particular, Porto Alegre).

Muitos disseram pedir ajuda a amigos que consideram íntimos, geralmente colegas da escola. A intimidade com os amigos não significa falta de confiança na família. Mas no que concerne ao namoro, muitas jovens dizem quase em coro: “As amigas sabem mais que mãe” (Mulheres, escola particular, Belo Horizonte).

Nas entrevistas em grupo, meninos e meninas ressaltaram em vários momentos a confiança que têm no papel da escola e no da família na prevenção da violência, embora, como já vimos apontando, há várias dificuldades nas relações com essas instituições: “Se tivesse um psicólogo, uma pessoa própria para tratar desses assuntos com os alunos, interagindo com os alunos, com certeza ajudaria” (Mulher, escola pública, Manaus).

Convivências positivas com a família também foram relatadas, como a amizade com o pai, com a mãe ou com ambos, com irmãos, com tios e com avós, propiciando um ambiente afetivo e de acolhimento para os jovens. As figuras de referência no espaço familiar se alternam no cuidado, na proteção e na orientação ao adolescente quando necessário, trazendo segurança ao jovem para falar sobre seus conflitos. Como diz uma jovem no grupo de uma escola pública de Recife, “minha avó me dá mais conselhos”, o que, segundo afirma, a ajuda a se prevenir de situações de violência. Alguns depoimentos são relevantes para compreendermos esses contextos de apoio: “Muita gente tem vergonha de falar para mãe o que aconteceu, mas eu acho que é a melhor solução, pelo menos para mim foi. Eu falei mesmo, eu estava chorando muito” (Homem, escola pública, Brasília); “Com meu irmão mais velho, sou bem aberto com ele (...). Ele já falou várias coisas para mim que eu precisasse” (Homem, escola particular, Porto Alegre); “Sempre quem escuta mais é a mãe. Pode contar que ela vai te escutar, e nem sempre a amiga vai te escutar e te aconselhar do mesmo jeito que a mãe” (Mulher, escola pública, Rio de Janeiro);

Geralmente, eu converso ou com minha irmã ou meus amigos, meus primos. Quanto aos meus pais, a gente é superligado, mas não tenho tanta afinidade para esses assuntos. Converso com minha irmã, porque ela tem personalidade muito parecida com a minha, é mais nova. (Homem, escola pública, Florianópolis)

A figura da mãe foi a mais lembrada quando se trata de conversar sobre as angústias e dúvidas. O distanciamento ou mesmo a ausência da figura do pai foi apontado por muitos meninos: “Eu acho que o pai tem que chegar e falar: ‘Como é que está indo seu namoro, meu filho, como é que está como a namorada?’” (Homem, escola pública, Belo

Horizonte); “A conversa máxima que eu tive com meu pai desse tipo foi: eu ir viajar e ele me deu uma caixa de camisinha. ‘Olha, vai no meu quarto, pega no guarda-roupa isso e leva’. Pronto” (Homem, escola pública, Brasília).

As relações entre pais e filhos são marcadas por diferenças de gênero. Para as meninas, o tratamento que recebem do pai nem sempre é igual ao que é dado aos filhos homens. Pais e filhos homens estabelecem, em alguns casos, uma cumplicidade pautada pela ideia de conquista e virilidade, o que facilita uma forma de comunicação: “Eu converso com meu pai. Com o pai é sempre mais fácil, porque é homem com homem” (Homem, escola pública, Florianópolis).

Os adolescentes sugerem que programas de prevenção à violência incluam os pais nas ações, pois acreditam que muitos não sabem conversar sobre relações afetivas e sexuais com os filhos, não aceitam falar sobre sexualidade ou se sentem inseguros. “Há uma barreira muito grande. Há pais que não sabem lidar e aqueles que precisam falar mais conosco”, afirma o jovem de uma escola particular de Recife. “Deveria haver orientação para os adultos. Eu acho que é bem legal para os pais saberem como orientar os filhos”, revela uma moça de escola particular de Teresina.

A relação da família com a escola tem sido um tema bastante discutido em vários estudos, principalmente no que se refere à responsabilidade de educar, tarefa que os pais esperam compartilhar com os educadores. Por sua vez, a escola espera que a família faça o mesmo e refere-se aos pais como omissos em relação à educação e ausentes do cotidiano escolar (Minayo, Njaine & Assis, 2004). Estudos que discutem a participação da família e da escola na prevenção ao uso de drogas destacam seu papel como as instituições mais importantes na transmissão e na assimilação de conhecimentos, hábitos e atitudes para os adolescentes (Tondowski & Henriksson, 2007; Schenker & Minayo, 2005; Costa & Gonçalves, 1988; Araldi, Njaine & Oliveira, s.d.).

Mas, de modo geral, os adolescentes dizem que não há um interesse por parte da sociedade no que se refere a suas experiências de namoro, seus sentimentos, suas decepções ou às violências que porventura ocorrem nessas relações. Como já foi referido no capítulo 1, o jovem nunca foi tão valorizado nem sua imagem tão usada como forma de eternizar essa etapa da vida, vender produtos e aprisionar os próprios adolescentes na teia consumista (Savage, 2009b; Bauman, 2004; Kehl, 2004). Esse interesse é unicamente mercadológico, não importando outras questões relacionadas a esse grupo etário.

Eu acho que as pessoas não estão nem um pouco interessadas, só querem saber se o jovem está fumando droga, se já está vendendo droga. Eles não querem saber dos sentimentos dos jovens, se está bem com o namorado ou está ruim. Eu acho que eles deviam ter mais diálogo com o jovem, assim como vocês [pesquisadores] estão fazendo. (Mulher, escola pública, Manaus)

O tema da sexualidade na adolescência, por exemplo, ainda é um tabu que precisa ser enfrentado na sociedade. O modo como essa temática é tratada na maioria das vezes incomoda os jovens pela maneira prescritiva e pela pouca possibilidade de interlocução. Esse fato acaba afetando a comunicação com os mais velhos, sejam eles pais, sejam professores, profissionais de saúde ou outros.

O APOIO DOS AMIGOS E DOS COLEGAS E A IMPORTÂNCIA DO PARTILHAR

Embora muitos jovens recorram aos amigos nos momentos de crise nos relacionamentos afetivo-sexuais, interpretamos que a pouca experiência deles com os problemas vividos os faz mais confidentes do que conselheiros. Por isso, os amigos são lembrados principalmente por estarem próximos e por viverem problemáticas semelhantes, e são sempre comparados, sobretudo, com os pais, que ao mesmo tempo que consideram que não são capazes de entendê-los, são seus verdadeiros esteios nas dificuldades: “É mais fácil falar com pessoa da nossa idade do que com alguém mais velho” (Homem, escola pública, Florianópolis).

As conversas sobre as questões afetivo-sexuais com os amigos partem da premissa de que determinados temas são tabus e interditos no ambiente familiar e que certos comportamentos são reprovados pelos pais. Mesmo quando existe amizade e bom diálogo com os progenitores, alguns assuntos constituem ‘papo’ de colegas e amigos: “Conversa mesmo é com os amigos primeiro. Falar de sexo com os pais é uma coisa estranha”, afirmou um estudante de escola pública de Porto Alegre.

Alguns dos motivos que os jovens alegam para não escolher os pais como seus interlocutores em temas afetivo-sexuais é a crença de que a diferença geracional impede os progenitores de compreender os filhos: “Na minha casa não tem essas coisas, minha mãe não tem diálogo” (Mulher, escola pública, Cuiabá); “De um tempo para cá mudou esse conceito de namoro, de ‘ficar’. Os pais não podem dar conselhos. Poder eles podem, mas não vão se sair tão bem quanto o conselho de um amigo que tem a nossa idade” (Homem, escola pública, Florianópolis).

Os amigos, todavia, nem sempre são aptos para ajudar, dependendo da gravidade do problema, ou mesmo porque influenciam uns aos outros, frequentemente sem critérios adequados. Por isso, alguns jovens parecem entender que os amigos podem ter um papel positivo ou negativo: “Amigo é muito bom e amigo é uma desgraça” (Homem, escola particular, Cuiabá); “Tem uns que dão conselho para te ferrar” (Mulher, escola particular, Belo Horizonte); “Tem amigo que te ferra, que bota pilha em você” (Homem, escola pública, Rio de Janeiro).

Alguns adolescentes reconhecem, porém, a importância de um amigo mais velho, que pode ser uma alternativa em face da dificuldade que sentem de se comunicar com os pais.

IMPORTÂNCIA DO APOIO, DO CONVÍVIO E DO CRESCER NA ESCOLA

A escola poderia ter uma presença mais marcante no que se refere à problematização da violência nos relacionamentos afetivo-sexuais entre adolescentes se aproveitasse a abertura que tem para discutir questões relacionadas à sexualidade. Constatamos que 56,7% dos entrevistados tiveram, no ano anterior à pesquisa, alguma palestra ou aula sobre educação sexual. Esse assunto foi mais tratado nas classes do ensino público (59,4%) do que nas do particular (48,6%). Vale destacar que alunos de algu-

mas cidades são privilegiadas com discussões sobre educação sexual, como é o caso de Porto Velho (66,6%), Cuiabá (66,5%), Manaus (63%), Belo Horizonte (62,7%) e Porto Alegre (62,4%).

Esses dados permitem vislumbrar o porquê de a escola ter sido eleita pelos adolescentes como uma das principais instituições potencialmente capazes de melhor abordar o tema do namoro, do ‘ficar’ e da violência nos relacionamentos amorosos. Entretanto, nos questionários, somente 1,5% dos jovens apontaram os professores como as pessoas mais indicadas para ajudá-los. Em uma escala de preferência, os educadores vêm abaixo da família, dos amigos e dos profissionais de saúde. Na prática, somente 2,6% dos adolescentes procuraram ajuda. Mas é importante ressaltar que, apesar de muitas oferecerem conteúdos sobre sexualidade e doenças sexualmente transmissíveis e Aids, as escolas não incluem discussões sobre relações amorosas entre adolescentes, atuando, em alguns casos, mais como uma repressão do namoro, do beijo e das manifestações afetivo-sexuais no espaço escolar.

A escola se mostra por vezes despreparada e desamparada para ser suporte e enfrentar os desafios trazidos pelos adolescentes. No entanto, por ser lembrada como um ambiente de extrema importância em suas vidas, sua responsabilidade é grande quanto ao apoio e à escuta. É nesse espaço de socialização secundária que os jovens fazem amigos e muitas vezes conhecem seus primeiros parceiros afetivos. Por isso, a valorização do espaço escolar é muito importante em termos de desenvolvimento de intervenções, uma vez que as propostas pedagógicas devem focar os valores de educação para a vida.

A escola, contemporaneamente, é designada a cumprir uma série de funções e a dar conta das constantes mudanças da sociedade, ao mesmo tempo que seus formatos pedagógicos são cada vez mais questionados.

O momento privilegiado de crise nas várias esferas da vida humana em seus aspectos econômicos, políticos, sociais, culturais e subjetivos gera também uma forte carga de angústia e de incertezas sobre o sentido das instituições de ensino, da sua missão e do exercício da docência. Em geral, eles [os professores] estão tomados pela insegurança advinda da ideia de que, em uma práxis pós-moderna, perderiam sua função. (...) Hoje, o acesso à informação sobre quase todos os assuntos está na Internet e em outros meios de comunicação e de domínio público, que extrapolam o ambiente escolar. (Minayo, Njaine & Assis, 2004: 29)

O professor e a escola podem ser importantes aliados do aluno, pois em que pese a forte concorrência com os meios eletrônicos, a longa permanência nesse ambiente de socialização e de convívio social é marcante na vida dos adolescentes. O profissional da educação estabelece com os jovens um contato estrito e direto, por isso tem papel decisivo na formação do indivíduo.

Contudo, é comum na adolescência a pessoa entrar em conflito com figuras de autoridade e com a imposição de limites. A escola, por ser um lugar com regras e disciplinas, é também alvo de confrontações e questionamentos para os jovens: “Os

limites devem ter uma razão de ser e uma razão entendível para o(a) adolescente. Caso contrário eles serão negligenciados e deturpados das formas mais criativas possíveis” (Heidmann, 2006: 26-27).

Por sua vez, os professores podem ser figuras de referência para o adolescente (Cyrulnik, 2004; Assis, Pesce & Avanci, 2005) e incorporar um olhar para as vivências de namoro e de ‘ficar’ desse grupo.

Alguns jovens, no entanto, reconhecem na escola apenas um espaço restrito à função de ensinar, embora não descartem o seu papel social fora dos muros.

Eu acho que o que eu faço da porta do colégio para fora não é mais interesse do colégio. Eu acho que se eu bebo, se eu fumo, se eu me drogo fora do colégio, a função do colégio é o seguinte: me mostrar qual que é o caminho: ‘Olha, isso aqui não é bom pra você, pode gerar depressão, morte, quebra em termos financeiros’. (Homem, escola particular, Cuiabá)

Mesmo com opiniões diferentes sobre o papel referencial dos educadores, a maioria dos garotos e garotas deste estudo considera que a escola dá pouca atenção aos aspectos da vida emocional dos jovens.

A escola poderia ajudar. Professores, diretores, pedagogas, [quando veem que] a pessoa está mal, conversar. Hoje deve ter algum aluno aqui que está com algum problema ou que está triste dentro da sala. Eu acho que deveria ter algum apoio na escola, uma psicóloga ou alguma coisa parecida, para estar alertando. (Mulher, escola pública, Manaus)

Os adolescentes reclamam que a escola deveria abordar mais temas que envolvam seu cotidiano. No seu modo de ver, a escola pode ser uma importante fonte de informações sobre assuntos típicos do período da juventude, como o namoro e a sexualidade.

Normalmente, a pessoa não tem oportunidade de conversar com a mãe. Muita gente tem vergonha de falar com a família, até na escola eu vejo que é pouco ou não é muito abordado [assunto] como o sexo na adolescência, o aborto. É pouquíssimo abordado na escola. (Mulher, escola pública, Florianópolis)

A sugestão dos jovens, portanto, é que a escola seja um espaço de liberdade no qual possam expressar dúvidas e obter esclarecimentos. O potencial da instituição escolar, reconhecido e desejado pelos garotos e garotas, é um trunfo pedagógico na mão dos educadores para promoção de diálogo sobre sexualidade, esclarecimentos sobre uso de drogas, prevenção da violência e outros. Em alguns países, como os Estados Unidos e o Canadá, os programas de prevenção à violência no namoro privilegiam a escola para suas intervenções (Cornelius & Resseguie, 2007; Jaffe *et al.*, 1992; Whitaker *et al.*, 2006). Idealmente, isso é o esperado por todos os setores sociais e pelos próprios jovens. Porém, temos que nos lembrar de que essa instituição não é uma ilha isolada e, como toda sociedade contemporânea, vive uma crise de valores.

Soma-se a essas dificuldades a complexidade da própria comunicação com a juventude, não somente em termos de linguagem, mas no sentido de estabelecer empatia e confiança. Em vários momentos, meninos e meninas declararam que em geral não incorporam às suas vidas as mensagens que tenham tom de aconselhamento, pelo menos

na forma tradicional com que muitos pais, professores, profissionais de saúde e meios de comunicação costumam repassar. Essa maneira de alertar os jovens sobre as situações de risco, muitas vezes imperativa e impositiva, é rechaçada. Assim, foi comum que eles exaltassem a possibilidade mais aberta de conversa proporcionada por nossa pesquisa: “Dar conselho do que a gente tem que fazer nem sempre a gente ouve. Já em vocês [pesquisadores] podemos confiar para desabafar e expressar os sentimentos. Dá mais coragem” (Homem, escola pública, Manaus).

Muitos citam a importância de ter oportunidades de informação para tirar dúvidas. Alguns acreditam que isso pode ser feito em grupos maiores; outros, que deve ser criado um local com mais privacidade, para aqueles que não queiram se expor: “Encher essa sala de aluno, conversar com todo mundo, dar panfleto, imagens, aí o cara fica tirando dúvida, fica bem melhor” (Homem, escola particular, Cuiabá).

Alguns adolescentes, no entanto, mostram que, por mais que a escola se esforce para orientar, não é o suficiente, pois ela não atua sozinha: “Mesmo com palestra, só esse ano, no mínimo [há] cinco gurias grávidas no colégio” (Homem, escola particular, Cuiabá);

O colégio é muito grande, é um volume muito grande de alunos, então [o professor] não tem essa capacidade de escutar todos. E hoje os alunos também têm muito medo, ficam muito fechados. Nenhum professor, nenhum coordenador sabe do que se passa dentro de uma pessoa. (Mulher, escola particular, Cuiabá)

É fundamental que estratégias de intervenção relacionadas à violência nas relações afetivas contemplem na medida do possível as subjetividades dos alunos, e que, individual e coletivamente, busquem vencer as dificuldades de comunicação. Os estudantes entrevistados pedem isso. Tanto os adolescentes das escolas particulares quanto os das públicas consideram que é importante ter um serviço de apoio psicológico na escola que possa orientá-los. Palestras e reuniões com especialistas convidados e a contratação de profissionais habilitados para abordar temas de interesse dos jovens são sugestões reiteradas pelos alunos: “Palestras com pessoas que já foram violentadas, por exemplo, aí dar palestra de como foi isso, de como fazer depois” (Mulher, escola particular, Recife); “Alguém que é formado em psicologia. Aí formar uns grupos assim, durante a semana, conversar, discutir os problemas que temos” (Homem, escola particular, Porto Velho); “Acho que a gente deveria ter um professor de sexologia só para isso na escola. Ele iria levar bastante informação” (Mulher, escola pública, Cuiabá); “Aqui na escola seria bom alguém, um psicólogo, que orientasse a gente. Deveria ter vários métodos para conscientizar as pessoas, orientar para não terem um relacionamento malsucedido” (Homem, escola pública, Manaus).

Em relação às atividades oferecidas na escola, alguns problemas são relatados, como é o caso de salas muito cheias, distração dos alunos e brincadeiras que prejudicam a aprendizagem: “Debate com a sala inteira não dá. Porque você fala uma coisa, vão ficar tirando graça” (Mulher, escola particular, Recife).

Os jovens chamam a atenção para que as iniciativas da escola em relação à prevenção ocorram mais precocemente, com mais frequência e atendendo às necessidades de ajuda. “Eu acho que se tivesse outra orientação na escola, desde o começo da adolescência, seria diferente para a gente hoje em dia (...). E, quem sabe, diminuiria mais esse negócio de violência? As agressões de ciúme, as pessoas saberiam se controlar mais” (Mulher, escola particular, Teresina).

A fragilidade no diálogo dos professores com os estudantes foi bastante criticada. Poucos educadores foram apontados como capazes de dar uma atenção especial aos seus alunos, conversar e tirar dúvidas sobre os vários aspectos da sua vida. Alguns belos depoimentos de amizade e bom relacionamento demonstram o quanto a relação de confiança entre educadores e alunos pode possibilitar um trabalho de orientação: “Eu conversei com a inspetora, até com os professores. Eles são muito amigos. Um dia eu estava mal, aí ela começou a dar uns conselhos, começou a dar exemplos da família dela” (Mulher, escola pública, Cuiabá); “Tem um professor aqui, um professor diferente, a gente chega pra ele. Ele é nosso professor e nosso amigo também” (Homem, escola pública, Manaus); “Aqui na escola, chegam perto de você e querem ensinar para você coisas que vão te beneficiar (Mulher, escola pública, Cuiabá); “O jovem precisa se informar, em casa não se informa direito. Eu tive o privilégio de na 8ª série ter mais uma professora bacana, minha professora de matemática. Era a única que conversava com a gente” (Mulher, escola pública, Manaus);

Tem uma professora de física e legislação trabalhista. Ela conversa todo tipo de assunto. A professora que ele tá falando não é uma professora, é uma amiga do aluno. Ela aborda esses assuntos, aula de física, tem dias que ela dá aula de atualidade, também usando física. É uma professora bem descolada. Ela mostra ser uma amiga de você, ela dá opiniões sobre o que a gente pensa, que um amigo poderia dar. (Homem, escola pública, Recife)

Uma adolescente de Teresina fala sobre um professor de física que propôs à turma um encontro com os pais na escola para buscar maior aproximação entre eles e os filhos, “porque exatamente a gente chega em casa, liga a televisão lá no quarto, não conversa” (Mulher, escola particular, Teresina).

Mesmo referindo-se a palestras por vezes como algo ‘chato’ ou de menor impacto, diversos jovens disseram acreditar que esse tipo de orientação deve continuar a ser utilizado nas escolas. Talvez sua qualidade e sua capacidade de chamar e prender a atenção dos jovens é que estejam em questionamento.

Os adolescentes fazem também sugestões importantes como os encontros com outras turmas, outras escolas e, especialmente, entre os garotos e as garotas. Uma experiência bem-sucedida nesse sentido foi narrada por uma jovem de Cuiabá:

Eu estudava numa escola que todo sábado tinha projeto. Tinha esportes, jogos e brincadeiras, aula de sexologia. Tinham dois professores, um homem e uma mulher. No último dia de projeto ele juntou os meninos e as meninas e ele falou para os meninos perguntarem alguma coisa para as meninas, e as meninas para os meninos, para a gente se entrosar. (Mulher, escola pública, Cuiabá)

Especificamente sobre a atuação da escola nas situações de violência, algumas meninas de Belo Horizonte fizeram uma sugestão de um projeto de acolhimento mais focado nessas vivências.

Poderia ter um projeto aberto na escola. As meninas, o pessoal todo que passa por alguma violência dentro de casa, ou com namorado ou com tudo, para se abrir, para falar, eu acho que seria ótimo. Todo mundo ia ter mais ideias, ia ter uma experiência a mais! Poderia até dar conselhos também: 'É bom, eu mudei, aconteceu isso e isso comigo'. (Mulher, escola pública, Belo Horizonte)

Os adolescentes expressaram o desejo de aprender outras formas de lidar com os problemas nas relações amorosas. Sugeriram que o tema deveria ser discutido nas escolas antes de começarem a namorar e que os sinais de um relacionamento violento poderiam ser abordados em sala de aula para prevenir que ocorressem. Sugeriram ainda que jovens que apresentem comportamentos violentos nas relações afetivo-sexuais enquanto estão nas escolas deveriam ser encaminhados para aconselhamento, em vez de serem punidos e suspensos. Além disso, os adolescentes claramente indicaram a necessidade de apoio que os ajudem a lidar com situações de conflito. Esse desejo é confirmado por estudos internacionais como o de Sears e colaboradores (2006).

O APOIO DA MÍDIA: AMPLIANDO O ESPAÇO DE ATUAÇÃO

Nesta pesquisa, ficou claro que a mídia tem um lugar especial de apoio aos jovens, seja pela veiculação de conteúdos importantes, seja pela interação que possibilita, seja pela polêmica que seus diversos produtos geram, permitindo debate e apropriação criteriosa. Neste capítulo, encontramos, ao mesmo tempo, referências dos jovens sobre a relevância dos meios e críticas sobre as formas que consideram inadequadas de tratá-los e abordá-los. Apesar das restrições existentes, os adolescentes esperam muito da mídia.

Ao gerar informações sobre violência ou reproduzi-las, a mídia não está dirigindo somente uma mensagem de um emissor para um receptor, mas produzindo sentidos que, no caso dos jovens, afeta de várias maneiras suas concepções sobre a realidade (Njaine, 2006). No que se refere às experiências afetivo-sexuais, a mídia é também fomentadora de ideários, como o do amor romântico, que remete ao 'ideal de relação'.

O amor se torna o tema central da felicidade moderna e, por isso, é presença obrigatória nas produções da indústria da cultura. Quer estejamos na pré-história, quer na Roma antiga, em qualquer tempo, não há história ou trama que não se desenrole através da procura e do encontro da paixão amorosa. (Lázaro *apud* Jablonski & Babo, 2002: 39)

As representações sobre o feminino e o masculino são também fomentadas pela mídia. Com base em uma série de pesquisas que utilizaram revistas masculinas e femininas, Jablonski e Babo (2002) mostram como essas matérias reforçam e mesmo ajudam a criar certas imagens do 'ser homem' e do 'ser mulher'. No mesmo sentido, Zucco e

Minayo (2009) discutem como as revistas femininas tratam a questão da sexualidade. Os papéis de gênero são assim reforçados e, dessa forma, tais revistas “podem ajudar a reforçar preconceitos e estereótipos preexistentes em nossa cultura que influenciarão os relacionamentos amorosos ou ajudar a estabelecer novos padrões” (Jablonski & Babo, 2002: 39).

Em uma pesquisa de 1998, Willemsen conclui que nas revistas voltadas ao público adolescente, o conteúdo é “geralmente tradicional e estereotipado, retratando as moças como pessoas dependentes, apenas preocupadas com a aparência e com as conquistas amorosas” (*apud* Jablonski & Babo, 2002: 40).

As revistas dirigidas ao público feminino costumam reproduzir conteúdos de gênero já previamente definidos, não colaborando para o questionamento de papéis de garotos e garotas. Em geral, a maioria traduz para o universo adolescente a ideia da felicidade atrelada ao amor romântico.

Jablonski e Babo (2002) discorrem sobre a existência de *scripts* românticos veiculados nas mídias, o que poderia associar-se, por exemplo, a um não uso de preservativos, uma vez que a paixão opõe-se à racionalidade. Tais *scripts* reforçam os papéis tradicionais de gênero e a reconhecida passividade feminina que deixa ao homem a decisão de usar ou não um preservativo (e mesmo de possuí-lo no momento). Ainda hoje, o homem é o encarregado de comprar o preservativo. Os ‘desencontros amorosos’ são, segundo os autores, proporcionados pela veiculação de informações contraditórias para homens e mulheres e pelo estímulo de comportamentos diferentes para um e para outro. Essa interpenetração de sentidos da mídia na vida dos adolescentes pode ser considerada uma forma de violência simbólica. Do mesmo modo, a representação da sexualidade feminina é explorada pelas revistas, que cristalizam papéis hegemônicos em vigor na sociedade (Zucco & Minayo, 2009).

Mesmo com todas as críticas a esses discursos, é evidente que a experiência com a mídia, sobretudo a televisiva e a Internet, representa, hoje em dia, uma das principais formas de contato dos jovens com o mundo. Esses meios, portanto, têm grande potencial de disseminar informações e mensagens pelo seu alto alcance, e podem contribuir para a prevenção da violência nas relações afetivo-sexuais na adolescência (Njaine, 2006). Muitas falas dos entrevistados indicam essa direção, ainda que lhe deem diferentes graus de importância. O reconhecimento das possibilidades de alguns programas televisivos, sobretudo das novelas, foi também realçado: “Acho que a televisão já fala bastante, você pode ver que toda novela tem um casal *gay*, acho que a televisão é um bom lugar [para propagar algumas mensagens]” (Mulher, escola particular, Porto Velho);

Eu acho que a mídia auxilia tanto! Não sei se alguns se lembram daquela campanha do uso da camisinha, que a filha diz para a mãe: ‘vou com meu namorado lá para o quarto’. E a mãe já tirava a camisinha do bolso e falava: ‘filha, tome isso aqui por via das dúvidas’. (Mulher, escola particular, Recife)

É bem verdade que a mídia oferece um acesso fácil às informações, especialmente “às pessoas que não têm muito espaço de conversa com os pais” (mulher, escola pública,

Recife). Nesses casos, a mediação de temas dedicados a adolescentes faz com que os meios eletrônicos cumpram um papel pedagógico que concorre com os transmissores tradicionais de informação, como a escola e a família.

Mas os jovens são também muito críticos em relação ao que é transmitido e relativizam o papel da mídia quando comparada, por exemplo, à contribuição dos pais. Os conteúdos televisivos são questionados sobretudo pela quantidade de informação sem qualidade que é despejada no público, chegando muitas vezes a desinformá-lo sobre alguns temas. Esta última crítica foi a mais recorrente, pois os jovens consideram que a superficialidade com que alguns temas são tratados contribui para a banalização da violência e de questões que envolvem a sexualidade. Assim, a TV poderia ajudar na prevenção “não mostrando tanta violência. Ela não passa como se previne, só passa violência” (Mulher, escola pública, Porto Velho). Alguns depoimentos a seguir estão na mesma linha: “São poucos os programas de TV que falam mais sobre conscientização, sobre relações. Você vê mais o que aconteceu ou o que está havendo sobre relações erradas” (Homem, escola particular, Cuiabá);

A mídia deveria mostrar as coisas boas; lógico, tem que mostrar as coisas ruins que acontecem no mundo. Mas dessa forma que acontece no mundo, que contam em novela, acaba tipo meio que influenciando o que você vai fazer. (Mulher, escola particular, Brasília)

Em resumo, a mídia foi citada como uma das instituições que podem ajudar na prevenção da violência no namoro e na promoção de relacionamentos afetivos saudáveis, mas deve estar atenta ao olhar crítico e criterioso dos jovens. “Eu acho, assim, que quando tentam tratar o assunto de jovem ou criança, entrar na linguagem do jeito deles, eu acho que fica muito forçado, acaba ficando uma coisa totalmente diferente” (Homem, escola particular, Teresina);

Não adianta (...) ficar jogando um monte de coisas, porque o jovem se você diz que vai ter que fazer isso, ele nunca faz. Imagino alguma coisa assim que pudesse mover os jovens não dizendo o que eles têm que fazer. (Mulher, escola particular, Manaus)

Essas críticas podem retroalimentar a produção, a circulação e o consumo das mensagens, pois falam diretamente contra as propostas que a mídia faz para atingir esse público. Assim como em relação às tradicionais instituições socializadoras como a escola e a família, a mídia pouco escuta os jovens, a não ser para torná-los alvos de consumo.

A propósito, a novela *Malhação*¹¹ foi citada várias vezes, motivando intensos debates e polêmicas sobre suas formas de abordagem de determinados assuntos que concernem à adolescência: “Eu acho que é a forma mais tosca de demonstrar isso [o namoro] é pela *Malhação*. É muito ridículo” (Mulher, escola particular, Manaus); “É, eles sempre passam isso com a *Malhação* (...) o assunto do que é de adolescente. Mas é muito, muito superficial. É muita fantasia. Histórias perfeitas. Amor perfeito” (Mulher, escola pública, Florianópolis).

¹¹ Novela voltada para o público jovem, apresentada pela TV Globo.

Pesquisa realizada com jovens do Rio de Janeiro já apontava críticas a esse seriado, pela superficialidade com que trata as questões da adolescência e a banalização de alguns temas (Minayo *et al.*, 1999). Depois da divulgação dos resultados da pesquisa, por influência ou não dela, o seriado foi reformulado; entretanto, continua alvo de críticas, assim como outros programas de TV.

Um grupo de adolescentes referiu-se não só à qualidade dos programas que tratam de assuntos que poderiam interessar ao público jovem – “*Altas horas*, que eu assisto, é ‘tribom’, é importante” –, mas ao horário em que são transmitidos, por ser inacessível, como disse o jovem de uma escola particular de Porto Alegre.

Em relação às campanhas televisivas, os adolescentes apontam o limite entre o ‘saber’ e o ‘agir’, compreendendo que a mudança de comportamento não depende apenas da informação que uma pessoa recebe: “Eu acho que hoje em dia você fica grávida se você quiser, tudo está muito explícito” (Mulher, escola pública, Rio de Janeiro).

O rádio foi citado como uma mídia importante, tendo sido, inclusive, lembrada uma experiência bem-sucedida de programa radiofônico que contava com a participação de uma psicóloga. Nessa proposta, os jovens ligavam para conversar e tirar dúvidas sobre diversos temas: “Conversava-se sobre tudo, sexualidade, violência, essas coisas” (Mulher, escola pública, Teresina).

Outra forma de mídia bastante citada por garotos e garotas foi a Internet e suas ferramentas. Remetemos aqui ao que já foi discutido nos capítulos 1 e 3 sobre os potenciais e os usos dessa tecnologia para relacionamento dos adolescentes, pois tanto serve para se relacionarem afetivamente como para incitar a prática de violência, sobretudo sexual e psicológica.

No âmbito da prevenção na Internet são citados *sites* interativos, dentre outros, em que, na maioria das vezes, o adolescente não precisa se identificar para tirar uma dúvida ou para pedir orientações. Dessa forma, ressaltamos que o anonimato pode ser uma importante estratégia de ajuda para os casos de violência nas relações, uma vez que muitos adolescentes têm vergonha de se expor. No entanto, é preciso considerar a qualidade dessas interações e as informações que são repassadas sobre relações afetivo-sexuais.

O APOIO DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE: A ATENÇÃO AOS JOVENS, UMA ESCUTA PROFISSIONAL E AFETIVA

Os profissionais de saúde são pouco procurados pelos jovens das dez capitais no que concerne às situações de violência no namoro (3,3%). Da mesma forma, os jovens quase não indicam esses profissionais como potenciais referências para apoiá-los nos casos de conflito nos relacionamentos (13,4%).

Em geral, os adolescentes raramente procuram os serviços de saúde, a não ser nos casos de solicitação de algum atestado ou de interesse por alguma palestra. As meninas os procuram mais para ouvirem sobre gravidez, e os meninos quando vão buscar preservativos.

Para os jovens, os profissionais de saúde geralmente estão associados a doenças e a consultas médicas. Fora disso, só são lembrados alguns tipos de profissionais, como os psicólogos, quando sua função está associada à escola.

No entanto, segundo o conceito ampliado de saúde, os serviços têm o papel de atender aos adolescentes, de orientá-los quanto à sexualidade e também quanto às violências que ocorrem nas relações afetivo-sexuais, e alguns exitosos serviços no país já atuam nesse sentido.

Parsons e colaboradores (*apud* Scheiman, 2003) estudaram as práticas de investigação na anamnese (*screening*) realizada por profissionais de saúde por ocasião das consultas (entre eles, obstetras/ginecologistas) e revelaram que a maioria não pergunta pela existência de violência interpessoal. Uma barreira comum notada em pesquisas com médicos é a crença de que esse questionamento (sobre violência) não é eficaz.

Muitas vezes, é necessário que a equipe de saúde invista em estratégias que permitam aumentar a confiança dos jovens para que eles se sintam à vontade e confiantes o bastante para revelarem suas experiências afetivo-sexuais. A literatura destaca a importância de se fazerem perguntas objetivas e específicas sobre as situações vividas. Os profissionais devem ainda estar atentos aos sinais, como abuso de substâncias, alimentação desordenada, anorexia, bulimia, comportamentos sexuais de risco e tentativas de suicídio (Parsons *et al. apud* Scheiman, 2003).

É importante também informar os jovens sobre os recursos que os serviços de saúde e a escola, dentre outras instituições, oferecem na comunidade para ajudá-los em casos de ocorrência de violência interpessoal. Isso só se torna possível quando se cria um ambiente em que o adolescente se sinta seguro e acredite na pessoa que o atenda.

É preciso ressaltar que se pouquíssimos jovens relataram procurar profissionais de saúde para conversar sobre seus problemas afetivo-sexuais, alguns adolescentes gostariam de ter mais acesso a eles: “O que seria bom é se tivesse no posto de saúde uma pessoa mais assim” (Mulher, escola pública, Porto Velho).

Esse apoio é desejado tanto para os alunos das escolas públicas como para os das particulares. Alguns que estudam em estabelecimentos privados, inclusive, queixam-se de que as campanhas de saúde são mais direcionadas às escolas públicas.

Distribuir camisinhas já tem hoje. Mas ter novidades maiores já é escasso. Ter mais campanhas, fazer orientações até mesmo na televisão ou no colégio, nos públicos e também nos particulares. Eles visam muito ao público, particular quase não tem [campanhas]. (Mulher, escola particular, Cuiabá)

A baixa procura pelos serviços de saúde também é justificada pelo próprio preconceito dos adolescentes em relação a alguns profissionais: “Tem preconceito. Os adolescentes, tendo problemas ou não tendo problemas, não vai ao psicólogo. Ele fala: ‘Psicólogo e psiquiatra? Eu não estou doido para ir ao psicólogo’” (Mulher, escola particular, Cuiabá).

Outro fator comentado que leva os jovens a não buscarem apoio de profissionais de saúde é o fato de se julgarem bem informados: “Se você já tem uma orientação em casa

com os seus pais, são experientes, eles te aconselham e você segue, mas entre amigos, sei lá, se você junta a informação que você tem com a de amigos, você consegue [não precisa do profissional de saúde]” (Mulher, escola pública, Brasília).

É preciso ressaltar que, embora todos os jovens busquem muito pouco o apoio de profissionais de saúde, os rapazes procuram menos ainda (Schraiber, Gomes & Couto, 2005). O modelo cultural segundo o qual às mulheres são destinados os cuidados se expressa em alguns depoimentos: “[Os meninos vão] só quando estão doentes” (Homem, escola pública, Florianópolis); “Eu fico com medo do que ela [profissional de saúde] vai pensar de mim” (Homem, escola pública, Florianópolis);

Serviço de saúde é bem difícil também para o homem ir. O certo é: você começou um relacionamento, você tem um ato sexual, você ir aos postos de saúde. Você se informar sobre o quê? Tem mãe que tem vergonha do filho. E aí ele tem que aprender na rua. Tem vergonha de falar com o pai. Tem medo do pai, da mãe. (Homem, escola pública, Cuiabá).

Ou seja, o que vai sendo assimilado quanto à prevenção é a inclusão de alguns exames na rotina da vida e a consciência de que certos cuidados com a saúde são importantes:

“Na minha opinião, acho que funciona um ginecologista ou um psicólogo, que é uma pessoa neutra. Você pode falar o que quiser para ela. Só tende a melhorar” (Homem, escola particular, Porto Alegre); “Teve uma aula de psicologia aqui que foi ótima! A mulher explicou muita coisa sobre o relacionamento sexual” (Homem, escola particular, Belo Horizonte); “É como se fosse igual um exame de próstata. Depois dos quarenta, todos os homens são aconselhados a fazer. A guria depois que menstrua também é aconselhada a isso também” (Homem, escola particular, Porto Alegre).

A vergonha e a dificuldade de falar e de tirar dúvidas com a família sobre questões de namoro, sexo, contraceptivos e doenças sexuais transmissíveis levam os adolescentes, muitas vezes, a enxergar o psicólogo como um mediador na aproximação com os pais, na expectativa que têm a respeito de uma relação mais aberta e sem julgamentos morais: “Poderia ajudar os pais [a nos orientarem], não a gente, porque a gente não vai ter liberdade com as pessoas que a gente não conhece” (Homem, escola particular, Belo Horizonte).

Taquette e colaboradores (2005) relatam que a clientela adolescente que procura os serviços de saúde é bastante diversificada, demandando ações específicas e que envolvem conflitos bioéticos, éticos e profissionais. Esses autores informam que uma das situações mais rotineiras refere-se ao sigilo e à confidencialidade na consulta. E que o conflito entre os adolescentes e os profissionais relaciona-se ao fato de esses últimos duvidarem se eles podem cuidar sozinhos de sua saúde. Para ajudar os operadores de saúde, Taquette e colaboradores (2005) recomendam: avaliar as competências dos jovens; conhecer leis e estatutos que os protegem; documentar com cuidado as informações; consultar o Ministério Público e as sociedades legais em casos de dúvidas; discutir os problemas com a equipe para garantir uma proteção maior ao adolescente. Ressaltamos a importância do último ponto: discutir na equipe a melhor forma de proteger o adolescente. Só assim os outros passos podem ser dados com um pouco mais de segurança.

PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA E PROMOÇÃO DE RELACIONAMENTOS SAUDÁVEIS

Estudos internacionais sugerem que adolescentes envolvidos em violência afetivo-sexual, como vítimas ou perpetradores, não procuram muito ajuda profissional, corroborando nossos achados. Diante desse fato, a elaboração de medidas de intervenção e daquelas que auxiliem em uma identificação precoce do problema são de extrema importância.

Dentre as principais dificuldades apontadas para a implementação de programas de prevenção e intervenção, estão: o estigma associado à busca de ajuda legal, física ou psicológica para problemas pessoais; a preocupação dos adolescentes com a privacidade e a proteção de suas relações afetivas; o apreço pela autossuficiência e a falta de informação para avaliar a qualidade dos seus relacionamentos afetivos, conforme indica a literatura internacional (Ashley & Foshee, 2003).

Diversos autores enfatizam ainda a necessidade de capacitação dos profissionais de saúde e educadores, por exemplo, que estão diretamente em contato com adolescentes que são potenciais vítimas ou agressores em suas relações afetivas. Os programas de intervenção, de acordo com eles, devem levar em consideração as diferenças de gênero (Arriaga & Foshee, 2004). A literatura atesta que meninas, em geral, discorrem mais acerca das agressões cometidas e sofridas do que os meninos.

Tais programas de intervenção devem também atentar para a coocorrência de violência física, sexual e psicológica, já que a tendência é dar atenção apenas às agressões físicas (Sears, *et al.*, 2006). Estudos cujo foco são os fatores de risco associados à violência afetivo-sexual vêm apontando para uma relação entre o monitoramento parental e a redução de comportamentos violentos em adolescentes (Brendgen *et al.*, 2001). Pouco sabemos sobre outras redes que os adolescentes poderiam acessar a exemplo da que é formada pelos amigos.

Alguns autores consideram que as especificidades de classe e raça devem ser cuidadosamente analisadas, valorizando-se a criação de programas de prevenção que possam contemplar diferentes realidades sociais e econômicas (Scheiman, 2003).

Diversas iniciativas pautadas na prevenção da violência no namoro entre adolescentes vêm sendo implementadas e avaliadas em outros países, sobretudo nos Estados Unidos e no Canadá, onde o tema já faz parte do debate científico há algumas décadas. Tais iniciativas têm como pressuposto que é necessário articular um leque amplo de dimensões pedagógicas para se conseguir passar informações adequadas, propiciar a geração de conhecimentos e sugerir atitudes e práticas saudáveis (Jaffe *et al.*, 1992).

São várias as estratégias utilizadas nos programas já existentes nos Estados Unidos e no Canadá. No entanto, o objetivo principal e comum é diminuir a probabilidade de os participantes se tornarem, no futuro, potenciais perpetradores de violência conjugal (Jaffe *et al.*, 1992). A maior parte dessas estratégias se realiza tanto no âmbito da prevenção primária, que visa a evitar o desenvolvimento de comportamentos violentos, quanto no

da prevenção secundária, que intervém em padrões já instalados de comportamentos violentos nos relacionamentos de namoro (Cornelius & Resseguie, 2007).

Em geral, o foco dos programas nesses países é a promoção de fatores protetores relacionados às relações íntimas, à capacidade de resolução de conflitos de forma não violenta, ao fortalecimento de competências sociais e ao enfrentamento das dificuldades da vida, assim como à redução de fatores de risco (Cornelius & Resseguie, 2007; Whitaker *et al.*, 2006; Hickman, Jaycox & Aronoff, 2004). O êxito das propostas geralmente é avaliado quanto a sua competência para modificar dimensões cognitivas ligadas a comportamentos violentos, dentre as quais: normas agressivas que são comuns no rito do namoro, crenças tradicionais quanto a papéis de gênero, bem como a falta de informação sobre serviços voltados para ajudar os jovens a se prevenirem ou a superarem práticas violentas (Avery-Leaf *et al.*, 1997; Foshee *et al.*, 2000).

Muitas iniciativas de prevenção se dirigem, por meio de campanhas midiáticas, a públicos específicos, como os escolares, os jovens de comunidades desfavorecidas e alguns grupos considerados de risco. A maioria das iniciativas se realiza no âmbito da escola, desenvolve sessões didáticas e envolve a participação dos pais, dos professores e, por vezes, da comunidade (Cornelius & Resseguie, 2007; Whitaker *et al.*, 2006; Hickman, Jaycox & Aronoff, 2004).

No entanto, as práticas pedagógicas voltadas à prevenção têm alguns pressupostos e limites. Algumas pesquisas sugerem que indivíduos em situações de alto risco comportamental são os que menos procuram e acessam os programas de prevenção (Sullivan *et al. apud* Cornelius *et al.*, 2009). Assim, é importante estar atento a todos os que precisam receber atenção e proteção.

Muitos estudos indicam que a adesão a programas de prevenção está ligada à percepção de que em algum momento a mesma pessoa pode (e todos podemos) ser perpetradora ou vítima (Eisen & Zellman, 1986; Ronis & Harel, 1989; Strecher, Champion & Rosenstock, 1997). Assim, a busca por ajuda por parte dos adolescentes nos casos de violência no namoro, particularmente, está diretamente ligada a sua percepção da gravidade desse fenômeno e à vontade de construir relações afetivo-sexuais saudáveis. Em outras palavras, estamos dizendo que qualquer proposta só poderá dar certo se atingir a subjetividade de cada jovem (Cornelius *et al.*, 2009).

A proposta de promoção abre espaço para a reflexão sociológica sobre a saúde e advoga por políticas e práticas mais consequentes e efetivas voltadas para a melhoria da qualidade de vida. Para isso, é preciso que o foco da análise seja colocado nos sujeitos dentro dos seus espaços, levando-se em conta o contexto relacional, a dinâmica no universo comunitário, ambiental e as determinações sociais. Esse conhecimento é crucial, já que os modos como os agentes compreendem seu contexto fazem parte e direcionam sua ação (Bodstein, 2010; Green & Kreuter, 1996; McQueen, 2001; Potvin & McQueen, 2008). Gostaríamos de ressaltar que as práticas em promoção da saúde incluem as experiências dos diversos sujeitos sociais, o que, em se tratando da violência afetivo-sexual, é fundamental.

O Brasil vem dando importantes passos no sentido do enfrentamento da violência entre parceiros íntimos. Diversas são as iniciativas, sobretudo a partir de 2004, quando começou a ser delineada a Política de Atenção Integral a Mulheres e Adolescentes Vítimas de Violência Doméstica e Sexual. Dentre elas, destacam-se a criação de protocolos de atendimento, a publicação de normas técnicas, a notificação compulsória do agravo, as capacitações profissionais para o atendimento a esse público. Segundo o Ministério da Saúde, a Rede Nacional de Atenção Integral para Mulheres e Adolescentes em Situação de Violência Doméstica e Sexual reuniu, em 2010, 442 serviços de saúde para atendimento da violência sexual, quatrocentos para atendimento aos casos de violência doméstica e sessenta serviços de saúde especializados para atendimento de procedimentos relacionados à violência sexual previstos em lei (Brasil, 2010).

Sem dúvida, tais iniciativas são um avanço incontestável; contudo, os resultados deste estudo acenam para a importância de se intervir em idades mais precoces, sobretudo em promoção e prevenção primária em saúde, quando o intuito é a construção de valores mais igualitários e de relações mais dialógicas na resolução de conflitos entre parceiros íntimos. A comunicação violenta nas relações afetivas é também um aprendizado, e como vimos ao longo deste livro, inicia-se ainda nas relações de namoro, podendo intensificar-se, conjugando diferentes formas de violência vida adulta afora.

No capítulo 4, vimos como é alta a prevalência de violência verbal entre meninos e meninas e como as questões de gênero vêm se apresentando nas violências no namoro e no ‘ficar’. Se por um lado as prevalências de violência nos apresentaram a informação de que meninas relatam cometer violências tanto quanto os meninos, por outro elas também relatam sofrer mais, o que se coaduna com a literatura a respeito de que meninas costumam falar mais das violências que sofrem e cometem. Tal constatação é um dado importante para se pensar a promoção de comportamentos saudáveis e a prevenção da violência, além de indicar a necessidade de se investigar mais aprofundadamente temas específicos, tais como a percepção dos meninos acerca da violência que cometem e que sofrem no namoro. O único item em que eles se destacaram em relatar mais do que as meninas foi justamente na prática do forçar a fazer sexo sem que o outro queira, o que nos mostra as múltiplas construções do perfil de violência sexual.

Numerosas e diversas são as iniciativas mundialmente desenvolvidas para dar suporte às mulheres vítimas de violência nas relações íntimas. Têm crescido as intervenções que envolvem as áreas jurídica, da saúde (física e mental) e social. Todavia, poucas iniciativas de prevenção primária no mundo envolvem pessoas do sexo masculino e os agressores, com exceção de países como Estados Unidos, Canadá e Inglaterra, onde são mais desenvolvidas, avaliadas e publicizadas (Rothman, Butchart & Cerdá, 2003).

Segundo o *survey* mundial realizado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 38 países no ano de 2001, os programas que atingem o tema da violência entre parceiros íntimos existentes ao redor do mundo se voltam para questões de masculinidade, diferentes formas de relacionamentos íntimos, padrões culturais e tradições,

resolução não violenta de conflitos, controle da raiva e habilidades parentais não violentas. Muitos deles desenvolvem ações voltadas para o adolescente em suas relações de namoro, demonstrando a importância das intervenções precoces (Rothman, Butchart & Cerdá, 2003).

Em recente publicação sobre prevenção à violência sexual e entre parceiros íntimos, a OMS corrobora a ideia de que o trabalho com homens, meninos e adolescentes tem sido uma tendência crescente nos esforços para mudar normas sociais e culturais. Esse estudo alerta para o fato de que as avaliações de programas de prevenção vêm indicando que não existem estratégias de eficácia comprovada para a prevenção da violência sexual praticada por parceiro íntimo ou das relações de namoro agressivas. A exceção refere-se aos programas direcionados para adolescentes (realizados em escolas), que têm demonstrado eficácia para prevenir a violência no namoro.

Embora a prevenção primária da violência por parceiro íntimo ainda esteja muito no início, a OMS apregoa que há razões para acreditar nas rigorosas avaliações dos programas existentes e no desenvolvimento de novos programas baseados no conhecimento de fatores de risco, levando a uma rápida expansão desse tipo de prevenção nos próximos anos (World Health Organization/London School of Hygiene and Tropical Medicine, 2010).

Consideramos que a inclusão dos adolescentes no planejamento e na execução de intervenção juntamente com os profissionais de saúde é um passo a mais que precisamos dar no cenário nacional. Se no âmbito das intervenções na vida adulta as experiências com agressores vêm sendo consideradas estratégicas no movimento de construção de novos valores e de rompimento com ciclos de violência em relacionamentos afetivos (Granja & Medrado, 2009; Zuma, 2004), podemos apostar na eficácia de ações durante a adolescência, quando esses valores estão se construindo e se reforçando nos meninos e nas meninas.

Do ponto de vista do papel do Estado e das instituições, o desafio continua sendo o de criar políticas e programas intersetoriais para que, juntamente com os jovens, construam uma sociedade menos permeada pela consentida violência na vida privada. Nossos estudos e experiências mostram que a violência social em geral se alimenta dessa fonte e também potencializa a cronificação dos conflitos e maus-tratos no âmbito das relações afetivas, seja de 'ficar', seja de namoro, seja conjugal.

Apesar da relevância social da violência nos relacionamentos íntimos dos jovens, este é um tema ainda recente na literatura científica. Até meados da década de 1980, as investigações mantinham seu foco na violência conjugal entre adultos ou jovens adultos, buscando conhecer sua dinâmica para propor estratégias de prevenção (Cornelius & Resseguie, 2007; Whitaker *et al.*, 2006).

Os primeiros estudos interessados em investigar a violência no namoro entre adolescentes e jovens datam da segunda metade da década de 1980 (Lane & Gwartney-Gibbs, 1985; Marshall & Rose, 1987). A partir da década de 1990, houve um aumento do interesse pelo tema, tomando-se como grupo de análise, sobretudo, os escolares (Foshee *et al.*, 1996).

O contato com jovens de vários lugares do país e das mais diversas condições sociais nos permitiu conhecer e aprofundar essa problemática. E os resultados desta pesquisa nos colocam diante do desafio de avançar na proposta de estratégias para atuar nos cuidados de prevenção e de proteção. Assim, ressaltamos alguns pontos:

- A alta prevalência da violência entre namorados e no ‘ficar’ foi apresentada no capítulo 4, por meio de resultados que se coadunam e coincidem com diversos estudos estrangeiros (Hickman, Jaycox & Aronoff, 2004; Silverman *et al.*, 2001; Cascardi *et al.*, 1999).
- Os fatores de risco associados às relações afetivo-sexuais foram relatados ao longo do livro. A literatura internacional destaca vários deles, dentre os quais experiências violentas anteriores no namoro e na família, cultura de banalização dos atos violentos, influência dos colegas e características de personalidade (O’Keefe, 2005).
- Sobre os efeitos negativos da violência no namoro, diversos estudos realizados com adolescentes e jovens adultos descrevem uma enorme gama de danos, dentre os quais a baixa autoestima, o aumento da autoculpabilização, a vivência de sentimentos de raiva, de dor e de ansiedade (Jackson, Cram & Seymour, 2000; Jezl, Molidor & Wright, 1996; Makepeace, 1986; Nightgale & Morrissette, 1993; Smith & Donnelly, 2001; Truman-Schram *et al.*, 2000).
- Outro efeito deletério apontado por várias pesquisas a respeito das violências praticadas nas relações de namoro é que elas são, fortemente, preditivas da ocorrência da violência conjugal (Prospero, 2006; Smith & Donnelly, 2001; Frieze, 2000; O’Leary *et al.*, 1989). Para finalizar, entendemos que hoje já existem conhecimentos, ainda que inacabados, suficientes para que sejam construídos planos de ação educativa nas mais diversas esferas, com informações e estratégias assertivas. Não pretendemos parar aqui nem cruzar os braços, pois sabemos que a realidade dos jovens clama por uma atuação mais concreta e direta, cobrando de nós um retorno a sua contribuição para esta obra. Que essa contribuição se volte a favor deles e dê frutos para a prevenção da violência e para a promoção da vida.



É POSSÍVEL CONSTRUIR RELAÇÕES AMOROSAS SEM VIOLÊNCIA?

Maria Cecília de Souza Minayo

Simone Gonçalves de Assis

Kathie Njaine

Neste livro, cada um dos capítulos trouxe suas próprias conclusões. Por isso, apenas as resumimos aqui, com o intuito de facilitar uma leitura sintética dos assuntos tratados.

A violência nas relações afetivas entre namorados é um problema grave, envolve vários fatores e provoca diversos efeitos negativos. A alta prevalência das agressões nas relações afetivo-sexuais entre os jovens está apresentada em vários capítulos deste livro, por meio de resultados que se coadunam e coincidem com diversos estudos internacionais. Embora existam diferenças sociais em muitos aspectos das relações violentas entre jovens das classes médias e das classes populares, entre meninos e meninas, entre os que frequentam escolas públicas e particulares, o fenômeno perpassa todos os grupos e segmentos e se entranha neles. E um dos efeitos mais deletérios apontados por este e outros estudos é que a violência praticada nas relações de namoro é preditiva da ocorrência de violência conjugal.

Ressaltamos que a violência nas relações de namoro ou do ‘ficar’ deve ser compreendida no contexto da violência social, tendo em vista os aspectos históricos e sociais, sobretudo os referentes às relações de gênero. Ao longo do livro, fica claro o quanto a violência entre jovens namorados está atravessada por questões culturais que envolvem, em permanente tensão, a produção e a reprodução de modelos e de modos de ser e de estar no mundo.

As questões de gênero são marcadas por polaridades que tendem a enquadrar o certo e o errado ou o masculino e o feminino como categorias essencialistas ou naturais. Papel fundamental nessa história tem a educação familiar e escolar, além, é óbvio, do ambiente cultural. Constatamos que as diferenças entre homens e mulheres continuam, ainda no século XXI, a reproduzir papéis estereotipados para cada gênero, com rapazes e moças educados para se comportarem de maneira diferente no exercício da sexualidade e na expressão de sentimentos. Mas observamos também que os jovens de hoje, ao mesmo tempo que repetem e reproduzem alguns modelos tradicionais e conservadores,

recriam novas formas e novos meios de se relacionar. Nesse sentido, o ‘ficar’ e a Internet representam o novo. Em outras palavras, este estudo nos leva a concluir que as relações amorosas contemporâneas são mais provisórias, temporárias e contingentes, mas também evidenciam a força da reprodução de padrões afetivo-sexuais tradicionais. Não existe uma linearidade temporal entre amor-paixão, amor-romântico e amor-confluyente, tipologias desenvolvidas por Giddens (2004) e citadas oportunamente neste livro.

Também recordamos que o afeto e a sexualidade são dimensões humanas que envolvem gênero, identidade sexual, orientação sexual, erotismo, envolvimento emocional, amor e reprodução, experiências que são vivenciadas em fantasias, pensamentos, desejos, crenças, atitudes, valores, práticas, papéis e relacionamentos. Continua a existir, principalmente entre as meninas, a ideia do ‘amor romântico’. Meninos também são românticos, mas eles encontram muito pouco espaço para expressão de sentimentos e de sua sensibilidade. A expectativa de se relacionar por amor e de ser correspondido, por parte tanto dos rapazes como das moças, continua sendo motivo de muito sofrimento, quando não há correspondência, e provocando, sobretudo entre as mulheres, momentos de depressão e até de ideação ou tentativas de suicídio.

Quanto à persistência do passado sobre o presente, constatamos que o machismo continua forte e vigente, constituindo-se como um (anti)valor de longa duração. As violências mais graves são cometidas por homens, sobretudo quando se sentem preteridos ou traídos, mesmo nas relações de namoro, mantendo-se uma visão arcaica da mulher como posse e objeto do poder masculino. No entanto, existem mudanças provocadas particularmente pelas mulheres, que se colocam numa condição de parceiras capazes de questionar e de propor novas modalidades de relacionamento. Muitas delas também adotam a violência física e psicológica como argumentos relacionais com seus namorados, repetindo o que era considerado um comportamento essencialmente masculino. Este último ponto, que já vinha sendo observado em pesquisas internacionais e nacionais, foi constatado na pesquisa que dá origem a este livro, mostrando que elas – proporcionalmente e sem considerar a gravidade do ato – agredem tanto quanto os rapazes. Em geral, o ciúme é o combustível das mútuas agressões.

Esta pesquisa mostrou também que estão naturalizadas no país, de norte a sul, as relações sexuais antes do casamento – fato que, em geral, ocorre predominantemente, mas não exclusivamente, por insistência dos rapazes e com o consentimento das meninas. Os meninos fazem uso de estratégias românticas para transar com suas parceiras, com argumento de que isso seria uma prova de amor. E muitas meninas, em tais circunstâncias, reproduzem valores de subjugação. Mas um número não desprezível delas toma a iniciativa e testa os garotos na sua sexualidade, às vezes humilhando os que não querem transar com elas. A pressão para transar costuma acontecer já no ‘ficar’ em alguns casos e se torna comum na situação de namoro que representa, para os jovens de hoje, um compromisso bastante forte, embora informal. Resultante dessa permissividade para a experimentação sexual – com pouco mais da metade dos jovens usando camisinha em todas as relações,

como constatamos – é o número de meninos e meninas de 15 a 19 anos que já são pais e mães. O fato de que poucos rapazes-pais vivam com as mães de seus filhos ressalta a precocidade de suas decisões sobre relações sexuais, paternidade e maternidade.

Concluimos também que as violências físicas, sexuais e psicológicas vivenciadas ou praticadas pelos jovens, frequentemente, ocorrem simultaneamente, indicando a necessidade de termos sempre em mente que não há características únicas e simplificadas que identifiquem uma pessoa como vítima ou agressora. Há, ao contrário, uma constante interseção de papéis entre vítimas e perpetradores, por parte tanto dos rapazes como das moças. No entanto, conceber que jovens de ambos os sexos, ao interagirem na relação afetiva, atuam de forma violenta não significa diminuir a importância da subordinação feminina, como já foi dito. A violência contra a mulher no ambiente privado – incluindo-se os feminicídios – encontra-se entre as violações de direitos humanos mais comuns e entre os problemas sociais mais relevantes e com maiores repercussões sobre a saúde desse grupo social, o que afeta toda a família.

Ressaltamos que a socialização dos jovens em um ambiente comunitário e familiar violento tem o potencial de torná-los mais vulneráveis a cometer agressões contra seus parceiros afetivo-sexuais e a adotar a violência como uma forma de comunicação, inclusive com o parceiro afetivo. Para muitos, a base da violência relacional que praticam foi estruturada e organizada na infância e ativada e potencializada na adolescência.

Para jovens expostos a importantes fatores de risco culturais, familiares e individuais, existe quase uma ausência de fatores de proteção. No entanto, se a vivência da violência em diferentes contextos está associada a formas conflituosas e abusivas de relação afetivo-sexual, estas não são necessariamente responsáveis por elas. Há alguns fatores de risco específicos, como participar de grupos de amigos conflituosos, viver sob disciplina muito rígida e ríspida dos pais e certas características pessoais que são cruciais e podem também afetar o comportamento do jovem.

Apontamos ainda que o maior obstáculo para se transformar relações interpessoais violentas em relações mais dialógicas é a naturalização das diversas formas de abuso por parte dos jovens e dos adultos que os cercam. Grande parte dos rapazes e moças considera normal a agressão verbal ou física na resolução de seus conflitos amorosos. Romper com tais práticas e representações implica o questionamento e a constante reflexão sobre certos modelos de existência instituídos no campo social. Dentre outros desafios, é importante questionar a associação mecânica de características tidas como universais ao ‘ser homem’ e ao ‘ser mulher’, bem como criticar a desqualificação de um gênero em prol da valorização de outro. A crítica sobre a reificação e a inflexibilidade de papéis sexuais socialmente construídos que dá lugar à compreensão das masculinidades e das feminilidades, no plural, contribui para mudanças importantes no repertório cultural de gênero. Assim, uma das grandes permanências de estereótipos que encontramos na pesquisa é o preconceito contra os meninos e as meninas homossexuais. Essa forma de discriminação fortemente arraigada nas expressões e nos comportamentos dos jovens já havia sido detectada por nós em

outros estudos e constitui uma fonte de *bullying* entre colegas e de grande sofrimento para os que não seguem o padrão relacional-afetivo tradicional.

Enfim, as várias formas de violência que ocorrem na socialização dos rapazes e moças no âmbito familiar, comunitário e escolar contribuem para criar combinações potenciais de relacionamentos afetivo-sexuais abusivos. Dentre as circunstâncias predisponentes, ressaltamos também as características individuais dos jovens violentos. A agressividade, a impulsividade não contida e os problemas de baixa autoestima interagem dinamicamente com o ambiente, induzindo a comportamentos antissociais. Os meninos e as meninas com problemas de controle da agressividade encontram dificuldades para modelar suas emoções e têm tendência para atribuir aos outros as causas de seus problemas e insucessos. Encontramos associação entre pouca flexibilidade e dificuldade nos relacionamentos e sentimentos de abandono e de sofrimento causados por problemas de violência sofridos na infância. Sobre os efeitos negativos da violência no namoro, diversos estudos realizados com adolescentes e jovens adultos descrevem uma enorme gama de danos pessoais, dentre os quais a baixa autoestima, o aumento da autculpa e a vivência de sentimentos de raiva, de dor e de ansiedade.

Concordamos que existe uma identidade que ultrapassa regiões e classes sociais, ao observarmos a similaridade nos comportamentos dos jovens das dez capitais brasileiras no que se refere a temas como sexualidade e violência nas relações afetivo-sexuais, familiares e comunitárias. A condição juvenil no século XXI e o contexto social apresentado no capítulo 1 deste livro apontam como se constrói na sociedade brasileira um sentido comum que hegemoniza uma forma de viver, permitindo, entretanto, a coexistência de especificidades locais – específicas e circunstanciais. Assim, também são observadas diferenças entre cidades, inclusive dentro de uma mesma região. Por exemplo, Manaus é a cidade com maior frequência de violência nas relações afetivo-sexuais, familiares e comunitárias e em que constatamos mais comportamentos sexuais de risco, quando comparada a Porto Velho – que pertence à mesma região – e às várias cidades das demais regiões.

Há também muitas similaridades entre os jovens que estudam nas redes de ensino pública e privada. E algumas diferenças observadas coincidem com práticas culturais das classes sociais a que pertencem, como o menor uso de preservativos, a maior incidência de gravidez e de abortos entre os jovens das classes populares, por exemplo. Portanto, nas relações afetivo-sexuais, familiares e comunitárias, chamam a atenção mais as semelhanças do que eventuais aspectos divergentes. Ante os poucos estudos existentes em âmbito nacional e as diferentes metodologias e abrangências de locais e de amostras, não é possível ter uma visão global única.

Por fim, detemo-nos em algumas propostas de apoio e de prevenção. A capacidade de superação de experiências de violência, sobretudo ajudada pelas redes sociais de apoio, é um fator de proteção importante para o desenvolvimento dos jovens. A resiliência na adolescência vem de características temperamentais e do fortalecimento do

sistema básico de proteção oferecido pelo ambiente social ao indivíduo. Especialmente nessa etapa da vida, a superação de adversidades ocorre por meio de relacionamentos construtivos dentro e fora da família e da comunidade. Portanto, a combinação positiva entre o estímulo ambiental e os recursos pessoais é capaz de propiciar a interrupção do ciclo da violência em que muitos jovens cresceram e vivem.

Tendo em vista que a violência de gênero tende a se repetir entre as novas gerações, é fundamental atuar para se quebrar esse ciclo perverso. Porém, nosso estudo evidencia que os jovens envolvidos em violência afetivo-sexual, como vítimas ou perpetradores, não costumam buscar ajuda profissional. Dentre os motivos para esse comportamento, estão: o estigma associado à busca de ajuda legal, física ou psicológica para problemas pessoais; a preocupação dos jovens com a privacidade e a proteção de suas relações afetivas; o apeço a sua autossuficiência e a falta de informação para avaliar a qualidade dos seus relacionamentos afetivos. Diante de tais circunstâncias, a adoção de medidas de intervenção que auxiliem na identificação precoce do problema é extremamente importante.

Vários estudos internacionais vêm apontando uma relação positiva entre a atenção dispensada aos pais violentos para que mudem seus métodos de educação e a redução de comportamentos violentos em adolescentes. A incomunicabilidade com os pais em geral e com as situações de violência em particular é um dos aspectos mais negativos de vivência da sexualidade pelos jovens. Portanto, é muito importante investir nas famílias que os abrigam e educam. Mas, para que isso se concretize, há necessidade de capacitação de profissionais de saúde e de educadores que estejam atentos às formas agressivas de relacionamento na violência intrafamiliar e às suas raízes e consequências nas relações de gênero entre os jovens. Os programas de formação dos profissionais e de intervenção precisam levar em consideração as diferenças de gênero, de classe, de pluralidade de opção sexual e estar atentos para a coocorrência de violência física, sexual e psicológica, já que a tendência dos profissionais é dar atenção apenas às agressões físicas.

Diversas iniciativas em prevenção da violência no namoro vêm sendo desenvolvidas e avaliadas em países como Estados Unidos e Canadá, onde o tema já faz parte do debate social e científico há algumas décadas. O objetivo principal e comum de todos os programas é diminuir a probabilidade de os participantes se tornarem, no futuro, potenciais perpetradores de violência conjugal. Assim, a maior parte das intervenções ocorre no âmbito da atenção primária e nas escolas e têm foco na promoção de fatores protetores, na capacidade de solução de conflitos de formas não violentas, no fortalecimento de competências sociais e no enfrentamento das dificuldades da vida. Muitas iniciativas de prevenção também são feitas em colaboração com os meios de comunicação, tendo em vista a importância da mídia nessa faixa etária.

O êxito das propostas geralmente é avaliado quanto a sua competência para modificar dimensões cognitivas ligadas a comportamentos violentos. No entanto, as práticas pedagógicas voltadas à prevenção têm alguns pressupostos e limites, principalmente

porque os indivíduos em situações de elevado risco para sofrer ou cometer violências são os que menos procuram programas de prevenção.

No caso brasileiro, o desafio continua sendo o de criar políticas e programas intersetoriais que integrem os jovens, suas famílias, as escolas e os profissionais de saúde e interajam com eles, para que juntos construam uma sociedade menos permeada pela consentida violência na vida privada, pois a violência social em geral se alimenta dessa fonte e também potencializa a cronificação dos conflitos e maus-tratos no âmbito das relações afetivas.

Com relação aos conhecimentos publicados neste livro e à disposição da comunidade, entendemos que hoje já não se pode parar apenas em uma investigação, por mais estratégica que ela seja. De um lado, há muitos temas que precisam ser mais aprofundados em pesquisas; de outro, a realidade dos jovens clama por uma atuação mais concreta e direta nas escolas, nos serviços de saúde e nas comunidades, para a qual este trabalho pode contribuir.

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, H. W. & BRANCO, P. P. M. (Orgs.). *Retratos da Juventude Brasileira: análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, Instituto Cidadania, 2005.
- ABRAMOVAY, M. *Escola e Violência*. Brasília: Unesco, 2002.
- ABRAMOVAY, M.; CASTRO, M. G. & SILVA, L. B. *Juventudes e Sexualidade*. Brasília: Unesco Brasil, 2004.
- ABRAMOVAY, M. *et al. Juventude, Juventudes: o que une e o que separa*. Brasília: Unesco, 2006.
- AINSWORTH, M. *et al. Patterns of Attachment: a psychological study of the strange situation*. Hillsdale: Lawrence Erlbaum, 1978.
- ALMEIDA, A. C. *A Cabeça do Brasileiro*. Rio de Janeiro: Record, 2007.
- ALMEIDA, T. de. Questões da violência e as primeiras escolhas afetivo-sexuais que fazemos. Disponível em: <www.artigonal.com/psicologia-artigos/a-violencia-no-namoro-735942.html>. Acesso em: 4 abr. 2009.
- AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders*. 4. ed. Washington: APA, 1994.
- ANACLETO, A. J. *et al.* Prevalência e fatores associados à violência entre parceiros íntimos: um estudo de base populacional em Lages, Santa Catarina. *Cadernos de Saúde Pública*, 25(4): 800-808, 2009.
- ARALDI, J. C.; NJAINE, K. & OLIVEIRA, M. C. Família, escola e uso de drogas. In: OSORIO, L. C. & VALLE, M. E. P. do. (Orgs.). *Manual de Terapia Familiar*. Porto Alegre: Artmed, s.d. v. 2.
- ARRIAGA, X. E. & FOSHEE, V. Adolescent dating violence: do adolescents follow in their friends', or their parents' footsteps? *Journal of Interpersonal Violence*, 19(2): 162-184, 2004.
- ASHLEY, O. S. & FOSHEE, V. Adolescent help-seeking for dating violence: prevalence, sociodemographic correlates, and sources of help. *Journal of Adolescent Health*, 36: 25-31, 2003.
- ASSIS, S. G. *Traçando Caminhos numa Sociedade Violenta: a vida de jovens infratores e seus irmãos não infratores*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1999.
- ASSIS, S. G. & AVANCI, J. Q. *Labirinto de Espelhos: a formação da auto-estima na infância e adolescência*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004.
- ASSIS, S. G. & CONSTANTINO, P. Perspectivas de prevenção da infração juvenil masculina. *Ciência & Saúde Coletiva*, 10(1): 81-90, 2005.

- ASSIS, S. G.; PESCE, R. P. & AVANCI, J. Q. *Resiliência: enfatizando a proteção dos adolescentes*. Porto Alegre: Artmed, 2005.
- ASSIS, S. G. *et al.* *Por que é Importante Ajudar os Filhos a “Dar a Volta” por Cima? Conversando com pais de crianças e adolescentes sobre as dificuldades da vida*. Rio de Janeiro: Fiocruz, Ensp, Claves, CNPq, 2006.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE PESQUISA (ABEP). Disponível em: <www.abep.org/novo/Utils/FileGenerate.ashx?id=197>. Acesso em: 6 maio 2008.
- AVANCI, J. Q. *et al.* Adaptação transcultural de escala de auto-estima para adolescentes. *Psicologia: reflexão e crítica*, 20: 397-405, 2007.
- AVERY-LEAF, S. *et al.* Efficacy of a dating violence prevention program on attitudes justifying aggression. *Journal of Adolescent Health*, 21: 11-17, 1997.
- BABO, T. & JABLONSKI, B. Folheando o amor contemporâneo nas revistas femininas e masculinas. *Alceu*, 2(4): 36-53, 2002.
- BANDURA, A. *Agression: a social learning analysis*. New York: Holt, Rinehart & Winston, 1973.
- BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BATISTA, A. & EL-MOOR, P. Violência e agressão. In: CODO, W. (Org.). *Educação: carinho e trabalho*. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.
- BAUMAN, Z. *Amor Líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- BELL, C. C. & JENKINS, E. J. Community violence and children on Chicago's Southside. *Psychiatry*, 56: 46-53, 1993.
- BERQUÓ, E.; BARBOSA, R. M.; LIMA, L. P.; GRUPO DE ESTUDOS EM POPULAÇÃO, SEXUALIDADE E AIDS. Uso do preservativo: tendências entre 1998 e 2005 na população brasileira. *Revista de Saúde Pública*, 42(supl. 1): 34-44, 2008.
- BODSTEIN, R. Contribuição da teoria social para a pesquisa em Saúde Coletiva. In: HORTALE, V. A. *et al.* (Orgs.). *Pesquisa em Saúde Coletiva: fronteiras, objetos e métodos*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2010.
- BOGHOSSIAN, C. & MINAYO, M. C. S. Revisão sistemática sobre juventude e participação nos últimos 10 anos. *Revista Saúde & Sociedade*, 18(3): 411-423, 2009.
- BONETTI, A. Sermerssuaqs cariocas?: convenções de gênero entre adolescentes negras do Rio de Janeiro. In: TAQUETTE, S. R. (Org.). *Aids e Juventude: gênero, classe e raça*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2009.
- BOURDIEU, P. *La Distinction: critique sociale du jugement*. Paris: Les Editions de Minuit, 1979.
- BOURDIEU, P. *A Dominação Masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- BOURDIEU, P. & PASSERON, J. P. *A Reprodução*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.
- BOWLBY, J. *Apego e Perda: apego*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1990. v. 1.
- BOZON, M. *Sociologia da Sexualidade*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria de Estado dos Direitos Humanos. *Programa Nacional de Direitos Humanos*. Brasília: Ministério da Justiça, 2001. Disponível em: <www.acaoeducativa.org.br/portal/images/stories//pndh.pdf>. Acesso em: 1 maio 2010.
- BRASIL. Ministério da Saúde. *Brasil sem Homofobia: programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual*. Brasília: Ministério da Saúde, 2004. Disponível em: <www.prsp.mpf.gov.br/prdc/area-de-atuacao/dsexuaisreprod/Brasil%20sem%20Homofobia.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2009.

- BRASIL. Ministério da Saúde. Atenção integral para mulheres e adolescentes em situação de violência doméstica e sexual. Disponível em: <http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/situacao_domestica_160910.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2010.
- BRAUDEL, F. *Escritos sobre a História*. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- BREIDING, M.; BLACK, M. C. & RYAN, G. W. Prevalence and risk factors of intimate partner violence in eighteen U.S. States/Territories. *American Journal of Preventive Medicine*, 34(2): 112-118, 2005.
- BRENDGEN, M. *et al.* Reactive and proactive aggression: predictions to physical violence in different contexts and moderating effects of parental monitoring and caregiving behavior. *Journal of Abnormal Child Psychology*, 29(4): 293-304, 2001.
- BRONFENBRENNER, U. *A Ecologia do Desenvolvimento Humano: experimentos naturais e planejados*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.
- BROOKS, R. B. Children at risk: fostering resilience and Hope. *American Journal of Orthopsychiatric*, 64(4): 545-553, 1994.
- BROWN, S. L. & BULANDA, J. R. Relationship violence in young adulthood: a comparison of daters, cohabitators and marrieds. Disponível em: <www.bgsu.edu/downloads/cas/file35753.pdf890/>. Acesso em: 16 abr. 2009.
- CALAZANS, G. Os jovens falam sobre sua sexualidade e saúde reprodutiva: elementos para reflexão. In: ABRAMO, H. W. B. & MARTONI, P. P. (Orgs.). *Retratos da Juventude Brasileira: análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Instituto Cidadania, 2005.
- CANCLINI, N. G. *Consumidores e Cidadãos: conflitos multiculturais da globalização*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999.
- CANDAU, V. *Escola e Violência*. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.
- CARDIA, N. A violência urbana e a escola. *Revista da FAEEBA: Contemporaneidade e Educação*, 2(2), 1997.
- CARDIA, N. *Atitudes, Normas Culturais e Valores em Relação à Violência*. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, 1999.
- CARDOSO MELO, A. C. M. P. *O Brincar de Crianças Vítimas de Violência Física Doméstica*, 1999. Tese de Doutorado, São Paulo: Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo.
- CARLSON, G. A. & GRANT, K. E. The roles of stress and coping in explaining gender differences in risk for psychopathology among African American urban adolescents. *The Journal of Early Adolescence*, 28: 375-404, 2008.
- CARVALHO, A. P. S. As mulheres no campo científico: uma discussão acerca da dominação masculina. In: SEMINÁRIO FAZENDO GÊNERO, 7, 2006, Santa Catarina *Anais...*, 2006. Disponível em: <www.fazendogenero7.ufsc.br/artigos/A/Ana_Paula_Soares_Carvalho_22.pdf>. Acesso em: 7 abr. 2008.
- CASCARDI, M. *et al.* Factor structure and convergent validity of the conflict tactic scale in high-school students. *Psychological Assessment*, 11: 546-555, 1999.
- CECCHETTO, F. “As Galeras funk cariocas”: entre o lúdico e o violento. In: VIANNA, H. (Org.). *Galeras Cariocas: territórios de conflitos e encontros culturais*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.
- CECCHETTO, F. & MONTEIRO, S. Discriminação, cor e intervenção social entre jovens: a perspectiva masculina (RJ, Brasil). *Revista Estudos Feministas*, 14(1): 199-218, 2006.
- CECCONELLO, A. M. & KOLLER, S. H. Competência social e empatia: um estudo sobre resiliência com crianças em situação de pobreza. *Estudos de Psicologia*, 5(1): 71-93, 2000.

- CENTRO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE VIOLÊNCIA E SAÚDE JORGE CARELI (CLAVES). *Avaliação do Processo de Implantação e dos Resultados do Programa Cuidar: 3ª fase*. Rio de Janeiro: Claves, Ensp, Fiocruz, 2002. (Relatório final de pesquisa)
- CENTRO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE VIOLÊNCIA E SAÚDE JORGE CARELI (CLAVES). *Avaliação do Processo de Implantação e dos Resultados do Programa Cuidar: 4ª fase*. Rio de Janeiro: Claves, Ensp, Fiocruz, 2003. (Relatório de pesquisa)
- CODO, W. & MENEZES, I. *As Relações entre a Escola, a Vida e a Qualidade de Ensino*. Brasília: CNTE, 2001. (Relatório técnico)
- COLE, M. & COLE, S. R. *O Desenvolvimento da Criança e do Adolescente*. Porto Alegre: Artmed, 2003.
- CONNELL, R. W. On hegemonic masculinity and violence: response to Jefferson and Hall. *Theoretical Criminology*, 6(1): 89-99, 2002.
- CONNELL, R. W. La organización social de la masculinidad. Disponível em: <www.hombresigualdad.com/organizaci%C3%B3n_social_masculinidad.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2008.
- COPLAN, R. J.; REICHEL, M. & ROWAN, K. Exploring the associations between maternal personality, child temperament, and parenting: a focus on emotions. *Personality and Individual Differences*, 46(2): 241-246, 2009.
- CORDEIRO, F. *et al.* Entre negociações e conflito: gênero e coerção sexual em três capitais brasileiras. *Ciência & Saúde Coletiva*, 14(4): 1.051-1.062, 2009.
- CORNELIUS, T. L. & RESSEGUIE, N. Primary and secondary preventions programs for dating violence: a review of the literature. *Aggression and Violent Behavior*, 12: 364-375, 2007.
- CORNELIUS, T. L. *et al.* Participation in prevention programs for dating violence: beliefs about relationship violence and intention to participate. *Journal of Interpersonal Violence*, 24(6): 1.057-1.078, 2009.
- COSTA, A. C. L. & GONÇALVES, E. C. A sociedade, a escola e a família diante das drogas. In: BUCHER, R. (Org.). *As Drogas e a Vida: uma abordagem psicossocial*. São Paulo: EPU, 1988.
- CRESWELL, J. W. & CLARK, V. L. P. *Designing and conducting mixed methods research*. London: Sage, 2007.
- CYRULNIK, B. *Os Patinhos Feios*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- DATAFOLHA. Jovens brasileiros. Opinião Pública. São Paulo, 30 jul. 2008. Disponível em: <www.datafolha.folha.uol.com.br>. Acesso em: 5 maio 2009.
- D'AUGELLI, A. R. Gay men in college: identity processes and adaptations. *Journal of College Student Development*, 32(2): 140-146, 1991.
- DEBERT, G. Velhice e o curso da vida pós-moderno. *Revista USP*, 42(2): 70-83, 1999.
- DENSTAD, F. Y. Youth policy development for South East Europe. In: SEMINAR ON YOUTH POLICY IN SOUTH EAST EUROPE, 2008, Serbia. *Anais...* Belgrade: Ministry of Youth and Sport of the Republic of Serbia, 2008. (The final report of the Seminar 22-24 September 2008) Disponível em: <www.salto-youth.net/download/1677.pdf>. Acesso em: 5 jun. 2009.
- DIAMOND, L. M.; SAVIN-WILLIAMS, R. C.; DUBÉ, E. M. Sex, dating, passionate friendships, and romance: intimate peer relations among lesbian, gay, and bisexual adolescents. In: FERMAN, W.; BROWN, B. B. & FEIRING, C. (Eds.). *The Development of Romantic Relationships in Adolescence*. New York: Cambridge University Press, 1999.
- D'OLIVEIRA, A. F. P. L. *et al.* Factors associated with intimate partner violence against Brazilian women. *Revista de Saúde Pública*, 43(2): 299-310, 2009.

- DOWDNEY, L. *Crianças no Tráfico: um estudo de caso de crianças em violência armada no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2003.
- DOWDNEY, L. *Nem Guerra nem Paz*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2005.
- EARLS, F.; CAIRNS, R. B. & MERCY, J. A. The control of violence and the promotion of nonviolence in adolescents. In: MILLSTEIN, S. G.; PETERSON, A. C. & NIGHTINGALE, E. O. (Eds.). *Promoting the Health of Adolescents: new directions for the 21st century*. New York: Oxford University Press, 1993.
- EISEN, M. & ZELLMAN, G. L. The role of health belief attitudes, sex education, and demographics in predicting adolescents' sexuality knowledge. *Health Education Quarterly*, 13: 9-22, 1986.
- EISENSTADT, S. N. *De Geração a Geração*. São Paulo: Perspectiva, 1976.
- ELLIOTT, D.; HAMBURG, B. A. & WILLIAMS, K. R. *Violence in American Schools*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.
- EMERY, R. E. & FOREHAND, R. Parental divorce and children's well being: a focus on resilience. In: HAGGERTY, R. J.; GARMEZY, N. & RUTTER, M. (Eds.). *Stress, Risk, and Resilience in Children and Adolescents: processes, mechanisms, and interventions*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- EVANS, S. E.; DAVIES, C. & DILILLO, D. Exposure to domestic violence: a meta analysis of child and adolescents outcomes. *Aggression and Violent Behavior*, 13: 131-140, 2008.
- FACUNDO, F. R. G. *et al.* Consumo de álcool em jovens e sua relação com a violência psicológica em el noviazgo. *Revista Eletrônica Saúde Mental, Álcool e Drogas – Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto – SP*, 5(2): 1-14, 2009. Disponível em: <www2.eerp.usp.br/resmad/artigos.asp>. Acesso em: 19 maio 2011.
- FERNÁNDEZ-FUERTES, A. A. & FUERTES, A. Physical and psychological aggression in dating relationships of Spanish adolescents: motives and consequence. *Child Abuse & Neglect*, 34: 183-191, 2010.
- FERNÁNDEZ-FUERTES, A. A.; FUERTES, A. & PULIDO, R. F. Evaluación de la violencia em las relaciones de pareja de los adolescentes: validación del Conflict in Adolescent Dating Relationships Inventory (CADRI). *Internacional Journal of Clinical and Health Psychology*, 6(2): 339-358, 2006. (versão espanhola).
- FERNET, M. *Amour, Violence et Adolescence*. Québec: Presses de l'Université du Québec, 2005.
- FICHER, R. M. B. Juventude e mídia: possíveis singularidades de uma audiência ativa. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DO PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO (COMPÓS), 14, Niterói, 2005. *Anais...* Niterói: Compós, 2005.
- FIGUEIREDO, R. *Prevenção às DST e Aids em Ações de Saúde e Educação*. São Paulo: Nepaids, USP, 1998.
- FLEURY, A. R. D. & TORRES, A. R. R. Análise psicossocial do preconceito contra homossexuais. *Estudos de Psicologia*, 24(4): 475-486, 2007.
- FLORES, R. Z. A biologia da violência. *Ciência & Saúde Coletiva*, 7(1): 197-202, 2002.
- FORACCHI, M. M. *A Juventude na Sociedade Moderna*. São Paulo: Pioneira, 1972.
- FOSHEE, V. A. & ARRIAGA, X. B. Adolescent dating violence: do adolescents follow in their friends' or their parents' footsteps? *Journal of Interpersonal Violence*, 19(2): 162-184, 2004.
- FOSHEE, V. A. *et al.* The Safe Dates project: theoretical basis, evaluation design, and selected baseline findings. *American Journal of Preventive Medicine*, 12: 39-47, 1996.

- FOSHEE, V. A. *et al.* The safe date program: 1-year follow up results. *American Journal of Public Health*, 90: 1.619-1.622, 2000.
- FOUCAULT, M. *A Hermenêutica do Sujeito*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- FRIEZE, I. H. Violence in close relationships: development of a research area: comment on archer. *Psychological Bulletin*, 126: 681-684, 2000.
- FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (UNICEF). *Direitos Negados: a violência contra a criança e o adolescente no Brasil*. Brasília: Unicef, 2005.
- FURMAN, W. & WEHNER, E. Adolescent romantic relationships: a developmental perspective. *New Directions for Child and Adolescent Development*, 78: 21-36, 1997.
- FURMAN, W.; BROWN, B. & FEIRING, C. *The Development of Romantic Relationships in Adolescence*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.
- GAGNON, J. H. *Uma Interpretação do Desejo: ensaios sobre o estudo da sexualidade*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.
- GALDURÓZ, J. C. F.; NOTO, A. R. & CARLINI, E. A. *IV Levantamento sobre Uso de Drogas entre Estudantes de 1º e 2º Graus em 10 Capitais Brasileiras*. São Paulo: Escola Paulista de Medicina, USP, Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas, 1997.
- GARCIA-MORENO, C. *et al.* WHO Multi-country Study on Women's Health and Domestic Violence against Women: inicial results on prevalence, health outcomes and women's responses. Geneva: World Health Organization, 2005.
- GARCIA-MORENO, C. *et al.* Prevalence of intimate partner violence: findings from the WHO multi-country study on women's health and domestic violence. *The Lancet*, 368(9.543): 1.260-1.269, 2006.
- GARMEZY, N. Stress and resistant children: the search for protective factors. In: STEVENSON, J. (Ed.). *Recent Research in Developmental Psychopathology*. Oxford: Pergamon Press, 1985.
- GARMEZY, N. Resiliency and vulnerability to adverse developmental outcomes associated with poverty. *American Behavioral Scientist*, 34(4): 416-430, 1991.
- GIDDENS, A. *A Transformação da Intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. São Paulo: Edusp, 2004.
- GOMES, R. *Sexualidade Masculina, Gênero e Saúde*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008a.
- GOMES, R. A. Dimensão simbólica da violência de gênero: uma discussão introdutória. *Athena Digital*, 14: 237-243, 2008b.
- GONÇALVES, H. & KNAUT, D. R. Aproveitar a vida, juventude e gravidez. *Revista de Antropologia*, 49(2): 625-642, 2006.
- GRANJA, E. & MEDRADO, B. Homens, violência de gênero e atenção integral em saúde. *Psicol. Soc.*, 21(1): 25-34, 2009. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822009000100004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 22 nov. 2010.
- GREEN, L. W. & KREUTER, M. M. *Health Promotion Planning: an educational and environmental approach*. 2. ed. Mayfield: Mountain View, 1996.
- GREIG, A. Sexo e os direitos do homem. In: CORNWALL, A. & JOLLY, S. (Orgs.). *Questões de Sexualidade: ensaios transculturais*. Rio de Janeiro: Abia, 2008.
- GROPPO, L. A. *Juventude: ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas*. Rio de Janeiro: Difel, 2000.
- GROPPO, L. A. *Uma Onda Mundial de Revoltas: movimentos estudantis de 1968*. São Paulo: Editora da Unimep, 2005.

- GROPPO, L. A. A condição juvenil e as revoltas dos subúrbios na França. *Política & Sociedade*, 8: 89-121, 2006.
- GRYCH, J. H. & FINCHAM, F. D. Marital conflict and children's adjustment: a cognitive-contextual framework. *Psychological Bulletin*, 108(2): 267-290, 1990.
- GUERRA, V. N. A. *Violência de Pais contra Filhos: procuram-se vítimas*. São Paulo: Cortez, 1985.
- GUIMARÃES, A. M. *A Dinâmica da Violência Escolar: conflito e ambigüidade*. Campinas: Autores Associados, 1996.
- HALPERN, C. T. *et al.* Partner violence among adolescents in opposite-sex romantic relationships: findings from the National Longitudinal Study of Adolescent Health. *American Journal of Public Health*, 91: 1.679-1.693, 2001.
- HARVEY, D. *A Condição Pós-Moderna*. 10. ed. São Paulo: Loyola, 2001.
- HASSELMANN, M. H. & REICHENHEIM, M. E. Adaptação transcultural da versão para o português da Conflict Tactics Scales Form R (CTS-1), usada para aferir violência no casal: equivalência semântica e de mensuração. *Cadernos de Saúde Pública*, 19(4): 1.083-1.093, 2003.
- HAYNIE, D. L. Friendship networks and delinquency: the relative nature of peer delinquency. *Journal of Quantitative Criminology*, 18(2): 99-134, 2002.
- HAZAN, C. & SHAVER, P. R. Conceptualizing love as an attachment process. *Journal of Personality and Social Psychology*, 52: 511-524, 1987.
- HEIDMANN, M. *Adolescência e Saúde: uma visão preventiva para profissionais de saúde e educação*. Petrópolis: Vozes, 2006.
- HEILBORN, M. L. *et al.* Aproximações socioantropológicas sobre a gravidez na adolescência. *Horizontes Antropológicos*, 8(17): 20-40, 2002.
- HEILBORN, M. L. *et al.* (Orgs.). *O Aprendizado da Sexualidade: reprodução e trajetórias sociais de jovens brasileiros*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.
- HEISE, L.; ELLSBERG, M. & GOTTMOELLER, M. A global overview of gender-based violence. *International Journal of Gynecology and Obstetrics*, 78, supl. 1: 5-14, 2002.
- HENRICH C. C. *et al.* The association of community violence exposure with middle-school achievement: a prospective study. *Applied Developmental Psychology*, 25: 327-348, 2004.
- HERDMAN, M.; FOX-RUSHBY, J. & BADIA, X. A model of equivalence in the cultural adaptation of HRQol instruments: the universalist approach. *Quality of Life Research*, 7(4): 323-335, 1998.
- HERDT, G. & BOXER, A. *Children of Horizons*. Boston: Beacon Press, 1993.
- HICKMAN, L. J.; JAYCOX, L. H. & ARONOFF, J. Dating violence among adolescents: prevalence, gender distribution, and prevention program effectiveness. *Trauma, Violence & Abuse*, 5(2): 123-142, 2004. Disponível em: <www.rand.org/pubs/reprints/2005/RAND_RP1176.pdf>. Acesso em: 17 maio 2011.
- HOBBSAWM, E. *A Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira*. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.
- JABLONSKI, B. & BABO, T. Folheando o amor contemporâneo nas revistas femininas e masculinas. *Alceu*, 2(2): 36-53, 2002.
- JACKSON, S. M. Issues in the dating violence research: a review of the literature. *Agression and Violent Behavior*, 4(2): 233-247, 1999.

- JACKSON, S. M.; CRAM, F. & SEYMOUR, F. Violence and sexual coercion in high school students' dating relationships. *Journal of Family Violence*, 15: 23-26, 2000.
- JAFFE, P. G.; WOLFE, D. A. & WILSON, S. K. *Children of Battered Women*. London: Sage Publications, 1990. (Development Clinical Psychology and Psychiatry, v. 21)
- JAFFE, P. G. *et al.* An evaluation of a secondary school primary prevention program on violence in intimate relationships. *Violence and Victims*, 7: 129-146, 1992.
- JAMES, W. *et al.* Youth, dating violence. *Adolescence*, 35: 455-465, 2000.
- JEZL, D.; MOLIDOR, C. & WRIGHT, T. Physical, sexual and psychological abuse in high school dating relationships: prevalence rates and self esteem issues. *Child and Adolescent Social Work Journal*, 13: 69-88, 1996.
- JORDAN, J. *The Art of Necessity: the subversive imagination of anti-road protest and reclaim the streets*. London: Duncombe Editions, 2002.
- KAHN, T. Delinquência juvenil e diminuição da idade penal. São Paulo: Instituto Sou da Paz. Disponível em: < www.soudapaz.org/informese/jornalsoudapaz2.asp?Edicao=1&Id=23>. Acesso em: 10 out 2007.
- KAHN, T. *et al.* *Projeto de Pesquisa: o dia a dia nas escolas: violências auto-assumidas*. São Paulo: Instituto Latino-Americano das Nações Unidas para a Prevenção do Delito e Tratamento do Delinquente (Ilanud), Instituto Sou da Paz, 1999.
- KANDEL, E. & MEDNICK, S. A. Perinatal complications predict violent offending. *Criminology*, 29(3): 519-529, 1991.
- KAURA, S. A. & LOHMAN, B. J. Dating violence victimization, relationship satisfaction, mental health problems, and acceptability of violence: a comparison of men and women. *Journal Family Violence*, 22: 367-381, 2007.
- KEHL, M. R. A juventude como sintoma da cultura. In: NOVAES, R. & VANNUCHI, P. (Orgs.). *Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e educação*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.
- KLEIN, N. *The Reclaim the Streets*. London: Flamingo Editions, 2001.
- KRANTZ, G. & GARCIA-MORENO, C. Violence against women. *Journal of Epidemiology and Community Health*, 59: 818-821, 2005.
- KREITER, S. R. *et al.* Gender differences in risk behaviors among adolescents who experience date fighting. *Pediatrics*, 104(6): 1.286-1.292, 1999.
- KRUG, E. G. *et al.* *World Report on Violence and Health*. Geneva: World Health Organization, 2002.
- KUFFEL, S. W. & KATZ, J. Preventing physical, psychological, and sexual aggression in college dating relationships. *The Journal of Primary Prevention*, 22(4): 361-374, 2002.
- KWONG, M. J. *et al.* The intergenerational transmission of relationship violence. *Journal of Family Psychology*, 17(3): 288-301, 2003.
- LANE, K. & GWARTNEY-GIBBS, P. Violence in the context of dating and sex. *Journal of Family Issues*, 6: 44-56, 1985.
- LANGHINRICHSEN-ROHLING, J. Top 10 greatest "hits": important findings and future directions for intimate partner violence research. *Journal Interpers Violence*, 20(1): 108-118, 2005.
- LASSANCE, A. Brasil: jovens de Norte a Sul. In: ABRAMO, H. W. B. & MARTONI, P. P. (Orgs.). *Retratos da Juventude Brasileira*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.

- LAZARUS, R. S. & LAUNIER, R. Stress-related transactions between person and environment. *In: PERVIN, L. & LEWIS, M. (Eds.). Perspectives in Interactional Psychology*. New York: Plenum, 1978.
- LEAL, A. F. & KNAUTH, D. R. A relação sexual como uma técnica corporal: representações masculinas dos relacionamentos afetivo-sexuais. *Cadernos de Saúde Pública*, 22(7): 1.375-1.384, 2006.
- LERNER, J. V. & LERNER, R. M. Temperament and adaptation across life: theoretical and empirical issues. *In: BALTES, P. B. & BRIM, O. G. (Eds.). Life Span Development and Behavior*. San Diego: Academic Press, 1993.
- LIPPI, J. R. *Tentativas de Suicídio Associadas à Violência Física, Psicológica e Sexual contra a Criança e o Adolescente*, 2003. Tese de Doutorado, Rio de Janeiro: Instituto Fernandes Figueira.
- LUTHAR, S. S. & ZIGLER, E. Vulnerability and competence: a review of research on resilience in childhood. *American Journal of Orthopsychiatry*, 61: 6-22, 1991.
- MACHADO, L. Z. Masculinidades e violências: gênero e mal-estar na sociedade contemporânea. *In: SCHPUN, M. R. (Org.). Masculinidades*. São Paulo: Boitempo Editorial; Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2004.
- MAGALHÃES, C. M. C. Agressão em crianças: influência de sexo e revariáveis situacionais. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 11(1): 7-12, 1995.
- MAKEPEACE, J. M. Gender differences in courtship violence victimization. *Family Relations*, 35: 383-388, 1986.
- MALIK, N. M. Exposure to domestic and community violence in a nonrisk sample: associations with child functioning. *Journal of Interpersonal Violence*, 23: 490-504, 2008.
- MALIK, S.; SORENSON, S. B. & ANESHENSEL, C. S. Community and dating violence among adolescents: perpetration and victimization. *Journal of Adolescent Health*, 21: 292-302, 1997.
- MANNHEIM, K. O problema da juventude na sociedade moderna. *In: BRITTO, S. (Org.). Sociologia da Juventude I*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.
- MARSHALL, L. & ROSE, P. Gender, stress and violence in adult relationships of a sample of college students. *Journal of Social and Personal Relationships*, 4: 299-316, 1987.
- MARTÍN-BARBERO, J. *Dos Meios às Mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001.
- MATOS, M.; FÉRES-CARNEIRO, T. & JABLONSKI, B. Adolescência e relações amorosas: um estudo sobre jovens das camadas populares cariocas. *Interação em Psicologia*, 9(1): 21-33, 2005.
- MATOS, M. *et al.* Prevenção da violência nas relações de namoro: intervenção com jovens em contexto escolar. *Psicologia: teoria e prática*, 8(1): 55-75, 2006.
- MAZZA, J. & REYNOLDS, W. Exposure to violence in young inner-city adolescents: relationships with suicidal ideation, depression and PTSD symptomatology. *Journal of Abnormal Child Psychology*, 27(3): 203-213, 2004.
- McQUEEN, D. Strengthening the evidence base for health promotion. *Health Promotion International*, 16(3): 261-268, 2001.
- MELO, K. & FELIZARDO, D. Violência de gênero em Natal/RN: muitas histórias para contar. *In: COSTA, N. F. P. & ALMEIDA, M. G. (Orgs.). Com Jovens sobre Jovens: concepções de saúde e gênero*. Rio de Janeiro: Bemfam, 2001.
- MENEGUEL, S. N. *Famílias em Pedacos: um estudo sobre violência doméstica e agressividade na adolescência*, 1996. Tese de Doutorado, Porto Alegre: Faculdade de Medicina, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

- MENEGUEL, S. N.; GIULIANI, E. J. & FALCETO, O. Relações entre violência doméstica e agressividade na adolescência. *Cadernos de Saúde Pública*, 14(2): 327-335, 1998.
- MILLER, B. C. & BENSON, B. Romantic and sexual relationship development during adolescence. In: FERMAN, W.; BROWN, B. B. & FEIRING, C. (Eds.). *The Development of Romantic Relationships in Adolescence*. New York: Cambridge University Press, 1999.
- MINAYO, M. C. S. A violência social sob a perspectiva da saúde pública. *Cadernos de Saúde Pública*, 10, supl.1: 7-18, 1994.
- MINAYO, M. C. S. Laços perigosos entre machismo e violência. *Ciência & Saúde Coletiva*, 10(1): 23-26, 2005a.
- MINAYO, M. C. S. Suicídio: violência auto-infligida. In: MINAYO, M. C. S. (Org.). *Impacto da Violência na Saúde dos Brasileiros*. Brasília: Ministério da Saúde, 2005b.
- MINAYO, M. C. S. *O Desafio do Conhecimento*. 11. ed. São Paulo: Hucitec, 2008.
- MINAYO, M. C. S. Conceitos, teorias e tipologias de violências: a violência faz mal à saúde individual e coletiva. In: NJAINE, K.; ASSIS, S. G. & CONSTANTINO, P. (Orgs.). *Impactos da Violência sobre a Saúde*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2009.
- MINAYO, M. C. S. & SOUZA, E. R. Violência e saúde como um campo interdisciplinar e de ação coletiva. *História, Ciência e Saúde – Manguinhos*, 4(3): 513-531, 1997.
- MINAYO, M. C. S. & SOUZA, E. R. Violência e saúde como um campo interdisciplinar e de ação coletiva. *História, Ciência e Saúde – Manguinhos*, 4: 513-531, 1998.
- MINAYO, M. C. S.; ASSIS, S. G. & SOUZA, E. R. (Orgs.). *Avaliação por Triangulação de Métodos: abordagem de programas sociais*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.
- MINAYO, M. C. S.; NJAINE, K. & ASSIS, S. G. *Cuidar, Cuidando dos Rumos: conversa com educadores sobre avaliação de programas sociais*. Rio de Janeiro: Claves, Ensp, Fiocruz, 2004.
- MINAYO, M. C. S. et al. *Fala, Galera: juventude, violência e cidadania na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Garamond, 1999.
- MOLIDOR, C.; TOLMAN, R. M. & KOLBER, J. Gender and contextual factors in adolescent dating violence. *Violence against Women*, 7(1): 1-4, 2000.
- MORAES, C. L.; CABRAL, C. S. & HEILBORN, M. L. Magnitude e caracterização de situações de coerção sexual vivenciadas por jovens de três grandes capitais brasileiras: Porto Alegre, Rio de Janeiro e Salvador. *Cadernos de Saúde Pública*, 22(7): 1.493-1.504, 2006.
- MORGAN D. L. *Focus Groups: as quality research*. Califórnia: Sage Publications, 1988.
- NAVARRO, M. F. Amor, adolescentes y violencia de gênero. 2004. Disponível em: <www.eldia.es/2004-08-24/vivir/vivir3.htm>. Acesso em: 17 abr. 2009.
- NATIONAL CLEARINGHOUSE ON FAMILY VIOLENCE (NCFV). Violence in dating relationships. s.l., s.d. Disponível em: <www.phac-aspc.gc.ca/ncfv-cnivf/pdfs/2006-dat_e.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2009.
- NIGHTINGALE, H. & MORRISSETTE, P. Dating violence: attitudes, myths, and preventive programs. *Social Work in Education*, 15: 225-232, 1993.
- NJAINE, K. Sentidos da violência ou a violência sem sentido: o olhar dos adolescentes sobre a mídia. *Revista Interface – Comunicação, Saúde e Educação*, 10(20): 381-392, 2006.
- NJAINE, K. & MINAYO, M. C. S. Violência na escola: identificando pistas para prevenção. *Interface: Comunicação, Saúde, Educação (Botucatu)*, 7(3): 119-134, 2003.
- NOOS. Instituto de Pesquisas Sistêmicas e Desenvolvimento de Redes Sociais. Publicações e atividades. Disponível em: <www.noos.org.br>. Acesso em: 14 jul. 2009.

- O'KEEFE, M. Predictors of dating violence among high school students. *Journal of Interpersonal Violence*, 12(4): 546-568, 1997.
- O'KEEFE, M. *Teen Dating Violence: a review of risk factors and prevention efforts*. Harrisburg: VAWnet, 2005. Disponível em: <http://new.vawnet.org/Assoc_Files_VAWnet/AR_TeenDatingViolence.pdf>. Acesso em: 17 maio 2011.
- O'KEEFE, M. & TREISTER, L. Victims of dating violence among high school students: are the predictors different for males and females? *Violence against Women*, 4: 195-223, 1998.
- O'LEARY, K. D. *et al.* Prevalence and stability of physical aggression between spouses: a longitudinal analysis. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 57: 263-268, 1989.
- OLIVEIRA, D. C. *et al.* “Pegar”, “ficar” e “namorar”: representações sociais de relacionamentos entre adolescentes. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 60(5): 497-502, 2007.
- OLIVEIRA, M. S. & SANI, A. I. A intergeracionalidade da violência nas relações de namoro. *Revista da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais*, 6: 162-170, 2009.
- ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). Emprego e formação de jovens. Disponível em: <www.oitbrasil.org.br/news>. Acesso em: 5 jun. 2009.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). *Relatório Mundial sobre Violência e Saúde*. Genebra: OMS, 2002.
- PAIS, J. M. *Culturas Juvenis*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1993.
- PAIVA, V. ; GRUPO DE ESTUDOS EM POPULACAO, SEXUALIDADE E AIDS *et al.* Idade e uso de preservativo na iniciação sexual de adolescentes brasileiros. *Revista de Saúde Pública*, 42(supl.1): 45-53, 2008.
- PATTON, M. Q. *Qualitative Evaluation and Research Method*. London: Sage Publications, 1990.
- PERES, M. F. T. *Violência por Armas de Fogo no Brasil: relatório nacional*. São Paulo: USP/NEVI, 2004.
- PESCE, R. P. *Problemas de Comportamento Externalizantes na Infância: a violência em foco*, 2009. Tese de Doutorado, Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz.
- PHELPS L. F.; McCART, M. R. & DAVIES, W. H. The impact of community violence on children and parents. *Trauma, Violence & Abuse*, 3(3): 194-209, 2002.
- POTVIN, L. & McQUEEN, D. (Eds.). *Health Promotion Evaluation Practices in the Americas: values and research*. New York: Springer, 2008.
- PROSPERO, M. The role of perceptions in dating violence among young adolescents. *Journal of Interpersonal Violence*, 21: 470-484, 2006.
- RAFFAELLI, M. Adolescent dating experiences described by Latino college students. *Journal of Adolescence Health*, 28: 559-572, 2005.
- REICHENHEIM, M. E. *et al.* The magnitude of intimate partner violence in Brazil: portraits from 15 capital cities and the Federal District. *Cadernos de Saúde Pública*, 22(2): 425-437, 2006.
- RIBEIRO, E.; LÂNES, P. & CARRANO, P. (Orgs.). *Juventude Brasileira e Democracia: participação, esferas e políticas públicas*. Rio de Janeiro: Ibase, Instituto Polis, 2005.
- RISTUM, M. *O Conceito de Violência de Professoras do Ensino Fundamental*, 2001. Tese de Doutorado, Salvador: Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia.
- ROCHA, C. M.; SANTOS, C. N. & SILVA, J. A. Representações sociais das adolescentes discutindo adolescência, sexualidade, gênero e violência. *In: COSTA, N. F. P. & ALMEIDA, M. G. (Orgs.). Com Jovens sobre Jovens: concepções de saúde e gênero*. Rio de Janeiro: Bemfam, 2001.

- RONIS, D. & HAREL, Y. Health beliefs and breast examination behaviors: analysis of linear structural relations. *Psychology and Health*, 3: 259-285, 1989.
- ROSENBERG, M. *Society and the Adolescent Self-Image*. Princeton: Princeton University Press, 1989.
- ROTHMAN, E. F.; BUTCHART, A. & CERDÁ, M. *Intervening with Perpetrators of Intimate Partner Violence: a global perspective*. Geneva: World Health Organization, 2003. Disponível em: <www.who.int/violence_injury_prevention/resources/publications/en/intervening_full.pdf>. Acesso em: nov 2010.
- RUTTER, M. Parent-child separation: psychological effects on the children. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 22(4): 233-260, 1971.
- RUTTER, M. Maternal deprivation, 1972-1978: new findings, new concepts, new approaches. *Child Development*, 50: 283-305, 1979.
- RUZANY, M. H. *et al.* A violência nas relações afetivas dificulta a prevenção de DST/Aids? *Jornal de Pediatria*, 79: 349-354, 2003.
- SAFFIOTI, H. I. B. *Gênero, Patriarcado e Violência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. (Coleção Brasil Urgente)
- SAMEROFF, A. J. Developmental systems and psychopathology. *Development and Psychopathology*, 12(3): 397-312, 2000.
- SANTANA, J. L. *Imagens em Espelho: uma discussão sobre consumo, juventude e socialização*, 2008. Dissertação de Mestrado, Recife: Faculdade de Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco.
- SAVAGE, J. *A Criação da Juventude: como o conceito de teenage revolucionou o século XX*. São Paulo: Rocco, 2009a
- SAVAGE, J. A era da adolescência. Entrevista. *O Globo*, Rio de Janeiro, 11 jul. 2009b, Prosa e Verso, p. 6.
- SCHEIMAN, L. Adolescents experiences of dating and intimate partner violence: once is not enough. *Journal of Midwifery & Women's Health*, 48(3): 226-228, 2003. Disponível em: <www.medscape.com/viewarticle/456477>. Acesso em: 17 maio 2011.
- SCHENKER, M. & MINAYO, M. C. S. Fatores de risco e de proteção para o uso de drogas na adolescência. *Ciência & Saúde Coletiva*, 10(3): 707-717, 2005.
- SCHRAIBER, L. B.; GOMES, R. & COUTO, M. T. Homens na pauta da Saúde Coletiva. *Ciência & Saúde Coletiva*, 10(1): 7-17, 2005.
- SCHRAIBER, L. B. *et al.* Prevalência da violência contra a mulher por parceiro íntimo em regiões do Brasil. *Revista de Saúde Pública*, 41(5): 797-807, 2007.
- SCHIFF, M. & ZEIRA, A. Dating violence and sexual behaviors in a sample of at-risk Israeli youth. *Child Abuse & Neglect: the international journal*, 29: 1.249-1.263, 2005.
- SEARS, H. A. *et al.* If hurts you, then its not a joke. *Journal of Interpersonal Violence*, 21(9): 1.191-1.207, 2006.
- SERFATY, E. Suicídio em la adolescência. *Adolescencia Latinoamericana*, 1.414(7.130): 105-110, 1998.
- SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (SEBRAE). Jovens encontram apoio para projetos em incubadoras. Disponível em: <www.facadiferente.sebrae.com.br/2009/06/09/jovens-encontram-apoio-para-projetos-em-incubadoras/>. Acesso em: 8 jul. 2009.
- SEXUALIDAD. Violencia em las parejas. Disponível em: <www.letraese.org.mx/relaciones01.htm>. Acesso em: 17 abr. 2009.

- SILVA, S. P. Considerações sobre o relacionamento amoroso entre adolescentes. *Caderno Cedes*, 22(57): 23-43, 2002.
- SILVERMAN, J. G. *et al.* Dating violence against adolescent girl and associated substance use, unhealthy weight control, sexual risk behavior, pregnancy and suicidality. *Journal of the American Medical Association*, 286: 572-579, 2001.
- SINGER, P. A juventude como coorte: uma geração em tempos de crise social. In: ABRAMO, H. W. & BRANCO, P. P. M. (Orgs.). *Retratos da Juventude Brasileira: análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, Instituto Cidadania, 2005.
- SINGH, G. K.; KOCHANNEK, K. D. & MacDORMAN, M. F. *Advance Report of Final Mortality Statistics, 1994 Monthly Vital Statistics Report*. Hyattsville: National Center for Health Statistics, 1996. v. 45 (n.3, Supplement)
- SMITH, C. "Whose streets?": urban social movements and the politicization of space. *Public*, 29: 156-167, 2004.
- SMITH, D. M. & DONNELLY, J. Adolescent dating violence: a multi-systemic approach of enhancing awareness in educators, parents, and society. *Journal of Prevention & Intervention in the Community*, 21(1): 53-64, 2001.
- SOARES, R. Fica comigo: youth and love/sexual pedagogies on MTV. *Educação em Revista*, 46:311-335, 2007.
- SOUSA, J. T. P. *Reinvenções da Utopia: a militância política de jovens dos anos 90*. São Paulo: Hacker, 1999.
- SOUZA, E. R. & LIMA, M. L. Panorama da violência urbana no Brasil e suas capitais. *Ciência & Saúde Coletiva*, 11, Supl. 1: 1.211-1.222, 2006.
- SOUZA, E. R. & MINAYO, M. C. S. Mortalidade de jovens de 15 a 29 anos por violências e acidentes no Brasil: situação atual, tendências e perspectiva. In: ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE (OPS). Rede de Integração e Informação para Saúde. *Demografia e Saúde: contribuição para análise de situação e tendências*. Brasília: Opas, 2009a.
- SOUZA, E. R. & MINAYO, M. C. S. O excesso de mortalidade dos adultos jovens. In: ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE (OPS). Rede de Integração e Informação para Saúde. *Demografia e Saúde: contribuição para análise de situação e tendências*. Brasília: Opas, 2009b.
- SOUZA, S. L. *et al.* A representação do consumo de bebidas alcoólicas para adolescentes atendidos em uma Unidade de Saúde da Família. *Ciência & Saúde Coletiva*, 15(3): 733-741, 2010.
- SPOSITO, M. P. A sociabilidade juvenil e a rua: novos conflitos e a ação coletiva na cidade. *Tempo Social: Revista de Sociologia da USP*, 5(1-2): 161-178, 1994.
- SPOSITO, M. P. Um breve balanço da pesquisa sobre violência escolar no Brasil. *Educação e Pesquisa*, 27(1): 87-103, 2001.
- SPOSITO, M. P. & CARRANO, P. C. R. Juventude e políticas públicas no Brasil. In: LEÓN, O. D. (Org.). *Políticas Públicas de Juventud en América Latina: políticas nacionales*. Viña del Mar: Ediciones CIDPA, 2003.
- STAPPENBECK, C. A. & FROMME, K. A longitudinal investigation of heavy drinking and physical dating violence in men and women. *Addictive Behaviors*, 35: 479-485, 2010.
- STRAUS, M. A. Measuring familiar conflict and violence: the conflict tactics (CT) scales. *Journal of Marriage and the Family*, 41: 75-88, 1979.
- STRAUS, M. A. Prevalence of violence against dating partners by male and female university students worldwide. *Violence against Women*, 10: 790-811, 2004.

- STRAUS, M. A. & GELLES, R. J. *Physical Violence in American Families: risk factors and adaptations to violence in 8.145 families*. New Brunswick: Transaction Publisher, 1995.
- STRAUS, M. A. *et al.* The revised Conflict Tactics Scales (CTS2): development and preliminary psychometric data. *Journal of Family Issues*, 17(3): 283-316, 1996.
- STRECHER, V. J.; CHAMPION, V. L. & ROSENSTOCK, I. M. The health belief model and health behavior. *In: GOCHMAN, D. S. (Ed.). Handbook of Health Behavior Research I: personal and social determinants*. New York: Plenum Press, 1997.
- STREINER, D. L. & NORMAN, G. R. *Health Measurement Scales: a practical guide to their development and use*. 2. ed. Oxford: Oxford University Press, 1995.
- SZKLO, R. & NIETO, F. J. *Epidemiology, beyond the Basics*. Sudbury: Jones & Bartlett Publishers, 2000.
- TAQUETTE, S. R. *et al.* Relacionamento violento na adolescência e risco de DST/Aids. *Cadernos de Saúde Pública*, 19(5): 1.437-1.444, 2003.
- TAQUETTE, S. R. *et al.* Conflitos éticos no atendimento à saúde de adolescentes. *Cadernos de Saúde Pública*, 21(6): 1.717-1.725, 2005.
- THOMPSON, J. B. *Ideologia e Cultura Moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- TONDOWSKI, C. S. & HENRIKSSON, V. Y. A escola e as drogas: um novo desafio. *In: DEA, H. R. F. D. (Org.). Você tem Sede de quê? Entre a cervejinha e o alcoolismo*. São Paulo: Musa, 2007.
- TRUMAN-SCHRAM, D. M. *et al.* Leaving an abusive dating relationship: an investment model comparison of women who stay versus women who leave. *Journal of Social and Clinical Psychology*, 19: 161-183, 2000.
- VASCONCELLOS, M. D. Pierre Bourdieu: a herança sociológica. *Educação & Sociedade*, 23(78): 77-87, 2002.
- VIDAL, E. I. & RIBEIRO, P. R. M. Algumas reflexões sobre relacionamentos afetivos e relações sexuais na adolescência. *Fractal: Revista de Psicologia*, 20(2): 519-532, 2008.
- VILHENA, M. M. Admirável mundo líquido: reflexão psicanalíticas sobre sexualidade, adolescência e contemporaneidade. *In: TAQUETTE, S. R. (Org.). Aids e Juventude: gênero, classe e raça*. Rio de Janeiro: Ed. Uerj, 2009.
- VOISIN, D. R. Victims of community violence and HIV sexual risk behavior among African American adolescent male. *American Journal of Orthopsychiatry*, 72: 294-302, 2003.
- VOISIN, D. R. The relationship between violence exposure and HIV sexual risk behavior: does gender matter? *American Journal of Orthopsychiatry*, 75: 497-506, 2005.
- VOISIN, D. R. *et al.* Witnessing community violence and health-risk behaviors among detained adolescents. *American Journal of Orthopsychiatry*, 77(4): 506-513, 2007.
- WASELFISZ, J. J. *Juventude, Violência e Cidadania: os jovens de Brasília*. São Paulo: Cortez, 1998.
- WEBER, D. Entre as 1.000 escolas com piores notas no Enem, 965 são estaduais. *O Globo*, Rio de Janeiro, 24 abr. 2009, Caderno O País, p. 2-3.
- WEKERLE, C. & AVGOUSTIS, E. Child maltreatment, adolescent dating, and adolescent dating violence. *In: FLORSHEIM, P. (Ed.). Adolescent Romantic Relations and Sexual Behavior: theory, research, and practical implications*. Utah: Department of Psychology, University of Utah: 2003.
- WEKERLE, C. & WOLFE, D. A. Dating violence in mid-adolescence: theory, significance, and emerging prevention initiatives. *Clinical Psychology*, 19: 435-456, 1999.

- WEKERLE, C. & AVGOUSTIS, E. Child maltreatment, adolescent dating, and adolescent dating violence. In: FLORSHEIM, P. (Ed.). *Adolescent Romantic Relations and Sexual Behavior: theory, research, and practical implications*. Utah: Department of Psychology, University of Utah: 2003.
- WERNER, E. & SMITH, R. S. *Journeys from Childhood to Midlife: risk, resilience and recovery*. Ithaca: Cornell University Press, 2001.
- WHITAKER, D. J. *et al.* A critical review of interventions for the primary prevention of perpetration of partner violence. *Aggression and a Violent Behavior*, 11: 151-166, 2006.
- WOLFE, D. A.; WEKERLE, C. & SCOTT, K. *Alternatives to Violence: empowering youth to develop healthy relationships*. Thousand Oaks, California: Sege Publications, 1996.
- WOLFE, D. A. *et al.* Development and validation of the conflict in adolescent dating relationships inventory. *Psychological Assessment*, 13: 277-293, 2001.
- WOLFE, D. A. *et al.* Predicting abuse in adolescent dating relationships over 1 year: the role of children maltreatment and trauma. *Journal of Abnormal Psychology*, 113: 406-415, 2004.
- WORLD HEALTH ORGANIZATION/LONDON SCHOOL OF HYGIENE AND TROPICAL MEDICINE. *Preventing Intimate Partner and Sexual Violence against Women: taking action and generating evidence*. Geneva: World Health Organization, London School of Hygiene and Tropical Medicine, 2010.
- ZAGURY, T. *Encurtando a Adolescência*. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- ZALUAR, A. *A Máquina e a Revolta: as organizações populares e o significado da pobreza*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- ZUCCO, L. P. & MINAYO, M. C. S. Sexualidade feminina em revista(s). *Interface – Comunicação, Saúde, Educação*, 13(28): 43-54, 2009.
- ZUMA, C. E. *A Violência no Âmbito das Famílias: identificando práticas sociais de prevenção*, 2004. Rio de Janeiro: Universidade do Federal do Rio de Janeiro. (Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização). Disponível em: <www.noos.org.br/acervo/A-violencia-no-ambito-das-familias-identificando-praticas-sociais-de-prevencao.pdf>. Acesso em: 22, nov. 2010.



OPÇÕES METODOLÓGICAS

Neste anexo, apresentamos as orientações metodológicas adotadas ao longo da pesquisa no que se refere à abordagem quantitativa.*

POPULAÇÃO E AMOSTRA

As dez cidades brasileiras foram escolhidas por conveniência, utilizando como critérios a inclusão de localidades das cinco regiões brasileiras e a apresentação de elevados índices de morbimortalidade por causas externas na faixa de 15-19 anos.

Em cada uma das cidades escolhidas foi realizada, no ano de 2007, a seleção de estudantes das redes pública e privada, de ambos os sexos e faixa etária escolhida. Foram obtidas listagens com as secretarias de educação das cidades e realizado um recorte dos alunos de 2º ano por meio de um plano amostral composto por vinte estratos, em razão da natureza da instituição (pública e particular) e das dez cidades analisadas, supondo que a diferença de estrato socioeconômico e espacial poderia estar relacionada com diferentes níveis de violência.

A amostra foi dimensionada para se obterem estimativas de proporção, com erro absoluto de 0,10, nível de confiança de 95% e proporção (P) da ocorrência de vitimização entre namorados igual a 70%.**

Utilizou-se amostragem conglomerada multiestágio, com seleção em duas etapas: 1) escolha das escolas, com probabilidade de seleção proporcional à quantidade de alunos

* Pesquisa submetida e aprovada ao Comitê de Ética em Pesquisa da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca da Fundação Oswaldo Cruz (Ensp/Fiocruz).

** Prevalência encontrada na amostra de Manaus, primeira cidade a ser pesquisada e que serviu de referência para todo o prosseguimento do estudo. O estudo em Manaus tem como peculiaridades: 1) a prevalência de 50% utilizada para o cálculo da amostra (opção mais desfavorável, gerando a maior variância possível e, conseqüentemente, maximizando o tamanho amostral); 2) ensino noturno investigado buscando aferir diferenças em relação ao diurno. Em relação a este último aspecto, como não encontramos distinção significativa entre alunos dos distintos turnos no que se refere à violência nas relações afetivo-sexuais, apenas o curso diurno foi investigado nas demais nove cidades. Cabe ressaltar que as diferenças encontradas em Manaus, quando existentes, deviam-se à idade mais elevada de alunos do curso noturno.

(PPT sistemática) de 2º ano em cada um dos vinte estratos; 2) seleção aleatória de uma turma por escola, para ser realizada a aplicação do questionário para todos os alunos.

O plano amostral foi assim delineado com o objetivo de encontrar menor tamanho amostral com maior precisão e poder de inferência para a população das dez capitais. Entretanto, devido à seleção por conglomerados, foi incluído um efeito de desenho de pelo menos 2, a fim de se manter o mesmo nível de precisão de uma amostra aleatória simples (AAS).

A amostra total é composta por diversos estratos (capitais), cujos tamanhos amostrais foram calculados para serem representativos da população total de cada cidade. Por fazer parte de uma das etapas de seleção da amostra total, não é possível empregar um teste estatístico específico para a comparação de diferenças entre localidades. As amostras por cidade são representativas isoladamente, e sua agregação em uma amostra única foi feita utilizando o peso e o plano amostral possibilitando a análise descritiva das diferenças observadas entre as frequências por município.

A distribuição do número de alunos pelos estratos e escolas foi fornecida pelas secretarias municipais de educação para o ano de 2007. Uma das dificuldades encontradas para a seleção da amostra foi a inexistência do número de alunos por turma, somente sendo disponível o número de alunos e de turmas por escola. Esse fato permitiu que o número de amostra calculado e o efetivamente amostrado divergissem um pouco. A coleta de dados se deu em 2007 para a cidade de Manaus e em 2008 para as demais cidades.***

A Tabela 1 apresenta a distribuição dos alunos de acordo com a amostra calculada e obtida e com os critérios de exclusão adotados, segundo capitais e rede de ensino.

Tabela 1 – Tamanho amostral calculado e obtido, segundo as redes de ensino

Capitais	Amostra calculada			Amostra analisada*			Excluídos da análise**		
	Público	Privado	TOTAL	Público	Privado	TOTAL	Público	Privado	TOTAL
Manaus	140	51	191	170	59	229	18	7	25
Porto Velho	157	143	300	143	139	282	10	20	30
Recife	160	160	320	169	133	302	19	34	53
Teresina	158	159	317	245	208	453	17	24	41
Brasília	156	158	314	155	168	323	15	15	30
Cuiabá	158	156	314	156	205	361	9	9	18
Rio de Janeiro	161	161	322	169	146	315	9	20	29
Belo Horizonte	160	159	319	157	184	341	10	10	20
Florianópolis	155	155	310	131	185	316	11	26	37
Porto Alegre	160	159	319	157	126	283	12	20	32
TOTAL	1.565	1.461	3.026	1.652	1.553	3.205	130	185	315

* Refere-se ao total de jovens participantes da pesquisa SEM os que se encontram na coluna “excluídos da análise”. No total, 3.520 jovens responderam aos questionários, mas apenas 3.205 são analisados no livro.

** Critérios de exclusão: idade não informada e nunca ter ‘ficado’ ou namorado. Dois casos adicionais foram excluídos em face de os respondentes terem, respectivamente, síndrome de Down e autismo, com reduzido preenchimento do instrumento.

*** Foram utilizados neste estudo os seguintes programas computacionais: *software* R 2.7.1 nos *packages* *pps* e *sampling* para seleção amostral das escolas e das turmas; EpiData 3.1 para entrada de dados; e Statistical Package for Social Sciences (SPSS) versão 16.0 para análise dos dados.

A Tabela 2 mostra a distribuição das 104 escolas e 114 turmas envolvidas na pesquisa em todas as regiões e cidades investigadas.

Tabela 2 – Número de escolas e turmas envolvidas na pesquisa

Capitais	N. de escolas		N. de turmas	
	Públicas	Particulares	Públicas	Particulares
Manaus	5	2	5	2
Porto Velho	6	2	7	4
Recife	7	4	7	4
Teresina	10	6	11	6
Brasília	6	6	6	6
Cuiabá	7	3	7	4
Rio de Janeiro	5	7	5	7
Belo Horizonte	5	5	5	7
Florianópolis	4	3	5	5
Porto Alegre	6	5	6	5
TOTAL	61	43	64	50

ALGUMAS ESCALAS E INDICADORES QUANTITATIVOS UTILIZADOS

Algumas escalas e indicadores utilizados no livro estão detalhados a seguir.

RELACIONAMENTOS COM NAMORADOS ANTERIORES – a escala Conflict in Adolescent Dating Relationships Inventory (CADRI) afere o relacionamento atual ou o último existente; para aferir a presença de violência em relacionamento afetivo-sexual anterior, foi indagada a frequência de agressões verbal, física e sexual, bem como a posição de vítima ou de perpetrador.

VIOLÊNCIA FAMILIAR DOS PAIS CONTRA OS FILHOS – foi mensurada pela Escala Tática de Conflitos (Conflict Tactics Scale) (Straus, 1979), que permite avaliar a presença de agressão verbal e violência menor e severa cometida no último ano. A escala possibilita averiguar: agressão verbal (xingar ou insultar, ficar emburrado, chorar, fazer coisas para irritar, destruir, bater ou chutar objetos) e violência (jogar objetos sobre o pesquisado, empurrar, dar tapas ou bofetadas, murros, chutar, bater ou tentar bater com objetos, espancar, ameaçar ou realmente usar armas de fogo ou faca). A violência costuma ser subdividida em menor (três primeiros itens) e severa. Um item positivo em cada uma das subescalas é considerado um caso. Ela foi validada para a população brasileira (Hasselmann & Reichenheim, 2003) com adequados índices psicométricos.

VIOLÊNCIA ENTRE IRMÃOS E ENTRE PAIS – foi aferida por meio de questões sobre a existência de agressões a ponto de se machucarem, se xingarem ou se humilharem.

VIOLÊNCIA SEXUAL – duas perguntas foram feitas: se a relação do adolescente com os pais alguma vez envolveu experiência sexual; e se o jovem alguma vez sofreu agressão sexual na escola ou na comunidade.

VIOLÊNCIA NA ESCOLA E NA LOCALIDADE – oito itens compõem um indicador que avalia se o jovem sofreu no último ano violência na escola e na comunidade por meio de: humilhação, ameaça, agressão; se já teve danificada alguma coisa sua; se já conviveu com pessoas que carregam armas brancas ou de fogo; se já foi furtado e roubado (Kahn *et al.*, 1999). A resposta positiva para pelo menos um item determinou a presença de violência. Os itens do indicador foram propostos pela Organização das Nações Unidas (ONU) em pesquisas sobre violações autoassumidas (*self reported offenses*). No Brasil, esses itens foram utilizados pelo Instituto Latino-Americano das Nações Unidas para a Prevenção do Delito e Tratamento do Delinquente (Ilanud/ONU) (Kahn *et al.*, 1999). Em estudo anterior com esses indicadores (Assis, Pesce e Avanci, 2005), a violência na escola mostrou Coeficiente de Correlação Intraclasse (ICC) de 0,6342. A violência na localidade apresentou ICC de 0,6992.

JOVEM TRANSGRESSOR – nove itens compõem um indicador sobre ações praticadas no último ano: falsificar a assinatura de alguém em documentos; danificar de propósito objetos alheios; agredir alguém severamente; humilhar alguém mostrando superioridade; tomar parte de uma briga na qual um grupo de amigos luta contra outro; portar arma branca; portar arma de fogo; furtar: apropriar-se de um objeto sem conhecimento do seu dono; e roubar: apropriar-se de um objeto de alguém à força (Kahn *et al.*, 1999). O indicador também faz parte dos instrumentos sobre violações autoassumidas do Ilanud/ONU (Kahn *et al.*, 1999). Em trabalho anterior, Assis, Pesce e Avanci (2005) obtiveram *alpha* de Cronbach de 0,71 e ICC de 0,8734.

AUTOESTIMA – aferida pela escala de Rosemberg (1989), que tem dez itens designados a avaliar globalmente a atitude positiva ou negativa de si mesmo, categorizados em três níveis de acordo com os tercís: baixa, média e alta autoestima. A versão utilizada neste estudo foi adaptada no Brasil por Avanci e colaboradores (2007).

ESTRATO SOCIAL – aferido por meio de critério de classificação econômica da Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa (Abep), chamado Critério Brasil. Funciona como um estimador para a capacidade de consumo, mediante indicadores como: objetos de consumo como televisão em cores, banheiro, automóvel; empregada mensalista e grau de instrução do chefe da família. O Critério Brasil discrimina estratos sociais, dentre os quais agregamos na pesquisa: A-B (renda familiar mensal superior a R\$ 1.669); C-D-E (renda inferior a este limite) (Abep, 2008).

ADAPTAÇÃO TRANSCULTURAL DA CADRI

A CADRI, criada por Wolfe e colaboradores (2001), foi especialmente adaptada para este livro. Para tanto, seguimos o método proposto por Herdman, Fox-Rushby e Badia (1998) e divulgado por Hasselmann e Reichenheim (2003), destacando a seguir alguns resultados da equivalência semântica e de mensuração.

Essa primeira equivalência refere-se à tradução do instrumento original, não só conservando o significado das palavras entre dois idiomas diferentes como também

alcançando o mesmo efeito em culturas distintas. Constatamos que a CADRI teve a maior parte dos itens considerados inalterados, em seu sentido geral (concordância mais ampla, em termos de articulação de ideias e impacto entre um item original e sua retradução), com índices superiores a 80% no sentido referencial (concordância em termos de tradução literal entre um item original e o mesmo item retraduzido). Tais procedimentos confirmam que a adaptação da CADRI para o português foi considerada adequada à aplicação. Cinco itens mostraram-se mais problemáticos, com índices em torno de 50% no sentido referencial e com alterações no significado geral, na comparação com a versão em inglês. Com base nessa avaliação, a equipe discutiu e decidiu pelo formato dos itens que comporiam a nova versão da escala para o português.

Para avaliar a equivalência de mensuração da escala em português em relação ao original em inglês, apresentamos neste anexo os resultados de algumas medidas psicométricas: 1) ‘confiabilidade intraobservador’ com aplicação teste-reteste com intervalo de 14 dias entre as aplicações, analisado por Coeficiente de Correlação Intraclassa (ICC) entre as medidas contínuas constituídas pela soma dos escores) e pelo percentual de concordância, representado pela proporção de respostas com mesmos escores nos dois momentos; 2) consistência interna (*alpha* de Cronbach) para a amostra total. A análise fatorial dos itens foi realizada, porém apenas alguns resultados muito gerais são apresentados neste livro.

A fim de realizar estudos de confiabilidade da escala de violência entre jovens namorados, foi selecionada aleatoriamente uma turma de escola pública e uma de escola particular em cada cidade, representando 14% da amostra total obtida (Tabela 3).

Tabela 3 – Número de estudantes que participaram do estudo de confiabilidade segundo cidades e rede de ensino

Cidade	Ensino público	Ensino particular	TOTAL
Manaus	32	–	32
Porto Velho	13	27	40
Recife	13	19	32
Teresina	32	31	63
Brasília	18	29	47
Cuiabá	25	42	67
Rio de Janeiro	17	9	26
Belo Horizonte	29	26	55
Florianópolis	21	14	35
Porto Alegre	23	20	43
TOTAL	223	217	440

A seguir, apresentamos alguns resultados psicométricos obtidos.

Para a etapa de ‘confiabilidade teste-reteste’ da CADRI, quando considerados os resultados de forma contínua, constatamos ICC que varia entre 0,366 e 0,659 para ‘violência sofrida’ e entre 0,471 e 0,701 para ‘violência perpetrada’ (Tabela 4). Os índices de correlação intraclassa (ICC) encontrados indicam estabilidade teste-reteste satisfatória,

segundo critério descrito por Szklo e Nieto (2000), já que apresentam valores acima de 0,4. Somente a ameaça sofrida foi considerada com baixa reprodutibilidade ($< 0,4$).

Tabela 4 – ICC na escala e subescalas de violência perpetrada (CADRI)

Escala	ICC	IC (95%)
VIOLÊNCIA SOFRIDA	0,566	(0,491-0,633)
Violência física sofrida	0,442	(0,362-0,516)
Ameaças sofridas	0,366	(0,280-0,446)
Violência sexual sofrida	0,459	(0,380-0,532)
Violência relacional sofrida	0,489	(0,412-0,558)
Violência verbal emocional sofrida	0,659	(0,590-0,716)
VIOLÊNCIA PERPETRADA	0,597	(0,506-0,643)
Violência física perpetrada	0,497	(0,422-0,566)
Ameaças perpetradas	0,459	(0,381-0,531)
Violência sexual perpetrada	0,471	(0,393-0,543)
Violência relacional perpetrada	0,497	(0,421-0,566)
Violência verbal emocional perpetrada	0,701	(0,637-0,754)

Wolfe e colaboradores (2001), avaliando a escala de violência perpetrada, encontraram coeficiente de estabilidade teste-reteste aceitável para a CADRI após duas semanas ($r = 0,68$; $p < 0,001$). Em ordem decrescente, constataram coeficiente de 0,72 para violência verbal, 0,64 para a física, 0,58 para ameaças e 0,28 para violência sexual.

Avaliando o percentual de concordância de todos os itens que compõem as subescalas, constatamos em relação à ‘violência sofrida’: são altos os percentuais de concordância entre respostas para as escalas de violência física, relacional e ameaças (em torno de 80-90%); na violência sexual, dois itens ficaram entre 83-94% – ‘ser beijado quando não queria’ mostrou concordância um pouco menor nos dois momentos (69%); e um item mostrou-se problemático, ‘ser forçado a fazer sexo quando não queria’ (7%). Na violência verbal, encontramos concordância entre 59-92%.

O percentual de concordância das escalas de ‘violência perpetrada’ mostrou-se ainda mais elevado quanto à violência física, relacional e ameaças. Para violência sexual, dois itens mostraram-se precários: ‘forçar o parceiro a fazer sexo quando não queria’ (7%) e ‘ameaçar o parceiro para tentar fazer sexo’ (12%). Os itens de violência verbal oscilaram entre 56-89%.

A análise do ‘*alpha* de Cronbach’ na amostra total de jovens revela boa consistência interna para a maioria das violências (Tabela 5). A violência sexual e a relacional apresentam uma consistência interna mais reduzida. Vale destacar o pequeno número de itens que compõem a violência relacional, o que pode influir nos resultados obtidos.

Tabela 5 – Coeficiente *alpha* de Cronbach da CADRI, segundo tipos de violência

Subescalas	<i>Alpha</i>
VIOLÊNCIA SOFRIDA (N=3.110)	0,878
Violência física sofrida (N=3.303)	0,755
Ameaças (N=3.324)	0,644
Violência sexual sofrida (N=3.271)	0,525
Violência relacional sofrida (N=3.311)	0,599
Violência verbal emocional sofrida (N=3.227)	0,831
VIOLÊNCIA PERPETRADA (N=3.172)	0,887
Violência física perpetrada (N=3.320)	0,819
Ameaças (N=3.342)	0,691
Violência sexual perpetrada (N=3.312)	0,509
Violência relacional perpetrada (N=3.337)	0,539
Violência verbal emocional perpetrada (N=3.261)	0,844

Comparando os resultados da violência perpetrada por adolescentes brasileiros com os obtidos por Wolfe e colaboradores (2001) no Canadá, observamos similaridade entre as duas amostras. O *alpha* para violência perpetrada foi de $\alpha = 0,83$, pouco menor do observado entre nós. Em ordem decrescente, Wolfe e colaboradores (2001) constataram $\alpha = 0,83$ para violência física, $\alpha = 0,82$ para violência verbal, $\alpha = 0,66$ para ameaças, $\alpha = 0,52$ para violência relacional e $\alpha = 0,51$ para violência sexual. Fernández-Fuertes, Fuertes e Pulido (2006) também encontraram dados similares entre adolescentes espanhóis. A versão hebraica da CADRI (Schiff & Zeira, 2005) encontrou *alpha* de Cronbach que variou entre $\alpha = 0,77$ e $\alpha = 0,79$ para as diferentes formas de perpetração de violências e ameaças e entre $\alpha = 0,78$ e $\alpha = 0,85$ para violências/ameaças sofridas.

A ‘análise fatorial exploratória’ da CADRI que realizamos neste estudo utilizou o método das componentes principais, rotação *varimax*, extraíndo-se as dimensões com autovalores maiores que um (Streiner & Norman, 1995).

Wolfe e colaboradores (2001) encontraram cinco dimensões da CADRI por meio de análise fatorial confirmatória, considerando o modelo de cinco fatores como o mais apropriado aos dados. Fernández-Fuertes, Fuertes e Pulido (2006) obtiveram seis fatores na análise fatorial exploratória para violência sofrida e perpetrada e optaram por apresentar os dados forçando os cinco fatores propostos por Wolfe e colaboradores (2001).

Na amostra brasileira, originalmente encontramos quatro fatores para ‘violência sofrida’ (46,5% da variância explicada). Todavia, optamos por forçar cinco fatores para a análise de violência sofrida apresentada neste livro, tal como proposto pelos autores da escala (explicando 50,4% da variância). Para a escala de ‘violência perpetrada’, cinco fatores foram gerados, explicando 49,5% da variância. Notamos uma relativa aproximação dos resultados aos encontrados nos estudos internacionais, não havendo, entretanto, uma

combinação perfeita. Estudos mais aprofundados, além de análise fatorial confirmatória, poderão ajudar a definir a melhor escala a ser utilizada no país. Alguns dos resultados encontrados indicam:

- ‘Violência sofrida’: todos os itens de violência física se agregam em um fator único, associado, porém, a três itens de ameaças: a violência relacional agregou todos os itens no mesmo fator; a maior parte dos itens de violência verbal compôs um fator exclusivo; a violência sexual ficou agrupada em um fator isolado, com exceção de um item, ‘ser beijado quando não queria’, que carregou junto a violência verbal.
- ‘Violência perpetrada’: violência física e ameaças se mostram agregadas em um único fator. A violência sexual também se isolou em um único fator, com apenas uma exceção (‘beijar o parceiro quando não quer’). Todos os itens de violência relacional estão situados em um fator específico. A violência verbal apresenta oito itens agregados em um único fator (um item, ‘ridicularizar o parceiro’, inseriu-se na violência relacional, e outro, ‘fazer algo para provocar ciúmes’, não se integrou a nenhuma subescala, isolando-se com o item ‘beijar quando o outro não quer’).

Formato: 21 x 26 cm

Tipologia: Garamond

Papel: Print Max 90g/m2(miolo)

Cartão supremo 250g/m2 (capa)

CTP, impressão e acabamento: Imprinta Express Gráfica e Editora Ltda.

Rio de Janeiro, outubro de 2009.

Não encontrando nossos títulos em livrarias, contactar:

Editora Fiocruz

Av. Brasil, 4036 – térreo – sala 112 – Manguinhos

CEP 21040-361 – Rio de Janeiro – RJ.

Tel.: (21) 3882-9039 e 3882-9041 – Telefax: (21) 3882-9006

editora@fiocruz.br | www.fiocruz.br/editora